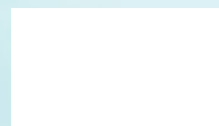




MINISTÉRIO DA CULTURA



A partir da organização conceitual em torno das categorias da sustentabilidade e de gestão, a sistematização de concepções e conhecimentos aqui apresentados não devem ser seguidos como um receituário. Pelo contrário, pretende-se que constituam, também, um contributo para o confronto e crítica sobre como percebemos os bens patrimoniais e sua gestão.



CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

V. 2

# CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

VOLUME (02)

## MEMÓRIAS GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

ORGANIZAÇÃO: ADSON RODRIGO S. PINHEIRO & RUBEN RYAN GOMES DE OLIVEIRA







---

# CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

---

VOLUME (02)

MEMÓRIAS GESTÃO  
E SUSTENTABILIDADE

ORGANIZAÇÃO: ADSON RODRIGO S. PINHEIRO &  
RUBEN RYAN GOMES DE OLIVEIRA



**Fortaleza**  
PREFEITURA  
Cultura

  
EDITORA  
ARMAZÉM  
DA CULTURA

COPYRIGHT © 2023, SECULTFOR

AUTORES DOS TEXTOS: LUIZ TORELLY | LEONARDO BARCI CASTRIOTA | SIMONE SCIFONI | EMANUEL OLIVEIRA BRAGA | NADIA SOMEKH | LUIZ EDUARDO PINHEIRO SARMENTO | LEANDRO BENEDINI BRUSADIN | ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA | IGOR SOARES | DIEGO DIONÍSIO | ROMÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO | ANA BEATRIZ GOULART DE FARIA | VANESSA LOUISE BATISTA | CARMEM ZELI DE VARGAS GIL | GUILHERME WISNIK | LETÍCIA VIANNA

## EQUIPE TÉCNICA

**ADSON RODRIGO S. PINHEIRO**  
**RUBEN RYAN GOMES DE OLIVEIRA**  
Organização – Revisão Técnica

**EUGÊNIO MOREIRA**  
**SUZANA PAZ**  
Capa – Projeto gráfico – Diagramação

**ARMAZÉM DA CULTURA**  
Coordenação Editorial



**ADRIANA MARLY SAMPAIO JOSINO**  
**VESSILLO MONTE**  
Revisão de Texto

**INGRID MONTEIRO PINHEIRO**  
Acompanhamento Técnico

### [VENDA PROIBIDA]

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR). NENHUMA PARTE DESTA MATERIAL PODERÁ SER REPRODUZIDA, TRANSMITIDA E/OU GRAVADA, POR QUALQUER MEIO ELETRÔNICO, POR FOTOCÓPIA E OUTROS, SEM AUTORIZAÇÃO, POR ESCRITO, DA SUPRACITADA SECRETARIA.

Capa: Detalhe da Festa de São Pedro dos Pescadores do Mucuripe de 2022, Fortaleza. (Thiago Matine)

Ficha catalográfica elaborada por Elisabete Gonçalves.

---

978-65-86879-76-6

Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização  
Adson Rodrigo S. Pinheiro. Ruben Ryan Gomes de Oliveira. – Fortaleza:  
Secultfor: IPHAN, 2015.

210p.: il. – (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.2)

ISBN

1. Patrimônio Cultural. 2. Educação Patrimonial. 3. Políticas Públicas. I.  
Pinheiro, Adson Rodrigo S, Ruben Ryan Gomes de Oliveira. II. Prefeitura Municipal  
de Fortaleza. III. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IV. Título.  
V. Série.

---



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



---

# CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

---

VOLUME (02)

## MEMÓRIAS GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

ORGANIZAÇÃO: **ADSON RODRIGO S. PINHEIRO &  
RUBEN RYAN GOMES DE OLIVEIRA**



## EXPEDIENTE

### **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula Da Silva

### **MINISTRA DA CULTURA**

Margareth Menezes

### **PRESIDENTE DO IPHAN**

Leandro Antônio Grass Peixoto

### **PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL**

Guillermo Dicesar Martins De Araújo Gonçalves

### **DIRETOR DO DEP. DE COOPERAÇÃO E FOMENTO**

Desirée Ramos Tozi

### **DIRETOR DO DEP. DE PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Deyvesson Israel Alves Gusmão

### **DIRETOR DO DEP. DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO**

Andre Henrique Macieira De Souza

### **DIRETOR DO DEP. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Fabrício Dorneles De Oliveira

### **DIRETORA DO DEP. DE PROJETOS E OBRAS**

Bernardo Pinho Rodrigues

### **SUPERINTENDENTE DO IPHAN NO CEARÁ**

Ítala Byanca Morais Da Silva

### **CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA DO IPHAN NO CEARÁ**

Thalison Dos Santos

### **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO IPHAN NO CEARÁ**

Francisca De Azevedo Mota

### **ACOMPANHAMENTO TÉCNICO**

Igor De Menezes Soares

### **PREFEITURA**

#### **JOSÉ SARTO**

Prefeito de Fortaleza

#### **Élcio Batista**

Vice-Prefeito de Fortaleza

#### **ELPÍDIO NOGUEIRA MOREIRA**

Secretário Municipal da Cultura de Fortaleza

#### **LEILIANE BATISTA VASCONCELOS**

Secretária Executiva Municipal da Cultura de Fortaleza

#### **PEDRO IVO MITOSO JUNIOR**

Chefe de Gabinete

#### **THIALA CÁSSIA BEZERRA CAVALCANTE**

Assessora Jurídica

#### **JULIANA BARROS BOMFIM**

Assessora de Comunicação

#### **ELIANE DA LUZ SILVA**

Assessora de Planejamento

#### **ANA CLÁUDIA MOURÃO MOTA**

Coordenadora Administrativo-Financeira

#### **RUBEN RYAN GOMES DE OLIVEIRA**

Gerente de Pesquisa e Educação Patrimonial

#### **MARIA DAS GRAÇA ALMEIDA MARTINS**

Gerente de Patrimônio Imaterial

#### **MARINA QUEIROZ FONTENELE**

Gerente de Patrimônio Material

#### **MARIA DO SOCORRO FREITAS LOBO**

Coordenador de Ações Culturais

#### **MAYRA BEZERRA OLIVEIRA MATA**

Coordenadora de Criação e Fomento

#### **CARLOS ALBERTO BERTOLDO CARVALHO**

Gerente de T.I

#### **MÁRIO ALVES PAULA**

Diretor do Teatro São José

#### **MILEIDE FLORES**

Assessoria Vila das Artes

#### **PONCE JÚNIOR**

Diretor do Centro Cultural Belchior

#### **EDUARDO DA SILVA PEREIRA**

Diretor da Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira

#### **LYSANNIA DE SOUSA LIMA**

Diretora da Biblioteca Pública Infantil Herbênia Gurgel



# SUMÁRIO

13. **INTRODUÇÃO**  
ADSON PINHEIRO E RUBEN OLIVEIRA (ORG.)
23. **PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**  
LUIZ TORELLY
35. **ECONOMIA, RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DO BAIRRO DA LAGOINHA EM BELO HORIZONTE, MG**  
LEONARDO BARCI CASTRIOTA / VILMAR PEREIRA DE SOUSA
51. **O PATRIMÔNIO CONTRA A GENTRIFICAÇÃO: MOBILIZAÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS MAIS POBRES NO CENTRO**  
SIMONE SCIFONI
69. **PORTO DO CAPIM: LUTAS E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB**  
EMANUEL OLIVEIRA BRAGA / CARLA GISELE MACEDO S. M. MORAES
87. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PROJETOS URBANOS E URBANIDADE: O CASO DE SÃO PAULO**  
NADIA SOMEKH
101. **MUSEUS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO PAÇO DO FREVO, RECIFE-PE.**  
LUIZ EDUARDO PINHEIRO SARMENTO
113. **OS PROJETOS CULTURAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA**  
LEANDRO BENEDINI BRUSADIN
129. **MEMÓRIA SOCIAL E MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA, COMO INSTRUMENTOS POLÍTICOS A SERVIÇO DE UM PROJETO POLÍTICO DE DESENVOLVIMENTO**

**LOCAL SUSTENTÁVEL – A PERSPECTIVA DO PONTO DE MEMÓRIA DO GRANDE BOM JARDIM, FORTALEZA-CE**

ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA

- 147. TRANSFORMAÇÃO NA FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO**  
IGOR SOARES
- 163. DO QUINTAL PARA O FESTIVAL, UM PATRIMÔNIO QUE SE REVELA**  
DIEGO DIONÍSIO
- 171. COLETIVO ATISSAR: CAMINHOS SOBRE UMA POLÍTICA CULTURAL**  
ROMÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO
- 195. A FALA DOS PASSINHOS ERRANTES: A INFÂNCIA MENSAGEIRA**  
ANA BEATRIZ GOULART DE FARIA
- 215. CIDADE EDUCADORA: POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LIBERTADORA**
- 231. DES(LOCAR) AULAS DE HISTÓRIA E MIRAR O PATRIMÔNIO NA CIDADE**  
CARMEM ZELI DE VARGAS GIL
- 249. MODERNIDADE E PATRIMÔNIO NA ARQUITETURA BRASILEIRA: LUCIO COSTA E LINA BO BARDI**  
GUILHERME WISNIK
- 257. A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL – PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI.**  
LETÍCIA C.R.VIANNA / VANESSA LOUISE BATISTA



# INTRODUÇÃO - MEMÓRIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

ADSON PINHEIRO E RUBEN OLIVEIRA ORG.

O patrimônio esteve (ou ainda está) pouco previsto no debate das cidades sobre o desenvolvimento sustentável, apesar de seu grande potencial para contribuir com objetivos sociais, econômicos e ambientais. Tratar da relação entre Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável é tocar não apenas sobre a sustentabilidade econômica, mas avaliar os impactos que se têm quando se negligencia a manutenção e valorização do Patrimônio Cultural, que são tocados pelos efeitos das alterações climáticas, da sustentabilidade ecológica, da sustentabilidade social, principalmente quando ampliamos o olhar de um prédio isolado até as vidas presentes nas paisagens culturais e naturais que preenchem e significam boa parte dos territórios brasileiros.

Os temas da sustentabilidade, gestão e preservação da memória na contemporaneidade são assuntos desta obra, e o primeiro desafio que este volume nos traz é questionar como essas temáticas podem ser percebidas para contribuir com o debate em torno da construção de políticas públicas para o patrimônio cultural, para garantir uma expansão mais saudável, democrática e participativa das cidades. Uma das respostas está em perceber que a sustentabilidade e a conservação do patrimônio cultural, geralmente, não se restringem só ao aspecto de propriedade, mas abrangem, no sentido mais amplo do conceito, a sua função social, cultural, econômica e ambiental. Nesse sentido, o patrimônio, tal como a cultura, tem os seus valores inerentes e os seus valores funcionais.

Tratando-se do primeiro aspecto, o valor patrimonial vem das expressões individuais e coletivas a partir de reflexões artísticas, estéticas, intelectuais, memoriais e identitárias. No segundo, aproximamos essas expressões a outros

aspectos da vida e da gestão das cidades, principalmente, atreladas aos assuntos do desenvolvimento, como econômico, educacional, saúde, urbano etc. Nesses tópicos, o valor público é reforçado e comparado, pois é nesse momento que também é medido e selecionado o que queremos manter do passado, construir no presente e o que almejamos no futuro.

Quando patrimônio cultural e outras necessidades humanas de sobrevivência são colocados lado a lado se manifestam as formulações e necessidades de se pensar políticas públicas mais integradas, em que o direito à memória e o reconhecimento amplo das identidades é tão importante quanto garantir saúde e alimentação.

Nessa perspectiva, embora possa parecer clichê para os que estão há mais tempo acompanhando esses debates, os valores muitas vezes foram reduzidos a seus resultados mensuráveis, a fim de justificar os critérios instrumentais de alocações de financiamento público, enquanto se ignora a potencialidade dos gastos públicos na gestão do patrimônio para impactar as realidades das pessoas que vivem e respiram os bens culturais.

De um modo geral, a reflexão acerca da importância da sustentabilidade das cidades a partir do patrimônio nos coloca desafios que passam pelas constantes pressões econômicas das mais diversas especulações, pelas diferenças socioculturais presentes em uma mesma cidade, pela apropriação dos recursos ambientais e naturais e pelas disputas políticas do que pode ou não ser representado como memória coletiva.

No viés econômico, habitualmente nos questionamos se é possível e custoso preservar um bem que sofreu, ao longo do tempo, por modificações e pela falta de medidas regulares para a sua conservação; à falta de financiamento para restauros que exigem mão de obra qualificada e materiais específicos, que, algumas vezes, poderiam ter sido resolvidos com processos de reparação com materiais ou equipamentos adequados ao longo da sua trajetória de uso.

Os desafios socioculturais, a partir das necessidades do tempo presente, têm mudado as formas de avaliar a permanência e também os sentidos a um bem patrimonial, pois é nesse tempo que o patrimônio se constitui, exige dos contemporâneos se voltarem para os valores tradicionais do patrimônio, e a percepção pública dos valores dele, geralmente considerando somente após a percepção de seu valor econômico. As atividades de educação e de difusão dos bens patrimoniais têm contribuído para nos aproximarmos de forma mais crítica da constituição de memórias e de referências culturais, fazendo com que o patrimônio seja visto de forma mais humana e pessoal, como parte constituinte do sujeito que faz parte da cidade.

Também não podemos desconsiderar as transformações naturais atreladas ao desenvolvimento econômico que mexem com paisagens e centros históricos; as pressões ambientais podem ser naturais e sociais, como a preservação de lagoas e rios urbanos. Assim como, a reflexão do patrimônio e seu uso frequente como ferramenta política de manipulação da identidade e do sentimento de pertencimento não podem ser negligenciados pelas análises de quem se depara com os estudos do patrimônio.

Sobre esses usos, os recorrentes desafios políticos à sustentabilidade do patrimônio estão no que denominamos como trazer à tona nas cidades outros tipos de patrimônios, inclusive os que trazem incômodos, os chamados patrimônios difíceis ou “indesejáveis”. Essa tipologia está normalmente ligada a bens patrimoniais coloniais, patrimônio de períodos ditatoriais ou sistemas políticos repressores que provocam sentimentos nauseantes. Outro tipo de patrimônio ainda pouco percebido pelas gestões dos centros urbanos é o que representa as classes trabalhadoras ou os segmentos menos abastados da sociedade, resultando em fraca salvaguarda e preservação de tais bens patrimoniais.

A identificação, o reconhecimento, os cuidados, a salvaguarda, a proteção e tantas ações preservacionistas dependem de como os bens patrimoniais são geridos não só pelo poder público, mas pela sociedade e sua coparticipação no processo de encontrar soluções e também novos usos para manter aceso o ciclo de vida de um bem patrimonial.

Por último, mas não menos importante, o patrimônio cultural pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento sustentável baseado em conhecimentos e habilidades tradicionais, pensando como a cultura e patrimônio podem ser vetores econômicos importantes para tirar pessoas de condições de vulnerabilidade, além de promover um turismo de base comunitária, reunindo pessoas, culturas e ambiente, contribuindo para práticas que equilibram a utilização e o acesso ao patrimônio cultural e a promoção plena da vida natural e humana.

Pensar sobre a gestão de forma a tentar refletir como criar um ambiente que gere sustentabilidade e favorável para a plena valorização do patrimônio é tocar nos temas trazidos nesta obra, a partir dos debates feitos durante os seminários de patrimônio do município de Fortaleza. A fim de pensar estratégias para que Fortaleza consiga fazer com que sua população crie vínculos vitais com seus bens culturais, percebendo não só sua função cultural, mas também política e social, é um dos pontos-chaves que esta coletânea nos ajuda a refletir. São projetos culturais já consolidados, análises teóricas e metodológicas, experiências de gestores públicos e pesquisadores que fazem deste livro um importante instrumento para novos pesquisadores ou pessoas que almejam avançar os seus estudos na área. Um livro denso não só em quantidade de páginas, mas em profundidade em trazer abordagens contemporâneas como veremos a seguir.

Neste volume do Cadernos do Patrimônio, agrupamos os textos conforme os anos em que foram apresentados no Seminário do Patrimônio Cultural, promovidos pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor) nos anos de 2015 e 2019. Este se trata de um encontro de pesquisadores, estudantes, técnicos e parcela da sociedade civil para discutir e trabalhar temas relacionados ao Patrimônio Cultural, assim como o seu fomento, promoção e gestão.

O primeiro agrupamento de textos é motivado pelo Seminário do Patrimônio do ano de 2015, que trouxe os debates já anunciados e resumidos no início desta introdução. Naquele ano, os trabalhos se deram acerca da temática Memórias e Desenvolvimento Sustentável tratando de questões que envolvem os problemas com o desenvolvimento urbano e o lugar do Patrimônio Cultural nesses contextos, assim como refletir sobre a sustentabilidade da cultura por meio da preservação e valorização dos bens culturais.

Iniciando as discussões sobre desenvolvimento sustentável, o primeiro capítulo é o de Luiz Philippe Torelly, versando sobre o desenvolvimento sustentável a partir do acordo entre os dirigentes dos países no RIO 21. A partir do alargamento do conceito de patrimônio cultural, o desenvolvimento sustentável mostra-se como um aliado na preservação e salvaguarda de bens. Isso se dá graças à relação entre crescimento econômico e desenvolvimento e de como, a partir da AGENDA 21, visto que a emergência de frear a produção e o consumo exacerbados mostram a fragilidade de países e territórios na proteção de seu patrimônio.

Portanto, o autor deixa claro em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável: Desafios Para O Século XXI que o desenvolvimento sustentável se mostra como aliado, pois a redistribuição das riquezas e o controle sobre a exploração dos recursos são matérias necessárias para a atualidade em assegurar os bens mundiais, nacionais e locais.

Na sequência, o texto Economia, Resistência e Desenvolvimento Urbano, Leonardo Castriota e Vilmar de Sousa analisam o caso de Lagoinha em Belo Horizonte-MG, bairro que possui agentes de resistência contra a possibilidade de gentrificação, fenômeno de mudanças de usos e habitantes baseadas em possíveis alterações nas dinâmicas do bairro. Tendo isso em vista, os autores expõem dados sobre os usos dos imóveis de Lagoinha, as características de seu comércio e as percepções dos comerciantes sobre as necessidades do bairro. Dessa forma, Castriota e Sousa demonstram a possibilidade da existência de um “Arranjo Produtivo Local”, sistema que possibilita a resistência de usos e vivências do bairro frente às transformações econômicas, culturais e urbanísticas de Belo Horizonte.

O Patrimônio contra a Gentrificação: mobilizações para permanência dos mais pobres no centro é um texto que apresenta problemáticas essenciais para

uma gestão pública que pretende entregar ações relevantes e qualitativas para sociedade. Apresentando uma crítica sobre as políticas públicas que impulsionam a gentrificação, Simone Scifoni trabalha como esse processo pode estar aliado ao mercado. A geógrafa expõe os casos do Pelourinho, em Salvador-BA, e Vila Itororó, em São Paulo-SP, como exemplos de tal processo, em que a função da moradia é ignorada em prol da revitalização de espaços para a construção de um ambiente cultural, voltado para as classes mais abastadas.

Além disso, o artigo mostra como se trabalha a relação entre o mercado e a política patrimonial, quando da ignorância de pareceres técnicos e construção de falsos históricos. Por fim, Scifoni coloca que o inventário participativo pode ser um meio de fugir desses fenômenos, que é utilizado na coleta e formação de memórias, como as do Minhocão, influenciando os usos e o futuro de tal bem, buscando sempre manter seus moradores e impedir a gentrificação da área.

Na mesma linha de discutir a relação das comunidades existentes e os espaços revitalizados, é a partir do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim que Emanuel Braga e Carla Gisele Moraes colocam em evidência uma discussão essencial sobre a gentrificação e as ações estatais que costumeiramente ignoram o social. Ainda, os autores questionam as contradições nos processos de preservação proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Centro Histórico de João Pessoa. A discussão segue tratando sobre o porquê das políticas pelo patrimônio ignorarem, ou não atenderem satisfatoriamente, os marginalizados sociais. A leitura de Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB é obrigatória para aqueles que pretendem se aprofundar sobre a reação de comunidades marginalizadas das políticas públicas frente a projetos de revitalização.

Criticando a fragmentação da gestão do patrimônio histórico, a partir do caso da cidade de São Paulo, Nadia Somekh discorre em Patrimônio histórico, projetos urbanos e urbanidade: o caso de São Paulo sobre diferentes planejamentos urbanos de metrópoles pelo mundo. Estes seriam formados a fim de possibilitar a habitação ou trabalho a partir da reutilização de espaços, dando importância à questão pública como um todo. É a partir desses pontos que a autora busca relacioná-los, de forma a desengessar o trabalho realizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico, alinhando este ao planejamento urbano.

Ampliando as discussões para os desenvolvimentos de ações e equipamentos de memória, a partir da experiência do Paço do Frevo, museu de Recife-PE, o historiador Luiz Sarmiento reflete no texto Museus, território e desenvolvimento: o caso do Paço do Frevo, Recife-PE sobre as transformações econômicas e sociais, bem como as políticas que as produzem. O tempo presente impulsiona essas

mudanças, que chegam a afetar as instituições culturais e museológicas, atuando na exposição e desenvolvimento do caráter material e/ou imaterial de bens culturais.

Ainda trabalhando sobre as ações em espaços musealizados, o Museu da Inconfidência e seus projetos culturais tornam-se objeto de estudo de Leandro Brusadin em *Os projetos culturais e seus desdobramentos no Museu da Inconfidência*. Em meio a apresentação de sua infraestrutura e de seus projetos culturais, principalmente pedagógicos e de difusão do acervo. Além disso, há um desenvolvimento sobre o espaço de construção conceitual do Museu da Inconfidência, como também os avanços e limitações na construção artístico-histórica do museu, propondo o trabalho do turismo para além do consumismo.

O defensor de Direitos Humanos, Adriano Almeida, por sua vez, escreve um importante trabalho sobre a Memória Social e a Museologia Comunitária como instrumentos para o desenvolvimento local, trabalhando com o caso específico da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ). Esta que é uma experiência comunitária com diversas frentes na organização e luta dos moradores e que, a partir do trabalho com inventários, permite a conceituação na Rede DLIS de que a memória, além de lembrar e esquecer, possui uma função intrínseca com a defesa de interesses coletivos. É por meio desta defesa que se constroem possibilidades de desenvolvimento local, voltados para os agentes principais do espaço, sejam eles trabalhadores, estudantes e moradores.

Direcionando as reflexões sobre o patrimônio imaterial, Igor de Menezes Soares traz em seu artigo intitulado *Transformação na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio* uma interessante reflexão sobre as transformações da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio no município de Barbalha. O autor discute, a partir de uma revisão historiográfica, a introdução do costume na região por Padre Ibiapina, sua incorporação aos festejos oficiais da Igreja Católica na década de 20 do século XX, a carnavalização na década de 50 e sua posterior folclorização nos anos 70. Essas transformações mostram as mudanças causadas pelos setores econômicos e as continuidades e rupturas sociais entre o popular e o religioso, fenômenos que permitiram a Festa do Pau da Bandeira ser um dos patrimônios mais significativos da região como importante fonte de renda para o município a partir do turismo.

Em *Do quintal para o festival*, um patrimônio que se revela. Ações de inventário e salvaguarda a partir de um programa cultural, o jornalista Diego Dionísio avança sobre as ações realizadas com base no programa Revelando São Paulo. É com base na análise da realização do programa de 1997 a 2011, que Dionísio expõe as ações de salvaguarda que foram aplicadas, como um inventário a começar pelo levantamento das manifestações culturais imateriais, além da divulgação e do registro sonoros e visuais dos bens, e a aprovação de marcos legais. Dessa forma, o autor demonstra as

diversas possibilidades para a proteção e salvaguarda de um bem cultural a partir da realização de um programa ou política pública voltada para a área.

Romério Nascimento, no seu texto *Coletivo Atissar: caminhos sobre uma política cultural* reflete sobre tais políticas a partir de instituições da cidade paraibana. Da criação da Associação Cultural de Zabelê à constituição da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Zabelê e do coletivo *Atissar*, o autor trabalha sobre as possibilidades culturais num território descrito como de práticas ancestrais, mas incluído numa economia globalizante e informacional. Tal hibridismo marca o espaço onde a ação coletiva e a gestão cultural busca a efetividade de políticas públicas para Zabelê.

Em *A Fala dos Passinhos Errantes*, Ana Beatriz Faria discorre sobre a visão da cidade, que se torna um lugar perigoso e violento, incompatível com a presença dos infantes, aqui tratados não apenas como as crianças, mas todos que possuem a capacidade de serem afetados pela vida. Com isso em vista, a autora questiona a negação do direito dos infantes à cidade e do direito da cidade aos infantes. E é a partir de uma oficina do Programa de Escolas Integradas (PEI) que é possível perceber o importante vínculo entre a experiência, circulação e vivência dos infantes com a cidade, pois esta é um lugar que expande o processo de educação. A autora, ainda, utiliza de autores como Paulo Freire e Milton Santos, buscando mostrar que a infância deve ser levada em consideração quanto ao planejamento e aos usos da cidade.

Finalizando o primeiro agrupamento de textos, Vanessa Louise traz em *Cidade Educadora: por uma educação patrimonial libertadora* uma bela demonstração sobre a relação entre planejamento, formação e cidadania. Através do Programa “Cidade Educadora”, experiência vivida no município de Aracati, a autora demonstra como o planejamento participativo, processo dialógico trabalhado nos “Encontros Comunitários da Cidade” e no “Encontro Municipal das Comunidades”, produziu a Lei nº. 069/2013, em que a população colocou suas necessidades e prioridades para a formulação das leis orçamentárias. Ainda, com a orientação dos encontros a partir de temas geradores, foi possível localizar os entendimentos da população sobre o que é patrimônio, indo além do que é definido pelos entendimentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e abarcando os locais de convívio, a escola, o ambiente de trabalho, os saberes, as canções etc.

Todo esse processo permitiu a formulação de um curso de 15 encontros, centrado na Educação Libertadora e na Educação Biocêntrica, em que o professor se aproxima da realidade do aluno e este com a da família de forma a produzir novos entendimentos sobre o urbano, o patrimônio e a comunidade. Dessa forma, será possível atingir o processo não natural da cidadania, que segundo a autora, deve ser impulsionada através de políticas públicas como as tratadas no artigo.

Mas os trabalhos não se encerram por aqui, ainda foi explorado muito o tema do Patrimônio Cultural no Seminário de 2019, em que o tema Gestão do Patrimônio e Cidades Inteligentes foi abordado de forma sólida e intensa pelos palestrantes, oficinairos e tantos outros pesquisadores e agentes culturais do patrimônio. Contudo, nem todas as experiências compartilhadas naquele seminário foram transformadas em textos, todavia, ficaram marcadas nas mentes e nos estudos dos participantes.

Iniciando as discussões do segundo agrupamento de textos, o primeiro texto aborda a temática de educação patrimonial que Carmem Gil expõe, em Des(local) aulas de história e mirar o patrimônio na cidade, as experiências das “aulas-vivências”, que ocorriam, para além da sala de aula, nos diferentes espaços da cidade de Porto Alegre/RS. A autora desenvolve a possibilidade de ir para fora das quatro paredes, pensando os espaços, consagrados ou não, como fontes que possibilitam a compreensão e o pensamento histórico dos estudantes, não se retendo apenas nas ideias de valorização e preservação. Gil busca aproximar a educação patrimonial e o ensino de História, possibilitando questionar a formação de alunos e professores.

Mantendo o foco na educação patrimonial, A qualidade da participação social e a efetividade da política de salvaguarda do patrimônio cultural – perspectivas para o século XXI, de Letícia Vianna inicia com apontamentos sobre a relação do patrimônio cultural e a sociedade, além do caráter daquele. A partir disso, a autora reflete sobre as visões e políticas no campo patrimonial, da antropofagia modernista às leis afirmativas do século XXI. Questões como estas corroboram a tese de Vianna sobre a mudança temporal na visão e, conseqüentemente, nas políticas patrimoniais ao tratar sobre a efetividade de políticas de salvaguarda e o papel que a sociedade tem na preservação e valorização do patrimônio.

Por fim, para finalizar essa obra, nos aproximamos da temática do patrimônio cultural e sua materialidade, trazido por Guilherme Wisnik em Modernidade e patrimônio na arquitetura brasileira: Lucio Costa e Lina Bo Bardi, realizando um parâmetro geral sobre as obras destes dois arquitetos. Lucio Costa, considerado “pai” da arquitetura moderna brasileira, recepcionava influências históricas do espaço construído ou escolhas estéticas que se configuram como elementos brasileiros, ainda que trabalhasse numa diversidade de projetos. Já Lina Bo Bardi demonstrava suas influências e gosto pelos elementos brasileiros, principalmente o Nordeste e o artesanato, ainda que tivesse uma formação claramente europeia. Como obra principal, o Sesc Pompeia é desenvolvido por Bo Bardi assegurando a incorporação dos novos usos dada a uma antiga fábrica, transformada em centro cultural, de forma que se torna perceptível a abertura à alteridade e sua aplicação nos trabalhos da arquiteta.

Esta obra, como o leitor pode perceber, é um produto do encontro, das vontades de pensar juntos e trocar resultados de estudos, de práticas e de reflexão dos seus autores com os bens culturais, podendo ser pontos de partida e de chegada para olharmos as questões patrimoniais da nossa cidade, tendo como mote os desafios que nos tocam sobre o cuidado, a preservação, a intervenção e a crítica ao patrimônio cultural.

A partir da organização conceitual em torno das categorias da sustentabilidade e de gestão, a sistematização de concepções e conhecimentos aqui apresentados não devem ser seguidos como um receituário. Pelo contrário, pretende-se que constituam, também, um contributo para o confronto e crítica sobre como percebemos os bens patrimoniais e sua gestão.

Queremos dedicar este livro a todos os profissionais e cientistas do patrimônio que destinam suas vidas para produzir conhecimento no Brasil, assim como oferecer esta obra a todas e todos que vivem, criam, redesenham o nosso patrimônio cotidianamente, resignificando as identidades e referências culturais. A você, cidadão da cidade e do patrimônio, dedicamos este livro, que se torna não só a memória dos eventos aqui trazidos, mas uma ferramenta política para percebermos onde estamos e o que precisamos avançar quando tratamos de gestão pública das cidades e da preservação e da crítica das memórias no tempo presente. Se você também ficou curioso para ler, fique à vontade, pode folhear, esta obra igualmente é sua. Boa leitura!



# PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a incorporação do princípio do desenvolvimento sustentável à preservação, salvaguarda e conservação do patrimônio cultural, com vistas à promoção da qualidade de vida e do bem-estar social. O crescimento do consumo é incompatível com a capacidade de suporte e regeneração do meio ambiente. O atual modelo de “desenvolvimento”, calcado no crescimento perpétuo, e as dificuldades para a implementação do desenvolvimento sustentável em larga escala. Concentração de renda, consumo e riqueza. Um futuro incerto para o planeta.

## PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente.



## AUTOR

### LUIZ PHILIPPE TORELLY ▶

Luiz Philippe Peres Torelly, 68 anos, é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade de Brasília em 1979, especialista em habitação, planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural. Nos últimos 44 anos exerceu diversas funções públicas, relacionadas a sua área do conhecimento. Foi Presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, Diretor Presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF, Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do DF, Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por duas vezes, Professor Universitário e membro do Comitê da Memória do Mundo da Unesco, entre outras funções públicas. No ano de 2015 foi premiado com o título de Arquiteto do Ano, na categoria Servidor Público pela Federação Nacional dos Arquitetos – FNA. Recebeu Moção de Louvor da Câmara Legislativa do DF, por relevante contribuição para a História, para a Cultura e para a Educação no Distrito Federal – 2021. Aprendiz de escritor, tem muitos artigos, ensaios e três livros publicados: *Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável*; *Memória e Patrimônio. Crônicas e outros escritos*, e *O Mármore e a Murta*. Antônio Vieira. Jesuítas, Cativos e Bandeirantes no Século XVII.

# PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

## DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

O objetivo deste trabalho é de refletir sobre a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável a preservação, salvaguarda e conservação do patrimônio cultural, com vistas à promoção da qualidade de vida e do bem-estar social. Além disso, sugerir diretrizes e ações que repliquem as experiências positivas, dos sítios reconhecidos como Patrimônio Brasileiro e Mundial. Para que não se incorra no risco de dubiedade conceitual, foi utilizada uma bibliografia referencial, mencionada ao longo do texto e devidamente consignada ao final. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado é o constante da AGENDA 21, de larga aceitação entre governos nacionais, organizações internacionais, organismos multilaterais e organizações não governamentais.

É possível estabelecer pactos globais que permitam o controle e a redução de todas as formas de poluição e degradação dos recursos naturais e culturais, e adotar princípios e procedimentos de desenvolvimento que assegurem às atuais e futuras gerações, o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza? É possível construir um futuro solidário sem considerar a dimensão cultural e seu papel primordial na preservação da memória e identidade dos povos?

Apesar dos sinais evidentes manifestos no aquecimento global, escassez de água potável em muitas regiões – vide a atual crise de abastecimento da cidade de São Paulo – e a poluição dos oceanos e do solo, não foi suficiente para que muitos países desenvolvidos ou emergentes adotassem medidas restritivas ao consumo e a uma concepção de desenvolvimento que, em sua essência, é predatória.

Simultaneamente, os países pobres ou emergentes, reivindicam a superação de tal condição e, igualmente, o aumento do consumo. Infelizmente, os recursos são finitos e insuficientes em médio prazo, para atender as demandas de todos, caso perdure o modelo atual de desenvolvimento, calcado em uma falsa noção de progresso infinito.

Neste cenário repleto de paradoxos, o conceito de patrimônio cultural ampliou-se consideravelmente nas últimas décadas. A adoção da transversalidade como princípio e as leituras territoriais como meio, onde os aspectos naturais e culturais se entrelaçam, tornaram as abordagens mais complexas e múltiplas. Seja em sua dimensão material estendendo a ação preservacionista a um espectro maior de bens em várias escalas, como, por exemplo, nas paisagens e itinerários culturais, seja em sua dimensão imaterial, cujos avanços foram notáveis, no registro, salvaguarda e difusão de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que constituem o cerne das culturas em suas diversas manifestações. Pode-se afirmar que, na atualidade, a preservação do patrimônio cultural não é apenas mais abrangente, ela reflete com maior intensidade a diversidade, as várias identidades formadoras das nações, povos e etnias. Especialmente aquelas que, por estarem vinculadas a agrupamentos sociais restritos, muitas vezes marginalizados e de limitada expressão demográfica e econômica, apresentam riscos elevados de desaparecimento. Ressalte-se, ainda, que essa nova acepção do conceito de patrimônio cultural, expressa-se, cada vez mais, como um dos caminhos do desenvolvimento, em oposição a uma compreensão vigente nos anos 1980, de que eram processos antagônicos.

A mesma dinâmica social que determinou a ampliação do conceito de patrimônio cultural tem sido fundamental para a sua inserção gradativa no contexto das demais políticas públicas. Embora ainda seja necessário um grande esforço para articular e promover um aumento dos investimentos públicos e privados, em uma estratégia que esteja voltada para sua melhor eficiência e eficácia, progressos importantes foram alcançados nos últimos anos, tanto no âmbito do crescimento da capacidade de investimento, quanto da gestão. Estes avanços têm determinado um aprimoramento técnico e administrativo, que permitiram a inserção de um número muito maior de países em fóruns internacionais, conferindo escala mundial às agendas locais. Todavia, ainda temos uma longa caminhada para que a preservação do patrimônio cultural seja um dos agentes de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado, conforme preconiza Inacy Sachs (2004). Especialmente no que diz respeito à intensificação da cooperação internacional, Norte/Sul e Sul/Sul, sem a qual nossos esforços serão sempre insuficientes.

A missão de preservar a memória, para assegurar às gerações futuras o conhecimento de sua história é inerente ao trabalho do IPHAN, da UNESCO e de milhares de instituições de proteção ao patrimônio cultural por todo o mundo. Este fato se constitui um importante facilitador na assimilação dos valores do desenvolvimento sustentável, por seu compromisso diacrônico com o amanhã. Estamos diante de

um desafio planetário de elevada complexidade, onde a assimetria dos interesses e aspirações dos agentes envolvidos é múltipla e profundamente desigual.

## **O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E SUA TRAJETÓRIA: PARA ONDE ESTAMOS INDO?**

Durante muito tempo, crescimento econômico e desenvolvimento foram quase sinônimos. No Brasil, a expressão “deixar o bolo crescer para depois reparti-lo” esteve em grande evidência durante o “boom” econômico dos anos 1970, antes do choque do preço do petróleo. Essa ideia de larga aceitação em alguns círculos governamentais da época foi formulada pelo economista americano Simon Kuznets, Prêmio Nobel de Economia em 1971 (VEIGA, 2005). Era sustentada por evidências ocorridas em alguns países, de que a expansão da renda promovia concentração em um primeiro momento, mas em fase subsequente, após seu crescimento, haveria uma tendência à distribuição. Embora, como o próprio autor reconhece, fosse calcada em base empírica restrita, essa acepção perdurou por bastante tempo, possivelmente por convergir com posturas políticas e ideológicas de caráter liberal, então e ainda, dominantes no cenário internacional.

Hoje sabemos que pode haver crescimento econômico, sem que haja desenvolvimento, já que muitos países viveram, ou vivem, esse processo. Diversos autores têm se debruçado sobre o conceito ou o entendimento do que é desenvolvimento. Celso Furtado, José Eli da Veiga, Ignacy Sachs e Amartya Sen são alguns deles. Todos estabelecem, com clareza, que, para que ocorra a conversão do crescimento econômico, em desenvolvimento, deve ser combatida a concentração de renda, a pobreza, a desigualdade e as diferenças substanciais entre as nações.

Em vários países do denominado mundo desenvolvido, o crescimento econômico precedeu o desenvolvimento ou ocorreu de forma simultânea. Já no Leste Asiático, países como o Japão, Coreia e China, entre outros, obtiveram êxito em atingir níveis de desenvolvimento superiores ao massificar os investimentos em saúde e educação, antes mesmo de superar os patamares da pobreza. O crescimento do mercado interno com a apropriação crescente de novas tecnologias e uso intensivo em mão de obra, para aumentar o valor agregado da produção, é outra característica relevante dos processos de desenvolvimento bem sucedidos, já que a demanda mundial por produtos e serviços com essas características é bem superior ao das matérias-primas e dos produtos de baixo valor agregado.

Há um reconhecimento por parte dos autores citados, de que não pode haver desenvolvimento com supressão de direitos ou “liberdades instrumentais”,

1. Amartya Sen, em seu livro “Desenvolvimento e Liberdade”, 2010, p. 21-25, fala-nos que “entre os desafios cruciais do desenvolvimento, em muitos países, atualmente, inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto”.

Ele denomina de “liberdades instrumentais” cinco dimensões de direitos e oportunidades que ajudam a promover as capacidades de uma pessoa:

- 1) liberdades políticas;
- 2) facilidades econômicas;
- 3) oportunidades sociais;
- 4) garantias de transparência;
- 5) segurança protetora.

como assinala Amartya Sen<sup>1</sup>. Direito ao trabalho com remuneração justa e às oportunidades econômicas; à saúde; à educação; à habitação e saneamento; às liberdades políticas, culturais, étnicas e religiosas. O caso do Brasil é bem ilustrativo para a última década, quando ocorreu crescimento econômico, distribuição de renda e melhoria dos indicadores sociais. Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam como investimentos públicos e programas sociais como o bolsa-família e a elevação do poder de compra do salário-mínimo – 72% em termos reais desde 2003 – e das aposentadorias, podem promover a elevação da qualidade de vida de milhões de pessoas. Em uma década, o número de trabalhadores com carteira assinada passou de 55% para 65% da população total. O analfabetismo caiu de 14% para 10%; a expectativa de vida cresceu de 71 para 74,6 anos. A mortalidade infantil, em 20 anos, passou de 60 para 16 nascidos vivos. O percentual de crianças fora da escola, de 5,5% para 3%, ao mesmo tempo em que cresceram os domicílios com saneamento básico adequado, de 56% para 62%, e atendidos por serviço de coleta de lixo de 79% para 87%. Em 2013, o índice de Gini, que mede a concentração de renda, alcançou seu valor mais baixo desde o início da série: 0,498 (quanto mais perto de zero menor a concentração de renda).

A outra constatação importante é de que o padrão de consumo praticado nos países chamados desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, é impossível de ser reproduzido em todo o globo, seja pela insuficiência de capitais e recursos tecnológicos, seja pela incapacidade de fornecimento de matérias-primas. Os cidadãos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão consomem, em média, 32 vezes mais recursos, como por exemplo, combustíveis fósseis, e geram 32 vezes mais rejeitos do que os países pobres (DIAMOND, 2005). Em prazo muito curto, haveria um colapso ambiental decorrente da falta de água, energia, alimentos e demais insumos básicos e a poluição do ar, da terra e da água se tornariam insuportáveis. Este conjunto de países, graças ao acúmulo de capital, inovações tecnológicas e o desenvolvimento de seus mercados internos, tornaram possível que grande parcela de suas populações, urbanizadas em consequência da industrialização, conquistassem melhores e diversificados padrões de consumo. Contudo, a conciliação de crescimento econômico e conservação do meio ambiente é ideia nebulosa e incerta, que não deve ocorrer em curto prazo, mesmo que de forma isolada, em algumas atividades ou locais (VEIGA, 2005). Certamente dependerá de soluções tecnológicas que ainda não estão disponíveis, e de um controle demográfico que deve envolver o planeta como um todo, e que, via de regra, é atingido pela melhoria dos padrões de desenvolvimento e bem-estar social. Este é um dos paradoxos que deveremos enfrentar.

Em decorrência dessa circunstância histórica, originou-se a denominada assimetria Norte/Sul, agravada pelo processo de globalização, que ampliou o poder das empresas transnacionais e do capital financeiro e reduziu o papel regulador dos estados nacionais, determinando um processo de concentração de renda em escala mundial, em patamares nunca vistos. Segundo o economista Ignacy Sachs, “os padrões de consumo do Norte

abastado são insustentáveis” (SACHS, 2002). Diante da concreta possibilidade e justa aspiração de desenvolvimento dos países que ainda não atingiram padrões satisfatórios de bem-estar social, é determinante, como proposto pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1992, 2002 e 2012, que se estreite a cooperação econômica e tecnológica Norte/Sul e Sul/Sul e que, sob mediação da ONU, todos os habitantes do planeta, sejam possuidores das “liberdades instrumentais” e que haja uma reaproximação entre ética, economia e política, de que nos fala Amartya Sen.

A continuidade do quadro atual, alimentado pela equivocada noção de que o desenvolvimento é perpétuo, de que os bens naturais são integralmente recicláveis e reaproveitáveis e de que o capital natural não tem custo ou este é muito baixo, podem nos levar a um futuro de difícil previsibilidade. O aprofundamento das tendências atuais, especialmente a ausência de controle demográfico, poderá levar, em 2020, os países pobres exportadores de “commodities” de baixo valor agregado a um incremento populacional enorme, de 1,3 bilhões para 3,0 bilhões de habitantes (VEIGA, 2005).

Importante lembrar que a atual crise financeira, denominada de crise da dívida soberana da zona do euro, poderá retardar a já insuficiente cooperação Norte/Sul, pela necessidade de reter investimentos e acumular capitais em regiões já desenvolvidas, onde alguns países apresentam baixos índices de desenvolvimento e elevadas taxas de desemprego, como Espanha, Portugal, Grécia e Itália.

## **CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI: UMA ENCRUZILHADA INEVITÁVEL**

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, conhecida como Rio 92, estabeleceu os princípios necessários para uma convivência harmoniosa do homem com o meio ambiente, na denominada AGENDA 21. Os princípios aí consagrados definiram os contornos do conceito de desenvolvimento sustentável, a par das controvérsias que perduram entre os especialistas, desde aqueles que o limitam ao crescimento econômico, aos que os consideram inexecutáveis ou incompatíveis com a conservação da natureza. Os princípios que assinalam o compromisso com a preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações, como indissociável do conceito de desenvolvimento e que preconiza ser indispensável à erradicação da pobreza e a inserção social, são os que mais de perto determinaram o que se entende hoje como sustentabilidade, sem reduzir a importância dos demais.

Embora seja um documento de referência para todos os países, e o conceito de desenvolvimento sustentável que dele emana é o que é adotado pelos organismos

internacionais e governos nacionais, pode-se afirmar que se trata de conceito ainda em construção. Segundo José Eli da Veiga,

a expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses objetivos, isto é, de crescer sem destruir (VEIGA, 2005).

O livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento Como Liberdade*, teve desde seu lançamento em 1999, enorme repercussão. Tal êxito deve-se principalmente à simplicidade e à objetividade de suas ideias, que associam o alcance do desenvolvimento sustentável à supressão das privações que restringem os direitos e as liberdades dos trabalhadores e da noção de que não existe um único caminho. Mas a efetividade das liberdades de que nos fala Sen enfrenta obstáculos gigantescos. A existência de um mercado financeiro e de corporações transnacionais de caráter essencialmente especulativo, cujo objetivo principal é o lucro dos investidores, é um deles. Novamente, a continuidade da crise financeira de 2008 exemplifica o potencial desestruturador da economia mundial, proporcionado por mercados com baixo nível de regulamentação. Ignacy Sachs nos fala da relação entre o mercado e o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros (SACHS, 2002).

Depreende-se que, para alcançá-lo, será necessário não apenas regulamentar e impor restrições. Mas, sobretudo, combater a supressão das liberdades, distribuindo renda, promovendo incentivos e subsídios e respeitando valores éticos e culturais que foram relegados.

Embora a população da terra tenha atingido recentemente a cifra de sete bilhões de habitantes, sete vezes mais do que no primeiro quartel do século XIX, nunca existiu tanta fartura e disponibilidade de meios, e embora parte considerável da humanidade, cerca de 20%, viva segundo o Banco Mundial abaixo da linha de pobreza – U\$ 1,75/dia – a riqueza acumulada seria suficiente para garantir a todos satisfatórias condições de qualidade de vida. Diante desses números, a superação de alguns desafios é essencial: 1) restabelecer as relações entre economia e ecologia; 2) controlar o crescimento populacional; 3) controlar o crescimento econômico e estimular a distribuição de renda; 4) aumentar o consumo dos países pobres e emergentes; 5) universalizar e baratear as inovações tecnológicas.

- 1) A exemplo das demais ciências, a economia tem uma dimensão espacial e ambiental. Contudo, a não ser para atender os limites ou restrições

estabelecidos pela legislação, os agentes econômicos atuam, na maioria dos casos, como se não estivessem inseridos em um “habitat” e, muitas vezes, ignoram que o ambiente já foi degradado, que seus efeitos se acumulam e que a escassez ou falta é inexorável, a médio e longo prazos (VEIGA, 2005). É necessário que ecologia e economia interajam, uma indicando o que é necessário para a sustentabilidade, outra elaborando as estratégias de transição para esse objetivo (SACHS, 2002);

- 2) É uma unanimidade entre os estudiosos que haja um controle do crescimento populacional e que o este é diretamente relacionado com os padrões de desenvolvimento. Países como o Brasil, que cresceram a elevados índices durante o último século, devem dar início ao decréscimo de sua população em 2030, segundo projeções do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Contudo, na África e parte da Ásia, especialmente em países pobres, a população continuará crescendo;
- 3) A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável, ou “caminho do meio”, foi a alternativa política construída para superar o confronto entre os que priorizavam a aceleração do crescimento como alternativa para ampliar a conservação do meio ambiente no futuro, quando os países atingissem o desenvolvimento, em oposição aos que preconizavam estagnar o crescimento econômico e do consumo (SACHS, 2002). A distribuição de renda interpessoal, inter-regional e internacional (Norte/Sul e Sul/Sul), o controle populacional e as inovações tecnológicas são medidas fundamentais. Principalmente diante da possibilidade, cada vez mais concreta, de crescimento “zero” ou mesmo seu decréscimo, face ao aprofundamento da crise econômica. Sem que isso ocorra, haverá uma expansão inexorável da pobreza e dos conflitos socioeconômicos, com suas imprevisíveis consequências, principalmente diante da perspectiva cada vez mais concreta de recessão com encolhimento da economia;
- 4) Para que seja crescente o aumento de consumo de países pobres e emergentes, o padrão de vida dos países desenvolvidos deve ser controlado e o consumo reduzido. Na atualidade, eles são inalcançáveis (DIAMOND, 2005). Para que todos os países tivessem o nível de bem-estar social e econômico da América do Norte e Europa, seriam necessários respectivamente, 5,22 e 2,66 planetas Terra (O futuro que queremos, INPE/BR, 2012). Não podemos nos esquecer de que a humanidade adquiriu a capacidade de autodestruição;
- 5) A permanente evolução tecnológica ainda não gerou os benefícios capazes de mitigar as mazelas do crescimento econômico. Precisamos de tecnologias mais eficazes e baratas para que possamos

ser universalizadas. Algumas delas estão ao nosso alcance, como por exemplo, o tratamento de esgotos. Em muitas sociedades, como no caso do Brasil, ainda convivem tecnologias seculares com as de última geração. É uma questão de prioridade.

Estamos diante de desafios que exigirão de todos os países e nações, organismos internacionais, empresas e pessoas uma nova postura ética, política e cultural, que supere os conflitos que nos acompanharam até hoje. Sem um esforço que transcenda os interesses imediatos de cada país, ou blocos de países, que reduza substancialmente os padrões de consumo e de impacto sobre a natureza, estaremos em uma situação insólita. Pois, além do rápido declínio dos recursos renováveis e não renováveis, e de desastres ecológicos em grande escala, corremos um elevado risco de conflitos multinacionais. Eric Hobsbawn, um dos maiores intelectuais e historiadores da atualidade, no epílogo de seu livro “A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991”, assim se manifesta de maneira contundente:

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até esse ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, uma alternativa para uma mudança da sociedade é a escuridão (HOBSBAWN, 1995).

## **PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DIMENSÃO AINDA POR INCORPORAR**

O conceito de patrimônio cultural é dinâmico e cada vez mais abrangente, sua natureza é cumulativa, transmissível e diversa. Manifestação material e imaterial da relação adaptativa do homem aos diferentes ambientes ecológicos, não está restrito ao que é patrimonializado, reconhecido ou definido como objeto de salvaguarda e acautelamento. Seu estabelecimento, ato discricionário embasado em critérios de valoração objetivos e subjetivos de uma determinada sociedade, determina parcela do legado cultural da humanidade às futuras gerações. Sua relação e impacto sobre a natureza são permanentes e se intensificam na medida do crescimento demográfico.

A importância da dimensão cultural no processo social e em uma visão crítica do desenvolvimento é recente como preconiza Celso Furtado. Sua percepção ocorre com a constatação de que “a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material” (FURTADO, 1998). Embora expressivos segmentos alcancem significativos progressos em seu bem-estar, continuam prisioneiros de padrões

culturais determinados por questões religiosas, etnocêntricas e geocêntricas, por exemplo. O que não deve ser confundido com o direito à diversidade e à identidade, atitudes que podem preservar as características da vida tradicional de muitos povos e nações, estabelecendo um diálogo do passado com o futuro, sem que se converta em um obstáculo ao desenvolvimento sustentável.

O caráter inevitável da globalização deve respeitar as especificidades das culturas locais e não ocidentais. Não é possível um único processo de desenvolvimento, mas possibilidades de escolhas qualitativas e quantitativas (SACHS, 2004). Este nos parece o nexos fundamental para que a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural estejam imbricadas ao desenvolvimento.

Não existem formulas prontas para este imenso desafio que une todos os países cada vez mais interdependentes, mas que estabelece simultaneamente contradições e paradoxos entre ricos e pobres. O compromisso sincrônico com as atuais gerações e diacrônico com as futuras, e a educação, são os esteios que podem permitir uma nova visão e mentalidade. Nesse processo, como nos lembra Celso Furtado,

o ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais (FURTADO, 2000).

As atitudes cotidianas mesmo que pareçam insignificantes, tendem a se multiplicar e estabelecer novos padrões comportamentais. Ainda não nos apropriamos o suficiente da abrangência do conceito de sustentabilidade a ponto de confundi-lo com sustentação. Um projeto pode ser viável técnica e financeiramente sem ser sustentável. Portanto, não pode existir preservação patrimonial sustentável, sem integração com as demais políticas públicas: o combate à pobreza e ao desemprego, a saúde, o saneamento, o uso e a ocupação do solo urbano e rural, a conservação da natureza.

A experiência de 161 países na gestão de 1007 bens incluídos na lista do Patrimônio Mundial, bem como a de cada um deles na gestão de seu próprio Patrimônio Cultural, precisam ser valorados e replicados de forma igualitária. O mapa mundi de distribuição dos bens do Patrimônio Mundial evidencia a relação do desenvolvimento econômico e social, com a preservação do Patrimônio Cultural, ao exibir a concentração de bens na Europa. Em oposição, vemos que, na lista de bens em situação de perigo, a maioria se concentra na África. Assim, fica claro que, ao adotarmos os princípios do desenvolvimento sustentável, nosso compromisso passa a ser não apenas o da preservação e salvaguarda, mas o da elevação dos padrões educacionais, da renda e do emprego, enfim, dos indicadores socioeconômicos em níveis recomendados pela ONU e suas agências.

Para que possamos atingir esse patamar, empreitada sabidamente árdua, há que se estreitar e intensificar a cooperação internacional norte/sul e sul/sul, não apenas com

assistência técnica, mas também com investimentos intergovernamentais e privados, com efetiva transferência de renda. Simultaneamente, a ampliação do círculo de agentes e atores institucionais e sociais é tarefa indispensável. Ao trabalho de organizações especializadas, técnicos e pesquisadores, é necessária a adesão e incorporação dos governos nacionais e locais, de organizações não governamentais e da população em geral, especialmente aquela que interage territorialmente com os sítios e monumentos, ou é protagonista de ações e manifestações da dimensão imaterial.

Em suma, a gestão do patrimônio cultural, independentemente de seu nível de reconhecimento – se mundial, regional, nacional ou local – só rompe seu isolamento e se harmoniza com o real sentido de desenvolvimento sustentável se fizer parte da pauta e do esforço de planejamento governamental e das ações do poder público e da iniciativa privada. Cada vez mais, a dimensão cultural deverá se incorporar às outras dimensões do desenvolvimento, como a social e a econômica, relegando ao passado as soluções parciais, incapazes de proporcionar alternativas para uma realidade complexa e dialética. Ao refletir sobre novas possibilidades e alternativas de gestão para o patrimônio cultural, não basta olharmos o local, as comunidades sob a esfera de influência dos bens, mas o global. O slogan “Pensar globalmente e agir localmente” nos parece superado frente ao poderio quase ilimitado das corporações e dos mercados transnacionais. O desafio hoje é agir e pensar localmente e globalmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAMOND, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento includente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

# ECONOMIA, RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DO BAIRRO DA LAGOINHA EM BELO HORIZONTE - MG

## RESUMO

Este texto analisa dois modelos distintos de intervenção sobre o patrimônio das cidades – a conservação e a revitalização urbana, e como as políticas que perseguem a sustentabilidade têm, cada vez mais, estado atentas para a configuração econômica das regiões afetadas. Neste caso, pretende-se investigar como o fortalecimento de um Arranjo Produtivo Local (APL) existente, mas ainda incipiente, que vincula ofícios tradicionais ao comércio de móveis e antiguidades, no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, pode servir como base para o desenvolvimento local, contribuindo para minorar a gentrificação que poderia advir da revitalização da área. Para isso, realizou-se um diagnóstico detalhado do bairro, que foi analisado em seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, socioeconômicos e culturais, mostrando-se como as atividades tradicionais contribuem para a resistência cultural da região e para a peculiar maneira de seus habitantes viverem a cidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio; Conservação; Revitalização; Diagnóstico; Belo Horizonte.



## AUTORES

### LEONARDO BARCI CASTRIOTA ▶

Arquiteto-urbanista, com doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles e a Universidad Politécnica de Madrid. Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do CNPq e, desde 2017, Vice-Presidente do ICOMOS internacional.

### VILMAR PEREIRA DE SOUSA ▶

Possui graduação em Geografia (1998), em Licenciatura em História (1998) e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). É especialista em Metodologia de Ensino de Geografia pela Faculdade de Educação São Luís (1999) e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), (2010). Atualmente é professor do Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da UFMG, além de atuar como autônomo na área de Psicologia, mediação de conflitos e planejamento estratégico. Tem desenvolvido diversos projetos unindo psicologia social e geografia urbana, tendo participado como consultor na elaboração de seis Planos Diretores Participativos, dois Planos de Habitação de Interesse Social, Inventário das Técnicas Construtivas Tradicionais dos estados de Minas Gerais e de Santa Catarina, junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Psicologia e Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, políticas públicas, cidade, morfologia e planejamento e gestão territorial.

# ECONOMIA, RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DO BAIRRO DA LAGOINHA EM BELO HORIZONTE - MG\*

Processos de revitalização urbana ao redor do mundo têm, via de regra, produzido expulsão da população e dos pequenos negócios locais, configurando o fenômeno denominado de “gentrificação” pela literatura especializada. Tradução literal do inglês *gentrification*, esse processo afetaria uma região ou bairro com profundas alterações das dinâmicas da composição do local, caracterizando-se pela instalação de novos tipos de usos e habitantes, que vêm substituir os antigos moradores de mais baixa renda. Essa expulsão é muitas vezes provocada pela própria valorização dessas áreas, que traz um aumento de custos e serviços, que dificulta a permanência dos antigos ocupantes (ARANTES; VAINER, 2002; BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Pode-se constatar ainda que esse fenômeno é fortemente impactado pela ação do próprio Estado no caso da América Latina, onde os enunciados e as práticas ligadas à conservação integrada (CI), que inicialmente eram marcados por uma perspectiva social, vão sendo paulatinamente substituídos por uma abordagem com um viés estritamente econômico. Este texto apresenta parte de uma pesquisa que vem sendo realizada com o patrocínio do CNPq, da FAPEMIG e da UFMG01, que pretende investigar como o fortalecimento de um Arranjo Produtivo Local (APL) existente, mas ainda incipiente, que vincula ofícios tradicionais ao comércio de móveis e antiguidades, no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, pode servir como base para o desenvolvimento local, contribuindo para minorar a gentrificação que poderia advir da revitalização da área.

Para isso se realizou inicialmente um diagnóstico detalhado do bairro, que foi analisado em seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, socioeconômicos e

\* Este projeto teve o financiamento do CNPq, do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG e do Programa de Bolsas de Extensão da UFMG. A pesquisa contou ainda com os seguintes bolsistas: Iago Vinicius Avelar de Souza, João Paulo Campos e Fernanda Alves Martins.

culturais, utilizando-se de várias metodologias complementares. Este texto vai apresentar os resultados do “Levantamento Econômico da Lagoinha”, com ênfase nos ofícios tradicionais, e do “Levantamento Urbanístico e Arquitetônico da Lagoinha”, pesquisas que refazem trabalhos realizados nos anos 1990, utilizando-se dados cadastrais e pesquisa de campo. Os resultados foram espacializados, e nos permitiram construir um retrato veraz do bairro hoje, mostrando como as atividades tradicionais contribuem para a resistência cultural da região e para a peculiar maneira de seus habitantes viverem a cidade.

## **CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANA**

No final do século XX o conceito de patrimônio passa, como sabemos, por importantes mudanças, vindo a sofrer uma ampliação que muda a própria natureza do seu campo, principalmente graças ao contributo decisivo da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante (CARSALADE, 2011; CHOAY, 2001). Além disso, superando a visão reificada da cultura como um “conjunto de coisas”, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão – imaterial – da formação do significado (CASTRIOTA, 2009).

Nos anos 1960, começa também a se formular outra visão de intervenção sobre o patrimônio, passando-se da ideia da *preservação* para a da *conservação*, da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a conservação das características “que apresentem uma significação cultural”, como bem enuncia a “Carta de Burra” de 1980. Desta forma, enquanto a preservação pressupunha a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão, não sendo de se estranhar que essa ideia tenha emergido justamente quando se consolida a ideia do *patrimônio urbano*, objeto não estático por excelência (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; CASTRIOTA, 2009).

Nessa nova perspectiva, passa a ser central a integração da conservação com políticas mais amplas de desenvolvimento, sendo uma contribuição teórica decisiva a introdução, pela Declaração de Amsterdã de 1975, do conceito de “conservação integrada” (CI), onde se explicita a necessidade da conservação ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional. Um exemplo típico deste modelo de intervenção vai ser o caso de Bologna (Itália), onde, com o auxílio da metodologia do restauro histórico-tipológico e com decisiva ação estatal, se protege e se recupera o centro

histórico como um todo – e não apenas monumentos excepcionais isolados, com destaque para a função residencial. Com a crítica aos estragos que a perspectiva do urbanismo moderno vinha causando às cidades, valoriza-se ali também a qualidade ambiental dos núcleos históricos e a conservação de sua morfologia urbana e do patrimônio cotidiano.

No caso brasileiro, pode-se afirmar que, de um modo geral, encontrou-se grande dificuldade para se implantar projetos da conservação urbana, onde se articulassem as políticas de patrimônio e de planejamento urbano, apesar dos discursos dos órgãos oficiais incorporarem as novidades da cena internacional. É verdade que já em meados dos anos 1970, os diversos níveis de governo começam a procurar alternativas de gestão para os conjuntos urbanos, percebendo que esses não mais podiam ser tratados sob a perspectiva da cidade como “obra de arte”, até então vigente, cabendo se destacar o *Programa de Cidades Históricas* - PCH, criado em 1975, que introduziu mudanças nos conceitos dominantes, ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos”. Inicialmente implantado no Nordeste, onde deveria articular ações ligadas ao turismo, o PCH se expandiu para todo o território nacional durante 10 anos e financiou 193 projetos, entre os quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. Porém, apenas 20% dos monumentos restaurados geraram recursos para sua própria conservação e poucos planos diretores financiados pelo Programa foram implementados, por falta de articulação com os municípios e de uma legislação que obrigasse a sua execução (CASTRIOTA, 2009).

É interessante perceber também como os enunciados e as práticas ligadas à conservação integrada (CI) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 eram fortemente marcados por uma perspectiva social, corporificada tanto no estímulo à participação cidadã, quanto na preocupação com o deslocamento de populações economicamente frágeis que habitavam os centros históricos. Como observa Silvio Zancheti, se os princípios da conservação integrada vão ter sua origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, vão servir também simultaneamente “como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional” (ZANCHETI, 2000).

No entanto, essa perspectiva inicial vai sendo paulatinamente substituída por uma abordagem com um viés econômico, derivada, entre outros, da crise do Estado de bem estar social, que se via impossibilitado de arcar sozinho com os custos das intervenções, e de um crescente predomínio de governos conservadores. Além desses fatores externos, cabe chamar a atenção, como já observamos anteriormente, para um fato próprio da conservação: a emergência da questão do *financiamento* e da *sustentabilidade*

das áreas conservadas fez-se mais urgente na medida em que o conceito ampliado de patrimônio trazia para si áreas inteiras, que passavam a ser valorizadas como totalidade urbana e não a partir do mérito arquitetônico ou estético das edificações e estruturas individuais. Nesse momento, a questão do *uso* dessas áreas torna-se central para as políticas de patrimônio, já que nem todas essas edificações protegidas podiam se transformar em museus ou centros culturais, e nem todas as áreas conservadas, em destinos turísticos privilegiados (LEITE, 2002; KARA-JOSE, 2007).

Com isso, como observa Antônio Augusto Arantes, acontece uma nova e importante inflexão na trajetória da problemática do patrimônio cultural no final do século XX, “uma vez que o seu eixo articulador agora tende a se deslocar do campo da política para a economia”. Colocam-se, em decorrência, novos desafios para a área, entre eles o de resgatar a dimensão intangível, “aceitando o desafio de integrar aspectos materiais e imateriais” e enfrentar a relação do patrimônio com o mercado, “equacionando finalmente a problemática da promoção do potencial desses bens enquanto recursos simbólicos e materiais” (ARANTES, in: LAGES et al, 2004, p. 109). Nesta nova visão, a perspectiva do patrimônio cultural não conflitaria com as perspectivas econômicas, ambientais e socio-culturais: não apenas eles são vistas como complementares, mas considera-se que o sucesso a longo prazo depende de se conseguir ligá-las. Assim, a *revitalização urbana*, postura de intervenção que vem se somar à ideia da conservação, procuraria sempre – pelo menos idealmente – um equilíbrio entre as leis do desenvolvimento econômico, as necessidades e os direitos dos habitantes e o ganho de valor da cidade como um bem público (BALULA, 2011; ZANCHETTI, 2000).

## **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (A.P.L.S) TRADICIONAIS E REVITALIZAÇÃO ECONÔMICA**

Para se buscar, então, um desenvolvimento econômico que garanta a sustentabilidade das áreas conservadas, sem se chocar com seu caráter patrimonial, as políticas públicas têm, cada vez mais, estado atentas para a *configuração econômica* das regiões afetadas, traçando diagnósticos detalhados e estratégias para o seu fortalecimento (ZANCHETTI, 2000). Com isso, ganha destaque a temática da *revitalização econômica*, já que muitas vezes as áreas de interesse patrimonial abrigam uma população de baixa renda e negócios com baixa dinâmica econômica. Trata-se, assim, de projetos que não só visam fortalecer os negócios locais, mas também englobam mecanismos para garantir a inclusão produtiva de agentes e setores excluídos. Nessa perspectiva, ganha especial destaque o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL), (REIS, 2007).

Hoje em dia existe uma vasta literatura nacional e internacional sobre o fenômeno da aglomeração de empreendimentos de uma mesma atividade produtiva em uma determinada região geográfica, com muitas denominações e ênfases diferentes: aquilo que mais frequentemente é denominado de “arranjo produtivo local” (APL), também é chamado de “sistema produtivo local” ou mesmo “cluster”. Segundo documento produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial do governo federal, um APL se caracterizaria “por um número significativo empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilhem de formas percebidas de cooperação e governança, e que pode incluir pequenas, médias e grandes empresas” (GOVERNO FEDERAL, 2004, p. 5). De fato, embora as definições de um APL ganhem forma diferente, como as adotadas pelo SEBRAE, BNDES, BNB, BASA, elas guardariam entre si uma ideia comum assentada nos seguintes pontos: aglomeração produtiva com uma certa espacialidade, espacialidade local, cooperação e aprendizado formal ou não.

Assim, dentre os diversos conceitos existentes, destaca-se o transcrito abaixo, de autoria da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que define:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>).

Como observam Andréa Rocha Pereira e Leonardo Gomes, os elementos básicos para a constituição dos arranjos produtivos seriam, assim, o “território” e o “tipo de produção”, destacando-se como sua característica fundamental o fato deles se constituírem “sob a referência da cooperação”, sendo, por isso, “potencialmente indutoras de desenvolvimento socioeconômico, despertando, com isto, o interesse dos governos e da sociedade como um todo” (PEREIRA, 2006, p. 2).

## O BAIRRO DA LAGOINHA, EM BELO HORIZONTE

Como objeto de estudo de nossa pesquisa, vamos tomar o bairro da Lagoinha, um dos mais tradicionais de Belo Horizonte, desfruta de um curioso *status* na capital mineira, ao ser ao mesmo tempo central e periférico. Muito próximo ao Centro, a Lagoinha nasceu como local de habitação dos trabalhadores da construção da nova capital, fora dos limites da área urbana – geométrica e monumental – do projeto de Aarão Reis de final do século XIX. Desde o início de sua ocupação, o bairro apresentou vida econômica e cultural efervescente, caracterizando-se rapidamente como um centro de serviços especializados. Ao longo de sua história, a fisionomia do lugar vai ser marcada por uma intensa sociabilidade, onde se mesclam uma religiosidade arraigada, uma forte tradição musical, a boêmia e a prostituição.

No entanto, a despeito da vitalidade econômica e sócio-cultural que marca a região, esta tem vivido sob a ameaça das grandes intervenções viárias desde a década de 1930, quando se anuncia que ali seria aberta uma avenida sanitária. Como se deu com várias regiões pericentrais de outras cidades brasileiras, a Lagoinha pagou o preço pela sua localização, sofrendo profundas “cirurgias” em seu tecido urbano, seguidamente cortado por avenidas e viadutos que constituem, desde os anos 1970, o chamado Complexo Viário da Lagoinha. Avenidas largas e com trânsito pesado, viadutos, edificações degradadas e semi-abandonadas substituíram o antigo burburinho típico da Lagoinha, que passou a oferecer uma imagem de desolação a quem se aproximava.

A Lagoinha constitui um fato urbano muito particular na vida de Belo Horizonte, quaisquer que sejam os olhares sob os quais se pretenda observá-la. Desde a construção da nova capital, ela já aparece como uma ocupação à margem da cidade oficial, fora da área encerrada pela Avenida 17 de Dezembro, “contorno” simbólico do espaço projetado por Aarão Reis. Originando-se num remanso alagadiço ao norte do Ribeirão Arrudas e abrigando os operários para os quais o projeto não reservara lugar, o bairro rapidamente se espalha morro acima, em ruas tortuosas.

Extremamente próxima ao Centro, a Lagoinha nunca usufrui do estatuto de centralidade: os limites traçados e construídos se solidificam em tramas de disjunção – como no caso da estrada de ferro e, mais tarde, da Avenida Antônio Carlos nos anos 1940, do Complexo Viário nos anos 1960 e do metrô de superfície nos anos 1980. Em outros locais, no entanto, esses limites são rompidos e se criam liames através dos quais a Lagoinha se comunica com a cidade – a antiga ponte e a linha de bonde. Mas não é só por esses caminhos que a Lagoinha penetra profundamente no imaginário belo-horizontino: rapidamente o bairro se firma pela riqueza e vitalidade de sua cena econômica e sociocultural.

Nascida periferia, a Lagoinha vai logo opor à pacatez do centro planejado, a efervescência de uma ocupação espontânea, constituindo desde o início um celeiro



[Figura 01]

de serviços especializados. Assim, muito mais que o simples plano, vai ser a efetiva ocupação desse território pela população que nos permite entender as tramas que ali se estabelecem. Vão ser as suas relações de sociabilidade, de consumo, de lazer, expressas nas festas religiosas, na boemia e na prostituição, no seu comércio de secos e molhados, e, mais tarde, de brechós e antiguidades, que configuram a fisionomia do lugar.

As próprias atividades econômicas – serviços especializados tradicionais – são fortemente responsáveis pela “resistência” cultural da Lagoinha, conferindo-lhe visibilidade em relação à cidade e possibilitando que, apesar do estiolamento sofrido, o espaço pudesse manter um vigor cotidiano, criando novas referências, mesmo quando suprimidas ou alteradas relações que o caracterizavam.

**Figura 01:** Rua Itapecerica, Lagoinha, em 1929. Fonte: Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcelos - Escola de Arquitetura da UFMG.

## **UM DIAGNÓSTICO DO BAIRRO: ECONOMIA, OFÍCIOS TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA CULTURAL**

Como sabemos, a Lagoinha “teve tudo, foi tudo e, ao mesmo tempo, não tem mais nada” (SALES; FREIRE, 2012, p. 138). Esta asserção, apesar de falaciosa em sua essência, estimula a reflexão sobre esta região tão controversa que, durante a sua história, foi se mantendo em meio a diversas circunstâncias adversas, como vimos. É neste sentido que vimos realizando uma pesquisa que, com o patrocínio do CNPq e da UFMG, pretende investigar como o fortalecimento de um Arranjo Produtivo

Local (APL) existente, mas ainda incipiente, que vincula ofícios tradicionais ao comércio de móveis e antiguidades, no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, pode servir como base para o desenvolvimento local, contribuindo para minorar a gentrificação que poderia advir da revitalização da área.

Desde o início, a Lagoinha foi detentora de singularidades que o colocaram como emblemático, sendo considerado, ao mesmo tempo, bairro residencial, boêmio, religioso, musical e da prostituição no espaço da cidade. A partir da década de 1940, começou a sofrer intervenções urbanas e, na década de 1980, esse processo se intensificou (construção de elevados, abertura e ampliação de avenidas), em razão do crescimento da cidade, culminando em um processo de esvaziamento, envelhecimento e ausência de renovação (SALES; FREIRE, 2012, p. 124).

Pode-se perceber, no entanto, que, apesar da predominância de residências nessa região, uma quantidade significativa de comércio na região (25.5%), concentrados nas ruas Itapecerica, Além Paraíba e Bonfim, como pode ser visualizado na leitura da tabela e dos gráficos a seguir.

É interessante perceber ainda que a grande maioria dos estabelecimentos comerciais dessa região têm de 1 a 15 anos de permanência ali (58,75%), representando ainda aqueles estabelecimentos com 16 a 25 anos e 26 a 50 anos, uma parcela considerável do comércio da região, 15,00% e 17,50% respectivamente. Neste quadro, constata-se também que os estabelecimentos com menos de um ano representam apenas 5,00% do total da região. Dessa maneira, podemos observar que uma parcela de 3,75%, parte significativa dos estabelecimentos comerciais da região são antigos/tradicionais.

No que se refere ao seu público alvo, podemos observar que grande parte (63,75%) do comércio da região atende ao público em geral de Belo Horizonte, e apenas 36,25% ao público específico da região, classificando-se como comércio ou serviço local.

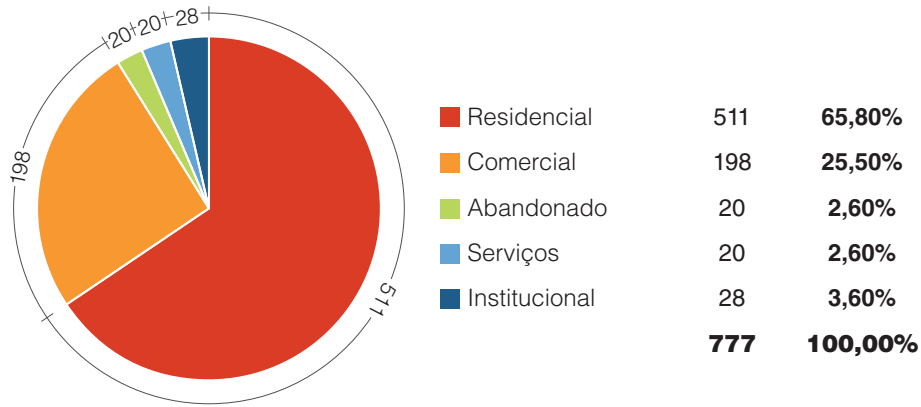
Ao se indagar sobre a propriedade dos imóveis que abrigam os estabelecimentos comerciais da região, observa-se que 81,9% deles são alugados e apenas 18,1% são próprios.

Ao serem indagados sobre sua intenção de permanecer no local, percebemos que 89,38% dos estabelecimentos comerciais da região tem a intenção de permanecer pelo menos os próximos 3 anos. Uma observação importante que observamos em campo foi a frequente incerteza em relação ao futuro entre os comerciantes da região, que frequentemente diziam que queriam permanecer, porém, citando um dos comerciantes, “só Deus sabe”.

Quando se pesquisa, mais a fundo a atividade comercial do Bairro, percebe-se que os tipos predominantes são oficinas mecânicas (18), bares (16), comércio de móveis

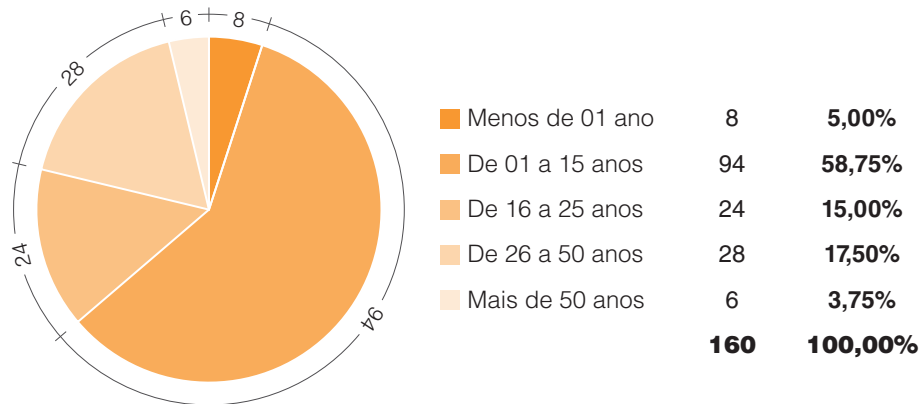
[Gráfico 01]

### Uso do Imóvel



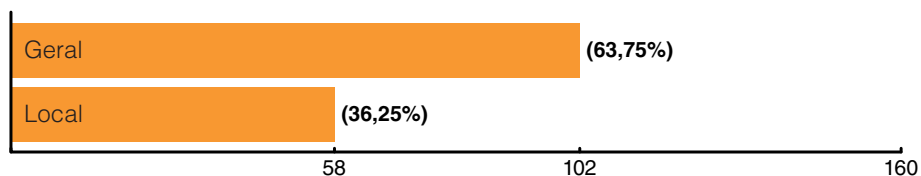
[Gráfico 02]

### Tempo de existência do comércio



[Gráfico 03]

### Público do comércio



**Gráfico 01:** Uso do imóvel da região Lagoinha x Ruas. Fonte: Pesquisa APL, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

**Gráfico 02:** Tempo de existência do comércio na região da Lagoinha. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

**Gráfico 03:** Público do comércio na região da Lagoinha. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

[Gráfico 04]

### Propriedade dos imóveis que abrigam estabelecimentos comerciais



[Gráfico 05]

### Intenção de permanência na região



[Tabela 01]

RAMO	FREQUÊNCIA
Oficina mecânica	18
Bar	16
Comércio de móveis	11
Galpão; Reciclagem	7
Antiquário; Bar e Lanchonete	6
Restaurante	5
Barbearia; Lanchonete; Gráfica; Loja de roupa; mercearia; Sorveteria; Peixaria	4
Papelaria; Bar e Restaurante; Material elétrico; Ferro Velho; Material de construção	3
Auto-escola; Bazar; Drogeria; Marmoraria; Serigrafia; Padaria	2
Açougue; Chaveiro; Decoração; Depósito de material de construção; Elerônica; Escritório de informática; Estacionamento; Estofado de carro; Floricultura; Instrumento musical; Lanchonete e restaurante; Madeireira; Máquinas pesadas; Material hidráulico; Oficina de peças galvanizadas; Persianas e cortinas; Petshop; Relojoaria; Renovadora de calçados; Refrigeração; Restauração de roupa; Retífica de motor; Roupas e acessórios; Sacolão; Salão de costura; Serralheria; Serralheria e material de limpeza; Supermercado; Venda de pneus; Venda e restauro de roda de carro; Vidraçaria	1
<b>Total</b>	<b>160</b>

**Gráfico 04:** Propriedade dos imóveis que abrigam estabelecimentos comerciais. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

**Gráfico 05:** Intenção de permanência na região. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

**Tabela 01:** Tipos de uso comercial na região Lagoinha. Fonte: CASTRIOTA, 2014.

em geral (11), reciclagem (7) e galpões (7) (CASTRIOTA, 2014).

Por esse levantamento, pode-se perceber que o bairro compreende uma rede importante de estabelecimentos de reciclagem, compra, venda e restauração de móveis (antigos e novos) e antiquários, que, estando localizados principalmente na rua Itapecerica, principal via do bairro, caracterizam a região da Lagoinha em relação a outros bairros de Belo Horizonte. Pode-se ver, ao se somarem os estabelecimentos ligados a comércio de móveis em geral (11), reciclagem (7), ferro velho (3) e decoração (1) (destacado na Tabela 01), que, de fato, encontramos um número significativos de negócios que giram em torno de móveis e reciclagem de materiais, em geral, o que pode apontar para a existência, ainda que incipiente, que um Arranjo Produtivo Local (APL). Neste sentido, parece-nos possível, como pressupusemos ao início da pesquisa, estudar mais a fundo esses estabelecimentos e os processos produtivos neles existentes, para identificarmos os mecanismos de coesão nessa possível APL, para que possa se reforçar a identidade do bairro.

Ao pesquisarmos também as qualidades positivas e negativas atribuídas pelos

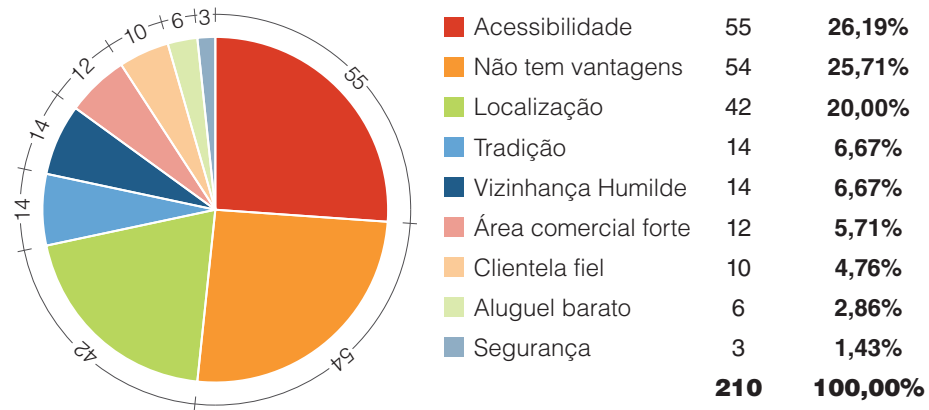
**Figura 02:** Comércio de móveis usados e antiguidades. Lagoinha, 2014. Fonte: Vilmar P. de Sousa.



[Figura 02]

[Gráfico 06]

### Vantagens da Lagoinha



comerciantes à região, podemos perceber que, não obstante o processo crescente de esvaziamento e envelhecimento do bairro já apontado por nós, as singularidades culturais e econômicas da região da Lagoinha ainda continuam vivas. Segundo os entrevistados, as maiores vantagens dessa região seriam a sua “localização” (55) e “acessibilidade” (42), tanto por ser Lagoinha cortada por importantes vias de acesso ao resto da cidade, como a avenidas Antônio Carlos e Pedro II, quanto pela sua proximidade ao Centro da cidade. A região continua bastante acessível, próxima ao centro da cidade e à estação de metrô Lagoinha, apresentando boas condições de mobilidade – o que estimula o comércio, tradicional ou novo. Cabe se chamar a atenção também para as categorias “vizinhança humilde” (14), “clientela fiel” (10) e “aluguel barato”(6), também citadas como vantagens locais. É importante perceber ainda que a categoria “Não tem vantagens” apareceu 54 vezes (segunda maior frequência!), o que representa uma percepção bastante negativa em relação à região entre os entrevistados.

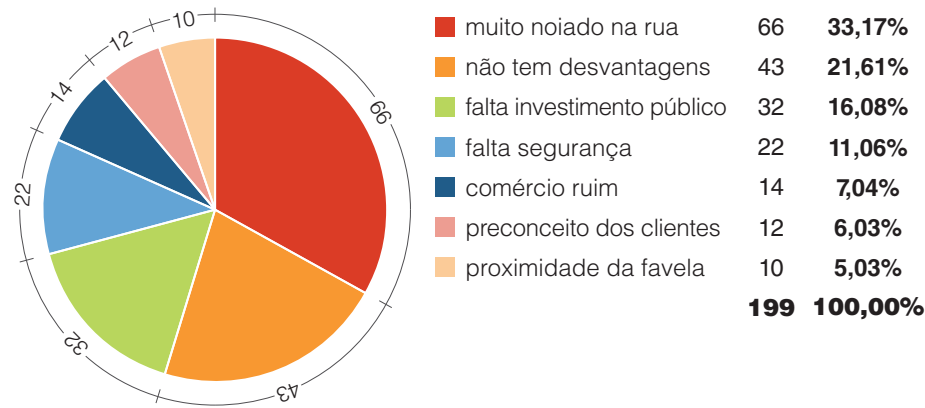
Finalmente, ao se tomarem os aspectos negativos apontados, percebe-se que o maior empecilho para a produção local consiste no já citado processo de esvaziamento paulatino da região e falta de renovação ou incentivo para o desenvolvimento da economia local, respeitando os ofícios tradicionais que a cultura local compreende. Os comerciantes locais se queixam da falta de importância que os governantes atribuem à Lagoinha, assim como o abandono e a sujeira das ruas – o que nos leva a maior reclamação dos comerciantes: o tráfico de drogas e a presença constante de moradores de rua nas principais vias do bairro, trajeto comum para uma grande favela da cidade.

O Gráfico 07 deixa patente o processo apontado por Sales & Freire (2012), no qual se conjugam intervenções rodoviaristas, degradação dos espaços públicos e esvaziamento da dinâmica cultural e econômica. No entanto, parece-nos possível reformular a asserção – um tanto pessimista e nostálgica – das autoras: se a Lagoinha

**Gráfico 06:** Vantagens da Lagoinha, segundo comerciantes locais. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

[Gráfico 07]

### Desvantagens da Lagoinha



já “teve tudo, foi tudo”, ela ainda pode muito. O que é necessário para esta “renovação” na contramão do processo gentrificador que atormenta seu presente – e condena seu futuro – está bastante claro. Sua singularidade cultural e econômica possui uma potência manifesta, capaz de, com os estímulos públicos necessários, constituir um núcleo de resistência ao movimento de esvaziamento, envelhecimento, enfim, à morte dessa região, parte insubstituível da cidade de Belo Horizonte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Erminia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2002.

BALULA, Luís. Planejamento urbano, espaço público e criatividade. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo. *Cadernos Metropolitanos*, São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 93-122, jan/jun. 2011.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De Volta à Cidade - Dos Processos de Gentrificação às Políticas de Revitalização dos Centros Urbanos*, São Paulo: Annablume, 2006.

CARSALADE, Flavio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos* (São Paulo), v. 12, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural* conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo B.; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Projeto Lagoinha: O projeto-síntese do Centenário*. 1 ed. Belo Horizonte: P.B.H. 1995.

**Gráfico 07:** Desvantagens da Lagoinha, segundo comerciantes locais. Fonte: CASTRIOTA, 2014. Editado por Eugênio Moreira.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas culturais e negócios urbanos*. A instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo. São Paulo, Annablume, 2007.
- LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano e MORELLI, Gustavo. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos do espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. Rev. Bras. Ciências Soc. v.17, 49, São Paulo, 2002
- MARQUES, Yara Landre. *Pesquisa das Atividades Econômicas da Lagoinha*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 1993.
- MDIC, Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, disponível em: [www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1289322946.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf)
- NOBRE, Eduardo. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*, 2003.
- PEREIRA, Andréa Franco. Sistema de Gestão Integrada de Desenvolvimento de Produto para APL – Arranjo Produtivo Local. P&D DESIGN 2006. Curitiba: 2006.
- PEREIRA, Maria de Lourdes; MORAES, Fernanda Borges. *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural da Lagoinha*. Belo Horizonte: UFMG: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- REIS, Ana Carla F. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Barueri-SP: Manole, 2007.
- RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda . “Biopolíticas gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes”. *Lugar comum*, v. 41:, p. 71-88, 2013.
- SALES, A. A. M. & FREIRE, C. Modos de vida e cotidiano no bairro Lagoinha: lugares, sociabilidade e vizinhança. Luciana Teixeira de Andrade; Michele Abreu Arroyo. (Orgs.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte*. patrimônio, territórios e modos de vida. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2012.
- SILVEIRA, Brenda. *Lagoinha a cidade encantada*. Belo Horizonte: 2005.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes. *Conservação integrada e novas estratégias de gestão*. 4º Encontro do SIRCHAL: Salvador, 2000. Disponível em: <http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>.

# O PATRIMÔNIO CONTRA A GENTRIFICAÇÃO: MOBILIZAÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS MAIS POBRES NO CENTRO

## RESUMO

Busca-se, neste artigo, refletir sobre a inserção e valorização do patrimônio cultural no cotidiano e na dinâmica urbana. O ponto de partida é a problematização de um modelo que, apesar de muito criticado e debatido, ainda se espalha pelas cidades brasileiras: aquele que, promove a gentrificação usando o patrimônio como álibi. Além disso, esse modelo transforma os lugares de memória em cenários para serem consumidos pelo turismo e, muitas vezes, em simulacros fabricados para tecer uma dada representação do passado. Pretende-se apresentar, em contrapartida, estratégias que buscam colocar a experiência do patrimônio como possibilidade de mobilização contra a gentrificação, garantindo a função social do patrimônio como aquela que se atrela ao direito à memória sem promover segregação socioespacial.

## PALAVRAS-CHAVE

Valorização do Patrimônio; Segregação Socioespacial; Inventário Participativo; Gentrificação; Educação Patrimonial.



## **AUTORA**

**SIMONE SCIFONI ▶**

Professora Livre Docente do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Prêmio Capes de Teses, conferido, em 2006, ao trabalho intitulado “A construção do patrimônio natural”. Docente do Depto de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atuou em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Condephaat/SP e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil. Vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC/USP (2018-atual). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória (PEM), certificado pelo CNPq.

# O PATRIMÔNIO CONTRA A GENTRIFICAÇÃO: MOBILIZAÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS MAIS POBRES NO CENTRO

Já se foram mais de duas décadas de discussão sobre os efeitos perversos da gentrificação e do uso do patrimônio cultural como âncora para o processo. Esse uso acabou por transformá-lo em um grande vilão e álibi justificador de expulsão dos mais pobres das áreas centrais das cidades. Apesar de consolidadas as críticas a esse processo, mesmo assim, vê-se, ainda hoje, multiplicarem-se projetos e intervenções urbanísticas que reproduzem o mesmo “modelo” de recuperação do patrimônio nas áreas centrais das cidades.

Não se pode aceitar que, em nome da preservação do patrimônio, sejam mascaradas as intervenções urbanísticas que buscam eliminar os pobres das áreas centrais, sob pena de transformar o que seria o direito à memória em privilégio das elites e em uma pauta conservadora, reacionária e excludente.

Nesse sentido, há que se pensar em novas estratégias de inserção do patrimônio na dinâmica e no cotidiano urbano, que possam promover a apropriação social, democrática e igualitária desses lugares de memória, para garantir sentido e significado social. Estratégias que não promovam segregação socioespacial e, ao contrário, possam garantir a permanência de moradia popular nas áreas centrais. Ao se referir à situação latino-americana, Gutierrez (1992) nos lembra que: “Em uma América em crise, com carências dramáticas e postergações que devem ser revistas em curto prazo, a dimensão do patrimônio cultural deve projetar-se na perspectiva do seu compromisso social” (*op.cit.*, p. 123).

O que se pretende neste artigo é, partindo da discussão de como tem se dado esse modelo de inserção e valorização do patrimônio cultural em uma grande

metrópole brasileira, como São Paulo, refletir sobre as possibilidades de colocar a *expertise* desenvolvida nesse campo de atuação em defesa da permanência dos mais pobres nos centros das cidades.

Para discutir esse último aspecto, apresentaremos um trabalho que está sendo desenvolvido por dois coletivos da área de cultura em São Paulo, baseado na metodologia do Inventário Participativo, que foi elaborada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CEDUC/IPHAN). A perspectiva apontada neste artigo é a de que o inventário participativo pode constituir-se como uma estratégia para se contrapor aos processos de gentrificação no centro de São Paulo.

## **O PATRIMÔNIO COMO VILÃO: O MODELO GENTRIFICADOR**

As intervenções no Centro Histórico de Salvador, o Pelourinho, talvez sejam o caso mais conhecido no Brasil, e que praticamente inaugura a discussão sobre gentrificação relacionada ao uso do patrimônio como âlibi para projetos urbanísticos de caráter excludente.

Segundo Uriarte (2012a), o processo de “recuperação” do Pelourinho que ocorreu desde 1993, conduzido pelo governo do Estado da Bahia, resultou na expulsão de mais de 3 mil moradores pobres que viviam por muito tempo nessa área central que fora anteriormente abandonada pelas elites e pelo governo. As intervenções substituíram o lugar de moradia de uma população pobre por um novo cenário de casarões coloridos ocupados por lojas, restaurantes, hotéis e ateliês, tornando-o um espaço de turismo e diversão.

Muito embora essa intervenção tenha sido objeto de muita discussão e crítica acadêmica, além de ter gerado uma forte mobilização social, verdadeira “rebelião do vivido” conforme Uriarte (2012b), o que acabou resultando na alteração da continuidade do projeto (conhecida como 7ª Etapa), tudo isso não foi capaz de colocar em xeque, no Brasil, esse modelo chamado de “recuperação” do patrimônio. Muito ao contrário, ele tem se multiplicado pelas cidades brasileiras, como é o caso do exemplo recente em São Paulo, que apresentaremos aqui.

Trata-se do caso da Vila Itororó, situada no bairro da Bela Vista, conhecido popularmente como Bixiga. A vila é um conjunto, originariamente, de 41 habitações construídas nos anos 1920, por um imigrante português que era mestre de obras. O processo de tombamento pelo órgão estadual, aberto em 1982, destacava que as

casas foram construídas aproveitando-se de material de demolição comprado na cidade, combinando, de maneira única, peças como estátuas, esculturas e ornatos, compondo uma colagem de surpreendente originalidade. O proprietário construiu as casas para aluguel, como fonte de renda, mas reservou a casa maior e principal para sua própria residência.

Pouco tempo depois, ele adoeceu e veio a falecer, deixando muitas dívidas. A vila passou, assim, para as mãos de seus credores, sendo posteriormente doada a uma instituição beneficente que continuou explorando a locação das casas. Algumas foram subdividas e cômodos sublocados para outros moradores mais pobres, como forma de obtenção de renda para sobrevivência, de maneira que foi se constituindo, ao longo do tempo, em parte, como um cortiço. Portanto, o que se pode averiguar é que a Vila Itororó tem sua história vinculada à moradia popular no centro, ou seja, o significado do bem tombado está atrelado à permanência dos mais pobres nas áreas centrais e sua luta por trabalho e sobrevivência.

A abertura de processo de tombamento foi feita visando garantir a proteção do conjunto em função da propriedade ter ido a leilão público nos anos 1980. O tombamento tornou impeditiva a compra do terreno para verticalização e, nesse sentido, as casas continuaram a ser alugadas. Entretanto, permanecia a questão da necessidade de recuperação do patrimônio e, para tanto, a prefeitura apresentou, à época, um projeto de intervenção que transformaria a vila em um centro cultural.

Em relação a esta mudança de uso do bem tombado, manifestou-se em parecer técnico datado de março de 1985, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, esclarecendo sua posição contrária à possibilidade de retirada dos moradores:

O estado de conservação é lamentável e os recursos dos habitantes, irrisórios. Nestas condições, o tombamento só teria sentido dentro de um projeto de revitalização urbana, que, entre outras, **evitasse a deportação dos habitantes – fato para o qual a experiência internacional tem chamado a atenção, nestes últimos quinze anos** (Grifo nosso. CONDEPHAAT, processo 22.371/1982, p.172).

O conselheiro alertava também para a posição equivocada de tentar dar destinação chamada de “cultural” a todo bem tombado, excluindo a possibilidade de se pensar a habitação coletiva, o morar, o trabalho e o cotidiano, como integrantes do universo cultural. “Ora, abstrair da ‘vida cultural’ o universo do cotidiano e do trabalho e escondê-los nos porões da periferia, em benefício de funções mais ‘nobres’ é preconceituosamente estabelecer privilégios de espaços, tempos, usuários e atividades.” (*op.cit.*, p. 172).

Além do conselheiro, os técnicos do órgão e da Secretaria da Habitação, naquele momento, destacaram, também, que: “Qualquer programa de revitalização para a vila deverá levar em conta o grande número de famílias que habitam os 41 imóveis, garantindo o uso habitacional e a permanência dos moradores no local” (CONDEPHAAT, ata de reunião 03/09/1985, Processo 22.372/82).

Desconsiderando tais recomendações contidas no processo de tombamento, no ano de 2006, o governo do Estado de São Paulo desapropriou o terreno e o repassou à prefeitura da capital, com o objetivo explícito de viabilizar o projeto de centro cultural elaborado nos anos 1980. Alguns anos depois, iniciou-se um processo de remoção dos moradores, transferidos para novos apartamentos construídos pelo CDHU, no mesmo bairro. Nem todos os moradores conseguiram ficar na Bela Vista, sendo outros transferidos para o bairro do Bom Retiro, bem distante dali.

Apesar da luta dos moradores, que se organizaram para permanecer na área e tiveram o apoio e a assessoria da SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica da USP), do escritório Modelo da PUC e, não obstante, as recomendações anteriores do Condephaat e todas as críticas que são feitas à gentrificação, acabou triunfando um projeto altamente excludente, que ignorou a própria historicidade deste bem tombado, que era expressão e testemunho de moradia popular no centro.

Acreditamos que o fato de alguns moradores terem conseguido permanecer no mesmo bairro não retira o caráter gentrificador da intervenção. Para argumentar em favor dessa concepção, é preciso examinar aquilo que Smith (2007) chamou de: “o impulso do processo”.

Melé (2006) afirma que o termo tem sido utilizado, ao longo do tempo, para caracterizar fenômenos diferentes, mas que, em linhas gerais, a gentrificação diz respeito ao processo de revalorização de bairros centrais ou pericentrais, vinculado às necessidades de uma nova classe média que assumiu novos modelos de consumo. Trata-se de uma nova cultura urbana, que retorna seu olhar para o centro da cidade, na busca de equipamentos artísticos e musicais, entre outros, para consumo, lazer e turismo. A revalorização substitui o morador pobre por camadas sociais médias, mas o autor lembra que as transformações não se limitam à habitação, dizendo respeito, hoje, também, ao comércio, serviços e equipamentos de lazer, o que Smith (2006) chamou da fase da gentrificação generalizada.

Mais que edifícios reabilitados e apartamentos reformados, a gentrificação abrange cada vez mais os novos restaurantes e as vias comerciais do centro, os parques em frente ao rio e os cinemas, as torres dos edifícios das marcas famosas, os museus das grandes fundações, os locais turísticos de todo o tipo, os complexos culturais, em resumo, todo um leque de grandes operações na paisagem das áreas centrais (*op. cit.*, p.72).

Segundo esse autor, a gentrificação corresponde a uma conquista classista do centro, uma estratégia urbana que articula Estado e setor privado e na qual a lógica do mercado apresenta-se como o *modus operandi* das políticas públicas.

Neste sentido, examinadas as características da intervenção na Vila Itororó, verifica-se que ela criou um estímulo à revalorização imobiliária das imediações, na medida em que optou por um projeto de eliminação da moradia popular para a criação de um equipamento cultural voltado às novas necessidades das camadas médias, em detrimento das demandas por habitação social, trazendo, portanto, o significado de retomada classista do patrimônio cultural e do centro.

O caso da Vila Itororó coloca a necessidade de reflexão sobre a condução das políticas públicas de patrimônio na contemporaneidade. Depois de uma década de avanços e novos postulados, consagrados na Constituição Federal de 1988, tem havido um enorme retrocesso nas formas de pensar e agir em relação ao patrimônio. A memória que deveria ser preservada na Vila Itororó, o sentido e o significado daquele bem tombado atrelavam-se à permanência dos moradores que, durante uma vida inteira, estiveram ali: suas histórias de vida, a relação com o lugar, as dificuldades cotidianas de permanecer no centro da cidade. Ao contrário, o que foi colocado em evidência foi a forma arquitetônica, a originalidade da colagem, os edifícios em si mesmos, deslocados de seus conteúdos sociais historicamente constituídos. A versão do passado que se resolveu preservar – a da forma – testemunha um esvaziamento de significados humanos. O patrimônio preservado tornou-se assim uma casca arquitetônica, ausente dos sentidos originais.

Por outro lado, não se pode mais conceber uma política de patrimônio que seja feita ignorando direitos sociais tão básicos como é o caso da moradia e que, ao mesmo tempo, transforma o próprio patrimônio em vilão e privilégio de uma população mais abastada. A preservação do patrimônio não pode ser vista como política pública voltada meramente aos objetos. Ela deve estar articulada à proteção da memória coletiva e voltada à melhoria de condições sociais.

## **O PATRIMÔNIO COMO MERCADORIA: O MODELO REIFICADOR**

Outra variante do modelo gentrificador se dá quando a preservação aparece como estratégia voltada à valorização imobiliária e à transformação do patrimônio em objeto meramente mercadológico. Mesmo sem haver expulsão de população mais pobre, nesta variante do modelo, a problemática relaciona-se à perda de sentido original com a criação de simulacros.

O exemplo, também recente, deste modelo está nas intervenções realizadas na sede do antigo Sítio Itaim, situada no bairro do Itaim Bibi, na nova centralidade dos negócios da metrópole de São Paulo.

Trata-se de uma ruína de edificação construída no século XVIII, em técnica de taipa de pilão. Originariamente era sede de uma propriedade rural dos arredores da então vila de São Paulo e, ao longo das primeiras décadas do século XX, funcionou como sanatório. No início dos anos 1980, foi desativado como sanatório e a propriedade foi adquirida pelo Grupo Selecta (do especulador Naji Nahas). Com receio da demolição do bem, o órgão estadual abriu processo de tombamento nesse mesmo ano, mas, após receber a notificação da instauração do tombamento, o proprietário iniciou a demolição parcial da edificação, o que foi seguido de embargo e ação judicial. Restaram, a partir daí, apenas ruínas de paredes de taipa de pilão que foram se deteriorando com o tempo e com o abandono da área.

Em pelo menos duas ocasiões, manifestações de especialistas do patrimônio, técnicos e conselheiros do órgão estadual indicaram que não seria recomendável reconstruir o imóvel, mas sim estabilizar e proteger as ruínas. A reconstrução afrontaria as indicações contidas nas Cartas Patrimoniais internacionais, uma vez que o que tinha restado era muito pouco e isso significaria construir algo novo, imitando o passado.

Dadas as condições atuais do edifício fica evidente a impossibilidade de resgatar sua forma primitiva, a menos que queiramos aproximá-lo de algo como um neo bandeirismo, já que o dado de recomposição contemporânea em muito sobrepassa o referencial físico primitivo. Uma “plástica restauradora” provocaria, ainda, a negação de sua historicidade contemporânea e de seu sentido transcendente face à preservação no Brasil hoje” (arquiteto Samuel Kruchin, Processo CONDEPHAAT no 20.640/78, p. 318).

É urgente, ademais, providenciar a execução dos serviços de prospecção e pesquisa arqueológica do bem cultural, imprescindíveis para se repensar novo projeto de estabilização e consolidação das estruturas remanescentes, tido o atual estado de conservação do edifício, que desaconselha qualquer tentativa de reconstituição ou reconstrução, independentemente dos problemas de natureza técnico-conceitual suscitados pela análise crítica do projeto inicialmente formulado pelo Conselho (Arquiteto Antonio L. de Andrade Processo CONDEPHAAT 20.640/78, p. 434).

Apesar das recomendações amparadas na *expertise* do campo patrimonial, em 2008, a empresa proprietária do terreno obteve autorização dos órgãos de patrimônio para reconstrução da antiga sede do sítio, em contrapartida à ocupação do imóvel com a construção de um novo edifício para escritórios. Poucas e fragmentadas paredes de taipa transformaram-se em um simulacro de casa rural paulista

do século XVIII, inseridas em um espaço envoltório gramado, artificialmente criado, inclusive simulando um leve talude de inclinação, envoltos em um edifício espelhado em forma de U invertido.

O projeto ganhou o Prêmio Master do setor imobiliário no ano de 2012, na categoria “resgate histórico”. Quem passa pela Avenida Faria Lima, o novo eixo empresarial paulistano, ilude-se ao pensar que se trata de um empreendimento que “preservou” o patrimônio tombado. Além da ilusão de um passado preservado, já que se trata de uma nova construção que encobriu os restos de parede de taipa, o edifício de escritórios considerado o metro quadrado mais caro da capital, incorporou o patrimônio à lógica da mercadoria, potencializando o valor de troca em função do significado simbólico atribuído a ele, conforme discutiu SCIFONI (2015).

A problemática deste variante do modelo anterior está na inserção mercadológica do patrimônio que leva a destruição dos sentidos atribuídos a estes, já que a sua adequação como mercadoria os insere no tecido urbano como objetos reificados, conforme discute Meneses (1992; 1996).

A reconstrução da sede do Sítio Itaim insere-se em um contexto de reforço daquilo que Chauí (2013) chamou de mito fundador, um momento imaginário, tido como o instante originário, capaz de oferecer um repertório de representações da realidade, que se mantém vivo e presente pela sua celebração e culto. Neste caso, trata-se do passado mítico das casas rurais paulistas, alusivas à figura dos bandeirantes, que têm na técnica da taipa de pilão sua melhor representação. Estas construções, que estão na origem da preservação do patrimônio pelo IPHAN de São Paulo, tornaram-se objeto de culto, a tal ponto que a sua reconstrução aparece como fato naturalizado, ao invés de ser rejeitado como solução.

Por outro lado, o culto a estas construções tidas como a técnica representativa da arquitetura paulista, a expressão da ancianidade, confere um valor simbólico que, no caso da reconstrução do sítio Itaim, transfigurou-se em valor monetário, de troca. O patrimônio, neste modelo, verdadeiramente se transforma em mercadoria.

## **NA CONTRAMÃO DO MERCADO: O PATRIMÔNIO PARA VALORIZAR O USO E APROPRIAÇÃO SOCIAL**

É possível pensar outras possibilidades de integrar o patrimônio cultural à vida cotidiana das cidades sem necessariamente recorrer a um modelo de preservação elitista que amplia a segregação socioespacial e reifica o patrimônio? Como, a partir da experiência do campo do patrimônio, é possível mobilizar ações no

1. Fazem parte da equipe de trabalho: Anaclara Volpi, geógrafa; Andreia Feitoza, estudante de arquitetura; Ana Paula Soida, arquiteta; Antonieta Alves, do Movimento Baixo Centro; Claudia Cintra, estudante de arquitetura; Flavia Brito do Nascimento, docente da FAU/USP; Mariana Kimie Nito, mestranda do PEP/IPHAN; Maryclea Maues, do IPHAN/SP; Renato Cymbalista, docente FAU/USP; Simone Scifoni, docente da Geografia/USP; Thiago Carrapatoso, do Movimento Baixo Centro.

sentido contrário, ou seja, o da defesa da permanência dos mais pobres nos centros das cidades? Estas questões norteiam a discussão que virá a seguir.

Parece-nos que o desafio atual das políticas públicas nesse campo é pensar em como inserir o patrimônio cultural de forma viva e dinâmica nas cidades, escapando dos interesses necessariamente de mercado, priorizando os usos e apropriação social e construindo uma nova relação das comunidades com os seus referenciais de herança coletiva. Trata-se de um desafio essencial para que o patrimônio não se torne mais uma fonte de exclusão social e de expulsão dos mais pobres das cidades, mas, ao contrário, seja recriado como parte da vida urbana e das relações mais cotidianas.

Um exemplo de estratégias nesse sentido é a elaboração do Inventário Participativo de do Minhocão (Elevado Costa e Silva), em São Paulo, que está sendo realizado por dois coletivos da área de cultura: o Movimento Baixo Centro e a Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep)<sup>1</sup>. O Movimento Baixo Centro é um coletivo que, desde 2012, usa a via elevada chamada popularmente de Minhocão para a realização de atividades culturais autofinanciadas, o chamado Festival Baixo Centro. A Repep, por sua vez, é um coletivo que atua na interface entre educação, cultura, memória e patrimônio e que, desde 2011, vem procurando compartilhar experiências práticas e reflexões conceituais no campo da educação patrimonial.

A elaboração desse Inventário Participativo do Minhocão está fundamentada na conceituação e metodologia desenvolvida pela Ceduc/IPHAN que será, em breve, publicada sob a forma de Manual de Aplicação. Sobre essa metodologia é importante destacar que é fruto de uma experiência anterior, desenvolvida dentro do Programa Mais Educação, do MEC, em 2013, quando a equipe da Ceduc propôs um eixo de discussão nas escolas voltado à Educação Patrimonial. A ideia teve tanto sucesso que só em Fortaleza, no ano de 2015, mais de duzentas escolas adotaram o tema da Educação Patrimonial dentro do programa. E o interesse não foi despertado apenas na rede de ensino público, já que os próprios profissionais do patrimônio apresentaram a demanda por um material e uma proposta de ação que fosse para além do Programa Mais Educação e atendesse aos movimentos sociais, comunidades e grupos envolvidos na militância da cultura e patrimônio. Assim nasceu a proposta da Ceduc/IPHAN do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural, que está em São Paulo sendo adotada como fio norteador no caso do Minhocão.

É importante destacar que o Inventário Participativo é definido, antes de tudo, como uma ação educativa, constituindo-se, portanto, em uma atividade de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN, 2015). Ele objetiva, conforme os autores, mobilizar e sensibilizar a comunidade por meio de uma atividade formativa que envolve a produção de conhecimento e documentação.

Para compreender o que vem a ser o inventário do Minhocão é preciso, antes, esclarecer a problemática que está na origem da demanda por esta atividade educativa. O Minhocão é uma via elevada, construída em 1971, cortando o centro da cidade para conectar as porções leste e oeste da capital paulista, viabilizando o tráfego de automóveis, já que por ele não passa o transporte coletivo. Seu traçado foi acompanhando, grosso modo, em um nível mais elevado, duas principais avenidas do centro. Assim sendo, desde a década de 1970, o Minhocão cortou bairros centrais da cidade, concentrando um trânsito intenso que circula entre os edifícios situados muito próximos, afetando principalmente os primeiros pavimentos que ficaram voltados à via. Trânsito, barulho, poluição do ar e o comprometimento da própria vista dos apartamentos foram os principais prejuízos causados pela implantação da via, que se tornou rapidamente um consenso de fracasso urbanístico.

É importante ressaltar que o Minhocão cortou um espaço central da cidade que se caracterizava por bairros em distintas situações. Os bairros ao sul do elevado (Consolação, Higienópolis, Pacaembu, Santa Cecília) são tradicionalmente mais elitizados, com população mais abastada, enquanto os bairros mais ao norte da via (República, Campos Elíseos e uma parte da Barra Funda) são de ocupação mais modesta. Ao norte, inclusive a proximidade com o Largo do Arouche e com a chamada Boca do Lixo, historicamente uma região da cidade que concentrou um comércio do sexo (prostituição, casas de show, hotéis, boates), ajudou a criar uma imagem de um baixo centro “degradado”.

O consenso sobre o fracasso urbanístico e a representação deste baixo centro como um lugar “degradado” levaram a prefeitura do município, a partir de 2006, a estabelecer uma série de medidas visando à realização de uma intervenção urbanística que se propõe “recuperar os bons momentos” desta área central. Neste ano, a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), órgão da gestão municipal, propôs a demolição da estrutura. Neste contexto de discussões, o elevado foi adotado como tema do Prêmio Prestes Maia de Urbanismo, que buscou selecionar as melhores propostas de “reintegração” do espaço do entorno. O que estava em jogo na discussão eram propostas que variavam da demolição da estrutura à transformação em parque público, tendo em vista que a via fica fechada à noite e aos domingos e isso tem estimulado a sua resignificação como um espaço de lazer, para caminhadas, corridas ou passeios de bicicleta. O exemplo para transformação em parque aparece muito influenciado pelo caso da High Line, de Nova York, uma antiga via ferroviária elevada que, em 2009, foi aberta ao público como parque. Os recursos para a sua viabilização na cidade de Nova York eram altos, mas a municipalidade ficou convencida depois de avaliar que a valorização dos imóveis lindeiros iria trazer ampliação de arrecadação fiscal.

Mas o que realmente colocou a perspectiva de intervenção urbanística no Minhocão foram duas recentes legislações, de 2014: um projeto de lei encaminhado à câmara municipal para a criação do Parque Minhocão e o Plano Diretor que, em seu artigo 375, parágrafo único, estabeleceu prazo para a desativação do trânsito e demolição ou transformação em parque.

## O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO CONTRA A GENTRIFICAÇÃO

Diante da perspectiva de que o Minhocão seja desativado ao tráfego de automóveis e, conseqüentemente, das duas possibilidades, seja de uma intervenção mais radical, com a demolição parcial ou total, seja de uma opção mais branda, de transformação em parque público, a preocupação central do inventário é com a permanência dos grupos sociais que ocuparam esse espaço ao longo do tempo. Diante de duas alternativas que, em ambos os casos, irão promover (re)valorização espacial, aparece a dificuldade de os mais pobres continuarem no bairro. Justamente aqueles grupos sociais que permaneceram, durante muito tempo, convivendo com os efeitos do trânsito de carros, mas que, assim que resolvido o problema e “recuperada” a área, serão forçados a sair, pela elevação do preço do aluguel ou dos impostos, ou pela pressão do mercado imobiliário. Destaca-se que essa pressão já é, hoje, muito real mesmo não existindo concretamente o parque, uma vez que, pelo menos 3 novos empreendimentos estão sendo vendidos, em planta, nos lotes que tangenciam o elevado. Além disso, em trabalho de campo neste ano, encontramos uma grande demolição feita em lote lindeiro.

O inventário participativo pode ser compreendido, assim, como uma estratégia de mobilização contra a gentrificação. Acreditamos, em primeiro lugar, que é preciso repensar a representação que se faz do território do Minhocão como um lugar “degradado”, olhando-o a partir de sua realidade atual e do tecido social que envolve aquela região. Houve degradação ou desvalorização imobiliária? Quem foram os mais atingidos pelo impacto da via e quem será agora beneficiado? A formação do consenso em torno do fracasso urbanístico permite que se estabeleça, como pensamento único, a necessidade de renovação urbanística ou de requalificação do espaço. Ao mesmo tempo, o consenso produziu uma coalização de diferentes forças políticas e matizes ideológicos que convergiram no projeto de lei do Parque Minhocão.

O Inventário Participativo do Minhocão parte conceitualmente da ideia do Minhocão como uma fronteira, adotando para tanto as proposições de Smith (2007). A ideia de fronteira, para o autor, é central na compreensão do discurso da gentrificação, que usa como inspiração o sentido contido na “marcha para o oeste” norte-americano, que implicou na urbanização e na transformação da natureza hostil e selvagem em espaço produzido. Neste sentido, a fronteira é compreendida como o ponto de encontro entre a barbárie e a civilização e a expansão da fronteira significa a eliminação do mundo selvagem e sua transformação pelas forças da civilização.

Ao trazer como inspiração esse sentido de fronteira, o discurso da gentrificação deixa claro o que representa o selvagem e a barbárie a serem transformados: os moradores mais pobres das áreas centrais, os símbolos da “decadência urbana, da patologia da vida social, o perigo, a desordem, o mal-estar social”. O receituário é claro: a renovação urbana visa trazer a civilização a estes espaços perigosos e da

degradação, eliminando as patologias. Como diz Smith (2006), a gentrificação é compreendida neste discurso como a ponta-de-lança de um renascimento urbano.

No caso do Minhocão, os discursos consensuais repetem a necessidade da renovação urbana, de buscar alternativas para a reintegração do espaço envoltório do elevado, mas o fazem sempre ignorando as dinâmicas atuais, o tecido social e a resignificação deste espaço na cidade, os quais pedem, de pronto, repensar a necessidade de intervenção. Mas a fronteira, neste caso do Minhocão, também deve ser compreendida do ponto de vista econômico: os (re)investimentos do setor imobiliário na região central da cidade podem levantar alguns obstáculos, entre os quais a chamada “degradação”, ou seja, as barreiras ao processo de (re)valorização.

O inventário participativo tem como objetivo levantar as referências culturais existentes no território cortado e sob influência direta do Minhocão. As etapas da metodologia proposta pela Ceduc/IPHAN foram agrupadas no estudo do Minhocão em três momentos. O primeiro envolve um levantamento preliminar, de varredura, que reúne e sistematiza as informações disponíveis e os contatos, permitindo ao grupo definir e conceituar o território pesquisado. Os limites do território não estão dados à priori, naturalmente, mas são fruto de uma construção conceitual. Neste momento dividimos a coleta de informações entre todos os participantes do grupo de forma a abarcar os seguintes aspectos:

- 1) Levantamento bibliográfico sobre a história dos bairros e dos planos urbanísticos envolvidos na construção da obra;
- 2) Levantamento cartográfico, com plantas atuais e antigas da área;
- 3) Lista de instituições e contatos locais, que inclui escolas, igrejas, postos de saúde, Ongs, movimentos sociais, sindicatos, teatros, entre outros.
- 4) Levantamento de legislação urbana, entre elas plano diretor, operação urbana, bens tombados, áreas envoltórias e projetos de lei para a área;
- 5) Iconografia, ou seja, as imagens de arquivos históricos e acervos de fotografia;
- 6) Dados socioeconômicos em uma série histórica para compreender o comportamento da população (crescimento ou esvaziamento dos bairros) e estratos de renda dos chefes de domicílios.

Definidos os limites do território que, no caso específico, circunscrevem-se as quadras imediatamente vizinhas ao elevado, estendendo-se em direção ao norte para englobar o Largo do Arouche e parte da chamada Boca do Lixo e depois de preenchidas as Fichas do Território e do Projeto, que contêm os dados gerais,

tem-se o segundo momento do Inventário que é o da Identificação. Trata-se de um detalhamento e aprofundamento do estudo com o preenchimento das Fichas para as Referências Culturais que foram levantadas no primeiro momento. Isso pressupõe realização de entrevistas em um esforço participativo junto aos grupos sociais, já que a noção de referência cultural pressupõe autonomia dos sujeitos, que são considerados os intérpretes das referências e não simplesmente informantes. O terceiro momento é o de definição e tratamento final da informação, de forma a criar um produto final a ser socializado e publicizado.

Como parte da definição do que é referência cultural, o estudo precisa identificar previamente quais os grupos sociais ali presentes. Em uma leitura inicial do território foram identificados cinco diferentes grupos. O primeiro grupo foi denominado de trabalhadores/moradores mais pobres do centro e são aqueles que precisam morar na região, em função da proximidade com o tipo de emprego: desde aqueles que vivem do comércio informal, até os que têm emprego na própria área central, sendo trabalho de baixa remuneração como copeiros, mecânicos, borracheiros, garçons, porteiros, vigias, entre outros. O segundo grupo são os trabalhadores do sexo, já que parte do território é significativamente marcado por um comércio e atividades relacionadas ao sexo: boates, bares, saunas, *sex shop*, casas de show, hotéis voltados à prostituição. Faz parte do território a famosa Rua Aurora, tradicional ponto de prostituição do centro da cidade, desde os anos 1950, e com estreitas relações com as produtoras de filmes pornô da chamada Boca do Lixo, lugar que abrigou a produção cinematográfica do *Zé do Caixão*, dentre outros mais. Este grupo social também guarda relação com um público LGBT, que tradicionalmente ocupou o bairro, desde os anos 1970, e que se concentra nas imediações do Largo do Arouche, considerado popularmente como reduto gay da cidade. Outros grupos sociais identificados foram: os imigrantes recém chegados à cidade, em geral oriundos de países africanos; artistas e trabalhadores do universo da cultura também atraídos pela região, pela oferta de aluguel barato; e, por fim, os considerados invisíveis pela sociedade, os moradores em situação de rua, que se utilizam do elevado como um abrigo.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um território urbano complexo, no qual se explicitam as difíceis condições de vida e a problemática de cidades de países capitalistas de economia dependente, marcados pela grave situação de desigualdade social. Diante desse quadro pareceria supérfluo falar em referências culturais. No entanto, na perspectiva de uma estratégia do patrimônio contra a gentrificação, o levantamento das referências culturais tem o desafio de iluminar questões que estão sendo invisibilizadas.

Pelo momento destacamos algumas das referências levantadas: o Grupo de Teatro Esparra pela Janela, que faz intervenções cênicas da janela do 3º andar de um dos prédios voltados para o elevado; um conjunto de intervenções de grafite,

fotografia, pichação, colagem que ocupam os muros e colunas do elevado e que constituem uma arte urbana que tem por característica essencial a transitoriedade; o teatro Galpão do Folias, onde são produzidas, ensaiadas e realizadas peças de um grupo de atores que se define como de teatro político, o qual é feito a partir da adaptação de textos clássicos, nos quais é criada uma dramaturgia própria, com o objetivo de criticar os problemas da sociedade contemporânea; as famosas Rodas de Samba, que, desde o ano de 2000, reúne, no Largo Santa Cecília, sambistas da região central de São Paulo, sempre às sextas-feiras, durante a noite e com o samba cantado no “gogó”, ou seja, sem uso de amplificadores; o Bloco Carnavalesco Filhos da Santa, cuja origem relaciona-se às Rodas de Samba do Largo de Santa Cecília; construções modestas e antigas onde moram famílias que têm sua memória ligada ao lugar; o Festival Baixo Centro, que ocupa com atividades culturais autofinanciadas o elevado, tendo sido já realizado em 3 anos consecutivos, desde 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lição sabemos de cor, só nos resta aprender (GUEDES, 1979).

No Brasil, a experiência de instituição do patrimônio cultural em diferentes esferas, seja federal, estadual ou municipal, com forte inspiração e influência europeia e, particularmente, francesa, delegou-nos, um conjunto muito homogêneo e coeso do ponto de vista dos sujeitos sociais e das memórias ali representadas. Nosso patrimônio, que deveria sintetizar um pouco da diversidade do que é o Brasil, ainda é muito branco, católico, masculino, erudito e de boa condição social. Faltaram aqueles os quais identificamos como o “povo brasileiro”, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, negros, índios, pobres, migrantes, gente simples que passa uma vida toda buscando sobreviver. As políticas estaduais e municipais, salvo alguns poucos exemplos, foram espelhadas neste modelo internacional e acabam por reforçar a exclusão do popular, que é considerado menor, em uma concepção e um universo de valores socialmente hierarquizados, muito distantes da chamada concepção antropológica de cultura.

Mas, além de criar ausências na representação da memória do país, as políticas de patrimônio não param por aí: elas investem recursos, valorizam estes mesmo objetos, reforçando determinadas representações do passado, e viabilizam a transformação destes bens culturais em mercadorias para o consumo visual patrocinando, também, expulsão dos mais pobres de áreas centrais. Os casos apresentados aqui são recentes e mostram que, apesar de toda crítica e discussão sobre gentrificação, ainda insistimos em um modelo excludente como única saída para recuperar patrimônio.

Para além do dever de memória que se impõe, o de preservar o patrimônio como uma obrigação, é preciso, antes, compreender o que queremos com a preservação. Que tipo de memória preservamos? Que tipo de perspectiva de uso fomentamos? Qual é o projeto político que queremos para ele?

Os desafios da reflexão sobre o patrimônio na contemporaneidade passam por buscar respostas a questões básicas como essas e pensar qual deve ser o papel social do patrimônio e da preservação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEDUC/IPHAN. *Inventário Participativo do Patrimônio Cultural*. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2015 (no prelo).

CONDEPHAAT. *Processo n. 22.372/1982. Estudo de Tombamento da Vila Itooró*. São Paulo, 1982.

CONDEPHAAT. *Processo n. 20.640/78. Levantamento métrico-arquitetônico, fotográfico da Sede do Sanatório Bela Vista, à Rua Iguatemi, no 9, para fins de tombamento*. São Paulo, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

GUEDES, Beto. LP. *Sol de Primavera*. 1979. Odeon, Rio de Janeiro. Remasterizado em CD em 2002, por EMI Music.

GUTIÉRREZ, Ramon. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: Departamento de Patrimônio Histórico - DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. pp.121-128.

MENESES, U. T. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 189-194.

\_\_\_\_\_. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAGIZI, E. et al (Orgs). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp.88-99.

MELÉ, Patrice. (re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOU-ZACHARIASEN et all (Orgs.). *De volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 197-227.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana F.A. et all (orgs). *A cidade como negócio*. São Paulo, Contexto, 2015. p. 209-226.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN et al (orgs.). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

\_\_\_\_\_. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *Revista Geosp Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

URIARTE, Urpi M.. O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico. *Interseções*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 7-24, 2012a.

\_\_\_\_\_. A rebelião do vivido. Henri Lefebvre no centro de Salvador. *III Seminário Internacional Urbicentros*. Salvador, 2012b.



# PORTO DO CAPIM: LUTAS E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB

## RESUMO

Busca-se, neste artigo, refletir sobre a inserção e valorização do patrimônio cultural no cotidiano e na dinâmica urbana. O ponto de partida é a problematização de um modelo que, apesar de muito criticado e debatido, ainda se espalha pelas cidades brasileiras: aquele que, promove a gentrificação usando o patrimônio como álibi. Além disso, esse modelo transforma os lugares de memória em cenários para serem consumidos pelo turismo e, muitas vezes, em simulacros fabricados para tecer uma dada representação do passado. Pretende-se apresentar, em contrapartida, estratégias que buscam colocar a experiência do patrimônio como possibilidade de mobilização contra a gentrificação, garantindo a função social do patrimônio como aquela que se atrela ao direito à memória sem promover segregação socioespacial.

## PALAVRAS-CHAVE

Valorização do Patrimônio; Segregação Socioespacial; Inventário Participativo; Gentrificação; Educação Patrimonial.



## AUTORES

### EMANUEL OLIVEIRA BRAGA ▶

Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba. Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba e Graduado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará. Experiência na área de pesquisa etnográfica, gestão de patrimônio cultural, projetos de educação patrimonial e planejamento, construção e avaliação de políticas públicas. Membro do Grupo de Pesquisa Etnografias do Capitalismo Contemporâneo, sediado na Unicamp. Desenvolve pesquisas sobre dois conjuntos temáticos: 1. interfaces entre dádiva, relações mercadológicas e políticas públicas; 2. interfaces entre patrimônio cultural, fronteiras étnicas, relações mercadológicas e políticas públicas.

### CARLA GISELE MACEDO S. M. MORAES ▶

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. É servidora do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), onde desde 2007 atua na gestão e preservação do patrimônio cultural brasileiro, incluindo ações de educação patrimonial, execução de políticas públicas de patrimônio, fiscalização do patrimônio edificado e salvaguarda de bens imateriais registrados.

# PORTO DO CAPIM: LUTAS E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB

## PORTO DO CAPIM: PATRIMÔNIO CULTURAL E RELAÇÕES DE PODER

Em João Pessoa, o *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*, que originalmente fazia parte do já referido Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, previu a inserção e a assistência à população residente nas proximidades das áreas tomadas como objeto de intervenção, embora a proposta de realocação não pareça atender aos anseios e necessidades de uma parte dos moradores, tendo em vista que afeta de maneira importante a relação de convivência e, em alguns casos, desvincula economicamente alguns profissionais de sua relação com o rio Sanhauá e com o Varadouro. Além disso, após o atraso na execução dos recursos captados junto à Caixa Econômica Federal, o projeto passou a prever a construção de unidades mínimas (42m<sup>2</sup>) de habitação de interesse social, em local afastado do Porto do Capim, modificando sobremaneira o modo de morar dos ribeirinhos, alguns dos quais já realizaram benfeitorias em seus imóveis e residem em habitações relativamente confortáveis atualmente. Tal situação é reflexo das grandes operações de *city marketing* que, segundo Vainer (2000), através de seus promotores e interventores propagam a imagem de uma cidade sem problemas sociais.

A venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática. [...] A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo [...] quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a “*forte visibilidade da população de rua*” (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, p. 50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental) (VAINER, 2000, p. 82).

1. O vocábulo “gentrificação” é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, ao que parece, pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964. O termo ganhou popularidade após seu uso em dissertações acadêmicas sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento de residentes e usuários com menor poder econômico de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local, em contrapartida da entrada de residentes e usuários com maior poder econômico. Para saber mais: AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Georges em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

2. O termo “patrimonialização” representa um vocábulo usado apenas por profissionais especializados em construir teses acadêmicas sobre a temática de patrimônio histórico e/ou cultural e suas implicações sociais, a exemplo do filósofo francês Henri-Pierre Jeudy.

Como em outras cidades que investiram na revitalização de áreas de interesse histórico, João Pessoa também privilegia, nas ações de planejamento, o atendimento às necessidades da política de turismo em detrimento dos problemas socioespaciais decorrentes da reorganização espacial de que a cidade fora objeto durante todo o século XX. As medidas de intervenção, resultantes do Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, configuraram-se claramente como práticas de gentrificação<sup>01</sup> e patrimonialização<sup>02</sup>: alteração da paisagem urbana; tentativa de converter uma área de valor histórico-cultural em segmento de mercado – um espaço de visibilidade pública; e realocização estética do passado, transformando os sobrados ecléticos em relíquias coloniais do patrimônio e da memória da cidade.

Edifícios de uso residencial e comercial, predominantes no centro histórico, alguns em avançado processo de degradação, foram adaptados para novos usos, como bares e casas de shows que se instalaram na Praça Anthenor Navarro, “revitalizada” em 1998, e no Largo São Frei Pedro Gonçalves, após a intervenção de 2001<sup>01</sup>.

Apesar desta tentativa de revitalizar o centro histórico, foi muito curto o tempo de vida dos espaços culturais implantados na área de intervenção. Após alguns anos de uso efetivo, os bares, casas de espetáculos e demais espaços culturais implantados nos anos 1990 não resistiram e muitos deles fecharam as portas, deixando os prédios com outras apropriações consideradas pelo planejamento público das políticas de preservação como “indesejadas”.

Com o fim do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha, no final dos anos 2000, espaços culturais tiveram seu funcionamento prejudicado, tendo sua atuação e capacidade operacional reduzida de maneira significativa, por terem sofrido seguidos cortes de orçamento e de pessoal.

O caso da comunidade do Porto do Capim, bairro Varadouro, em João Pessoa, é exemplar ao mostrar a dinâmica de produção do capital cultural, quando a *cultura* vira sinônimo de *mercadoria* para o turismo e para segmentos intelectuais e artísticos.

No intuito de *produzir cultura*, intelectuais se reuniram na década de 1990 e formaram a já mencionada Comissão do Centro Histórico. Buscavam, a todo custo, legitimar perante os poderes públicos a ideia da necessidade de uma “revitalização” do Rio Sanhauá. Alega-se, ainda hoje, que o Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim devolveria à “sociedade pessoense e paraibana” a *histórica* relação com o rio, ao recuperar a paisagem cultural portuária de tempos de outrora, como explicitado no discurso da Comissão do Centro Histórico:

[...] esta intervenção condensa ações que integram e potencializam as linhas estratégicas estabelecidas pelo projeto de Revitalização, que é entender o Centro Histórico como turístico e cultural, um Centro de oportunidade e referência em qualidade de vida. [...] De forma associada

teremos a requalificação de sua função econômica que, a **partir do resgate do vínculo rio/cidade**, transformará o rio e o antigo porto em importante núcleo turístico da cidade, com a infraestrutura necessária ao aproveitamento do turismo histórico-cultural e do ecoturismo, este associado ao estuário do Rio Paraíba. [...] **esse processo deverá ainda promover o desenvolvimento social da comunidade do porto do capim, que passará a habitar um novo núcleo habitacional**<sup>3</sup>. (CPDCH/JP, 2007, p. 11-12).

A comunidade do Porto do Capim infelizmente não foi incluída e integrada ao projeto de requalificação, pois ele beneficiaria prioritariamente os turistas e as demais classes que pudessem frequentar o novo espaço requalificado.

Os poderes públicos, nos níveis municipal, estadual e federal, ainda agregam ao discurso em prol do tripé cultura/história/turismo a moda preservacionista do *meio ambiente*, pelo fato de a comunidade estar localizada às margens do Rio Sanhauá. Com efeito, João Pessoa representa um dos únicos casos brasileiros em que um bairro de fundação da cidade convive com uma grandiosa área de vegetação nativa que margeia os rios Sanhauá e Jaguaribe.

Entretanto, tal discurso ambientalista cai completamente por terra devido a dois fatores:

- 1) A comunidade adotou esse hábito provavelmente por não dispor ainda de saneamento básico. Situação que poderia ser solucionada com a instalação de rede de esgoto no bairro. A comunidade recebe esporadicamente a visita de alguns grupos de civis voluntários, que repassam medidas paleativas de higiene, apesar do altruísmo do grupo o problema permaneceu “insolúvel”.
- 2) Alega-se que o Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim, na verdade, faz parte de um plano maior de “recuperação” e “revitalização” dos rios da cidade de João Pessoa, especialmente Sanhauá e Jaguaribe, conforme pudemos constatar em reunião realizada em 14 de junho de 2010, no centro comunitário Porto do Capim, que contou com a presença do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Rio Sanhauá e Rio Jaguaribe, da Secretaria de Habitação, e da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Universidade Federal da Paraíba e de líderes comunitários.

Ora, o projeto que está exposto aos olhos de todos os visitantes no antigo Hotel Globo, sede da Comissão do Centro Histórico, aproveita exatamente a mesma área

3. Os referidos locais fazem parte do primeiro recorte espacial de intervenção do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que está inserido num grande projeto a ser realizado numa extensão de 11 km do rio Sanhauá, denominado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa como “PAC Sanhauá”, sendo R\$ 1.194.750,00 destinados às etapas iniciais de planejamento de projetos de engenharia, regularização fundiária e o que a Secretaria Municipal de Habitação Social chamou de “trabalho social”. Antigos armazéns e hotéis também foram direcionados para outras atividades, alguns abrigando departamentos da Prefeitura Municipal, como a Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), e em dois dos mais significativos prédios, a antiga Fábrica de Vinhos Tito Silva e Cia. e o antigo Hotel Globo, passaram a funcionar, respectivamente, a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural e a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCH-JP), órgão fundado em 1987, responsável pela salvaguarda do perímetro urbano tombado.

Grifos nossos.

**Imagem 01:** Planta baixa do Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim. Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

**Imagem 02:** Vista do Porto do Capim a partir do rio Sanhauá (1968). Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

que a comunidade avançou sobre as margens do Sanhauá, agredindo da mesma forma todo espaço original de mata ciliar. Só que, em vez de aterros comunitários, teremos um “concretão”, com a presença de vários postes de luz e quiosques planejados por um pequeno grupo de arquitetos (imagens 01 e 03). Projeto semelhante ao do Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa, que foi transformado numa praça para uso também do poder público. Como diria oportunamente a antropóloga Mary Douglas, “**as leis da natureza** são introduzidas para sancionar o código **moral**” (1991, p. 13). Em reunião com a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, realizada em junho de 2010, onde participamos como representantes do IPHAN, observamos que o projeto habitacional estava bastante modificado por conta de contingenciamentos financeiros originados do grande atraso na aplicação dos recursos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. As famílias do Porto do Capim, caso sejam mesmo remanejadas, ficarão em área mais afastada que a prevista no “projeto original” de 1999 e também habitarão espaços mais limitados, nas chamadas “unidades mínimas familiares” (42 m<sup>2</sup>).

Jovanka Scocuglia também registrou a situação da comunidade Porto do Capim, que está na expectativa há mais de dez anos por alguma intervenção urbana pelos poderes públicos naquela área:

Assentada em área de patrimônio da União, a favela Porto do Capim é caracterizada como uma invasão, ou seja, ocupação ilegal e irregular. Apesar desta situação, todos os entrevistados, em nossas pesquisas, reclamaram o direito de propriedade de seus imóveis, segundo eles, construídos à custa de muitos sacrifícios. São, na maioria, imóveis próprios inseridos na área próxima ao mangue, alguns ocupando um trecho já parcialmente urbanizado com arruamento e coleta de lixo, construídos em alvenaria, com água encanada e energia elétrica, alguns com linha telefônica, porém sem esgotamento sanitário. Entretanto, os imóveis localizados por trás desta rua principal, foram construídos diretamente sobre o mangue, mediante aterros sucessivos e são mais precários, constituídos por materiais diversos, como restos de madeiras, papelão, taipa, cobertos com palha, entre outros improvisos (SCOCUGLIA, 2010, p. 80).

Com o atraso exacerbado na efetivação do Projeto de Requalificação do Varadouro e Porto do Capim, motivo de disputas políticas entre o governo estadual e o municipal, a comunidade do Porto Capim continua sem assistência. Devido a morosidade do processo para recuperar aquela área, várias famílias moradoras de outras favelas pessoenses, em situação socioeconômica ainda pior que a situação das primeiras famílias (descendentes de pescadores, que há cerca de setenta anos ocupam os espaços do antigo atracadouro), resolveram ocupar desordenadamente o Porto do Capim, em galpões, construções em papelão e madeira, trazendo novos problemas de violência, circulação de drogas e sujeira para aquele setor do Varadouro.

[Imagem 01]



[Imagem 02]



Outro fator que contribuiu para a precariedade e piora da situação da comunidade Porto do Capim é que a demora na efetivação do Projeto de Requalificação é responsável por uma adaptação do projeto original no âmbito da proposta habitacional (que previa área maior e mais próxima e instalação de comércios), que desfavorece o remanejamento da população mais antiga. Essa adaptação não foi divulgada em assembleia popular, contrariamente ao que foi feito com o projeto original coordenado pela Comissão do Centro Histórico e que contou com a participação de diversas instituições presentes na Paraíba. O primeiro projeto (1999), apesar das deficiências estéticas, ambientais e sociais, almejava minimamente contemplar a promoção do desenvolvimento social da comunidade local e previa uma série de itens que a nova proposta de remanejamento habitacional relegou para o esquecimento.

O processo iniciado nos anos 1980 e intensificado nos anos 1990 teve como principal escopo a instituição de um espaço para a *cultura* do Estado da Paraíba, num discurso que propunha a identificação direta entre “cultura popular”, “tradição” e “monumentos históricos”. Nesta experiência, talentos musicais, traçado urbano e arquitetura são alguns dos *símbolos do local*. João Pessoa, em busca de uma “nova” identidade, apropriou-se dos significados de que foi conferida em seu processo de revitalização. Onde estava sua centralidade? Nos seus *slogans*, “*a segunda cidade mais verde do mundo*” e “*terceira cidade mais antiga do Brasil*”.

A negação da “cidade antiga” (colonial) e adoção da imagem da cidade remodelada, cujos sobrados assumem fachadas ecléticas (emblemas de modernidade na primeira metade do século XX) é a grande “cartada” da estratégia de *marketing*

**Imagem 03:** Perspectiva do Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim. Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

[Imagem 03]

### **Praça Porto do Capim proposta**

- 01** Praça Porto do Capim - Eventos
- 02** Atracadouro (Pier) Flutuante
- 03** Rampa das embarcações
- 04** Museu da Cidade - Unidade Colônia
- 05** Centro de Referência da Cultura popular
- 06** Centro de Serviços Turísticos
- 07** Arquibancada para o rio
- 08** Comunidade Porto do Capim
- 09** Palco para shows



urbano em João Pessoa – *a reinvenção do lugar*. Esse discurso foi assimilado pelos poderes públicos e se reflete nos perímetros de proteção do centro histórico de João Pessoa. O Decreto Estadual nº 8.639, de 26 de agosto de 1980, instituiu a proteção a diversos bens culturais, artísticos e históricos do Estado da Paraíba, entre os quais, alguns monumentos de João Pessoa. No entanto, o tombamento estadual e a delimitação do perímetro correspondente ao *Centro Histórico Inicial de João Pessoa* foram estabelecidos somente através do Decreto nº 9.484, de 13 de maio de 1982. O Centro Histórico obteve reconhecimento como área sujeita a tratamento especial – ZEP (Zona Especial de Preservação) e ZER (Zona Especial de Revitalização) e também figurou, posteriormente, no texto do Plano Diretor da cidade. O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo IPHAN como patrimônio cultural brasileiro em 2007, através do Processo nº. 1.501-T-02, nos termos do Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, e inscrito sob o nº. 590, no Livro do Tombo Histórico, e sob o nº. 146, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O Porto do Capim se situa dentro do perímetro do centro histórico protegido pelo Decreto-Lei 25 de 1937, na chamada área de entorno do sítio. O Decreto-Lei 25 é a lei que trata do tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional. Em seu Art. 18, assegura a preservação da ambiência e visibilidade do bem tombado:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Um sítio histórico, respaldado pela legislação federal, divide-se, de praxe, em área de tombamento propriamente dita e área de entorno. A área de tombamento refere-se a um conjunto de coisas delimitado de forma clara e precisa, sobre o qual incidem os efeitos legais determinados no Decreto-Lei nº. 25/1937, sendo o principal deles a permanência – conservação – da coisa tombada. Como esclarece Rabello (2009, p. 79), “ao se tomar o núcleo histórico de uma cidade, estarão sob a tutela do poder público os prédios, ruas, a vegetação que adere ao solo, os adereços fixados nos prédios, enfim, a paisagem urbana constituída de imóveis”. Já a área de entorno funciona como uma zona de transição e amortecimento de impactos típicos de crescimento das cidades sobre a poligonal do tombamento propriamente dito, de proteção rigorosa. Segundo Márcia Chuva e Helena Santos, citadas na obra *Entorno de bens tombados*, de autoria de Lia Motta e Analucia Thompson:

Área de entorno como consequência da leitura do documento [monumento], contribuindo ou interferindo, pela conexão que mantém com a constituição do núcleo, mesmo que abrigue

unidades arquitetônicas diferentes das incluídas no Centro na área de tombamento (CHUVA; SANTOS, 1987 *apud* MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 79).

Embora seja notória a anterioridade e indiscutível a ocupação urbana seiscentista do Porto do Capim, o trecho de ocupação da população ribeirinha foi excluído, estrategicamente, do perímetro da *área de tombamento*, situando-se apenas como *área de entorno* (mapa 01).

A discricionariedade na delimitação do perímetro de proteção do *Centro Histórico de João Pessoa* pelo IPHAN da Paraíba, em sintonia com os parâmetros técnicos da CPDCH-JP, infelizmente vai de encontro ao proposto pelas políticas de patrimônio, excluindo do perímetro de proteção rigorosa relevantes setores do sítio histórico, entre eles, o espaço de fundação da cidade (dentro da narrativa do “encontro dos povos”). Conforme chamou atenção a arquiteta Ana Luiza Costa:

Qual a justificativa para manter fora da Poligonal de Tombamento Nacional espaços urbanos como: **Porto do Capim**, Praça Álvaro Machado, Praça Pedro Américo e Aristides Lobo, Rua da República, Rua Odon Bezerra e Rua das Trincheiras? Espaços consolidados, que representam importantes ligações históricas e locais de simbologia social e significativa<sup>05</sup> (COSTA, 2009, p. 143).

Referindo-se às recomendações internacionais, destacamos, dentre outras Cartas Patrimoniais, a *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural*, onde lemos, a título de exemplo, no seu item 1:

O entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômico.

Nos itens 10 e 11, da mesma carta, ainda podemos ler: “deve-se gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial de modo que seu significado cultural e seu caráter peculiar sejam mantidos” e “a gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação”.

O tombamento do centro histórico de João Pessoa foi solicitado por uma ONG que atua no Centro Histórico de João Pessoa: a Associação Centro Histórico Vivo (Acehrvo), que em seu Ofício de solicitação do tombamento, discorreu acerca dos valores primordiais a serem considerados na instrução processual:



[Mapa 01]

## Poligonal de Tombamento Federal



- |  |  |
|--|--|
| <b>01</b> Rio Sanhauá                  | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: orange; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Área de preservação rigorosa - IPHAN |
| <b>02</b> Parque Solon de Lucena       | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Área de entorno - IPHAN  |
| <b>03</b> Praça Pedro Américo          | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: red; margin-right: 5px;"></span> Porto do Capim   |
| <b>04</b> Praça Dr. Napoleão Lauredano |  |
| <b>05</b> Varadouro                    |  |

[...] tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um polo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. **O Rio invade a urbs e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade<sup>4</sup>**, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal<sup>5</sup> (IPHAN, 2002, sem página).

A relação *cidade/rio*, o mangue e a ocupação histórica do Porto do Capim não foram levados em consideração na delimitação do perímetro de proteção que compõe a instrução

4. Grifo nosso.

5. Grifo nosso.

**Imagem 4:** Poligonal de tombamento federal do Sítio Histórico de João Pessoa, vendo-se que o Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá, situa-se apenas no entorno, enquanto o rio Sanhauá sequer figura na poligonal de proteção. Fonte: Editado por Eugênio Moreira a partir de dados fornecidos pelos autores.

6. Grifo nosso.

7. Trecho do Ofício ACEHRVO nº 081/2002 – Solicitação do tombamento do “Conjunto Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico” do Centro Histórico do município de João Pessoa. PASTA 10 – Centro Histórico de João Pessoa, que compõe o Processo de tombamento nº. 1.501-T-02, Volume 1. Grifo nosso.

do processo de tombamento. A poligonal de tombamento é um reflexo material desta posição do IPHAN, uma vez que o rio Sanhauá foi excluído da definição do perímetro, enquanto o mangue e o Porto do Capim figuram apenas no entorno do sítio tombado, embora seja perfeitamente plausível e legal a inclusão de elementos da natureza nas poligonais de proteção, havendo exemplos vários na história da instituição.

A lei não deixa dúvida de que não só as coisas criadas pelo homem podem ser objeto de tombamento, como também os chamados “monumentos”, “sítios” e “paisagens naturais”. Nessas denominações podem ser incluídas quaisquer espécies de elementos da natureza, isto é, poderá ser uma rocha, ou poderá ser todo um sítio florestal, ou mesmo uma paisagem litorânea.

[...] Assim, podemos deduzir que, em princípio, não é juridicamente inadequado o tombamento de bens naturais, especialmente daqueles que possam ter características básicas de permanência, a fim de atender o objetivo da lei, que é sua conservação natural (RABELLO, 2009, p. 83-84).

No transcorrer da tramitação do Processo do IPHAN, em vários momentos, valora-se a relação construída historicamente entre o rio e a urbe:

Vínculo Rio/Cidade – **a cidade de João Pessoa originou-se na Foz do Rio Sanhauá** pela posição e condições estratégicas que o estuário representava em relação à defesa da capitania hereditária de Itamaracá. O motivo determinante do surgimento da Paraíba foi político-militar. A necessidade de defesa e controle da região, somada às condições geográficas favoráveis, levaram os colonizadores a estabelecerem um vínculo mais forte na cidade, **construindo um porto fluvial** que posteriormente serviu para o escoamento da produção açucareira.

Na fixação dos colonizadores, o relevo definiu os espaços urbanos: a cidade alta, concentrando as atividades administrativas, culturais e religiosas; e a cidade **baixa, voltada para o comércio, desenvolvida a partir do Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá. O ancoradouro do Rio Sanhauá constituiu um elemento forte no crescimento da cidade, sendo durante muito tempo o ponto de escoamento da produção local destinada à exportação. A criação da alfândega e a construção de armazéns contribuíram para o desenvolvimento do comércio atacadista no Varadouro**<sup>6</sup>.

Com o crescimento da cidade, a partir do desenvolvimento econômico intenso em todo o país (início do século XX), o processo de ocupação do solo urbano de João Pessoa se expandiu em direção ao mar (sentido oeste-leste), permanecendo na cidade baixa o comércio local. As exportações passaram a ser feitas pelo Porto de Cabedelo; foi construída a ferrovia para escoamento da produção, **ficando Porto do Capim como documento histórico marcante de uma época**<sup>7</sup> (IPHAN, 2002, p. 101).

Se a relação *cidade/rio* é um dos motes da solicitação de tombamento e o fio condutor de toda a argumentação do processo de instrução pelo IPHAN, como explicar a exclusão do Porto na delimitação espacial adotada? Diante dessa seleção patrimonial, fragiliza-se uma discussão técnica para defesa da permanência da dinâmica urbana da população ribeirinha diante do projeto de “*revitalização*” do Porto do Capim, pois o *entorno* é apenas um espaço de transição e amortecimento entre o sítio tombado e os setores protegidos rigorosamente pela lei. Desta forma, o antigo Porto, um dos setores mais relevantes da cidade, do ponto de vista patrimonial, é destituído de seu valor em nome de um projeto urbano turístico ambiental, deixando a proteção legal do espaço definido sob os critérios e normas relativas à preservação de entornos<sup>8</sup>.

Para contrapor o processo de justificativa que excluiu o Porto do Capim e o rio Sanhauá do perímetro de proteção rigorosa, torna-se imperativa a revisão do tombamento, por meio do dispositivo jurídico da rerratificação da poligonal de tombamento federal, onde estaria garantida a vitalidade daquele importante espaço habitado pela população ribeirinha.

Enquanto *cultura* e *patrimônio* forem pensados como elementos isolados de uma conjuntura política maior que os remetam ao protagonismo do habitante da cidade, do *cidadão*, não haverá mais cidades belas e agradáveis. Ora, aqueles que vivenciam os lugares é que devem dizer o que gostam neles e como gostariam que eles fossem! Não se pode exigir de um morador que nunca teve acesso a um espaço de lazer de qualidade, a um tratamento de esgoto, a um transporte público de qualidade, a uma saúde de qualidade, enfim, a um bem-estar dentro de seu próprio bairro, não se pode exigir que ele construa amor àquele lugar. Os mesmos cuidados e preocupações que, normalmente, temos com nossas propriedades privadas deveríamos também ter com nossos espaços públicos. O bairro e a cidade também são nossos lares. Se não há mais interesses coletivos, como garante o apocalipse pós-moderno, que pelo menos os interesses individuais de viver e conviver da melhor maneira possível possam um dia alavancar políticas nascidas na relação cotidiana dos cidadãos com os lugares.

8. Trecho da instrução do Processo de Tombamento nº 1.501-T-02 – Centro Histórico do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, p. 101. Ver Portaria IPHAN n. 10, de 10 de setembro de 1986.

## **PORTO DO CAPIM: LUTAS E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Existe um bairro na nossa querida cidade onde os vizinhos põem cadeiras na calçada nos fins de tarde e falam da vida alheia, dos namoros que começaram ou terminaram, dos sonhos para o futuro dos filhos e sobre o último capítulo da novela das sete. [...]

9. Projeto da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba, com vistas ao desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial e comunicação com o público. Tendo em vista que ações desenvolvidas pela Casa ultrapassam o âmbito municipal, o projeto hoje é designado “Casa do Patrimônio da Paraíba”.

No passado remoto e no presente sofrido, poucas áreas de João Pessoa concentram em um mesmo espaço tanta vida, tanta história e diversidade cultural como o Porto do Capim. Com sua convivência diária junto do rio, suas lorotas de pescador, seus pastores evangélicos de voz forte e Bíblia na mão, seu artesanato de *biscuit*, seu comércio miúdo, de dose de cachaça, de quilo de arroz, de saco de pão, o cotidiano desses moradores oferece, sem exigir nada em troca, mais beleza à paisagem do Centro Histórico da capital paraibana, tombado em 2007 como Patrimônio Cultural do Brasil.

A exposição *Memórias Ribeirinhas*, trabalho realizado pela Casa do Patrimônio de João Pessoa, vem ao grande público mostrar um pouco da história desse povo que há mais de setenta anos nos ensina a viver dignamente diante de condições adversas e que, entre memórias e sorrisos, nos traz mais este belo presente.

É assim que o catálogo da exposição *Memórias Ribeirinhas*, trabalho realizado pela Casa do Patrimônio de João Pessoa<sup>9</sup>, traduz um pouco do cotidiano da comunidade ribeirinha do Porto do Capim. A comunidade (que também engloba a população habitante da chamada “Vila Nassau”) vive à beira do Rio Sanhauá desde a primeira metade do século XX. As famílias de Rossana, Rozeane, Seo Zé Alagoas, Seo Cosminho, entre muitas outras do Porto do Capim, vivem naquele espaço muito antes da ideia de “centro histórico de João Pessoa” começar a povoar as mentes e os anseios políticos de alguns grupos de artistas, arquitetos, historiadores e preservacionistas locais.

O propósito inicial do projeto educacional *Memórias Ribeirinhas*, referenciado acima, era de produzir um espaço comunitário de memória das histórias e saberes do Porto do Capim. Tal espaço de memória faria parte da revitalização do centro histórico que contemplaria “um pouco da comunidade” no espaço previsto para a construção da grande “Arena de Eventos”, por meio de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) – Cidades Históricas do Governo Federal. Este modelo de PAC é gerido pelo IPHAN, que é o proponente técnico (com toda sua “expertise”) do processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Trata de um Convênio onde o IPHAN é o concedente e a Prefeitura Municipal o conveniente. Entretanto, o ideário inicial do *Memórias Ribeirinhas* foi quebrado pelo próprio desenvolvimento do projeto. Eu costumo dizer que a equipe de trabalho da Casa do Patrimônio de João Pessoa (hoje Casa do Patrimônio da Paraíba) foi educada pela comunidade Porto do Capim a partir do *Memórias Ribeirinhas*. Ela abriu nossos olhos, aflorou todos nossos sentidos, para perceber que o que tínhamos como proposição inicial era a domesticação da memória comunitária em um espaço preservacionista meramente contemplativo, que o importante para eles não é o que eles “faziam”, suas histórias não poderiam ser congeladas em um asséptico contexto museográfico. O que importa é o que eles fazem no presente para garantir a vitalidade da identidade ribeirinha em meio a um “centro histórico” forjado com pobres narrativas preservacionistas.

Eles são um museu vivo e rico de referências culturais importantes para compor outro tipo de política de reconhecimento e salvaguarda do centro histórico de João Pessoa. Suas histórias de vida transformaram a perspectiva política do *Memórias Ribeirinhas* e de parte da equipe de trabalho do IPHAN que passou a propor e agir dentro da instituição de modo diferente quando o assunto era “revitalização do centro histórico de João Pessoa”.

A partir do sucesso da exposição *Memórias Ribeirinhas*, que redirecionou o preservacionismo contemplativo para a poderosa ideia de patrimônio cultural como importante elemento diacrítico político-identitário, as reuniões da Divisão Técnica do IPHAN da Paraíba, nos anos de 2011 e 2012, passaram a ser “polêmicas”. A pureza da revitalização do centro histórico estava definitivamente poluída e o IPHAN da Paraíba, rachado em duas equipes com visões técnicas e políticas distintas no tema “remover uma comunidade ribeirinha e no seu lugar instalar uma Arena de Eventos”. Visões irreconciliáveis que os cargos comissionados do IPHAN não “aceitavam”. Insistiam para a produção de um “meio termo”. “Meio termo” que era na verdade uma Arena de Eventos mais “ecológica” e multifacetada. Diante de tal indecisão, foi sugerida para a equipe técnica que não considerava a Arena de Eventos uma política pública a elaboração de uma contraproposta, algo que baseado em legislações e critérios técnico fosse considerado plausível do “ponto de vista patrimonial”. Foi assim que surgiu, no primeiro semestre de 2012, o Dossiê da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, um documento técnico do IPHAN da Paraíba que concluía veementemente pela plausibilidade de uma intervenção de melhorias urbanas voltadas para a salvaguarda da comunidade ribeirinha Porto do Capim às margens do Rio Sanhauá, contemplando todos os aspectos elencados pela proposta original de Revitalização, especialmente a proposição de planos e ações de turismo ecológico e cultural no local. Os bastidores de tal conflito técnico e político institucional estão descritos e analisados em uma dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, de Helena Tavares Gonçalves (2014), e o presente artigo se propõe apenas a caracterização do movimento político comunitário, semeado na dinâmica de produção do *Memórias Ribeirinhas*, que culminou na desestabilização ideológica da Superintendência do IPHAN na Paraíba e em novos rearranjos de hegemonias e marginalidades, nos critérios de execução de políticas públicas de patrimônio cultural.

Além de reconfigurar as relações de poder presentes no interior do IPHAN, as mobilizações políticas da comunidade Porto do Capim, nos últimos anos, transformou os holofotes das pesquisas universitárias, aut centradas em um saber restrito aos circuitos acadêmicos, a seu favor, tornando cada vez mais públicas as suas realidades políticas, desconstruindo a tranquilidade do projeto original de revitalização do centro histórico de João Pessoa, mobilizando projetos de extensão universitária e formando agentes culturais na comunidade.

Na esteira dessas mobilizações político-comunitárias, foi criada a Associação de Mulheres do Porto do Capim, grupo organizado que fincou pé no meio da diversidade de manifestações políticas atuantes nas redes sociais como o *facebook* e articulou uma série de eventos de apoio ao movimento “Porto do Capim em Ação”. A Associação conseguiu parcerias e conquistou espaço em uma rádio comunitária e pressionou as instituições públicas, como Prefeitura, IPHAN e Ministério Público Federal – MPF, para a realização de reuniões a fim de contestar o *modus operandi* do projeto original de revitalização. A comunidade recebeu diversas manifestações de apoio da sociedade pessoense, paraibana e nacional, a exemplo da Associação Brasileira de Antropologia que publicou em 2014 a *Nota de Repúdio ao Projeto que desloca a comunidade de Porto do Capim e Vila Nassau do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba*. Em 2015, o Centro de Referências em Direitos Humanos publicou o *Relatório de Violação dos Direitos Humanos no Porto do Capim*.

Diante de tantas negativas arbitrárias e institucionais dos valores histórico-culturais da comunidade Porto do Capim (muitas vezes, racionalizados como “critérios técnicos” elaborados por servidores públicos que teriam como missão a proteção do patrimônio cultural brasileiro), os ribeirinhos transformaram a dominação simbólica constituinte de uma “vergonha de si” (Bourdieu, 1998 [2006]), em um “orgulho de si”, um devir político-identitário de tal ordem que instituiu de uma vez por todas a História, com “H” maiúsculo, à beira de um rio de tantas histórias oficialmente mal contadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. *Nota de Repúdio ao Projeto que desloca a comunidade de Porto do Capim e Vila Nassau do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba*. Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Georges em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume Editora, 2006

BOURDIEU, Pierre. A odisseia da reapropriação: a obra de Mouloud Mammeri. In: *Dossiê Pierre Bourdieu no Campo*. Revista de Sociologia e Política, nº. 26. Curitiba, junho de 2006.

COSTA, Ana Luiza Schuster da. *Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa: três décadas de história*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: João Pessoa/PB: UFPB, 2009.

CPDCH/JP – Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. João Pessoa, 2007.

CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos/UFPB. *Relatório de violação dos direitos humanos no Porto do Capim*. João Pessoa, 2015.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

GONÇALVES, Helena Tavares. *O porto e a casa: dinâmicas de transformação dos usos dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro/RJ: COPEDOC/IPHAN, 2014.

IPHAN. *Dossiê: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*. v. 1. João Pessoa, 2012.

IPHAN. *Processo de instrução de Tombamento nº1501-T-02: Centro Histórico do Município de João Pessoa Estado da Paraíba*. Vol. 1. João Pessoa, 2002.

MOTTA, Lia. & THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Série Pesquisa e Documentação do Iphan. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 2010.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SCOCUGLIA, Jovanka B. Cavalcanti. *Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. *Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.



# PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PROJETOS URBANOS E URBANIDADE: O CASO DE SÃO PAULO

## RESUMO

A cidade de São Paulo iniciou sua ação municipal de proteção do Patrimônio Cultural, dentro da instituição de Planejamento Urbano, a COGEP, em 1975. A partir de então, a ação de Patrimônio foi se fragmentando e tornando-se isolada da questão Urbana. Metrôpoles contemporâneas, através de Projetos Urbanos, financiam habitação, mobilidade, espaços públicos, que constituem a urbanidade necessária no século XX. Apresentamos esta questão em três partes: A Ação Municipal de Preservação do Patrimônio em São Paulo, experiências de Projetos Urbanos e finalmente Diretrizes para a construção de uma Política de Gestão do Patrimônio, com o intuito de refletir sobre as questões que relacionam urbanismo e Patrimônio Cultural.

## PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Histórico; Projetos Urbanos; Patrimônio Cultural; São Paulo.



**AUTORA:**  
**NADIA SOMEKH ▶**

Nadia Somekh é professora emérita da FAU Mackenzie, onde foi diretora (2005-2009) e coordenadora da pós-graduação (2000-2002). Atualmente é Presidente do CAU Brasil (2021-2023). Foi diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo e presidente do CONPRESP (2013 a 2016). Foi presidente da EMURB (2002-2004) Pesquisadora da verticalização desde os anos 80, participou da formatação de planos diretores de São Paulo. Autora dos livros “A cidade vertical e o urbanismo modernizador” (Editora Mackenzie/Romano Guerra, 2014) entre outros livros e artigos.

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PROJETOS URBANOS E URBANIDADE: O CASO DE SÃO PAULO

## A AÇÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As primeiras ações de preservação na cidade de São Paulo partiram do órgão federal de proteção, o antigo SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936 e regulamentado em 1937), atual **IPHAN**. Com um objetivo claro de salvaguardar o patrimônio colonial brasileiro, os primeiros bens tombados foram a Capela de São Miguel (1938), seguidos pelo Sítio Morrinhos, Casa Grande de Tatuapé, Mosteiro da Luz e Sítio Mirim (1948, 1951, 1943 e 1973). O tombamento e o poder de polícia eram os instrumentos do SPHAN que adquiriu, principalmente no período autoritário, a atribuição de fiscalizar intervenções em Sítios Históricos. A cada bem tombado, caso a caso, eram definidas áreas de vizinhança a serem regulamentadas.

O golpe militar de 1964, embora centralizador, renovou e modernizou os quadros burocráticos. No nível Estadual foram criados órgãos de Preservação. O CONDEPHAAT foi instituído pela constituição do Estado de São Paulo, atribuindo-se a competência para o Conselho de proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico. Regulamentado pelo decreto estadual de 19/12/1969, o Patrimônio Cultural foi definido como o “conjunto de bens existentes em seu território pelo seu valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico e paisagístico”.

A ação do CONDEPHAAT nas primeiras décadas de existência foi similar ao nível nacional: tombamento de “monumentos” bandeiristas, construídos em taipa de pilão, e poucos recursos investidos de forma centralizada. Foi inovador, no entanto, na introdução de *conjuntos urbanos, vilas operárias e na definição de áreas envoltórias, com 300 metros em torno de cada monumento*, possivelmente inspirados

nas áreas de proteção de monumentos da França (raio de 500m). Enquanto o novo órgão estadual estabeleceu uma ação complementar e paralela ao órgão federal, salvaguardando os bens de interesse do Estado de São Paulo e tombando *ex officio* os exemplares arquitetônicos inscritos no livro de Tombo Federal (Emplasa, 1984), caberia então aos municípios o tombamento e a proteção referente à memória e História da Cidade.

Idealizado por Mário de Andrade há 80 anos, São Paulo inovou com a criação do Departamento de Cultura, que, em 1975, tornou-se a Secretaria Municipal de Cultura, dentro da qual nasceu, no mesmo ano, o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico – responsável por inventariar e proteger os bens culturais da cidade, com o recorte de até 1922. Em paralelo, estabeleceu-se o IDART – Departamento de Informação e Criação Artística, que estudaria os bens datados de pós 1922.

Apesar da existência do DPH, o tombamento no âmbito municipal não foi possível até a criação do CONPRESP – Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo, em 1985. Os primeiros tombamentos foram realizados três anos depois: o Casarão, à Rua Brigadeiro Luiz Antônio, nº. 42; e o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, pois até então, o DPH recorria ao CONDEPHAAT ou IPHAN, para promover a salvaguarda dos bens considerados de extrema importância.

A proteção Municipal dos bens culturais na cidade de São Paulo começou em 1974 por iniciativa da COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento da PMSP. Foi realizado por Carlos Lemos e Benedito L. de Toledo um levantamento dos bens de significado cultural a serem protegidos. Note-se que *a primeira ação de preservação do Patrimônio Cultural surge dentro do órgão de planejamento urbano* e se transforma posteriormente nas zonas especiais Z8-200, através da Lei 83.285 de 1975.

A Carta de Veneza, documento do Icomos, de maio de 1964, amplia a noção de monumento histórico, estendendo-a não só a grandes criações, mas também a “obras modestas que tenham adquirido significação cultural”. Segundo Kühl (2010), uma década depois, o curso da FAU/USP, em 1974, sobre restauração e conservação de monumentos arquitetônicos em parceria com IPHAN e CONDEPHAAT, possibilitou um debate consistente sobre o documento e pode ter referenciado a demanda municipal de proteção de conjuntos urbanos.

Em 1974, sob a coordenação da COGEP, João Evangelista Leão encomendou uma série de projetos voltados à Revitalização do Centro, denominada “Projeto Centro: investigações preliminares”, onde habitação, transporte, áreas verdes e bens culturais foram tratados conjuntamente. A indicação do banqueiro Olavo Setúbal para suceder o referido Prefeito, levou a COGEP a incluir, no Projeto Centro, um estudo sobre a recuperação do Edifício América, antigo Martinelli,

de propriedade parcial do Banco Itaú América, fato que se concretizou com a posterior desapropriação pública e reciclagem durante a gestão seguinte.

Dentro desse quadro foi feita uma encomenda aos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAU/USP, de *localizar conjuntos urbanos e organizar uma lista de edificações* “dignas de tombamento”, segundo Carlos Lemos. Foi realizado então o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo, que se transformaria no documento COGEP-PR 025/75: “Edifícios de valor histórico e paisagístico”, posteriormente incluído no quadro 8B, da Lei 8.328 de 2/12/1975, na Lei 8.759 de 7/9/1978, que estabelece as zonas de uso Z8-200, e no Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área Central de São Paulo.

A listagem dos bens culturais é composta de dois tipos de classificação: uma voltada para edifícios isolados e outra, de conjuntos urbanos denominados de “manchas” (COGEP, 1975). A indefinição inicial conduziu a uma articulação entre DPH/COGEP, para a regulamentação legal. Ressaltamos que a preservação do patrimônio histórico municipal surge no âmbito do Planejamento Urbano, com a posterior criação do DPH, em 1975, e do CONPRESP, em 1985, e com a efetivação do tombamento municipal em 1988. O Patrimônio deixa de ser tratado urbanisticamente e volta a ser olhado de forma pontual.

Na sua criação em 75, a estrutura do DPH era tripartite: incluía a *Divisão de Preservação*, com as seções de Levantamento e Pesquisa, Crítica e Tombamento, Divulgação e Publicações, Projeto, Restauro e Conservação, Programas de Revitalização; a *Divisão de Iconografia e Museus*, com as seções de Administração de Museus e Museu da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo; e *Divisão do Arquivo Histórico*, com as seções de Estudos e Pesquisas, Classificação e Catalogação de Manuscritos.

O DPH, ao longo de sua existência, utilizou o tombamento como principal instrumento, desvinculou-se de planos urbanos, utilizando apenas a definição de alturas das edificações como principal instrumento de valorização e ainda não avançou nem na captação de recursos, nem no estímulo aos proprietários para a recuperação do seu patrimônio. Vamos avaliar, a seguir, o percurso do DPH ao longo da sua existência.

## **PROJETOS URBANOS: EXPERIÊNCIAS**

O Processo de urbanização de São Paulo produziu um modelo urbano sem urbanidade. O resultado disso se traduz na constatação do Ministério das Cidades

1. Entendemos que o conceito de habitação supera o de moradia, incluindo as demais condições urbanas: serviços, equipamentos, infraestrutura, emprego ou trabalho.

de que metade da população urbana vive em condições precárias em favelas, cortiços e loteamentos irregulares ou clandestinos. As transformações recentes da indústria, a reestruturação produtiva trouxe para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas. Além disso, deixou áreas, bem equipadas, vazias, ampliando o processo de expansão urbana conduzindo à dilapidação dos recursos naturais.

Os velhos problemas, ainda sem solução de um “Estado de bem-estar” não implementado no Brasil, notadamente a questão habitacional<sup>1</sup>, entendida sem conceito mais amplo, convive com os novos problemas: precarização do trabalho ou desemprego, esvaziamento de áreas vinculadas ao antigo processo de produção, ou ainda violência crescente advinda de processos globais do crime organizado. Além disso, a estrutura administrativa dos municípios brasileiros fragmenta, encobrindo as verdadeiras relações sociais de desenvolvimento do capital, que assumem dimensões megametropolitanas. Paul Virillo, na exposição Terra Natal (2009), denomina a expansão predominante dessas relações sociais de “omnimetropolização”.

O Novo Plano Diretor definiu uma série de projetos urbanos possíveis, propondo a constituição de uma cidade mais compacta com menos condomínios fechados e com a preocupação com áreas de vulnerabilidade social. Entretanto colocamos a pergunta: como poderemos elaborar esses projetos com a necessária preocupação com o desenvolvimento metropolitano, sustentabilidade e proteção do Patrimônio Cultural? Existem, na experiência internacional de implementação de projetos urbanos, essas preocupações? Quais os critérios que podem constituir elementos efetivos de redução do aquecimento do planeta, de desigualdades e de efetiva inclusão social? Apresentamos a seguir alguns elementos da experiência internacional e algumas recomendações decorrentes desta reflexão, para a construção coletiva de um modelo de projeto urbano para a cidade de São Paulo.

## **A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL EM PROJETOS URBANOS**

A noção de Projetos Urbanos é ampla e necessita de conceituação adequada, entretanto podemos avançar que são intervenções emblemáticas, envolvendo grandes obras de infraestrutura ou operações urbanas, adotam ainda a forma de programas de intervenção concretizados em um conjunto de ações que, por sua integração, têm um impacto profundo no desenvolvimento da cidade. Assumem também a forma de recuperação ou regeneração de áreas industriais, portuárias, ferroviárias, centros históricos ou centralidades vinculadas a modos de produção ou transporte para ampliação da mobilidade urbana.

Representam iniciativas de renovação urbana concentradas em investimentos e intervenções que seguem um plano urbanístico, podendo se apoiar no redesenho do espaço urbano, com normas legais específicas, em novas articulações institucionais e formas de gestão. Inicialmente, em Projetos Urbanos, a qualidade espacial e urbanística

pode ser considerada como um dos trunfos de garantia de sucesso das iniciativas de renovação, redefinindo a hierarquia urbana em favor da região antes degradada, assim como a visualidade impactante, a imagem de (pós)modernidade e a grife de um arquiteto conhecido garantiram uma cartada de peso na grande arena estratégica: a mídia.

Projetos Urbanos passaram a integrar a agenda das grandes cidades no final do século, o modelo foi se sofisticando, ao mesmo tempo em que a competição entre cidades na disputa pelos investimentos voláteis no novo processo de financeirização mundial foi se acentuando. Assim, o projeto urbano se tornou uma estratégia de intervenção, já que o planejamento urbano tradicional e seus instrumentos não atendem mais às necessidades existentes na recuperação dessas áreas. Em geral, o objetivo central desses programas passou a ser a promoção do crescimento econômico, ou seja, adquirir capacidade econômica local de proporcionar postos de trabalho e gerar entradas tributárias capazes de cobrir o gasto de capital em infraestrutura e serviços públicos que cabem ao Estado. Para isso, a maioria dos programas visa atrair novas atividades a partir de vantagens locais.

A experiência internacional de Projetos Urbanos aponta transformações na forma de realizá-los. Projetos Urbanos também são associados à reestruturação produtiva e às novas formulações estratégicas de gestão, bem como à crescente competição por investimentos internacionais. A partir dessa experiência internacional, podemos inferir características que correspondem às práticas bem sucedidas, bem como às críticas a esses projetos que poderão referenciar novos caminhos. Se o nosso foco é a inclusão social, deve-se ter em vista a pergunta: Quem ganha/ Quem perde? E ainda quais os critérios que representam uma efetiva inclusão social.

Analisando os casos de Bilbao, Buenos Aires, Londres, Milão, Paris e Washington, podemos apontar recorrências: em todos estes casos, existe a perspectiva da longa duração. Em Washington, por exemplo, a Corporação para o Desenvolvimento da Avenida Pensilvânia trabalhou com o horizonte de 25 anos, *Projetos Urbanos devem ser pensados numa perspectiva de longa duração*. A característica de mistura de usos e de classes sociais, bem como a definição de uma *entidade administrativa público-privada central para a gestão e implementação do projeto* de longa duração também está presente na maioria das experiências internacionais de projetos urbanos bem sucedidos. A mistura de classes sociais pode ser entendida como elemento de inclusão. Embora a participação do setor privado seja essencial, entendemos que a *coordenação deve ser pública*, pois não é possível deixar aos empreendedores privados a responsabilidade do desenho da cidade. Somente o Poder Público pode resolver as questões de coordenação setorial, com a perspectiva mais ampla do interesse coletivo em contraposição aos interesses particulares. Portanto, se o nosso foco for a inclusão social, a liderança desses processos deve ser pública, tendo como parceiro primordial o setor privado, com maior capacidade e flexibilidade para atuar em formas inovadoras de financiamento, execução e aporte de recursos.

O caso de Puerto Madero, em Buenos Aires, é emblemático, para a nossa reflexão. Foi pensado há mais de oito décadas, antes de ser iniciado pela liderança nacional do presidente Menen. A área do Projeto era inteiramente de propriedade pública e seu resultado produziu um espaço da globalização que pretende *colocar a cidade em conexão com as demais metrópoles mundiais*. A crítica recorrente a este tipo de espaço global é a total desidentificação com a cidade tradicional.

Nas cidades do Terceiro Mundo, as agências multilaterais de financiamento também têm enfatizado as iniciativas de desenvolvimento local, que constituem um critério de inclusão, na medida em que correspondem a ideais de participação comunitária e busca de geração de renda, explorando potencial produtivo de cada região. Este é um elemento central de inclusão social, desde que efetivamente procure vincular as novas atividades à *busca de alternativas de trabalho e renda*. A chamada economia criativa, que vem ocorrendo em Londres, constitui-se na promoção de áreas de incentivo a micro e pequenas empresas, formando condomínios, hotéis e incubadoras.

A questão do desenvolvimento sustentável também vem ganhando força nos discursos e nas ações decorrentes. Chama atenção a tecnologia desenvolvida na descontaminação de antigas áreas industriais poluídas nas várias experiências analisadas, bem como de uma incipiente regulação a respeito de quem se encarrega desses custos. Na França, uma legislação nacional atribui ao setor privado os encargos de despoluição; além da busca por uma cidade mais compacta, em detrimento da expansão urbana que acarreta a dilapidação dos recursos naturais que vem conduzindo a um adensamento com qualidade, possibilitado pelas novas formas de mobilidade, hoje objeto de planos específicos, com novas alternativas de transporte como o *smart car* e as bicicletas (Paris). Ações de sustentabilidade podem ser entendidas como inclusivas? Chama atenção, no caso da França, a *busca do governo nacional por uma solução metropolitana para Paris voltada para a produção da cidade, compacta pós Kyoto, e ações de sustentabilidade, prevendo a redução de emissões de CO<sup>2</sup>*.

Paris, Milão, Londres e Bilbao definiram seus projetos dentro de uma perspectiva regional metropolitana de reconfiguração da estrutura produtiva, estimulando principalmente o terciário avançado internacional, com participação popular e ainda um desenvolvimento local baseado na economia criativa (Londres). O caso de *Paris Rive Gauche, 130ha*, coordenado pela SEMAPA (Société d'Économie Mixte de Paris), há mais de 20 anos, constituiu uma nova centralidade no leste de Paris, contrabalançando a centralidade de La Defense, que fica do lado oeste, atraindo 60.000 novos empregos. A população organizada em movimento tomou um antigo moinho, impedindo sua destruição, e, com sua mobilização, conseguiu ampliar o programa de 5.000 para 7.000 habitações de interesse social na área do projeto.

Bilbao elaborou planos de diversas escalas, antes de atribuir à RIA2000 a gestão estratégica do plano que implementou o Museu Guggenheim de Gehry, as estações

de metrô de Norman Foster (que assina também as de Londres e Paris) e as pontes de Calatrava. Fez parte do plano também a estratégia de *marketing* para vender a cidade ao mundo do turismo de massa e qualificá-la à competição de capitais internacionais, longe, portanto, da perspectiva de Inclusão Social. Londres, no projeto Kings Cross (70ha), em torno da estação do trem que liga Londres a Paris, apesar de coordenado pela iniciativa privada, preparou um programa misto, com participação da população e com propostas de construção de habitação popular (15%).

Nos anos 1990, emerge a *falsa contraposição entre Planos e Projetos Urbanos*: a crise do Urbanismo Normativo que acompanha a cidade moderna leva a extrema valorização de uma gestão empresarial contrapondo planos, mais inclusivos, e projetos urbanos, mais excludentes, aliando a crítica recorrente ao planejamento tradicional (inefetivo) e ao sucesso da experiência de Barcelona. Nesta experiência, grandes Projetos Urbanos são os elementos que definem a construção da cidade metropolitana, que, por sua vez, deve construir seu Planejamento Estratégico baseado na intercomunalidade, bem como numa negociação ampla. Assim, a crise do Urbanismo Normativo, que acompanha a cidade moderna, leva a extrema valorização de uma gestão empresarial contrapondo planos e projetos urbanos. No bojo dessa visão, a exclusão social, inerente à disseminação do Neoliberalismo até a sua exacerbação, que foi denominada por Neil Smith (2006) como a nova Estratégia Global de Gentrificação. Em Paris, as antigas normativas das ZAC (Zones d'aménagement concertés) estabelecem o ponto de partida legal para a elaboração das novas estratégias de gestão. Na maioria dos casos, exceto Paris, a valorização imobiliária e fundiária sem controle acirrou os processos de gentrificação. Como vimos, no caso de Paris Rive Gauche, o embate com a população permitiu a ampliação do número de habitações de interesse social e a “tomada” de um antigo moinho industrial como sede dessa mobilização, num conflito aberto em busca de inclusão.

Além disso, é essencial ao sucesso dos Projetos Urbanos a *criação de novas centralidades vinculadas ao sistema de transporte*: o sucesso de Canary Wharf aconteceu após a implantação de uma linha de metrô, interligando a área ao centro de Londres. Ainda no caso de Londres, Kings Cross e área dos Jogos Olímpicos estão extremamente relacionados à implementação de infraestrutura pesada de transporte de massa, (re) criando novas centralidades. No caso de Milão, nas experiências do norte de Bovisa e Pirrelli La Biccola, viabilizou-se a interligação do centro com poucas paradas.

Especificamente em relação a Canary Wharf, uma primeira tentativa fracassada tornou-se um projeto bem sucedido com o novo povoamento e investimentos públicos. Entretanto, o que se viu como resultado foi a formação de um gueto privado, controlado por uma polícia privada, que permite a entrada e o uso do espaço “público” apenas por quem aparentemente interessa. Isso nos remete, novamente, a importância de uma coordenadoria efetivamente Pública para a obtenção de cidades reais, democráticas e não cidades muradas e excludentes.

Entretanto, passadas duas décadas de grandes projetos de renovação urbana inseridos nos cenários do planejamento estratégico, evidenciam-se os limites desse modelo no que se refere a algumas das questões cruciais que haviam motivado o recurso às novas abordagens urbanísticas. Além de passar ao largo das carências habitacionais, de infraestrutura e de serviços sociais que continuam comprometendo as regiões metropolitanas, particularmente em países emergentes onde esses projetos estratégicos apresentam paradoxos no que se refere aos problemas da integração econômica, do desemprego e do combate à exclusão social, sendo na esfera propriamente econômica que comparecem algumas das principais limitações desse modelo. Vantagens e lucros encaixados nos fluxos financeiros internacionais não se revertem necessariamente em benefícios na esfera local. Ganhos fiscais, que poderiam significar um benefício a longo prazo, muitas vezes são objeto de renúncia como parte da estratégia para atrair investimentos. Sem arrecadação suficiente, a municipalidade acaba arcando com os ônus referentes à reprodução da força de trabalho com baixa qualificação, cujos serviços apoiam as atividades ostentadas pelos novos centros terciários. Assim, podemos dizer que, neste modelo, em que são assumidos como diretrizes no desenho das intervenções urbanas fatores que se caracterizam pela produção privada do espaço, aproveitamento imobiliário, enfoques pontuais, agilidade, flexibilidade, afinção com as demandas do mercado, os grandes projetos de renovação urbana acabam exacerbando tendências vigentes na urbanização contemporânea. Nos países periféricos, ainda, em que tais princípios já prevalecem tradicionalmente na transformação e construção da cidade, torna-se mais difícil canalizar tais forças para um projeto específico.

De qualquer maneira, permanece sem resposta a questão primordial que motivou tais empreendimentos: a geração de opções sustentáveis para a recuperação do emprego, da atividade e da arrecadação, em cidades e regiões industriais que sofrem os efeitos da reestruturação econômica. Se o modelo dos grandes projetos urbanos estratégicos mostra sinais de esgotamento nesse sentido, qual seria a alternativa? Entre os muitos caminhos em discussão, é possível identificar, ao longo da última década, a emergência de iniciativas menos ambiciosas de renovação urbana, voltadas aos interesses e perspectivas de cada localidade, que podemos denominar Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local.

Um exemplo bem sucedido é o caso de Sesto San Giovanni (norte de Milão), onde a prefeitura, tradicionalmente comunista, conseguiu negociar a transformação de 70% de sua área esvaziada de atividades siderúrgicas em micro e pequenas empresas, apoiada pelos sindicatos de trabalhadores, transformados em pequenos empreendedores. Isto permitiu o povoamento de parte do quadro construído, que se constituía de Patrimônio Histórico, bem como a utilização das grandes e antigas plantas industriais. Esta operação foi possível dentro de uma perspectiva

de transformação do município, em território de inovação, dentro de um projeto urbano global, que previa a *descontaminação do solo*, a implantação de *espaços públicos de qualidade*, bem como a capacitação profissional voltada para as novas necessidades da produção (SOMEKH e CAMPOS, 2001). Além disso, como no caso francês, a questão metropolitana se baseou no princípio de intercomunicabilidade, através da associação de municípios. No caso de Sesto San Giovanni, existe um Consórcio municipal e outro que inclui a cidade de Milão, para o projeto Pirelli La Bicocca. Neste projeto, como em todas as demais experiências relatadas, *a arquitetura contemporânea se alia a preservação do Patrimônio Histórico, que define identidades no atual mundo globalizado.*

Enquanto prioridade nas novas políticas urbanas, o desenvolvimento local pode ser compreendido de diversas maneiras. De um lado, liga-se à esfera econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, pela geração de emprego e renda no seio das comunidades, pelo acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais, e pela diversificação e dinamização de atividades econômicas que tenham impacto em termos de integração das populações marginalizadas. Em termos sociais, liga-se à busca da inclusão de diferentes setores populares, em um quadro de crescimento e evolução econômica. Combatem-se os efeitos excludentes da nova ordem mundial com linhas de ação, programas e projetos que tirem proveito das especificidades e potencialidades de cada região, sempre partindo dos interesses da população local. No que se refere às articulações administrativas e institucionais, o desenvolvimento local está ligado ao conceito de governança, como medida de capacidade de gestão compartilhada entre diversos agentes. Mesmo que, por vezes, menos atraentes do ponto de vista urbanístico, para não dizer imobiliário, tais enfoques pareçam ser mais eficazes para solucionar os problemas sofridos por cidades tradicionalmente dependentes do setor secundário.

As intervenções fragmentadas apresentam, na experiência internacional, capacidade de modificação mais controlada das variáveis de transformação do ambiente construído. A conclusão equivocada é a defesa de projetos urbanos pontuais em detrimento dos planos e da regulação global da cidade. Um tipo de ação não exclui a outra. E, ainda, em realidades de extrema pobreza e desigualdade social, os planos globais servem para definir prioridades, além de estabelecer uma ordem de intervenção relacionando os projetos de recuperação mais necessários e estratégicos para a cidade como um todo.

Uma nova metodologia de planejamento entende que este é composto por três momentos que interagem de forma que se complementem: plano, projeto e estratégia municipal. Tornando possível a articulação de diferentes escalas de intervenção. Assim, o novo papel dos programas de intervenção compõe-

se não só da tradução operativa e de projetos das estratégias urbanas, como também avaliar as operações de montagem institucional e financeira das intervenções que se tornam particularmente importante no processo de decisões das transformações do território. O planejamento global, que antecede as intervenções pontuais dos Projetos Urbanos, tornou-se particularmente importante quando se trata de um programa de recuperação urbana que objetiva transformar a tendência do crescimento de uma área, sendo essencial para avaliar as vantagens e oportunidades de desenvolvimento oferecidas por áreas obsoletas ou degradadas. Nestes casos, os programas urbanos devem definir, não só um conjunto de ações e medidas coerentes para a área, mas também estabelecer medidas que promovam mudanças baseadas na dinâmica econômica, social e física da área e de seu entorno. Além disso, projetos urbanos que privilegiem um espaço público de qualidade também podem ser considerados inclusivos, na medida em que valorizem a cidadania.

#### **ELEMENTOS PARA PROJETOS URBANOS EM SÃO PAULO**

Concordamos que São Paulo deve estar conectada à rede mundial de cidades globais, mas deve também reparar seu passivo social, principalmente voltado a questão habitacional. Por outro lado, entendemos que os projetos urbanos no Brasil carecem de um modelo que atenda as necessidades reais das nossas cidades.

A Política de desenvolvimento econômico não se ancora no território e nas regiões metropolitanas. Vimos na experiência internacional que todos os Projetos Urbanos decorrem de um Planejamento metropolitano, contrapondo-se a falsa oposição entre Planos e Projetos Urbanos. Além disso, observou-se a necessidade de uma entidade administrativa para a implementação dos Projetos que, em todos os casos relatados, são de longa duração e possuem dimensões menores do que está sendo proposto pela Prefeitura. Como vimos, leva-se décadas para transformar áreas em torno de 130ha (Paris Rive Gauche) a 170ha (Puerto Madero), em contraposição a proposta da PMSP, no PDE de 2002 de 1500ha a 2100ha e hoje com o arco Tietê. Não será possível ter fôlego para essas dimensões, mas será possível priorizar áreas e etapas claras de implantação dos PU.

Ações de sustentabilidade e até construções mais ecológicas devem ser previstas na busca de uma cidade compacta com mobilidade e menos consumidora de recursos naturais. O Patrimônio Histórico poderá ser preservado dentro de uma perspectiva contemporânea e valorizadora da identidade paulistana.

E, finalmente, as grandes desigualdades existentes na cidade poderão ser reduzidas com projetos Urbanos que produzam habitações e espaços públicos de qualidade, tornando nossa cidade mais bonita, sustentável democrática e inclusiva.

## **PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO**

Como vimos, o processo contínuo de identificação, inventário e tombamento inefetivos levou a uma situação de congestionamento do DPH, não só em termos numéricos, mas de dimensão de objetos tombados. A preservação propriamente dita do Patrimônio Histórico não ocorre vinculada a uma Política Urbana, não se conhece o Patrimônio “protegido”, que na sua maioria é privado. Também não se estimula uma valorização social da história e da memória da cidade através de instrumentos aos proprietários privados de bens de interesse público.

O DPH foi incluindo dimensões importantes como o Museu da Cidade e o Arquivo Histórico e perdeu o foco na preservação. O debate de paisagem cultural, patrimônio imaterial que demandam uma atualização de posturas e instrumentos mais amplos e inovadores, que os até então utilizados. Além disso, uma democratização das propostas vem sendo demandada pela sociedade.

Para tanto, estruturaremos uma proposta baseada em cinco diretrizes. Uma primeira, de estruturação e refundação do DPH, com foco na preservação e no conhecimento do que já foi tombado ou está em processo de tombamento, para efetivamente responder se o que está protegido corresponde aos períodos de evolução urbana da cidade.

Um segundo passo é a inserção urbanística da salvaguarda do Patrimônio Histórico e a possibilidade de obtenção de recursos através de grandes Projetos Urbanos, como o Arco Tietê, previsto para a cidade no novo Plano Diretor, que incluiu novos instrumentos, tais como territórios culturais e ZEPEC de proteção cultural, além de isenções tributárias.

O processo de inventários e identificação do Patrimônio a ser protegido deverá ser descentralizado, num diálogo constante com a população que deve se compor com a técnica para definir sua “herança”. Convênios com universidades poderão dar consistência e foco aos procedimentos que, inovadores, deverão ser aplicados dentre suas novas perspectivas, voltados para pesquisa aprofundada.

A agilidade de procedimentos e respostas mais rápidas à sociedade deverá ser constituída através da informatização, articulação com as demais esferas de governo e capacitação técnica.

Finalmente a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva poderá reconstituir nossa história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, constituindo o Patrimônio Histórico em elemento de inclusão social, em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAFFI, Mirthes. *O Igepac e outros inventários*. Revista do Arquivo Histórico Municipal, SMC, São Paulo, 2006.
- COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *Plano de Reambientação*. Vol. 1, Pesquisa Arquitetônico-Urbanística, COGEP, São Paulo, 1976.
- COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento. *PR. 025/1, Projeto Centro – Áreas Verdes. Análise de Caso: Martinelli*, COGEP, São Paulo, 1975.
- D'ALAMBERT, Clara. *Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano*. Revista do Arquivo Histórico Municipal, SMC, São Paulo, 2006.
- BENS culturais e arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Sempla, 1984.
- EMURB – Empresa Municipal de Urbanização. *Estudo de implantação do Instrumento Transferência aplicado às áreas históricas do Município de São Paulo definidas como Z8-200, na Lei 8.328 de 02/12/1975*, EMURB, São Paulo, 1976.
- FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. *A transferência de Potencial Construtivo: Um novo instrumento de Preservação em Áreas Históricas*. In: ZANCHETI, Sílvio (org). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Recife, 1995. p. 168-174.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. In. *Anais do Museu Paulista*, 2010, vol.18.
- MARX, Murilo. *Depoimento*. Revista do Arquivo Municipal, SMC, São Paulo, 2006
- SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (ed.), *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOMEKH, Nadia; CAMPOS NETO, Candido Malta. *Desenvolvimento local e projetos urbanos*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 5, n. 059.01, Vitruvius, abr. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>>.
- VENTURA, David Vital Brasil. *A lei de fachadas: análise de um instrumento de incentivo à preservação do patrimônio em São Paulo/Brasil*. CICOP, Brasil.

# MUSEUS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO PAÇO DO FREVO, RECIFE-PE

## RESUMO

O presente texto busca empreender, a partir de uma experiência local, um rápido exercício de reflexão que permita evidenciar os complexos processos de mudanças e transformações na ordem econômica, política, cultural e institucional que se vinculam ao debate patrimonial e reverberam, por consequência, na ativação de políticas que se ocupam do desenvolvimento econômico e territorial. A ideia é explorar os desafios assumidos na contemporaneidade pelas instituições culturais e museológicas, evidenciando suas redes e identificando os processos de criação, aquisição, uso e difusão de conhecimento, bem como a diversidade de atividades e as coesões econômicas, sociais e políticas dos agentes envolvidos. Almeja-se, ainda, observar, a partir de dinâmica de atuação do Paço do Frevo, a importância na criação de ofertas culturais, tanto em termos de consumo quanto de produção, enquanto um ambiente de fomento e desenvolvimento de novas ações.

## PALAVRAS-CHAVE

Museus; Território; Desenvolvimento.



## **AUTOR:**

**LUIZ EDUARDO PINHEIRO SARMENTO ▶**

Graduado em História, Especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE), Especialista em Gestão Cultural (UFRPE/FUNDAJ/MINC), Mestre e Doutor em Antropologia (UFPE). É membro do Observatório de Museus e Patrimônio Cultural – OBSERVAMUS (DAM/PPGA/UFPE) e do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR. Foi Coordenador de Patrimônio Imaterial da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (2009-2013) e Gerente Geral do Paço do Frevo (2013-2018). Recentemente, realizou um estágio pós-doutoral no contexto do PPGA/UFPE.

# MUSEUS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO PAÇO DO FREVO, RECIFE-PE

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos acompanhado, no âmbito nacional e internacional, uma expansão significativa do interesse pelos museus e patrimônios culturais e, conseqüentemente, a ampliação de políticas públicas.

Um contexto marcado, notadamente, por uma pluralidade de iniciativas e procedimentos (burocráticos, administrativos, políticos e metodológicos) que têm, por sua vez, demandado a participação e a reflexão de diferentes profissionais.

Com efeito, o apreço atual, por exemplo, pelo patrimônio cultural e museológico coloca uma multiplicidade de questões que só muito recentemente têm vindo a ser exploradas e estudadas, muito por consequência da intensificação da produção e do consumo de bens culturais, não alheios à politização e mercantilização em múltiplas escalas (PRATS, 1997; LOWENTHAL, 1998; CLIFFORD, 2007). Sendo o patrimônio, também, objeto de trocas simbólicas e rituais e, eventualmente, lugar de conflito que influencia decisivamente a memória, a identidade e o cotidiano dos grupos e das comunidades (TAMASO, 2006), tem-se encontrado nas questões associadas aos aspectos materiais e imateriais um campo de estudo variado e que tem sido abordado de diferentes perspectivas.

Sem dúvida, a nosso ver, a pesquisa e o debate em torno dessas questões, têm contribuído decisivamente para o conhecimento dos processos de “construção, representação e consumo de significados culturais” (ANICO, 2008).

1. O Paço do Frevo, iniciativa da Fundação Roberto Marinho e da Prefeitura do Recife, inaugurado em 09 de fevereiro de 2014, constitui-se hoje num centro de referência de ações, projetos e atividades que buscam viabilizar a valorização, documentação, proteção, transmissão e salvaguarda do Frevo.

No entanto, para além das indústrias criativas ou culturais, na verdade, as expressões que relacionam cultura e economia manifestam-se de maneira complexa, exigindo, cada vez mais, a produção de estudos e informações acerca da transversalidade das questões culturais com as questões econômicas.

Sem dúvida, o domínio constituído pelas atividades culturais e museológicas, instituições e práticas, expande-se para além do conhecido. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se ampliado, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados para estes setores. Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos.

O fato é que, nas últimas décadas, as inúmeras mudanças econômicas e sociais, por consequência dos próprios hábitos culturais, demandaram, por parte das instituições, ações e iniciativas que tornem, por exemplo, os museus mais competitivos, eficientes e tradutores da realidade. São exigências que passam pela adoção de novas tecnologias, maior interatividade, modernização nos mecanismos de comunicação, além da própria atualização e capacitação dos gestores.

Com efeito, estes fluxos e influxos terminam por provocar a permanente reflexão no tocante às decisões gerenciais, políticas e culturais, considerando o pleno cumprimento de suas missões: a conservação, preservação, democratização, difusão, circulação e fruição das coleções e bens culturais. São desafios comuns, apesar das diversas especificidades e tipologias, públicos e formas de financiamento.

Destarte, esse curto texto reivindica um exercício de reflexão que permita evidenciar os complexos processos de mudanças e transformações na ordem econômica, política, institucional e, principalmente, humana e social que se vinculam ao debate patrimonial/ museológico e como estes elementos se tornam recursos para ativação de políticas que se ocupam do desenvolvimento, econômico e territorial.

A ideia, assim, é especular e analisar o papel dos museus, em particular do Paço do Frevo<sup>1</sup>, para os projetos e iniciativas de desenvolvimento e revitalização dos espaços urbanos, evidenciando suas redes (comunidades, atores e instituições) e identificando os processos de criação, aquisição, uso e difusão de conhecimento, bem como a diversidade de atividades e as coesões econômica, social e política dos agentes envolvidos. Almeja-se, ainda, observar, a partir de sua dinâmica de atuação, a importância na criação de ofertas culturais, tanto em termos de consumo quanto de produção, enquanto um ambiente de fomento e desenvolvimento de novas ações e de integração social.

Por fim, espera-se apontar os desafios apresentados às instituições museológicas na articulação e contribuição para o desenvolvimento local, no processo de valorização e ocupação do espaço urbano e na dinamização do seu tecido econômico e social.

## **CIDADES, TERRITÓRIOS E MUSEUS: ENTRELAÇAMENTO DE SENTIDOS E PRÁTICAS**

As cidades contemporâneas se configuram como ricos campos de comunicação, seja pelos contatos humanos possibilitados pela ocupação coletiva dos espaços públicos, seja pela variedade de estímulos visuais e de informação que proliferam nas ruas.

Dos desenhos arquitetônicos às vitrines das lojas, dos bustos de heróis imortalizados nas praças à fugacidade das siglas pichadas por grupos anônimos, quase tudo que vemos no meio urbano nos comunica de alguma forma.

Muito mais do que palcos de importantes acontecimentos sociais, políticos, econômicos, trocas comerciais e culturais, elas se tornam, na atualidade, um “campo semântico”, um lugar de experimentação da alteridade, no interior do qual subjetividades, criadas ou não, podem ser geradas.

Constituem-se, verdadeiramente, organismos complexos, em permanente transformação. Sua reconstrução, mais do que no plano da engenharia, dá-se cotidianamente no plano das representações. São resultantes de um conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. São “sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações cuja soma total, simultânea ou fragmentária comunica o sentido da obra” (CANEVACCI, 1993, p. 18).

De maneira privilegiada, esses espaços urbanos são lugares que contemplam e projetam uma história repleta de significações, afetividade, pertencimento ou, simplesmente, de alma. Neles, os “lugares de memória” e as memórias do lugar se conjugam em busca de instrumentos de reforço da identidade e da singularidade local. Constituem-se espaços materiais, simbólicos e funcionais, ao mesmo tempo, em que a memória é constantemente elaborada, reelaborada e interpretada. Apresentam-nos uma realidade plural, pois os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, experienciam-no e produzem uma memória que procura explicar a dinâmica própria do constituir-se. Uma trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas, que vai definindo as marcações do tempo e do espaço e, principalmente, construindo as referências do lugar. Ao considerar, desse modo,

a diversidade de elementos que compõem o cenário comunicacional da cidade, cada qual com origem, estética, conteúdo e propósito particulares, fica claro que a comunicação urbana é marcada pela polifonia.

A partir dessas reflexões preliminares e direcionando nossa atenção para a realidade local, interpretando as relações sociais, práticas socioculturais, os múltiplos usos e sentidos atribuídos pelos seus moradores, logo reconheceremos o Recife, como cenário e palco privilegiado desse cruzamento de práticas e sentidos, onde mudanças e permanências, protagonizadas por diversos atores, ao longo dos séculos, configuraram a sua personalidade e fisionomia, na verdade, a sua biografia.

O Paço do Frevo, museu recém-inaugurado e inserido em sua rica paisagem cultural, permite, por sua vez, a convergência da imaterialidade e da materialidade das coisas, refletindo as sutilezas dos arranjos socioculturais, imersas na experiência de viver o lugar de pertencimento ao longo do tempo. Nele, busca-se oferecer uma oportunidade de interpretações para que os seus diferentes habitantes ou visitantes se reconheçam como parte de uma “comunidade de afetos” e de uma sociedade humana.

Além da materialidade do urbano, sua existência e atuação reivindicam construir uma maneira de representar, imaginar e negociar a cidade, enquanto suporte de saberes, de práticas e de crenças, organizando uma paisagem vivida da comunidade e participando de sua identidade. Procura, por outro lado, enfatizar as tensões e lutas que têm marcado profundamente o universo do frevo ao longo da história. Para além de seu caráter festivo e artístico, esta manifestação cultural possui também uma dimensão de permanentes conflitos, violência e contestação em seus aspectos sociais, econômicos e simbólicos, que envolvem seus agentes de modo cotidiano, em um esforço excepcional para a manutenção de seus valores e tradições e contribui para a dinâmica e vigor de sua própria existência.

Habitar e viver o Recife é perceber suas singularidades, experiências históricas próprias, que lhe dão uma identidade, que o fazem diferente. Formada a partir de um hibridismo etnográfico, racial, social e religioso, a cidade nos apresenta um rico e plural cabedal de valores e referências, traduzindo-se em um rico e diverso patrimônio cultural, seja ele histórico, etnográfico, arqueológico, paisagístico, imaterial, arquitetônico, entre outros. Significados representados por seu povo, comércio, arte, religião, culinária, manifestações culturais, grandes festas e celebrações, os quais asseguram a preservação e dão sentido às suas ruas, becos, pontes, praças, igrejas, fortes e mercados. Toda essa riqueza cultural, marcada pela grande diversidade, sobrevive graças à força e à resistência dos grupos sociais que lutam para preservar as suas identidades culturais, através da prática de costumes e cultos de suas crenças e valores.

Portanto, cabe ao museu, neste caso ao Paço do Frevo, perceber estes patrimônios a partir de uma relação dialógica, recuperando e valorizando os diversos itinerários urbanos e formas de sociabilidade presentes no Recife; as intrigas, os dramas, os conflitos e as tensões que configuram o teatro da vida cotidiana da cidade, apreendidos como uma espécie de mapeamento simbólico do movimento da vida humana. Um território de pertença, que abre possibilidade para que as mais diversas práticas culturais sejam consideradas e reconhecidas como patrimônio coletivo.

## **MUSEUS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Muito para além dos números, abordar o tema do desenvolvimento a partir das instituições museológicas, exige, *a priori*, um exercício de superação de modelos de análise generalizados, dadas as particularidades de cada museu, que constitui uma realidade com variáveis específicas e um universo de relações muito próprias com a envolvente social.

São, necessariamente, várias as questões coladas neste debate, passando pela capacidade de atrair e satisfazer os públicos, até as questões do financiamento (público ou privado) e dos modelos de gestão, todos em permanente mutação. Questões, entre tantas outras, que evocam, sem dúvida, recursos financeiros e humanos necessários ao cumprimento de suas missões.

A despeito do debate conceitual acerca das noções de “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, proposta não assumida aqui, não seria uma grande ousadia afirmar, neste momento, que museus representam agentes de mudança social e de desenvolvimento, articulando e catalisando as transformações socioculturais. Uma usina geradora de riquezas simbólicas e materiais, pautadas em produtos e serviços, com todo potencial de criação de empregos e participação na vida social.

São, apesar da falta de aferição sistemática, significativos os valores que o setor movimenta por ano na economia brasileira e mundial; inúmeros são os atores sociais envolvidos na cadeia econômica produtiva; diversas as parcerias e vínculos com as escolas, comunidades, empresas e esferas de governo. Todos estes aspectos apontam para suas potencialidades, mas, igualmente, para as demandas, dificuldades e incompletudes, naturalmente de soluções e respostas complexas.

Considerando este contexto, podemos direcionar nosso olhar para um exemplo prático: Paço do Frevo, museu instalado no Bairro do Recife Antigo, com o objetivo de constituir-se num espaço dedicado à difusão, pesquisa, lazer e formação nas

áreas da dança e música do frevo, visando propagar sua prática para as futuras gerações. Enfim, um equipamento âncora para a salvaguarda do Frevo.

Mais do que preservar, no sentido protecionista, a principal tarefa é a de possibilitar a fruição, a difusão e a dinamização, atualizando seus valores, formas e conteúdos. Isto implica, por sua vez, num investimento na convivência e reflexão, experimentação e renovação, criação e difusão. Para tanto, importa abrir uma possibilidade concreta de projetos de diversas ordens e intensidades, que estimulem o desenvolvimento de iniciativas direcionadas à memória, inovação e criatividade.

Um grande desafio apontado e experimentado é a modelização de novos negócios que vai muito além de adequar o frevo ao mercado, ativando e desenvolvendo novos produtos e novas cadeias criativas e econômicas. Temos, nesse caso, enfrentado desafios: primeiro, de modificar o modelo dos produtores de frevo; segundo, de articular novas possibilidades de configurações do frevo e, conseqüentemente, gerar novos produtos culturais. Por outro lado, é fundamental perceber o campo de oportunidades possivelmente geradas numa nova inserção do frevo em circuitos internacionais de produção, programação, comercialização, formação e difusão, na realização de negócios e de intercâmbios. Temos, ainda, a necessidade de realizar Programas de qualificação – repertório, profissionalização, transmissão e atualização, renovação do gênero e renovação de plateia, organização de carreiras.

Sem dúvida, todo este empreendimento não é possível sem uma organização e articulação de uma rede sociocultural do Frevo que permita, de maneira sistêmica, promover o desenvolvimento de territórios criativos e incubadoras dedicadas à Forma de Expressão.

Por fim, apesar do curto período de atuação, compreende-se que o caráter desenvolvimentista do Paço do Frevo está, exatamente, na sua capacidade de promover os atores e artistas do frevo como protagonistas de um novo momento para a expressão-patrimônio, subsidiando e potencializando seu acontecimento e, principalmente, sua continuidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema abordado aqui não é, por certo, um objeto fácil e destituído de polêmicas. Sabemos que, neste campo, distintos interesses e opiniões se confrontam em espaços sociais relativamente independentes entre si. Portanto, não foi nosso interesse fazer uma arqueologia exaustiva dos múltiplos pontos de vista teóricos

ou ideológicos que fundamentam as controvérsias sobre o assunto na imprensa, nos circuitos artísticos, na universidade, onde quer que seja.

No entanto, a despeito das inúmeras possibilidades de abordagens, foi possível arriscar tecer uma reflexão, ainda não sólida, sobre um novo momento de apropriação da cultura pelos discursos e práticas desenvolvimentistas que têm forjado, por vezes, um admirável mundo novo, amplamente criticado por diferentes autores, quando considerados os conflitos, as dominações e os poderes que abundam. Capturar esta vasta discussão, configura-se, portanto, como uma atividade pertinente e fecunda, entretanto, de difícil operacionalização.

Por outro lado, sem dúvida, a dinâmica, as constantes reformulações e a crítica do desenvolvimento e da parafernália que o acompanha, apesar de parecer demasiado óbvio, carecem de formulações mais profundas que revelem o desempenho das políticas de desenvolvimento e das instituições que as impulsionam, mostrando a lógica do seu empreendimento.

É importante, nesse cenário, ressaltar que o desenvolvimento, tal como nós o entendemos, configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc.

Além disso, neste campo, é imperativo avaliar, reflexivamente, as teorias ancoradas no reducionismo economicista, numa tentativa de extrapolar o paradigma econômico-produtivo, haja vista que o desenvolvimento deixou de ser um fenômeno exclusivamente econômico, passando a constituir uma complexa problemática de componentes políticos, ecológicos, sociais e culturais, na qual intervêm diferentes instituições, atores e constrangimentos, refletindo interesses, compromissos e ideologias diferentes e, com frequência, antagônicas, nas várias escalas em que os protagonistas se manifestam. Em torno do desenvolvimento, gravitam processos históricos, recursos locais e exógenos, poderes e representações simbólicas.

Cabe, ainda, ressaltar que muito dessa relação, ao que parece produtiva, está relacionada à “descoberta” do potencial econômico da cultura, apontada como mais sustentável, relacionando criatividade, inovação e desenvolvimento que juntos transformam-se numa indústria forte e geradora de renda, amplamente propalada e defendida pelas políticas públicas que têm tratado a cultura como eixo de desenvolvimento. Assim, por essa visão, a cultura passa a ser vista como produto que promove ou pode promover o bem-estar econômico de uma cidade ou região, isto é, garante também o desenvolvimento humano e social sustentável.

Mas o que temos, indubitavelmente, é que este cenário tem assinalado para aquilo que a UNESCO vem apontando como um grande desafio a ser enfrentado que é a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais brasileiras, sejam sítios urbanos de valor cultural, sítios arqueológicos, assentamentos indígenas; sejam as populações tradicionais, seus conhecimentos e práticas. Isto tem demonstrado a necessidade de apreender a dimensão das transformações em curso no país e no âmbito local, movidas pelos discursos e práticas desenvolvimentistas que, por sua vez, esbarram na fragilidade ou mesmo na ausência de indicadores, ferramentas e instrumentos de gestão e monitoramento, por exemplo, dos impactos, corroborando para a urgência da criação de novos sistemas e ferramentas de gestão, por exemplo, do patrimônio cultural.

O Paço do Frevo, exemplo tratado rapidamente neste rápido texto, vincula-se, sem dúvida, a este contexto e sofre os influxos dessas questões. Apresenta-se, portanto, como um grande desafio apontado e experimentado a modelização de novos negócios, que vai muito além de adequar o frevo ao mercado, ativando e desenvolvendo novos produtos e novas cadeias criativas e econômicas.

Por fim, pensamos que qualquer estudo ou análise acerca desse tema precisa se precaver, para não incorrer no erro de enveredar nos antagonismos, comuns a este campo, mas, sim, tentar revelar alguma síntese esclarecedora sobre a relação central entre cultura e desenvolvimento. Para tanto, é fundamental compreender os efeitos de saber e poder, expondo e tratando, ambos os conceitos, por exemplo, como uma construção histórica e contingente. É fundamental, desse modo, salientar a dependência recíproca entre desenvolvimento e condições de estrutura, cultura e organização social. Mudanças culturais e mudanças econômicas se inter-relacionam, influenciando-se, emprestando valores, fatos e acontecimentos.

Sem dúvida, a tarefa de refletir sobre a relação entre cultura e desenvolvimento implica, por sua vez, avançar no exame acerca da “cultura do desenvolvimento” e “cultura para o desenvolvimento”, inserindo a discussão no bojo da crise periódica dos modelos de desenvolvimento, questionados por suas limitações e seus poucos resultados, impelidos a adaptar-se à realidade cambiante, que tem desembocado, nas últimas duas décadas, numa vinculação explícita aos referenciais culturais, numa tentativa, clara, de dar conta da compreensão da complexidade da vida contemporânea. Precisamos, mais do que nunca, como defende Claudia Leitão, avançar na construção de um novo pensamento, capaz de dar conta das novas conexões entre cultura e desenvolvimento, mas também é igualmente importante nos instrumentalizarmos para desconstruirmos as falácias tão presentes neste campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANICO, Marta. *Museus e pós-modernidade: discursos e performances em contextos museológicos locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008.
- AZIBEIRO, N. E. Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: FLEURI, R.. (Org.). *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. In: *Os Pensadores XXXVIII*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BARROS, José Márcio. A mudança da cultura e a cultura da mudança: cultura, desenvolvimento e transversalidade nas políticas culturais. In: BARROS, José Márcio; José Oliveira Junior (Org.). *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.
- CANAVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica: Ensaio sobre Antropologia da Comunicação Urbana*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.
- CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 92-123.
- CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra A. S.; SOARES, Inês V. P.; LAGE, Claudia M. F. (Org.). *Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- FERGUSON, James. *The Anti-politics Machine: "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis e Londres, University of Minnesota Press, 1994.
- LOWENTHAL, David. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. UK: Cambridge, 1998.
- PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- RAFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, 1999, Ano XIII, n. 2, pp. 15-26.
- TAMASO, Izabela. Patrimônio imaterial: novos olhares sobre velhos objetos, novos desafios. In: *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., 2006.
- TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A "rua" e o "nosso lugar": processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, Andréia (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

WERTHEIN, Jorge. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO/Brasil, 2003.

# OS PROJETOS CULTURAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

## RESUMO

O presente texto busca empreender, a partir de uma experiência local, um rápido exercício de reflexão que permita evidenciar os complexos processos de mudanças e transformações na ordem econômica, política, cultural e institucional que se vinculam ao debate patrimonial e reverberam, por consequência, na ativação de políticas que se ocupam do desenvolvimento econômico e territorial. A ideia é explorar os desafios assumidos na contemporaneidade pelas instituições culturais e museológicas, evidenciando suas redes e identificando os processos de criação, aquisição, uso e difusão de conhecimento, bem como a diversidade de atividades e as coesões econômicas, sociais e políticas dos agentes envolvidos. Almeja-se, ainda, observar, a partir de dinâmica de atuação do Paço do Frevo, a importância na criação de ofertas culturais, tanto em termos de consumo quanto de produção, enquanto um ambiente de fomento e desenvolvimento de novas ações.

## PALAVRAS-CHAVE

Museus; Território; Desenvolvimento.



**AUTOR:**  
**LEANDRO BENEDINI BRUSADIN**

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca | UNESP (2011) com registro profissional de historiador, Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi | UAM (2005) e Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas | PUC-Campinas (2001). Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo | EACH-USP (2015). Pós-doutorado em Sociologia pela Université de Paris - Faculté des Sciences Humaines et Sociales - Sorbonne PARIS V (2019), onde atuou como pesquisador convidado no Centre de Recherche sur les Liens Sociaux. Professor Associado do Departamento de Turismo da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR - EDTM | UFOP) e Professor do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio (PPG-TURPATRI). Professor do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS | UFMG). Atualmente é coordenador do Comitê de Turismo Cultural do ICOMOS - Brasil (International Council on Monuments and Sites) e membro da Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo (ABRATUR). Editor Associado da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR).

# OS PROJETOS CULTURAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Dentre os diversos direcionamentos das entidades ligadas ao desenvolvimento da cultura no Brasil, Ouro Preto (MG) foi a primeira cidade considerada patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1980. Passou a ser comercializada no circuito turístico como uma das “cidades históricas mineiras”. Entretanto, mesmo antes desse título, foram atribuídos à cidade vários símbolos e imagens em torno dos quais se construíram discursos que procuravam caracterizar e classificar o chamado acervo nacional brasileiro em uma representação do passado digno de memória. Esse conjunto do patrimônio foi denominado por monumentos civis e religiosos, museus, chafarizes e bens imóveis, sobretudo esculturas e ornamentos religiosos, os quais ainda representam as encenações e os cenários de memórias e histórias que pretendem apresentar as raízes e tradições brasileiras por meio dos elementos barrocos. Banducci e Barretto (2001) situam que o investimento turístico, em Ouro Preto, permitiu a ampliação de trocas em relação aos símbolos e significados em torno de sua construção como cidade-patrimônio.

O acervo preservado, ao ser enunciado como sendo de posse coletiva da nação pelas propagandas turísticas e pelos órgãos oficiais, assumiu o significado de posse coletiva, o que o remeteu a um usufruto simbólico. Sendo assim, como símbolo, esse patrimônio permite várias leituras de seu significado: para o poder oficial, representa a história e a memória da nação, e, para os moradores, significa uma memória construída para ser agenciada para o turismo – eles reconhecem a prática preservacionista, porém, muitas vezes, não se julgam alvo dela devido à forma descendente na qual foi inserido em Ouro Preto durante o Governo de Getúlio Vargas.

1. Artigo oriundo de Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca – SP, no ano de 2011.

Bourdieu (2002) afirma que as ideologias são sempre duplamente pré-determinadas, não somente pelos interesses das classes, mas também pelos interesses daqueles que as produzem e pela lógica específica do campo de produção. Tomamos como premissa teórica para esse trabalho o pensamento de Le Goff (2003, p. 49), quando salienta que “o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”.

Nesse sentido, a tentativa de refletir as ações desenvolvidas no Museu da Inconfidência (MI), situado nessa cidade, antiga Vila Rica, perpassa as suas estruturas administrativa e científica inseridas na lógica de um patrimônio cultural instituído politicamente pelos modernistas em um passado digno para a nação e supostas tradições. Nota-se que essa Instituição Museológica não se restringiu às instalações do antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia, ao Panteão e à sua exposição permanente dos séculos XVIII e XIX.

O presente artigo<sup>1</sup> objetiva, desse modo, apresentar e discutir os desdobramentos dos projetos culturais dessa Instituição de forma interdisciplinar, em uma análise contemporânea fluída com o passado modernista que concebeu como patrimônio cultural brasileiro. A metodologia utilizada baseia-se na análise documental coletada *in loco* nos arquivos administrativos da Instituição e em um referencial teórico condizente com os pressupostos do trabalho apresentado no VI Seminário do Patrimônio Cultural de Fortaleza (CE): Memórias e Desenvolvimento sustentável, a convite dos seus organizadores.

## **INFRAESTRUTURA E PROJETOS CULTURAIS DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA**

A infraestrutura do Museu da Inconfidência divide-se em três anexos com atividades para os campos da pesquisa documental, promoção cultural, restauro e conservação, além da integração com a comunidade e com os turistas. Na Casa do Pilar, Anexo III, encontram-se a biblioteca, os arquivos histórico e administrativo, os setores de musicologia e pedagógico. No que tange a essa análise, o arquivo administrativo parece ser o único carente de cuidados e catalogação dos seus documentos. No Anexo I, ficam o auditório, onde acontecem os eventos, e a Sala Manoel da Costa Ataíde, na qual se realizam as exposições temporárias. O Anexo II sedia a estrutura administrativa, a reserva técnica e o laboratório de conservação e restauro. Estes dois últimos anexos estão localizados exatamente ao lado do edifício emblemático do MI que foi doado à União. Quanto à exposição permanente do Museu, vale ressaltar que o piso inferior é dedicado à infraestrutura do desenvolvimento econômico, social e político, e o superior, à superestrutura

da criação artística de Vila Rica, sendo que a museografia de ambos os pisos foi reformulada, em 2006, pelo especialista Pierre Catel.

A pesquisa histórica realizada pela Seção de Preservação, Documentação e Pesquisa é dividida da seguinte forma:

- » Pesquisa: Atua na produção e divulgação de conhecimentos relativos ao acervo documental sob a guarda do Museu, em articulação com o Arquivo Histórico. Coordena a edição da revista técnico-científica *Oficina do Inconfidência*, antes denominada *Anuário do Inconfidência*.
- » Arquivo Histórico: Abriga a documentação proveniente dos séculos XVIII, XIX e XX. É formado por vários documentos de origem cartorária, arquivo familiar do Barão de Camargos, jornais do século XIX e fotografias.
- » Musicologia: Acervo composto por documentos datados desde o final do século XVII até o início do XX, englobando manuscritos, impressos, obras didáticas de conteúdo sacro e popular. Já foram publicados seis títulos referentes ao patrimônio musical brasileiro.
- » Documentação Museológica: Reúne informações relativas ao acervo do Museu, que possui mais de 4 mil objetos, por meio de processamento técnico de registro, inventário e catalogação descritiva.
- » Biblioteca: Acervo, composto por aproximadamente 20 mil volumes, que atende a um público de estudantes universitários e pesquisadores.
- » Laboratório de Conservação e Restauro: A preservação e a manutenção do acervo em sua integralidade física, por meio de uma política de intervenção mínima, cujo objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos dos objetos.

Após a transferência dos documentos para a Casa do Pilar, iniciou-se um trabalho que, por mais precário que tenha sido, em uma fase ainda marcada por grandes dificuldades, obedeceu a critérios científicos. Consciente do suporte de trabalho que poderia representar uma documentação tanto mais rica possível, o Museu da Inconfidência não ficaria limitado aos processos judiciais, partindo para uma política de incorporação de acervos de outras modalidades. A meta era organizar um arquivo que mantivesse como cunho o estudo da cultura regional e fosse, ao mesmo tempo, dotado de moderna infraestrutura de serviços (MOURÃO In: O Museu da Inconfidência, 1995).

É importante ressaltar que os documentos que se encontram na Casa do Pilar são fontes de pesquisa para diversos estudiosos brasileiros e estrangeiros. Ao realizar o presente

trabalho com fontes documentais extraídas deste local, foi notório que diversos outros pesquisadores o frequentam a fim de realizar pesquisa científica. No entanto, ficou evidente também que o arquivo histórico se encontra mais organizado e preservado que o arquivo administrativo da própria Instituição. Verifica-se a necessidade de que este arquivo também adquira a concepção de histórico, já que possui documentos importantes com relação à gestão do próprio patrimônio histórico brasileiro.

Outra área profissional do MI é o Setor de Difusão do Acervo e Promoção Cultural, o qual abrange, além da promoção e difusão cultural, as áreas de pedagogia, exposição permanente, reserva técnica, auditório, cineclube e a Sala Manoel da Costa Ataíde, onde são realizadas as exposições temporárias. Esta seção é responsável pelo levantamento estatístico e pelo perfil dos visitantes do Museu, sobre os quais abordaremos em momento posterior. Neste setor é possível encontrar profissionais com diversas formações, com o intuito de realizar as funções que lhes são atribuídas, a fim de atender aos anseios da prática museológica que são inerentes ao aspecto interdisciplinar do patrimônio cultural. Recorremos a Baczko (1985, p. 313) quando diz que “a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão”.

Em 1979, o diretor do Museu da Inconfidência, Rui Mourão, frequentou em Bogotá, na Colômbia, um curso patrocinado por um braço regional da UNESCO. Como exercício prático, recebeu a incumbência de fazer um projeto para a atividade de museu – escola no MI. No desejo de facilitar o processo de concepção, o trabalho foi pensado tendo em vista a situação concreta da Instituição. Imaginou-se um esquema segundo o qual as crianças, conduzidas pelas professoras, estudariam a Instituição de Ouro Preto, fazendo a identificação dos seus principais personagens. De 1993 em diante, o setor educativo do *Inconfidência* começou uma fase de recuperação, por meio de um convênio firmado com a representação local do IPHAN e com a prefeitura (Museu da Inconfidência, 1995).

Nesse caminho, a área pedagógica do Museu passou a realizar as seguintes atividades oferecidas à comunidade, buscando aproximar-se dos habitantes de Ouro Preto, mesmo considerando a dificuldade de os ouro-pretanos não se sentirem parte desse processo devido à forma descendente como este patrimônio foi inserido na cidade:

- » Museu Escola: utiliza como temas a cidade de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência, procurando despertar na comunidade local novas maneiras de vivenciar tais espaços.
- » Ludo museu: espaço de manuseio de peças da Reserva Técnica do Museu da Inconfidência, permitindo ao público a desmistificação do objeto museológico.

- » Inconfidências: visitas orientadas à exposição permanente do Museu da Inconfidência, precedidas por exibição de vídeo institucional.
- » Girassol: parceria entre o Museu da Inconfidência e o Serviço Municipal de Saúde Mental de Ouro Preto, que pretende estimular o exercício da cidadania através do convívio social. Esse projeto é destinado aos usuários do Serviço Municipal de Saúde Mental.
- » Arqueologia do Afeto: aproveita a habilidade de cada participante no trato com tecidos para a construção de um trabalho coletivo, cujas histórias de cada participante se vinculam aos conceitos de patrimônio, memória e identidade.
- » Oficinas de Arte: Paralelas às exposições temporárias da Sala Ataíde, o setor educativo oferece oficinas de arte estabelecidas em parceria com o artista plástico expositor.
- » Chá com Causos: tem o formato de museu itinerante e a finalidade de aproximar a Instituição do contexto sociocultural de Ouro Preto. Dessa forma, a ação de ouvir, valorizar e preservar os saberes e os fazeres de cada comunidade ressalta a importância da história de homens e mulheres, das relações que eles estabelecem entre si, das coisas que produzem e pensam. Esse projeto é destinado aos bairros e distritos de Ouro Preto.

O projeto Chá com Causos, proposto pela área pedagógica do Museu da Inconfidência, tem a finalidade de aproximar a instituição do contexto sociocultural de Ouro Preto, difundindo e valorizando, de forma lúdica, os conceitos de patrimônio, museu, história, memória, identidade, alteridade e cidadania. De outubro a dezembro de 2007, ações no Polo Cultural de Glaura [distrito de Ouro Preto] vêm sendo desenvolvidas procurando valorizar a memória como contribuição para o tempo presente. Como disse Dona Etelvina, benzedeira de 96 anos, moradora do distrito: “É tão bom lembrar do tempo em que éramos crianças e subíamos nos pés de jabuticaba para ver quem conseguia pegar as maiores frutas” (*Oficina do Inconfidência*, 2007, n. 20, p. 6).

Outro setor não menos importante para a estrutura museológica é a Reserva Técnica, localizada no Anexo I, a qual esteve meses em obras durante a reformulação. Comporta 66,5%, ou seja, 2.785 objetos do acervo e passou a ser equipada com arquivos deslizantes, traneis articuláveis, armários embutidos, prateleiras reguláveis, mesas corredeiras e módulos deslizantes, de estrutura confeccionada em chapas de aço rigorosamente tratadas. O trabalho de monitoramento é desenvolvido por uma museóloga em conjunto com restauradores do Laboratório de Conservação e

Restauro, objetivando, assim, assistência técnica de alta qualidade. Um dos aspectos mais relevantes é o controle diário de umidade relativa e temperatura. No mesmo Anexo, situa-se o programa de Exposições Temporárias realizadas na Sala Manoel da Costa Ataíde, as quais se apresentam em duas vertentes distintas: mostra de acervos dos séculos XVII e XIX e de arte contemporânea.

Alguns outros setores complementam a estrutura dos profissionais do Museu da Inconfidência. O Setor de Segurança e Serviços Gerais limita-se à segurança física de funcionários e de visitantes aos bens patrimoniais. A Seção Administrativa desenvolve atividades referentes à execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e à administração de recursos humanos. A Assessoria de comunicação é responsável pelo desenvolvimento de produções jornalísticas necessárias ao Museu e ao seu relacionamento com a imprensa. Após essa breve apresentação das ações dos projetos culturais do Museu da Inconfidência, passamos à análise do seu desenvolvimento.

## **O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA E O SEU DESENVOLVIMENTO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES**

É nítida a amplitude profissional que o Museu da Inconfidência alcançou nesses últimos tempos. Essa diversidade permite uma estrutura de trabalho especializada no exercício museológico e nas suas funções administrativas e socioeducativas. O detalhamento das principais equipes permite entender o funcionamento dessa Instituição Museológica e suas relações com as atividades profissionais, como as de historiadores e museólogos. Percebe-se que as atividades do Museu se sobrepõem a estas categorias, identificando alguns outros exercícios profissionais que acabam sendo parte importante da reconstrução do passado e da sua reutilização social contemporânea.

Fora dos limites físicos do MI, destaca-se a Associação dos Amigos do Museu da Inconfidência, identidade de natureza civil. Foi criada em 1991, com a finalidade de possibilitar o levantamento de recursos que complementassem o orçamento da repartição e, atualmente, conta com 180 associados, que contribuem com uma taxa anual de ½ salário mínimo. A empresária Maria José Capanema, sobrinha do ex-ministro Gustavo Capanema, é presidente da Associação dos Amigos do Museu da Inconfidência. Com isso, é possível também perceber a manutenção de laços com as pessoas que lhe deram origem e sua ligação com a elite mineira.

No dia 15 de abril último, foi eleita para presidente da Associação do Museu da Inconfidência a empresária Maria José Capanema, que vinha ocupando o cargo da vice-presidência. Anna Amélia Gonçalves Faria foi muito homenageada ao se despedir. A nova presidente, proprietária do Liberty Palace Hotel, no bairro Savassi em Belo Horizonte, vai contribuir com a publicidade do Museu ao patrocinar uma atividade em

que ocorrerá, determinados sábados, um café da manhã em seu hotel, e, em seguida, as pessoas serão transportadas para uma visita guiada no Museu (*Isto é Inconfidência*, n. 19, 2007, p. 8).

Os boletins informativos *Isto é Inconfidência*, permitem uma visão dos acontecimentos na Instituição e sua relação com a sociedade. “O Museu da Inconfidência ingressou na era da comunicação e procura ampliar, com crescente interesse, o seu diálogo com o público. *Isto é Inconfidência* é mais uma iniciativa que, nesse sentido, vem somar. Agora, desejamos mostrar principalmente o cotidiano da repartição e trabalhar para conseguir um grau de coesão cada vez maior dentro do nosso próprio grupo” (nº. 1, p. 2). Por meio desta publicação, o MI pretendeu divulgar o seu trabalho interdisciplinar, que situa desde a pesquisa científica até seus fatos administrativos.

Destacamos algumas edições desse Boletim que incitam o debate de nossas ideias. O *Isto é Inconfidência* n. 24 (2009, p. 5) teve como tema Museus e Turismo. Foi destaque a Semana Nacional de Museus, que optou por discutir a atividade turística em Ouro Preto. Nessa edição, Rui Mourão diz que, após o esquecimento de Ouro Preto, quando a capital foi transferida para Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek abriu as portas ao turismo, corrigindo e asfaltando o acesso rodoviário. É nessa linha que o MI busca acolher a contribuição “sempre enriquecedora”, porque atualizadora, das legiões de visitantes procedentes das mais variadas partes do mundo que, numa “frequência cada vez mais numerosa”, apresentam-se para usufruir do convívio com o Museu. “Certas reações restritivas à nova exposição do Museu da Inconfidência são consequências de equivocada compreensão do que seja uma cidade histórica e quais os equipamentos operacionais que a complementam”. O diretor ressalta que essa mentalidade “atrasada” pressupõe que um núcleo urbano dessa natureza deva permanecer estacionado no passado, colocado à margem da evolução do mundo, fora do tempo e do espaço e prescrito pela marcha civilizatória. Ainda enfatiza: “É preciso que se abandonem de uma vez por todas, nos museus, as tentativas de se recriar a atmosfera de tempos idos, com apelo à reconstituição de ambientes e cenas, na esperança de que os olhos atuais, que os vão visitar, coincidam em natureza com os que existiram no período histórico que a nossa ingenuidade acredita poder retratar”.

Apesar da importância de a atividade turística ter sido considerada, evidencia-se o fato de essa Instituição não possuir, em seu quadro de funcionários efetivos, um representante da área de Turismo, o qual poderia realizar a tarefa de valorização da interpretação do patrimônio e o estudo do público. Não devemos confundir essa atividade com as tarefas dos guias locais, caracterizados pela falta de solidez de suas informações e pela fugacidade de seus roteiros, muito embora devam ter representatividade na utilização deste patrimônio. A Instituição utilizou um estagiário, em 2010, estudante do Curso de Turismo da UFOP, a fim de que realizasse visitas guiadas espontâneas em sua exposição permanente.

Vê-se a necessidade de abranger a visão do Turismo enquanto disciplina, não o situando apenas como tarefa de conduzir o público, mas sim de estudar o público no

que tange à frequência de visitação, às suas necessidades de interpretação em relação à exposição desse Museu e demais ações. Diante de diversas tarefas interdisciplinares executadas pelo Museu, salientamos a ausência de diálogo científico com o Turismo, muito embora a Instituição considere a atividade como prática representativa de sua atuação, posto que a arrecadação financeira dos ingressos e as levas de turistas fornecessem legitimidade e soberania ao Inconfidência.

Mesmo considerando que, na área de Turismo, não existam representantes efetivos, a profissionalização dos servidores de outras áreas foi destaque em seus boletins: “Visando especializar técnicos das mais diversas áreas, o Museu da Inconfidência tem enviado os profissionais a cursos de Mestrado, inclusive em outros estados e fora do país”, já noticiava o primeiro boletim *Isto é Inconfidência*, em 1990 (p. 8). A prova disso é que, em 2005, o boletim (nº. 16, p. 8) noticiava: “O Museu receberá três novos técnicos: Museologia, Educação e Biblioteconomia”.

Porém já existia, em 1981, um Curso de Museu/Escola, em Ouro Preto, por meio de um convênio entre a FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto com o objetivo de “trabalhar com a comunidade ouro-pretana, ao nível escolar, num esforço a mais para a transformação do Museu da Inconfidência num verdadeiro centro de difusão”. Isto indicava que o MI<sup>1</sup> já procurava a profissionalização de seu quadro administrativo nesse período (Unidade Orçamentária, Folha 1/102).

Quando foi aprovado pelo Ministério da Educação o Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, em agosto de 2008, o Museu visualizou a possibilidade de obter mão de obra qualificada local: “Contam-se nos dedos os profissionais que atuam no Estado, quase todos provenientes do Rio de Janeiro, que foi pioneiro, como núcleo de ensino criado por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional. [...] Aqui se encontra um laboratório natural, onde os alunos poderão ter convivência direta e diária com o assunto que estarão estudando” (*Isto é Inconfidência*, nº. 21, 2008, p. 8). Essa relação entre os estudantes de Museologia da UFOP e o Inconfidência deve ser fortalecida ao longo do tempo para variar os ideais museológicos que compõem a concepção do Museu.

Com relação à produção científica no campo da História, destaca-se a publicação *Oficina do Inconfidência*, antes denominada *Anuário do Inconfidência*, a qual se propõe a publicar pesquisas sobre o acervo do Museu e demais pesquisas que norteiam os estudos das Minas nos séculos XVIII e XIX. Foram lançadas edições nos anos de 1952, 1953, 1954, 1955-1957. Posteriormente, as edições foram interrompidas durante 21 anos, período em que os recursos financeiros foram escassos, e a publicação foi retomada em 1978, sendo lançada novamente em 1979, 1984, 1990 e 1993. A partir de 1999, foi intitulada *Oficina do Inconfidência* e publicada nos anos de 2001, 2003, 2004 e 2007. O “Oficina do Inconfidência – Revista de Trabalho pretende ser um espaço de polarização, na medida em que se dispõe a veicular produção cultural nos campos da museologia, musicologia,

patrimônio, restauração, arte brasileira tradicional, história, sociologia e antropologia de Minas Gerais” (*Oficina do Inconfidência*, nº. 1, 1999, p. 13).

“Reflexões em torno do Museu”: essa foi a manchete do Jornal Estado de Minas03, de 13 de abril de 2000 (p. 6), que situava o lançamento da revista “Oficina do Inconfidência” no Centro de Cultura de Belo Horizonte. Ao analisar os artigos publicados na Revista, verifica-se uma maior preocupação com os estudos da documentação de ordem religiosa e política em Ouro Preto, já que ambos os fatores delimitaram a existência contemporânea do próprio Museu. A apresentação da revista, desde que fora retomada em 1978, foi realizada por Ruy Mourão: “O debate cultural verdadeiro e o convívio com a matéria escrita, a um tempo prazeroso e estimulador do desenvolvimento das potencialidades de quem a utiliza, não podem dispensar o volume impresso” (*Oficina do Inconfidência*, 2001, Nº 1, p. 12).

Na edição de 1990, a publicação dessa revista científica foi comemorativa ao bicentenário da Inconfidência Mineira: “Este número do Anuário é comemorativo do bicentenário da Inconfidência Mineira, movimento da conspiração política que em 1798 sonhou com a independência brasileira” (p. 7), diz Ruy Mourão. Nesta direção, a continuação da celebração da memória nacional construída por Vargas e seus correligionários continuava sendo rememorada para justificar a existência dos mitos e do próprio patrimônio cultural que havia sido instituído ali.

O mesmo fato ocorre na edição de 1993, a qual homenageia Tiradentes e o conduz à “realidade”:

Entre as iniciativas tomadas pelo Museu da Inconfidência para homenagear Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, no momento em que transcorrem os duzentos anos de sua execução, figurou com destaque o seminário “Tiradentes: Mito, Cultura, História” [...] o pesquisador consciente sabe que nesta área tudo tem ainda por ser feito. Além de se ater em demasia a uma visão tradicionalmente consagrada desse fato político do século XVIII em Minas Gerais, as matérias divulgadas, quando não dão sentido meramente apologético, não passam de exaustivas retomadas das informações contidas nos Autos da Devassa, documento cuja validade comprobatória, hoje muito discutida, vai sendo reduzida à luz de uma argumentação mais realista (Mourão. In: *Anuário do Inconfidência*, 1993, p. 7).

Por todo esse quadro, a Instituição possui um importante papel no campo museológico e faz uma interlocução com a pesquisa científica, principalmente, em relação aos temas que lhe foram direcionados desde a sua origem, ou seja, a Minas Colonial e a sua contribuição com a brasilidade. A revista *Oficina do Inconfidência* e o Boletim Informativo *Isto é Inconfidência* são as formas mais palpáveis desse trabalho e publicam informações relevantes do seu arquivo histórico. Além do mais,

as suas outras áreas, tais como a Reserva Técnica, a Biblioteca, o Laboratório de Conservação e Restauro nos fazem dizer que essa Instituição Museológica “não se limita” à contemplação e/ou ao conhecimento histórico de suas exposições. Podemos entendê-la como um centro de pesquisas e de produção de conhecimento que não são inerentes à maioria dos órgãos da mesma natureza no Brasil. A interdisciplinaridade entre o campo da Museologia e da História é bastante trabalhada à medida que a Instituição reproduz o conhecimento, mesmo que este venha para representar e legitimar as condições históricas pelas quais o MI fora concebido.

Ademais, José Newton C. Meneses (2004) considera que o museu histórico deve e pode ser um instrumento para uma construção histórica. Mas História não é apenas memória. É, mais categoricamente, a problematização da memória, a interpretação das transformações culturais de uma sociedade. Se o museu quer ser histórico, então ele não pode apenas ser evocativo e celebrativo de uma memória. Desta forma, o Museu da Inconfidência deveria motivar também novos olhares interpretativos da própria História que o concebeu.

As demais equipes de trabalho, formadas pelo setor de segurança, assessoria de comunicação, secretarias e demais funções administrativas conferem a essa Instituição Museológica um caráter de funcionamento que procura atender as exigências do tempo presente ao tentar se comunicar com o público. Nestas condições, o funcionamento do MI depende de variadas funções profissionais que estão na direção de um processo logístico que, muitas vezes, estão mais relacionadas à esfera privada do que à pública no Brasil. É fato que o Inconfidência conseguiu estabelecer um diálogo com o presente por meio da distribuição profissional em que está inserido hoje. No entanto, é preciso questionar como isto fora realizado. Na perspectiva histórica do Museu, foi visto que houve muita variação em seu quadro de profissionais. No entanto, algo parece que trazia o MI à tona: o grande público que sempre fora movido pelos mitos construídos por uma cultura política e legitimados na exposição permanente. Para esse público, ainda precisa ser construído um olhar mais profissionalizado e científico.

Mesmo ressaltando a importância do Setor de Preservação, Documentação e Pesquisa, as exposições permanente e temporária do MI são o substrato que atinge o seu grande público. Esta área, trabalhada pelo Setor Pedagógico e pelo Setor de Difusão e Promoção Cultural, não é menos complexa do que o ofício dos demais setores. Aliás, esse público não é somente delimitado pelo seu padrão intelectual, mas sim pela tendência contemporânea do turismo cultural. Neste sentido, torna-se evidente que, ao analisar os campos discutidos aqui, temos que compreender esta dinâmica de visitação no Museu, procurando verificar o diálogo com o Turismo.

Rodrigo Melo Franco de Andrade (2005), na inauguração do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, enfatizou que sua criação assinalava o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Andrade (2005) ainda ressaltou que os despojos

dos inconfidentes, heroicamente repatriados, repousariam para sempre no recinto do Museu, num mausoléu simples e severo que o governo da república entregara à contemplação cívica para todos os brasileiros, desde 21 de abril de 1942, quando transcorriam 150 anos da data do suplício de Tiradentes.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os objetivos de Andrade (2005) foram atingidos e ainda ganharam forte impulso com o desenvolvimento do turismo enquanto prática de lazer e de negócios na contemporaneidade. Essa tradição, inventada no Governo de Getúlio Vargas e incorporada pelos intelectuais do patrimônio, atenderia os anseios desse público que legitimou o MI ao longo dos seus anos.

É importante dizer também que, em 1975, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, desenvolvido juntamente com numerosas atividades que procuravam ampliar as preocupações do órgão federal para além dos cuidados com as edificações, pretendia criar linhas de crédito especiais para o restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, conceder incentivos tributários e formar mão de obra especializada em restauro, além de outras medidas. Implementado, o Programa obteve alguns resultados, como a adaptação de antigas residências para hospedagem fornecendo uma releitura do processo histórico voltado para atividade turística.

Na história modernista, o tempo é eternizado e repetitivo, assim como são as narrativas construídas pela própria exposição do MI. Tal qual ocorreu com o ideário e com a experiência de preservação de patrimônio, também o modelo desta Instituição, concebido e materializado na conjuntura autoritária da Era Vargas, sobreviveu a regimes políticos que lhe sucederam nas décadas seguintes, configurando uma herança ideológica e institucional que ainda resiste no país. Este culto também serviu para outras formas políticas posteriores no Brasil, à medida que passou a fazer parte do ideal nacional pertencente ao imaginário social dos brasileiros. Afinal, o próprio IPHAN atestou a existência dessa civilização identificada como geradora da brasilidade.

Nem a reformulação do Museu da Inconfidência, em 2006, ousaria alterar essa proposta. Assim, o Panteão dos Inconfidentes foi o único local intocável da exposição museológica. Alterar isso seria destruir as razões pelas quais o Museu da Inconfidência existia, suas tradições inventadas e o seu poder simbólico de maior envergadura. No entanto, pressupomos que, no processo de reconstrução histórica tratado aqui, o Museu da Inconfidência poderia incluir, em sua exposição, elementos interpretativos que deram origem aos seus mitos, problematizando o seu próprio fazer histórico. Estamos certos de que, mais do que seus símbolos, é o imaginário do público que sempre dera relevada importância a esse patrimônio.

Portanto, a exposição dos elementos norteadores da criação da Instituição poderia garantir a sua existência não somente pelo conteúdo simbólico que lhe fora incorporado pela sociedade brasileira, mas também pelo poder de reflexão histórica de si mesmo. Dessa forma, é significativa que essa Instituição Museológica forneça ao público uma

releitura da História de si próprio e de sua edificação. Acreditamos que essa atitude colocaria à tona um debate mais assíduo da construção dessa historicidade e auxiliaria no processo dinâmico de compreensão do patrimônio cultural brasileiro.

Entretanto, é preciso destacar que o Museu da Inconfidência realiza, por meio do Setor de Pesquisa, diversos estudos documentais que parecem estar em sintonia com as diretrizes históricas mais desenvolvidas no Brasil. A incorporação de historiadores permitiu ao Museu formar-se como uma instituição de pesquisa dos séculos XVIII e XIX, destacando-se a publicação “Oficina do Inconfidência”. Consideramos o MI como um lugar de memória que não se dissocia de sua produção histórica. Apesar disso, o que se verificou, foi algo inerente a diversas instituições de pesquisa: a distância entre a produção do conhecimento e um público mais amplo, sejam esses oriundos da comunidade, sejam turistas e excursionistas que visitam Ouro Preto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Museu da Inconfidência, pressupomos que ferramentas educativas e interpretativas também poderiam ser aplicadas aos visitantes mais diversos, pois são eles que fornecem a amplitude dos seus índices de visitação e o seu poder simbólico. Para tanto, a figura do turista seria substituída pela de intérprete do Museu da Inconfidência, configurando uma nova denominação para a atividade turística nos museus e sua reutilização do patrimônio cultural pelo Turismo. Não podemos restringir o poder desse público aos seus pressupostos financeiros. É preciso extrair benefícios sociais e culturais mais proveitosos do que uma visita fugaz que atende apenas aos desejos de consumo. Nesse caso, além de um processo de humanização das viagens, cabe às instituições museológicas repensar as formas de apropriação desse público que, muitas vezes, legitima os museus pelo seu índice de visitação em aspectos quantitativos. Um desafio que se coloca a essa e a outras instituições museológicas é encontrar ferramentas de aprendizagem para atingir os turistas, posto que esse público não deve ficar à margem de uma educação cidadã inerente aos atuais trabalhos da Museologia. A recente implementação de visitas orientadas ao Museu da Inconfidência, realizadas por um estudante do curso de Turismo da UFOP, parece ser o início dessa ação, mas ainda precisa ser repensada diante da complexidade do quadro.

Em outra direção, mas com objetivos similares, situamos o trabalho do Setor Pedagógico do Museu da Inconfidência, o qual possui alguns projetos de educação patrimonial para a comunidade, muito atuantes e decisivos nesse processo complexo de inserção dos ouro-pretanos no interior da Instituição, pois não podemos nos esquecer da ausência de um processo participativo na inserção deste patrimônio na cidade. Como analisamos, os agentes políticos e os intelectuais do SPHAN pensaram esse monumento à sua maneira e para servir aos seus próprios interesses. Nos dias que correm, o Museu da

Inconfidência somente se encontra aberto para visitação gratuita para a comunidade aos domingos, sendo oportuna a ampliação dessa proposta para outros dias da semana a fim de configurar uma Instituição de caráter aberto a essa mesma comunidade.

O desenvolvimento cultural dessa Instituição Museológica é perceptível nas práticas de educação patrimonial, nas ferramentas tecnológicas e na ampliação da conservação do acervo, pesquisa histórica e museológica. Entretanto, os desafios a serem superados concernem ao envolvimento da comunidade local e à preparação para fruição dos turistas em vias das relações críticas de aprendizagem.

No caso brasileiro, Malhano (2002, p. 17) diz que o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão supõe a continuidade de uma representação da História, tanto por monumentos quanto por ideias e acontecimentos. Composto de monumentos e de obras de arte, o patrimônio encontra seus limites e é determinado em função de critérios históricos e estéticos. A autora conclui que “o fim do Estado Novo não afetou a política federal de preservação, que manteve o mesmo dirigente e a mesma orientação até o final da década de 1960.” Maria Cecília Fonseca (1999) entende que, no continente latino-americano, o Brasil foi pioneiro na institucionalização da proteção dos bens culturais, vinculada ao grupo de intelectuais nos anos de 1930 e apoiada, no governo federal, pelo ministro Gustavo Capanema. Apesar disso, essa construção não foi constituída pelas classes tidas como não cultas da sociedade. Somente ao longo do tempo, percebeu-se o fator imperativo da ampliação da noção de patrimônio cultural e da maior participação da sociedade nos pedidos de tombamento e de ampliação dessa prática a um público mais vasto condizente aos fatores socioculturais locais. Como diz Ulpiano Meneses (1996, p. 89). “Vê-se, pois que, antes que refinamento e sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade”.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

*Anuário do Museu da Inconfidência*. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1952, 1953, 1954, 1955-1957, 1978, 1979, 1984, 1990, 1993. Biblioteca – Casa do Pilar.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte (MG), 1/7/1977, 17/7/1977, 29/1/1982, 12/8/1994, 13/4/2000.

*Isto é Inconfidência*. Boletins Informativos. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, N° 1, N° 4, N° 11, N° 16, N° 18, N° 19, N° 20, N° 21, N° 22, N° 23, N° 24, N° 26. Arquivo da Secretaria.

MOURÃO, Rui. *A nova realidade do Museu*. Ouro Preto: MINC – IPHAN, Museu da Inconfidência, 1994.

*O Museu da Inconfidência*. São Paulo: Banco Safra, 1995. Vários Colaboradores.

*Oficina do Inconfidência*. Revista de Trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, 2001, 2003, 2004, 2007. ISSN: 1517-6029. Biblioteca – Casa do Pilar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. In: CHAGAS, Mario (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 31. 2005.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, v. 5, pp. 296 -378.

BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAGAS, Mario. (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 31. 2005.

FONSECA, Maria Cecília. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003. 5ª ed.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Lucerna – FAPERJ, 2002.

MENESES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: ASIGI, Eduardo (Org.). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

# MEMÓRIA SOCIAL E MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA: INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM, PERIFERIA DE FORTALEZA — CE

## RESUMO

Este texto tem como objetivo central comunicar aos interessados a experiência do movimento social urbano periférico Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim no uso e na apropriação da memória social e da museologia comunitária como instrumentos políticos em um processo político-comunitário de desenvolvimento local sustentável. Ele se acerca de elementos da Pragmática Linguística para buscar compreender a memória e a museologia social como linguagens e, enquanto tal, são instrumentos político-discursivos a serviço do movimento social urbano com vistas à transformação pragmática social da realidade. As relações sociais são atravessadas pela disputa pelo poder, e o primeiro objeto de poder é o da significação e o da produção dos sentidos legítimos das coisas do mundo social. O coletivo em questão pode ser reconhecido pelas suas expertises inventivas e como implementadora de Tecnologias Sociais inovadoras, mediante intuição criativa e necessidade de pragmatismo político, para fazer acontecer um plano comunitário de desenvolvimento local sustentável. Neste curso, o Patrimônio é entendido no seu sentido mais amplo, fundamentado em Hugues de Varine (2012). A sustentabilidade do desenvolvimento está intrinsecamente ligada ao reconhecimento comunitário da importância do patrimônio territorial para o sucesso de um projeto de desenvolvimento local, incluindo as próprias pessoas como bens patrimoniais imprescindíveis.

## PALAVRAS-CHAVE

Memória Social; Museologia Social; Linguagem; Desenvolvimento Local Sustentável; Movimento Social Urbano Periférico.



## **AUTOR**

**ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA ▶**

Sociólogo (DRT 311 – CE), Mestre em Linguística Aplicada (PosLA/CMLA/UECE). Conselheiro Gestor Ponto de Memória GBJ. Associado (desde 2011) e membro do Conselho Gestor (2015-2019) do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS.

# MEMÓRIA SOCIAL E MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA: INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM, PERIFERIA DE FORTALEZA – CE

## O SUJEITO, O CONTEXTO, O PROJETO E AS SUAS CRENÇAS

O presente texto foi produzido para atender ao convite de participação do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim na mesa de debate *Os inventários como metodologias para a preservação*. A mesa debateu sobre as políticas públicas e civis para preservação das memórias, do patrimônio e da cultura, por meio dos inventários. Com o propósito de refletir sobre *a importância dos inventários participativos para a cidade*, a experiência comunitária de inventário participativo do patrimônio em desenvolvimento no Grande Bom Jardim, através da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (doravante, Rede DLIS do GBJ), apresentará sua perspectiva de como o uso do inventário participativo tem sido tomado por este coletivo como um instrumento político com vistas ao alcance de seus projetos comuns, ao fortalecimento da identidade institucional e à afirmação de uma territorialidade. O debate proposto pela mesa é parte da programação do 6º Seminário do Patrimônio Cultural de Fortaleza (CE), cujo tema é “Memórias e desenvolvimento sustentável”, realizado pela Secretaria de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR, nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2015.

A territorialidade da Rede DLIS circunscreve a grande região geográfica do Bom Jardim, na periferia sudoeste da cidade de Fortaleza (MAPA 01), compreendendo como uma unidade social, geográfica, cultural e política os bairros oficiais da administração pública de Fortaleza: Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira (MAPA 02). Além de mais de quarenta comunidades de pertença, recebendo quase todas elas nomes de santos católicos (MAPA 03). A principal característica natural da região é o Rio Siqueira/Maranguapinho

(MAPA 04), marcando sobremaneira a paisagem local, como a composição do solo, da flora, da fauna, bem como a composição da ocupação do espaço.

A dimensão geográfica total do território corresponde a 1.869,3 hectares, extensão esta que o leva a ser considerado maior que muitos municípios brasileiros. Segundo CENSO/IBGE de 2000, a contagem populacional era de 175.144 habitantes. À época, equivalente ao município de Maracanaú, com 179.732 habitantes, e superior aos municípios de Crato e de Sobral, respectivamente, com 104.646 e 155.276 habitantes. Num período de dez anos, a mesma pesquisa censitária apresentou um crescimento populacional de 35.846 habitantes, perfazendo um total de 211.001 habitantes (CENSO/IBGE 2010). Essa tendência de crescimento populacional deve-se à oferta de terras passíveis de edificação ainda disponível somada aos investimentos imobiliários tanto do mercado privado quanto de políticas habitacionais do governo do Estado do Ceará na região.

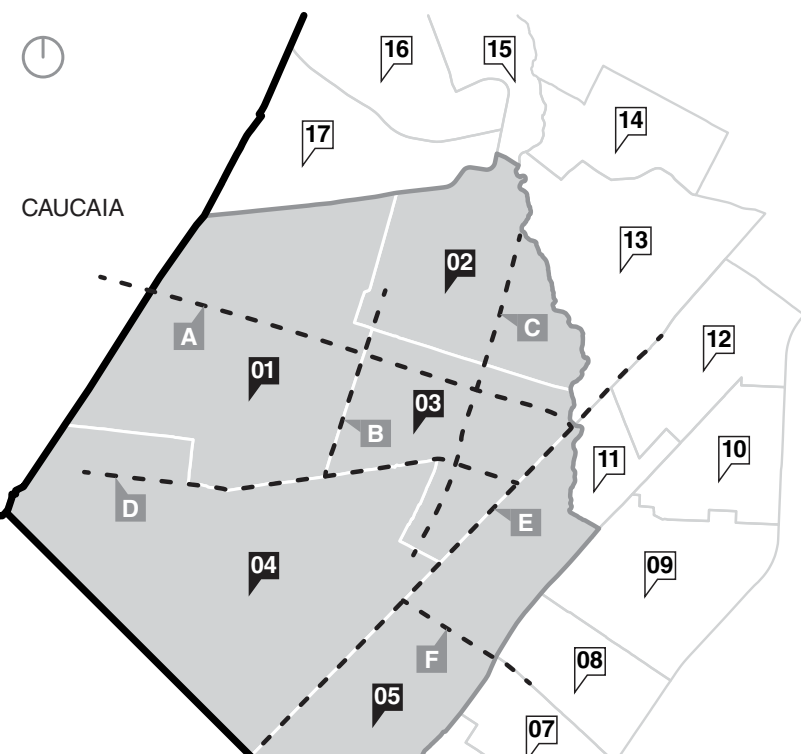
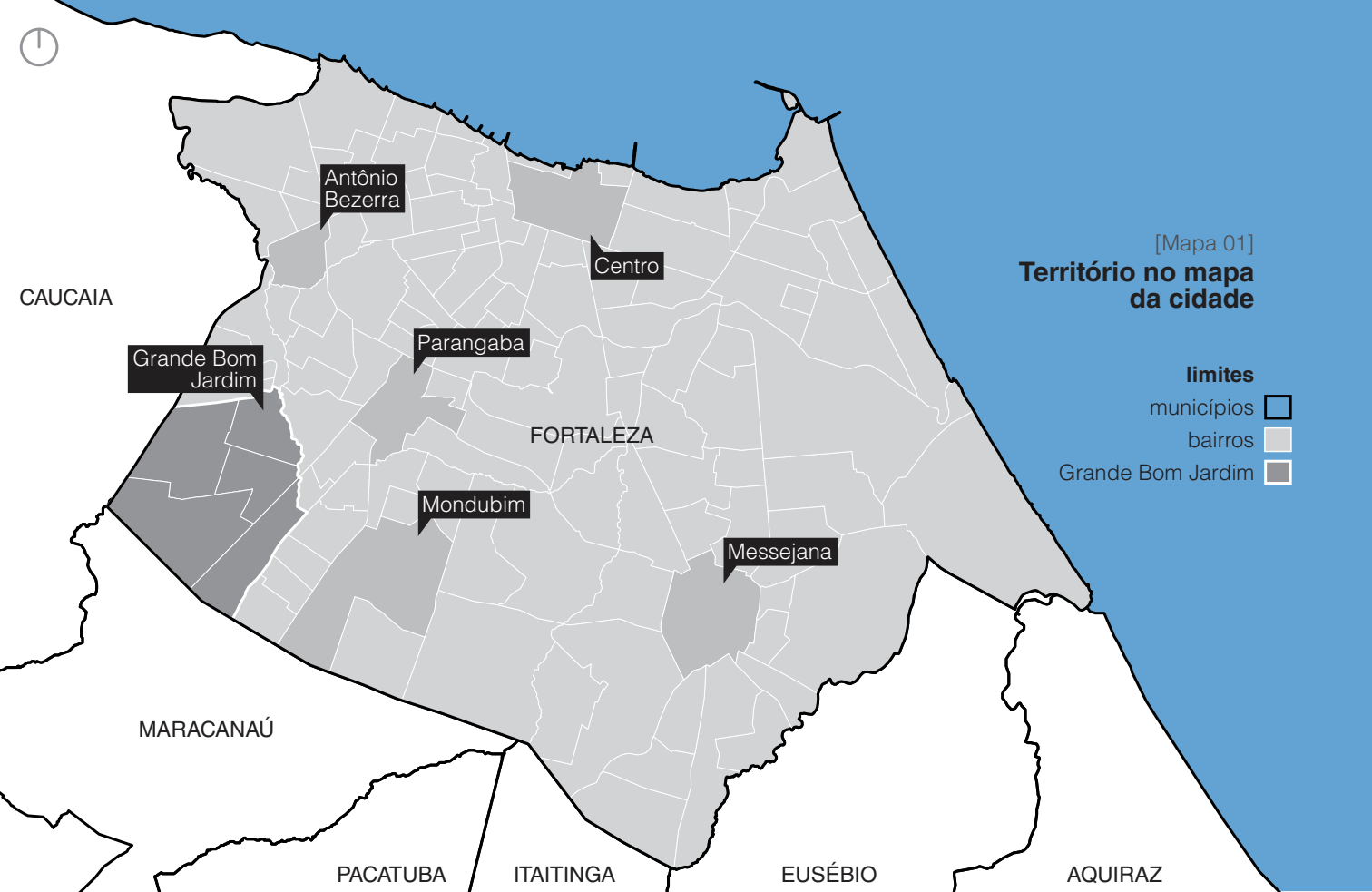
Urbanisticamente, o tecido urbano da grande região do Bom Jardim é herdeiro do desmembramento de terras de, pelo menos, três grandes latifúndios, como por exemplo, a fazenda Boa Vista e a fazenda de propriedade do senhor João Gentil (CDVHS/UECE, 2004); resultado da implantação de polo industrial na região do entorno; e fruto do intenso processo migratório campo cidade. Até a década de 1970, a região era caracterizada predominantemente como zona rural, produção agrícola de subsistência, o montante das glebas de propriedade de, no máximo, três famílias, relações sociais baseadas na cultura patrimonialista, clientelista e de compadrio, e registrada oficialmente como área de influência do bairro Bom Sucesso, conforme verificado no plano de desenvolvimento urbano e ambiental da cidade de Fortaleza, de 1979. A partir da década de 1980 registrou-se um intenso processo de adensamento populacional e, por conseguinte, uma crescente demanda por infraestrutura urbana relacionada à moradia. O processo de ocupação do espaço não foi planejado e seguiu as exigências do mercado imobiliário, como consequência da expansão urbano-industrial e da inserção das cidades brasileiras no sistema do capital internacional.

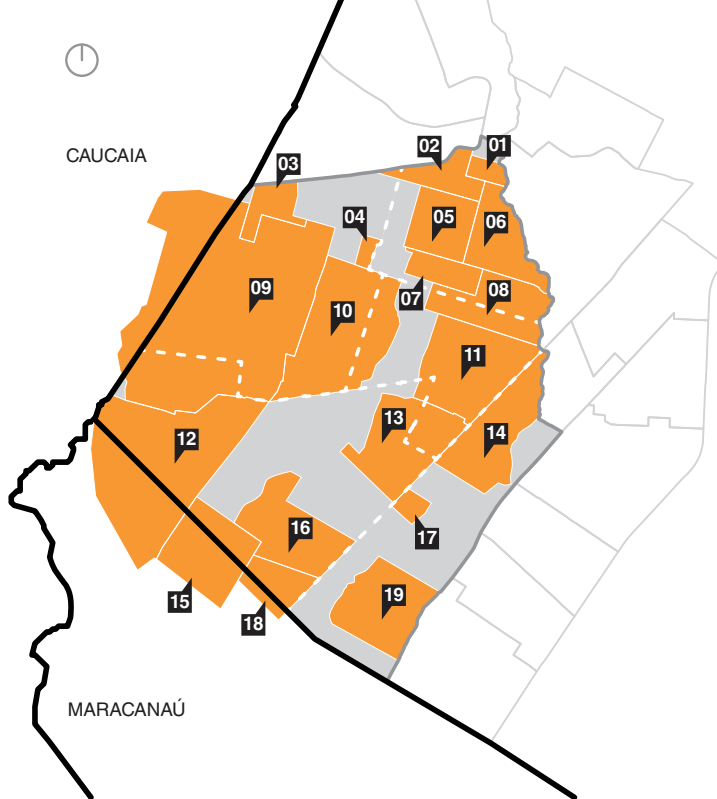
No contra fluxo da tendência globalizante e generalizadora do capital, a incidência de certos grupos religiosos de carisma progressista, em nome e a serviço da igreja católica, é, sobremaneira, um dos responsáveis pela germinação e enraizamento cultural de uma das principais vocações da região, a composição plural do tecido político local e o seu forte potencial de organização social, como forma e estratégia de enfrentamento das adversidades, das desigualdades sociais e da segregação socioespacial da região na cidade.

**Mapa 01:** Território no mapa da cidade. Fonte: Ponto de Memória GBJ/Rede DLIS. Editado por Eugênio Moreira





**Mapa 02:** Território - bairros oficiais. Fonte: Ponto de Memória GBJ/Rede DLIS. Editado por Eugênio Moreira

Considerando que o espaço social urbano é multiterritorializado, que nele coexistem múltiplas forças sociais (HAESBAERT, 2012) cujas ações sociais atuam, permanentemente, em disputa pelo poder de domínio sobre um espaço urbano,

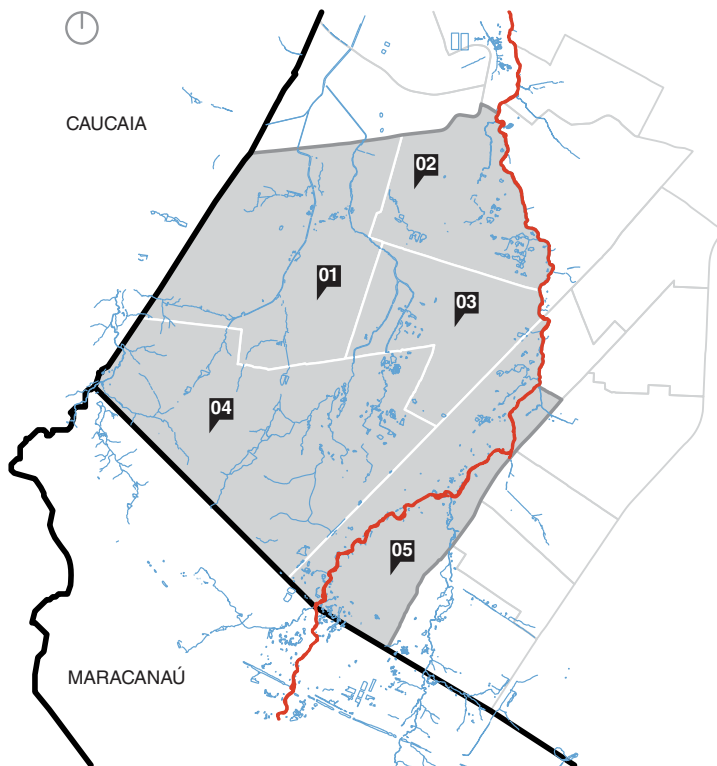









[Mapa 03]  
**Comunidades de pertença**

- limites**
- municípios 
  - bairros vizinhos 
  - Grande Bom Jardim 
  - comunidades 

- comunidades**
- |                     |           |                    |           |
|---------------------|-----------|--------------------|-----------|
| Cacimbinhas         | <b>01</b> | Santa Cecília      | <b>10</b> |
| Santo Antônio       | <b>02</b> | Santo Amaro        | <b>11</b> |
| Cearazinho          | <b>03</b> | Jatobá             | <b>12</b> |
| São Francisco       | <b>04</b> | Parque São Vicente | <b>13</b> |
| Novo Mundo Pioneiro | <b>05</b> | Parque Jerusalém   | <b>14</b> |
| Santa Clara         | <b>06</b> | Parque São João    | <b>15</b> |
| Pioneiro            | <b>07</b> | Esplanada Sumaré   | <b>16</b> |
| Belém               | <b>08</b> | Juraci Magalhães   | <b>17</b> |
| Granja Lisboa       | <b>09</b> | Parque Nazaré      | <b>18</b> |
|                     |           | Planalto Vitória   | <b>19</b> |



[Mapa 04]  
**Curso rio Siqueira-Maranguapinho**

- limites**
- municípios 
  - bairros vizinhos 
  - Grande Bom Jardim 
  - comunidades 
  - hidrografia 

rio Siqueira-Maranguapinho 

- grande bom jardim**
- |                 |           |
|-----------------|-----------|
| Granja Lisboa   | <b>01</b> |
| Granja Portugal | <b>02</b> |
| Bom Jardim      | <b>03</b> |
| Siqueira        | <b>04</b> |
| Canindezinho    | <b>05</b> |

na luta por impor a sua visão de classificação do mundo social, e por definir as fronteiras do seu poderio, as linhas divisórias entre o lado externo e o lado interno (BOURDIEU, 2004), a Rede DLIS é uma dessas forças sociais locais, cujo discurso é dotado de um poder simbólico “encarregado de regere fines e regere sacra, de traçar e dizer as fronteiras entre os grupos e, por essa via, de fazê-los existir enquanto tal” (BENVENISTE apud BOURDIEU, 2004, p. 167-168).

Essa capacidade da Rede DLIS de impor uma visão de mundo social tem contribuído para reivindicar e afirmar uma territorialidade, expressa pela sigla GBJ, que apostamos se tratar de um resíduo político desta empreitada social, através da linguagem. Consideramo-la uma organização associativa, que congrega diversos matizes de lideranças populares e seus aparelhos político-comunitários, embrionada pelos processos pastorais de base eclesial, fundamentados no lema “Comunidade de Comunidades”, vivenciados na região nas décadas de 1980 até meados da década de 1990.

A Rede DLIS do GBJ é um desdobramento dos projetos estruturantes da organização não governamental Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS, que surgiu como um coletivo de organizações locais, enquanto um tecido social articulado e capilarizado territorialmente, formado dentre associações de moradores, equipamentos sociais e religiosos e organizações não governamentais, componentes do tecido social da grande região do Bom Jardim, em novembro de 2003. A Rede DLIS do GBJ é um artifício político estratégico, com vistas a reivindicar e constituir *status* de ente cívico na sociedade política municipal, representando e apresentando os interesses comuns da população do território GBJ, em condições de participar dos espaços de poder, lugares onde são tomadas as decisões sobre a condução e o gerenciamento das políticas públicas. Em agosto de 2014, como um dos resultados de sua assembleia anual, a Rede DLIS definiu que a sua missão institucional é “*afirmar os Direitos Humanos como estratégia de luta por políticas públicas com participação popular para o desenvolvimento local*”. Para tanto, compreende a memória social e a museologia comunitária enquanto um direito humano. Essas temáticas têm sido tomadas pelo coletivo como tecnologias sociais inovadoras contribuintes da constituição de sua política de representação e mobilizadora de um processo de afirmação da territorialidade GBJ. Assim, o poder performativo da linguagem, o de designar e o de nomear, tem o poder de fazer existir no Estado instituído um corpo constituído, um grupo corporativo, dotado de singularidades e com atributos de diferenciação, a Rede DLIS (BOURDIEU, 2004).

Nessa perspectiva, a memória social e a museologia comunitária são tomadas aqui como uma estratégia político-discursiva, com vistas a instituir uma identidade institucional, afirmar um ente político com legitimidade de constituir lugar na sociedade política municipal, expressa em termos de uma política de representação

**Mapa 03:** Comunidades de pertença. Fonte: Ponto de Memória GBJ/Rede DLIS. Editado por Eugênio Moreira.

**Mapa 04:** Curso rio Siqueira-Maranguapinho. Fonte: PMF/SEUMA/COURB, 2010. Editado por Eugênio Moreira.

da Rede DLIS, fazendo reconhecer socialmente um poder com capacidade de controle e domínio sobre um espaço urbano. Bem como de afirmar uma identidade territorial, uma área de abrangência do domínio político enquanto um território de direitos. Dessa forma, o uso da memória social e da museologia comunitária é um tipo de ação social objetivamente visado, politicamente intencionado com vistas a atingir determinados interesses comuns.

Este coletivo de organizações locais tem como missão contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Grande Bom Jardim. Para tal, ele concebe, adapta e desenvolve tecnologias sociais e metodologias participativas para observar e monitorar políticas públicas, para registrar, diagnosticar e visibilizar a realidade social, para propor políticas públicas e para reivindicar e negociar políticas de desenvolvimento local junto aos poderes públicos nos três níveis do Poder Executivo.

Em abril de 2015, a Rede DLIS do GBJ apresenta uma composição de 33 organizações locais associadas. A Rede DLIS prioriza os seguintes eixos temáticos de trabalho: Rio Maranguapinho, Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS’S; Segurança Humana; Saúde; Juventude; e Memória Social e Museologia Comunitária. Cada temática justifica a criação de uma espécie de câmara técnica, cada uma com seu planejamento específico e agregando um grupo de organizações interessadas, do seu conjunto de associados. Mensalmente, essas organizações associadas reúnem-se para monitorar e coletivizar o seu plano de ação. Sempre ao final e no começo de cada ano, a instância promove, respectivamente, assembleia geral de avaliação e de planejamento, ocasião em que se constroem análises de cenários, análises de conjunturas políticas e se definem as prioridades da intervenção.

O eixo temático Memória Social e Museologia Comunitária é uma atribuição do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, uma iniciativa comunitária em memória e museologia social gerida de forma participativa, por meio de um colegiado de entidades locais denominado Conselho Gestor. Este é responsável por gerenciar as dinâmicas de coletivização da temática no tecido social da Rede DLIS e no território do GBJ; por promover ações museais de envolvimento subjetivo e comprometimento político de moradores com a realidade social local através da memória; por conceber e desenvolver pesquisas participativas de inventário do patrimônio cultural territorial, por mobilizar a comunidade para contribuir na feitura de produtos difusores, por gerar as condições políticas para elaboração participativa da política de sustentabilidade da iniciativa. De forma orgânica e propositiva, a temática memória social e museologia comunitária somente se agregaram à Rede DLIS em 2013, mas o seu marco inicial de inserção nos processos mobilizatórios da política comunitária do Grande Bom Jardim, através da Rede DLIS, é de outubro de 2009. Das 33 organizações locais componentes da Rede DLIS, 10 compõem o Conselho Gestor do Ponto de Memória do GBJ.

Naquele ano de 2009, o tecido social local, por intermédio da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, recebeu um do convite do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, através do Programa Pontos de Memória, para se engajar na primeira rede nacional de Pontos de Memória e de Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social, composta por 12 representações, a partir de uma parceria, à época, entre os Ministérios da Cultura – MINC e da Justiça.

Esta chancela expressou um reconhecimento da nossa história política, enquanto movimento social periférico, e da nossa organização social na luta por direitos, e transferiu uma tecnologia social necessária para o fortalecimento da organização

[Quadro 01]

ORGANIZAÇÃO	BAIRRO	REPRESENTANTE
União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)	CANINDEZINHO	Iolanda Lima
Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto (ACMVP)	CANINDEZINHO	Francisco Macedo Lopes
Associação Comunitária Parque Jerusalém (ACPJ)	CANINDEZINHO	Regina Maria da Silva Severino
Associação Comunitária do Jardim Nazaré	SIQUEIRA	Nome de representante em processo eletivo interno na entidade
Associação Comunitária do Anel Viário (ACAV)	SIQUEIRA	Francisco Otaviano Alves de Oliveira
Comunidade Ocupação Sete de Setembro	SIQUEIRA	Raimundo Nonato Moreno
Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)	GRANJA LISBOA	Miguel Ferreira Neto (PAI NETO)
Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus	GRANJA LISBOA	Maria de Fátima Oliveira Silva
CAIC Maria Alves Carioca	GRANJA LISBOA	Zilma Cordeiro M. Sales
Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	BOM JARDIM	Adriano Paulino de Almeida

**Quadro 01:** Conselho Gestor do Ponto de Memória GBJ (abril/2015). Fonte: Ponto de Memória Grande Bom Jardim.

social e um instrumento político capaz de tocar sensivelmente as pessoas, de trazer os discursos dos moradores para o centro da narrativa em condições de promover uma releitura e uma reescritura da história social local, de gerar os sentidos da participação social e de promover o engajamento cívico.

Como observa Almeida (2014), pode-se, no âmbito da experiência da Rede DLIS, grosso modo, entender o conceito de memória como experiências de vida sedimentadas que podem ser evocadas a qualquer momento, conforme necessidade para atender a determinadas intenções, sejam estas individuais e/ou coletivas. Tomando essa perspectiva ideológica, a Rede DLIS aciona a categoria memória através de meios operacionais, em termos metodológicos, para qualificar seu modo de atuação política e fortalecer sua identidade. Assim, usa-se do recurso da pesquisa da memória social acerca do território.

As ações comunitárias em memória social e os processos comunitários museais têm contribuído, notadamente, em 2010, por meio da mobilização social em nível territorial para a criação e composição do Conselho Gestor; em 2011, por meio da elaboração comunitária da metodologia de inventário participativo do patrimônio cultural territorial e de confecção dos produtos difusores; em 2012, por meio da realização comunitária do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Territorial e da criação e do lançamento da primeira exposição museográfica comunitária da iniciativa, intitulada *Jardim das Memórias*, bem como da inauguração do Ponto de Memória Grande Bom Jardim, em agosto daquele ano. Em 2013 e em 2014, a iniciativa focou no empoderamento técnico-conceitual intrainstitucional das ferramentas memória social e museologia comunitária, aprovando projeto no edital Prêmio Pontos de Memória 2012 (IBRAM/MINC).

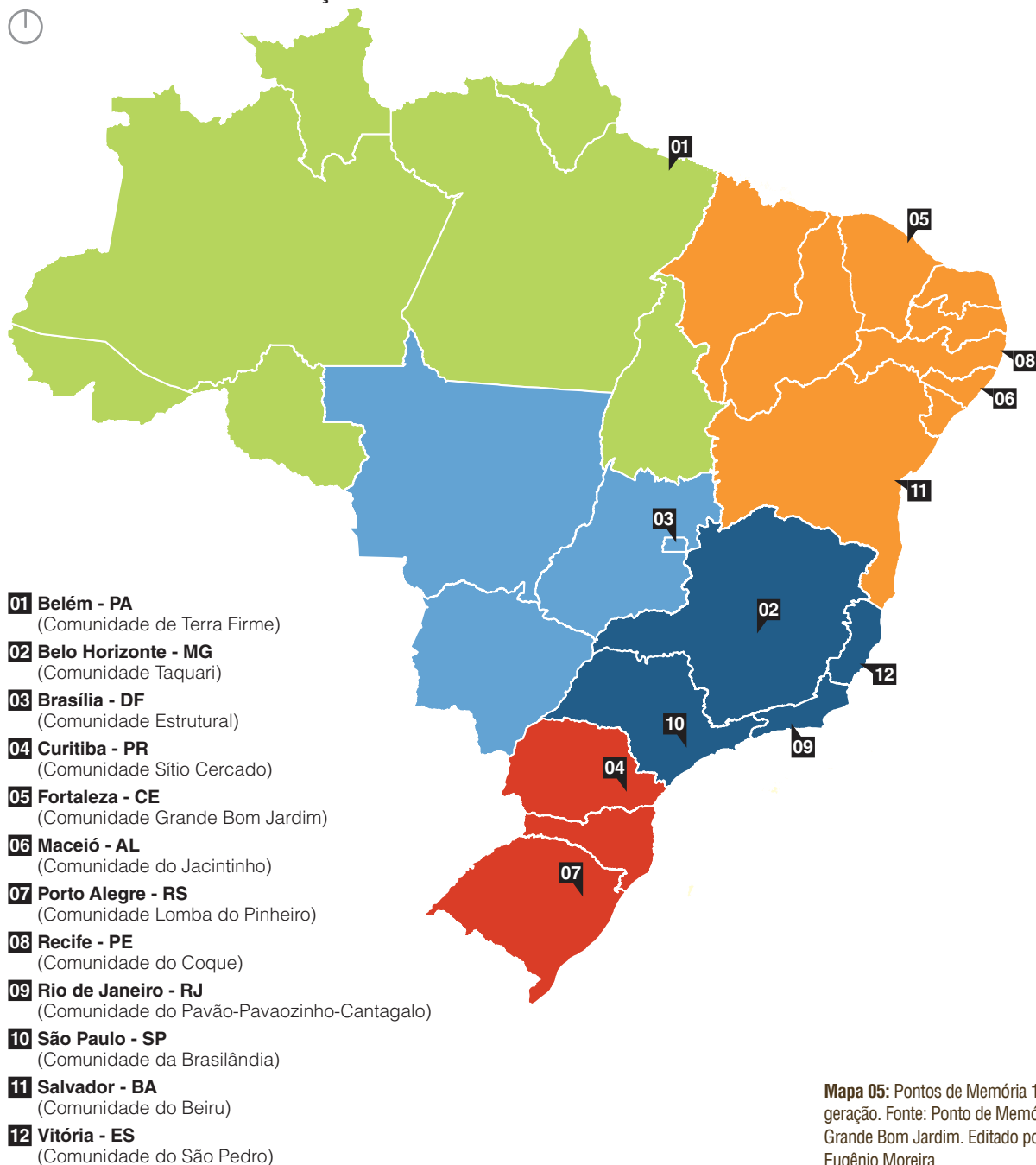
Nesse sentido, no seu conjunto, a ação museal de Inventário Participativo do Patrimônio (cultural, natural, vivo ou sacralizado), dado a cabo por esta Iniciativa Comunitária em Memória e Museologia Social, representativa do tecido social da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, tem contribuído para a promoção das condições sociais, políticas e simbólicas de Inclusão Social e urbanística desta região socioespacialmente segregada na cidade de Fortaleza.

## **MEMÓRIA, LINGUAGEM E PODER: POLÍTICA E ÉTICA – PARA ALÉM DE UMA TEORIA**

A memória social, enquanto uma ferramenta transformadora da realidade social, é uma estratégia de enraizamento de marcas simbólicas constitutivas da identidade territorial. Por essa condição ou atribuição cognitiva, a memória social não escapa às garras da linguagem.

[Mapa 05]

## Pontos de Memória - 1ª Geração



**Mapa 05:** Pontos de Memória 1ª geração. Fonte: Ponto de Memória Grande Bom Jardim. Editado por Eugênio Moreira.

A pragmática linguística situa-se como mais uma das perspectivas de análise da linguagem, alinhada a uma vertente da teoria da ação. A linguística tomou-a emprestada da filosofia. Ela problematiza a linguagem na sua complexidade social, considerando o seu uso, para além da concepção formalista ou estruturalista da linguagem.

Embora linguagem e cultura se deem numa relação de mão dupla, entretanto, com base num pressuposto defendido pela Nova Pragmática, podemos apostar na noção de que o aspecto constitutivo da linguagem venha primeiro que o aspecto constitutivo da cultura (RAGAGOPALAN, 2010; FERREIRA, 2012). E, aqui, ao que interessa para um melhor entendimento da relação entre memória e linguagem, essa constatação acerca da primazia do aspecto constitutivo da linguagem sobre o da cultura é relevante, na medida em que a prática política, esta podendo ser tomada como expressão de uma convenção social ou de um senso coletivo, a sua constituição apenas se faz possível por via da linguagem.

Num nível mais profundo, a tendência da Nova Pragmática, defendida militantemente por Rajagopalan e seguidores, diz que falar acerca de uma pragmática da linguagem nos termos da filosofia da linguagem é falar de ética. Assumir uma postura analítico pragmática da linguagem é uma forma politicamente engajada de olhar para o mundo, na medida em que esta se propõe a uma análise da política da linguagem, onde são propostos elementos ao político e ao cultural, através da análise linguística. Ademais, a linguagem envolve as dimensões: ética e política, pois é ela uma forma de agir, de realizar e de interagir, que implica em fazer escolhas e assumir as consequências dos atos.

Como argumenta Chagas (2012), a articulação entre memória e responsabilidade é uma espécie de relação entre memória e ética. Não se trata de fazer um exercício de construção da memória pela memória em si mesma, mas uma memória com responsabilidade, uma memória que tem compromissos, uma memória que tem direção, sentido, tem interesse. É ético, mas que tem interesse político. Uma memória que nos dê o merecimento da existência não só física, mas, sobretudo, social.

Esta reflexão nos remete a um dos pressupostos conceituais da memória, aquele que compreende a memória enquanto seleção, enquanto escolhas. Falar de escolha é falar de uma postura sobre a vida, é assumir uma posição dentre tantas possíveis. Escolher é, portanto, um ato político. E quando se prioriza umas coisas em detrimento de outras, decide-se, na verdade, sobre o que será lembrado e o que será esquecido, o que será revelado e o que será velado. Em síntese, nós somos resultado da tensão entre memória e esquecimento. Nós somos esquecimento e lembrança (CHAGAS, 2012).

No campo da memória social, aquele da manipulação técnica das narrativas de moradores a partir de suas perspectivas sobre os acontecimentos e fatos sociais, no esforço de constituir elementos de uma história social, a escolha sobre o que dizer e como dizer na produção de uma síntese memorial ou histórica é baseado nos propósitos políticos, como faz a Rede DLIS do GBJ, através do Ponto de Memória Grande Bom Jardim. Dessa forma, os argumentos narrativos de exposições e os discursos produzidos a partir daqueles são construtos eminentemente sociais, fundamentados ideologicamente.

[...] quando falamos de memória social, falamos de produtores sociais da memória, de quem produz a memória e de quem produz o esquecimento do ponto de vista social. Então, do ponto de vista da memória social, a memória e o esquecimento são produzidos, criados. Nada é natural. Tem uma intencionalidade posta. Tem umas coisas sobre a vida social que decidimos esquecer e outras que decidimos lembrar. Portanto, selecionamos, escolhemos coisas. A memória é seletiva. A memória, dessa maneira, é resultado de uma eleição, de uma escolha. Aí, então, identificamos o caráter político da memória. Quando se decide guardar na memória certas coisas, as sobras, ou as coisas não escolhidas podem ser destruídas. O esquecimento, no caso, é fruto de uma escolha, de uma decisão (CHAGAS, 2012).

É com base nestes termos, que sinalizamos aqui o empreendimento tomado pela Rede DLIS do GBJ, no âmbito da sua iniciativa comunitária em memória e museologia social, o seu esforço de preencher o significativo vazio (LACLAU, 2011), o de produzir os sentidos e a significação da categoria memória social, nos seus termos de imprimir sua política de representação e afirmar uma territorialidade, com o propósito de realizar o seu projeto político, qual seja, o de promover as condições do desenvolvimento local sustentável do (Grande) Bom Jardim, no bojo do legado social no campo museal da Mesa de Santiago do Chile<sup>1</sup>, a Nova Museologia ou, simplesmente, Museologia Social<sup>2</sup>.

Na pesquisa (Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática, Almeida observa que:

[...] a incorporação da temática memória, enquanto uma ferramenta político-discursiva, pelo agente social em questão é justificada por se tratar de uma de

1. O evento conhecido como a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrido em 1972, teve como marco documental a Carta da Mesa de Santiago do Chile, ou, simplesmente, Declaração de Santiago. Este documento é considerado produto político do referido evento e marco epistêmico do setor, que catalisou ou consumou todo um processo discursivo que estava em curso desde a década de 1950. Fomentado e promovido pela UNESCO, a Mesa Redonda de Santiago do Chile foi articulada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), um organismo da cooperação internacional entre os museus, instância que havia, um ano antes, se dedicado à realização de uma conferência geral, na França, a qual, segundo Hugues de Varine, trouxera: “modificações substanciais ao espírito e à letra da cooperação internacional entre os museus: revisão dos estatutos e da definição de museu; afirmação da importância do entorno da vocação dos museus; emergência de dimensão ‘política’ no conceito de museus” (VARINE, 2012, p. 143) A Mesa Redonda de Santiago do Chile reuniu uma cúpula de doze museólogos latino-americanos, os quais foram incitados e provocados pelas leituras contemporâneas, à época, acerca do urbanismo. Ao final dos dois dias de intervenção do especialista em urbanismo, a cúpula dos doze museólogos reunida percebeu que suas concepções e suas práticas museais, postas a serviço da gestão dos museus, estavam descontextualizadas à realidade urbana, caracterizada e radicalmente afetada pelo processo vertiginoso de industrialização e de urbanização, o qual estava em curso nos países subdesenvolvidos desde final do século XIX.

2. Sobre o conjunto das resoluções a que chegou a cúpula reunida no entorno da Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrido em 1972, Varine (2012, p. 143-144) destaca duas noções primazes: a noção de museu integral, aquele que pensa a sociedade na sua integralidade, na totalidade dos seus problemas reais; e a noção de museu como ação, como instrumento dinâmico para a mudança social. Estas são duas noções muito caras aos princípios e propósitos da Rede DLIS. A Nova Museologia pode ser percebida, numa dimensão histórica, como uma reviravolta de caráter político-ideológico no que se refere à noção da vocação, do conceito e da missão dos museus. Ela se apresentou como uma mudança de paradigmas nos certames teóricos e conceituais do setor museológico mundial, tocando, desconstruindo e reconstruindo tudo aquilo que, há mais de dois séculos, havia sendo constituído acerca da função dos museus.

suas dimensões de intervenção política, pois se trata de uma forma estratégica para pautar questões, para promover debates acerca delas, para negociar diferenças, como caminho de afirmação identitária, e para produzir narrativas coletivas, enquanto reescrituras ou releituras de fatos e acontecimentos sociais, vistos pela perspectiva e vivência dos próprios moradores, colocando-os de uma forma dual no centro da narrativa, eles próprios protagonistas, eles próprios historiadores (ALMEIDA, 2014, p. 233).

O próprio processo de elaboração do conceito de memória pelo agente social em questão constitui-se uma estratégia discursiva, na medida em que ele é a sistematização dos variados conceitos definidos por cada um dos moradores envolvidos. A estratégia foi produzir um texto que fosse uma marca institucional do grupo, que expressasse o entendimento de cada um dos moradores envolvidos sobre o referente ‘memória’, que revelasse o entendimento a que chegou cada um dos moradores participantes no processo. Então, um texto que não fosse uma simples citação de um teórico da academia, mas fosse uma espécie de retrato do coletivo e imprimisse suas posições ideológicas e políticas, onde cada morador fosse o seu autor.

Neste sentido e com este propósito eis o texto a que chegou o movimento em memória da Rede DLIS sobre o conceito institucional de memória: “Memória é a possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade de modo que revela quem somos a partir do que relembramos e do que esquecemos, além de ser instrumento de luta para transformar a realidade” (Ponto de Memória Grande Bom Jardim, 2012).

Assim, os moradores põem-se numa posição astuta, escrevem eles mesmos um texto que, ao mesmo tempo em que define um conceito, antevê o que eles podem ser capazes de realizar com o conceito que eles próprios forjaram. Ou seja, um texto que fosse estratégico para a constituição de uma política de representação em marcha pela Rede DLIS do GBJ.

Os lemas da atuação politicamente coerente e compromissada e eticamente responsável são bandeiras assumidas e levantadas pelo movimento comunitário em memória e museologia social do Grande Bom Jardim, expresso na citação emblemática do poeta português José Saramago (1993), presente em todas as peças de comunicação institucional como um *standard*: “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade, talvez, não mereçamos existir”.

As relações sociais são constituídas na e pela linguagem e atravessadas pelo poder. A vida é uma eterna disputa pelo poder, por quem vai reter e manter a capacidade legítima de impor uma visão de mundo, o poder de significar e nomear as coisas do

mundo social. Seguindo a reflexão nestes termos, na vida, mais importam os processos, ou as travessias, do que os pontos de partida e o de chegada, mais a ponte do que os dois lados que ela reúne. “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... a ponte reúne enquanto passagem que atravessa” (Weber apud Bhabha, 1998, p. 24). Então, a significação da vida é sempre mediada pela linguagem e pelo poder. A luta pelo direito à cidade, pelo desenvolvimento local sustentável é uma permanente travessia. Uma travessia feita de muitas travessias.

## **A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO, AÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Em *Raízes do Futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Hugues de Varine baseia-se no vínculo entre patrimônio, ação comunitária e desenvolvimento local sustentável (VARINE, 2012). Dois princípios básicos são sustentados ao longo de sua obra. O primeiro é a afirmativa de que o patrimônio (seja ele natural ou cultural, vivo ou sacralizado) é o instrumento básico para o desenvolvimento local. O segundo princípio é decorrente do primeiro, que se apresenta na ideia de que o patrimônio é o DNA do território e da comunidade.

Ele disponibiliza, enquanto fruto de uma vida itinerante e militante pelo mundo, generosamente, as suas reflexões e as lições que tirou acerca da vivência, da observação e do registro de experiências comunitárias no campo da memória, do patrimônio e do desenvolvimento local aos interessados em refletir sobre os seus próprios patrimônios e sobre as experiências de desenvolvimento em seus próprios territórios. Distante do caráter etnocêntrico, a sua postura no livro afasta-se de qualquer pretensão de apontar modelos padronizados típicos ideais para reprodução comercial de experiências de valorização de patrimônio, natural ou cultural, como estratégia de desenvolvimento.

Varine é, assumidamente, discípulo de Paulo Freire, com quem esteve e trabalhou por três anos, em ações do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento – INODEP, organização que atuou por quase vinte anos em países da África, América Latina, Ásia e Europa. Ele “prega” o poder da ação coletiva, na força comunitária, de fazer sua própria alma e sua identidade cultural, esta fonte inesgotável da vida, a qual deve ser vivida com dignidade, com autonomia e liberdade. O autor, inspirado no seu mestre Paulo Freire, aponta para uma “museologia da libertação”, onde os museus estejam a serviço do desenvolvimento.

Conforme Horta (2012), ao longo das 255 páginas de *Raízes do Futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Hugues de Varine apresenta vários conceitos e princípios, a partir dos quais ele chega a duas definições provisórias, as quais nós nos esforçamos aqui em interpretá-las, como registradas na sequência.

O recorte do desenvolvimento local é uma decisão política que dá substância e orientação a um projeto político estruturante de transformações culturais, sociais e econômicas, que se estrutura por uma relação dialética e profunda com o patrimônio vivenciado, de forma que, quanto mais a experiência se espelha no próprio patrimônio, mais este é gerado e fortalecido. Destaca ainda que o patrimônio é um recurso local básico, um bem coletivo e temporal. Ele tem um passado, um presente e um futuro, e segue o pulsar tenso e oscilante da história. O patrimônio é uma parte do valor agregado da história, que não tem outra razão de ser senão a de catalisar a dinâmica de desenvolvimento. Ele é, simultaneamente, um produto e um produtor de desenvolvimento. Senão, vejamos:

a de que o desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado em um patrimônio vivenciado, nutrindo-se deste e gerando patrimônio; a de que o patrimônio (natural ou cultural, vivo ou sagrado) é um recurso local que não tem outra razão de ser senão a sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Herdado, transformado, produzido e transmitido de geração a geração, o patrimônio pertence também ao futuro... (VARINE, 2012, p. 14).

Com base nos dois pressupostos citados acima, Varine chega às conclusões a seguir: a) a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como do próprio patrimônio, está diretamente articulada tanto à relação do projeto estruturante de desenvolvimento com o patrimônio da comunidade, estabelecida pelos agentes do desenvolvimento, quanto à efetividade da função vital do desenvolvimento, que é contribuir para a vida e enriquecimento do próprio patrimônio; b) sem a convocação de vontade comunitária à participação proativa e sem o engajamento efetivo das pessoas que detêm o patrimônio, em um processo comunitário com vistas à realização de projetos estruturantes comuns, não há desenvolvimento local. Senão, vejamos:

O desenvolvimento não será sustentável, e, portanto, real, se não for feito em consonância com o patrimônio, e se não contribuir para a vida e para o enriquecimento deste; o desenvolvimento não pode acontecer sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém este patrimônio... (VARINE, 2012, p. 14).

O desenvolvimento local, diz Varine (2012), deve ser um assunto de interesse restrito dos verdadeiros interessados, os atores locais. A criação de um espaço social, de forma que se esforce e assuma como missão a imposição de sua visão

de mundo, como podemos considerar que seja a Rede DLIS do GBJ, *marca uma evolução no patrimônio comum e participa da história cultural do desenvolvimento* (VARINE, 2012, p. 18). Assim, consideramos a relevância da Rede DLIS para o desenvolvimento do Grande Bom Jardim e a importância desse movimento social urbano periférico para a cidade de Fortaleza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriano Paulino de. *(GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática*, Fortaleza, CE: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/UECE, 2014. (Dissertação/CAPES).

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Terceira Parte: ABERTURAS. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Montero. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

CHAGAS, Mário de Souza. *Museu, memória e cidadania*. Fortaleza, CE: IBRAM/Ponto de Memória GBJ/Rede Cearense de Museus Comunitários, 27 e 28 de março de 2012 (compilação de palestra).

FERREIRA, R. Ruberval. *O Conceito de Ato de Fala como Categoria de Análise: da Nova Pragmática a uma Pragmática Cultural*. 2012. (manuscritos).

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multi-territorialidade*. 7ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática: Fases e Feições de um Fazer*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

VARINE, Hugues de. Em torno da mesa-redonda de Santiago. In: *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo*; Mesa Redonda de Santiago de Chile – 1972. José do Nascimento Júnior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (orgs). Brasília, DF: IBRAM/MinC/Programa Iberomuseus, 2012, v.1 (pp. 143-144).

\_\_\_\_\_. *As Raízes do Futuro – O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim*. Fortaleza, CE: GPDU/UECE, CDVHS, 2004.



# TRANSFORMAÇÃO NA FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO

## RESUMO

Este texto visa a discutir as transformações pelas quais vem passando a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, no decurso do século XX, destacando principalmente algumas das abordagens historiográficas que se debruçaram sobre a referida festa.

## PALAVRAS-CHAVE

Festa; Santo Antônio; Barbalha.



## AUTOR

**IGOR DE MENEZES SOARES ▶**

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde 2006, atua como historiador no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Superintendência do IPHAN no Ceará. Realizou trabalhos referentes ao Patrimônio Histórico Ferroviário do Ceará, e atualmente vem desenvolvendo trabalhos atinentes ao Patrimônio Imaterial do Ceará – processos de estudo para o Registro da Festa do Pau de Santo Antônio. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Patrimônio Histórico e Política Internacional.

# TRANSFORMAÇÃO NA FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO

O historiador Océlio Teixeira de Souza elenca três momentos expressivos que denotam mudanças no curso da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha: o primeiro se refere ao início do Cortejo do Pau da Bandeira, em 1928, por iniciativa do padre José Correia Lima, preponderando o aspecto “religioso oficial”, sob controle do vigário; o segundo momento sobre o qual nos fala Océlio alude ao processo de carnavalização da festa, a partir da década de 1940 do século XX; por fim, ressalta o autor, como terceiro momento, que, a partir da década de 1970, há a “folclorização do dia do pau da bandeira” (SOUZA, 2000).

A tradição de carregamento e hasteamento da bandeira em homenagem ao santo padroeiro remete, segundo alguns pesquisadores, à passagem do Padre Ibiapina pelo vale do Cariri, que se deu em dois momentos específicos, de outubro de 1864 a fevereiro de 1865 e de julho de 1868 a junho 1869. Ralph Della Cava tece considerações sobre a presença de Padre Ibiapina no Cariri, observando que o seu “legado mais duradouro” para a história da região decorreu, sobretudo, da construção das casas de caridade nas quatro principais localidades do Cariri – Crato, Barbalha, Missão Velha e Milagres. Segundo o referido historiador, as casas de caridade exerciam a função de escola, orfanato, “centro para manufaturas de tecidos baratos” e de convento para a congregação de freiras, que deveriam ajudar o padre em seus propósitos e ações futuras (CAVA, 2014).

Os trabalhos desenvolvidos por padre Ibiapina não se limitaram à construção das casas de caridade. Padre Ibiapina incentivou o empreendimento de certas obras – açudes, poços, cacimbas, cemitérios, estradas – que visavam permitir melhorias

1. O engenho Tupinambá chegava a ter mais de 50 hectares de terreno dedicados à produção canavieira.

nas condições de vida da população local. A influência do Padre, portanto, não ficou restrita aos mais pobres, já que os trabalhos desenvolvidos pelo missionário eram também bem aceitos pelas famílias mais abastadas do Cariri, vez que o Padre Ibiapina instituía certa moral ligada ao trabalho e, principalmente, designava trabalhadores a fim de que levassem adiante determinadas obras que eram de pleno interesse de fazendeiros e lavradores do Cariri, os quais dependiam, por exemplo, de melhores condições de viação terrestre com vistas a levar, sem grandes entraves, seus produtos e mercadorias às distintas praças comerciais interessadas. Em um período de crescimento econômico, de surto algodoeiro, como o foi a primeira metade da década de 60 do século XIX, em face à demanda comercial europeia por algodão, motivada pela impossibilidade produtiva e comercial dos Estados Unidos, seu principal fornecedor, que estavam imersos em uma guerra civil – Guerra de Secessão, as iniciativas tomadas pelo Padre Ibiapina, no que concerne sobretudo às obras públicas que eram capazes de melhor influenciar o desenvolvimento comercial de certas localidades, tornaram-se muito bem aceitas.

O Padre Ibiapina teria sido o “introdutor do costume religioso de hastear o mastro para a bandeira do santo na região, da mesma forma que incentivou o surgimento dos primeiros grupos de penitentes” (CARIRY, 2013). Outros autores se aproximam de tal assertiva. Napoleão Tavares menciona que, no dia da festa do padroeiro da cidade, o Padre Ibiapina pedia para que os devotos hasteassem a bandeira do santo em frente a suas casas ou perante as capelas existentes nas localidades por onde passava, e Barbalha foi um desses espaços. Portanto, na historiografia produzida sobre a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, não há considerações que divirjam sobre este ponto; a hipótese sobre a influência do Padre Ibiapina referente à tradição de hasteamento da bandeira do santo padroeiro é algo acerca do qual a maior parte dos trabalhos aceitam e acabam por reproduzir. De uma maneira geral, as pesquisas desenvolvidas que adotam tal premissa não trataram diretamente sobre a referida temática, tampouco se debruçaram sobre questões que aludem ao período oitocentista.

Em fins do século XIX e princípios do século XX, a produção de rapadura de Barbalha foi crescente. Se a produção de todos os engenhos da cidade de Barbalha indicava uma produção que girava em torno de 18.000 a 20.000 cargas de rapadura por ano, na última década do século XIX, a produção rapadureira de apenas um engenho – engenho Tupinambá<sup>1</sup> –, na década de 40 do século XX, atingia aproximadamente entre 3.000 e 4.000 cargas. Um engenho de pequeno porte assinalava uma produção de 500 ou 600 cargas de rapadura por ano. Com a expansão comercial de Barbalha, que teve a rapadura como principal gênero de produção, houve crescimento das atividades referentes à Festa de Santo Antônio, “Além das atividades religiosas da programação oficial (missas, novenários, procissões e os três leilões que ocorriam no largo da igreja) passaram a ser realizadas

outras que se desenvolveram à sua sombra e sob a organização das camadas mais populares desta sociedade” (OLIVEIRA, 2009).

A partir de 1928, o ritual de carregamento do pau foi incorporado aos festejos oficiais dedicados a Santo Antônio, organizados pela Igreja. Em 1928, o mastro foi retirado do Sítio Joaquim, pertencente à família Teles, e doado pela primeira vez, a pedido do padre José Correia Lima, a fim de dar seguimento às atividades programadas pela Diocese. Océlio Teixeira menciona que José Edvar Costa de Araújo propugna a ideia de que o Cortejo do Pau da Bandeira já existia antes de 1928, como expressão da religiosidade popular que se desenvolvia em paralelo às manifestações oficiais da Igreja e das famílias mais ricas de Barbalha. A incorporação do cortejo durante os festejos oficiais teria sido uma forma de controle da expressividade referente à religiosidade popular (SOUZA, 2000, p. 30).

Océlio Teixeira observa que José Edvar Costa de Araújo não apresenta quaisquer documentos que lhe permitam atestar que o Cortejo do Pau já se desenvolvia antes de 1928, denotando uma manifestação religiosa das camadas “subalternas” da sociedade e que, ao incorporar tal prática junto a sua programação oficial, a Igreja buscou ter o máximo controle sobre a manifestação. Océlio Teixeira, assim como José Edvar Costa de Araújo, não apresenta referências documentais atinentes aos pontos elencados, adotando também como premissa de suas considerações a ideia de que o Cortejo foi incorporado pela Igreja com vistas a controlá-lo. Nesse sentido, o autor lança algumas hipóteses que poderiam explicar os motivos que suscitaram o padre José Correia Lima a buscar um maior controle sobre o Cortejo do Pau da Bandeira; a primeira explicação mencionada pelo autor refere-se ao processo de romanização<sup>2</sup> por que estava passando a Igreja Católica, desde a segunda metade do século XIX a meados dos anos 1940 e 1950 do século XX, que apresentou como uma de suas premissas centrais a busca pela “purificação das práticas religiosas populares”; a segunda explicação refere-se à possibilidade de José Correia Lima ter procurado combater a influência crescente de Padre Cícero<sup>3</sup>, impedindo que a religiosidade popular praticada em Juazeiro do Norte se alastrasse a Barbalha.

## CARNAVALIZAÇÃO DA FESTA

As festas oficiais realizadas no período medieval, portanto as que eram organizadas pelo Estado e pela Igreja, tinham um caráter solene, obedecendo rigorosamente a determinados preceitos de ordem. A seriedade demarcava o tom de tais eventos festivos, que serviam como ocasiões a reforçar as relações hierárquicas vigentes. Ao referir-se à carnavalização em uma perspectiva bakhtiniana, Océlio Teixeira alude à

2. Francisco Régis Lopes Ramos menciona que, com o processo de Romanização, a Igreja buscou diferenciar a figura do especialista e a do leigo. O especialista era o representante da Igreja e, portanto, detentor de legitimidade e conhecimentos suficientes que o habilitavam a lidar com questões referentes ao sagrado. A diferença estabelecida entre especialistas e leigos visava, primordialmente, exercer algum controle sobre as práticas religiosas exercidas para além da influência da Igreja Católica; na medida em que determinadas manifestações religiosas eram lideradas e exercidas de forma alheia à estrutura hierárquica e de formação concebidas por uma certa cúpula da Igreja Católica. Com a Romanização tais práticas não tinham razão de ser.

3. Em 1º de março de 1889, Maria de Araújo encontrava-se na capela de Juazeiro, a fim de acompanhar a missa que, todas as sextas-feiras, ocorria “em honra do Sagrado Coração de Jesus”. Ao receber a comunhão, como normalmente o fazia, Maria de Araújo “caiu por terra e a imaculada hóstia branca que acabava de receber tingiu-se de sangue”. Tal fato se repetiu ao longo de toda a quaresma, às quartas-feiras e sextas-feiras, tornando a ocorrer diariamente “do domingo da paixão até o dia de festa de Ascensão do Senhor, por 47 dias”. Francisco Régis Lopes Ramos menciona que Padre Cícero Romão Batista, a partir do milagre de 1889, foi-se tornando em “grande santo protetor”. Quando Padre...

4...Cícero chegou a Juazeiro, em 1872, a localidade era um simples povoado sem qualquer projeção política e econômica. A partir da última década do século XIX e no decurso do século XX, Juazeiro foi se transformando na principal economia da região do Cariri e em um dos principais centros de romaria do Brasil.

5. Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi filósofo, intelectual, teórico da cultura e das artes. Russo que nasceu em 1895, na cidade de Orel e morreu em 1975 em Moscou.

6. Cf. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Barbalha de Santo Antônio. *O Povo*. Fortaleza, 5 jun. 1997, ano LXX, n. 23.672, p. 1B.

ideia de Mikhail Bakhtin<sup>4</sup>, ao analisar manifestações culturais populares no medievo<sup>5</sup>, especificando que estas manifestações expressavam uma forma de questionar certa visão de mundo que atendia sobremaneira aos intentos de uma elite que se resguardava e se beneficiava nos diferentes âmbitos de exercício do poder. O carnaval, portanto, tornava-se uma ocasião na qual uma outra concepção referente à ordenação do mundo ganhava espaço, permitindo comportamentos que não acatavam às ordens morais e legais que davam algum sentido à vida cotidiana na Europa medieval.

Ao fazer menção a que o cortejo realizado durante a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio passou por um processo de carnavalização, a partir da década de 40 e 50 do século XX, o citado historiador analisa que a mencionada prática passou a não mais ser realizada completamente “sob a orientação da hierarquia eclesiástica”, como o foi desde 1928, tornando-se, cada vez mais, fruto da iniciativa e evidentemente da “concepção de mundo e de religiosidade dos grupos populares”. A carregação do pau de Santo Antônio, que fora incorporada à manifestação de devoção ao santo padroeiro da cidade a partir de 1928, já nas proximidades da metade do século XX, ganhava outros contornos, que sinalizavam maior liberdade de práticas que se distanciavam da ordem prevista pela Igreja. O crescente consumo de cachaça expressa bem esta mudança.

José Edvar Costa de Araújo tece algumas ponderações muito pertinentes ao se debruçar sobre as relações de tensão e conflito envolvendo segmentos populares e outros pertencentes a uma certa elite política e econômica, que se envolvem na configuração e no desenvolvimento do cortejo e dos festejos de um modo geral em Barbalha. Para o autor, houve, decerto, algumas conquistas relevantes que permitiram aos referidos segmentos populares maior participação e notoriedade em se tratando sobretudo da dinâmica do cortejo do pau; José Edvar, por exemplo, faz menção ao processo de escolha do capitão do pau, que, entre as décadas de 1930 e 1950, obedecia exclusivamente aos interesses de alguns indivíduos e famílias tradicionais, revelando a lógica patriarcal bem como o excesso de poder referente a alguns potentados na organização da política, da economia e da vida cultural de Barbalha. Durante muito tempo, coube ao Sr. Taumaturgo Filgueiras a função de Capitão<sup>6</sup>. Atualmente, o processo é mais democrático e envolve a participação dos carregadores na escolha do seu capitão (ARAÚJO, 2013).

No entanto, José Edvar observa que, se por um lado, houve maior abertura e, portanto, participação dos segmentos populares na realização da festa, correspondendo “em certa medida a conquistas dos setores sociais subalternos”, por outro lado, explicita uma “estratégica concessão” concebida por uma elite, de forma a garantir certo controle sobre o desenvolvimento e organização da festa. “Portanto contém não só elementos de afirmação das expectativas de democracia, como também elementos de dissimulação dos artifícios de dominação e consolidação das desigualdades”. O

referido autor menciona que a organização e realização dos festejos dedicados a Santo Antônio sempre estiveram sob controle de “setores sociais dominantes” da sociedade barbalhense (ARAÚJO, 2013, p. 198).

Outro ponto que nos parece bastante relevante para a compreensão dos festejos dedicados a Santo Antônio, em Barbalha, alude à ausência de documentos oficiais sobre o cortejo, até meados da década de 1960. Uma das explicações lançadas como hipótese, a fim de explicar as diminutas referências documentais, refere-se ao fato de o cortejo ter sido criado e se desenvolvido “enquanto experiência religiosa popular dentro de uma relação de tensão e circularidade com a Igreja de Barbalha, ou seja, entre a religiosidade popular e a religiosidade pregada pelo clero” (SOUZA, 2000, p. 35-36).

Desde o período colonial, as festas de santo eram ocasiões importantes nas quais se aproximavam distintos segmentos “sociais, raciais e religiosos”, servindo, portanto, como uma das principais ocasiões de sociabilidade e de “expressão máxima da relação entre os homens e o sagrado” na sociedade colonial brasileira. Tal como as festas de santo que ocorriam no Brasil colonial, os festejos dedicados a Santo Antônio de Pádua, em Barbalha, considerando o seu percurso ao longo do século XX, também permitiram maior proximidade entre os diferentes segmentos componentes da sociedade, mesmo que isso implicasse, em algumas ocasiões, conflitos e tensões entre tais grupos envolvidos (OLIVEIRA, 1999, p. 92).

No verbete referente à palavra festa, constante no Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800), também podemos verificar algumas considerações que se aproximam das análises empreendidas no parágrafo anterior; as festas, portanto, destacavam-se na medida em que eram eventos em que se integravam “estratos sociais, etnias e religiosidades” (VAINFAS, 2001). Rita Amaral destaca que, no período colonial, ao tempo que as festas religiosas suscitavam a participação de diferentes segmentos da sociedade, conforme já fizemos observar, também se tornou um instrumento eficaz de poder com o devido propósito de reforçar a existência do Estado metropolitano português. A referida autora diz: “Espelho das formas modernas de governo, a festa era um meio de instituição política e manifestação do poder crescente do estado português” (AMARAL, 1998).

É certo que, embora as festas coloniais tenham atendido a interesses e propósitos de uma elite política e econômica, tais manifestações não ficavam restritas a um enquadramento comportamental em acordo a premissas estabelecidas por esta elite. Não era tão incomum a iniciativa de populares no sentido de questionar e, portanto, contrapor-se ao tom oficial dos festejos. As festas, neste sentido, serviam como ocasiões não somente de celebração religiosa ou dedicadas a brincadeiras e outras euforias, mas denotavam, em certos momentos, a possibilidade de manifestação política, de crítica às condições precárias de vida de grande parte dos manifestantes envolvidos.

O Capitão do Pau da Bandeira tem uma série de responsabilidades e funções no decurso do processo de corte e carregamento do pau da bandeira de Santo Antônio. Desde a organização de toda a logística referente à escolha e ao corte propriamente da árvore que será carregada e servirá para hastear a bandeira do santo padroeiro, até a organização e ordenamento dos carregadores de maneira a evitar que quaisquer problemas viessem a ocorrer ao longo do processo. É relevante mencionar que especificamente essa função requer muita habilidade na medida em que são muitos os carregadores e principalmente ingerem muita bebida alcoólica ao longo de todo o carregamento.

É importante observar que estas posturas não se restringiam às festas coloniais; no início do Império – período joanino –, por exemplo, as posturas contestadoras também faziam parte das manifestações festivas. Sobre a malhação do judas, que ocorre no sábado de Aleluia, Debret, em 1821, no Rio de Janeiro, observou que havia simulação do enforcamento de personagens ligados ao governo, como o “intendente geral e o comandante das forças militares de polícia”. A malhação do Judas expressava uma “vingança simbólica” dos indivíduos mais pobres, incluindo escravos, contra as autoridades que em outros momentos haviam se colocado peremptoriamente de forma contrária à realização do ato popular (MARTINS, 2008).

## O DESFILE DE FOLGUEDOS

Na segunda metade do século XX, o principal ramo da economia de Barbalha – produção e comércio de açúcar e rapadura – entrou em crise. Uma série de medidas, portanto, foram concebidas e encaminhadas a fim de permitir que outras atividades pudessem ocupar a centralidade e relevância econômica dos engenhos barbalhenses de outros tempos. A Festa de Santo Antônio, em Barbalha, tornou-se uma possibilidade plausível, implicando o início da exploração referente ao potencial turístico dos festejos dedicados a Santo Antônio de Pádua, na cidade de Barbalha. A partir desse novo sentido atribuído à festa, houve uma série de mudanças em sua configuração. Segundo Antônio Glauber Alves Oliveira, a festa de Barbalha, pouco a pouco, se tornou relevante “fonte de divisas para o município” (OLIVEIRA, 1999, p. 119).

No dia do carregamento, enquanto os carregadores se reúnem e se preparam para o sacrifício devocional que envolve o enorme esforço de transporte do pau da bandeira de Santo Antônio, nas imediações da igreja matriz, na alvorada do dia, uma série de “grupos folclóricos”, pouco a pouco, vão se chegando e se organizando.

Daí a pouco vão chegando mais pessoas. Os coloridos e espelhados trajes dos Reis de Congos, à frente o Mateus careteiro, com o rosto preto de fuligem, a língua como uma cobra na boca banguela. A festa que os músicos populares anunciam é quebrada pela chegada soturna de dois grupos de penitentes, com suas opas pretas e azuis, os capuzes escondendo as caras magras, as manchas, as dores, o aço cortante da “disciplina” lembrando o sacrifício destes romeiros milenares. De onde vem este povo de fé?

Josier Ferreira da Silva nos reporta, por meio de suas lembranças, à festa do pau da Bandeira de Barbalha de outros tempos e também nos fala sobre o desfile dos grupos folclóricos:

Ao amanhecer, o sol de domingo estende seus primeiros raios sobre a cidade. É o parto do dia, que nasce ao som do pipocar dos fogos, dos dobrados das bandas de música e das bandas cabaçais em alvoradas festivas, abrindo a Festa do padroeiro da cidade. Grupos de brincantes da cultura popular se deslocam dos sítios e bairros para ruas da cidade, marcado por sobrados e casarões do século XIX.\*

[...]

O sentido profundo das danças, cantos e rituais de fé, para a vida do homem do campo pode ser contemplado no desfile dos grupos folclóricos da Igreja para a praça. A praça acolhe a manifestação popular, regada de fé e alegria, tornando-se pequena para tanta gente. O povo rodeando o palco, armado no meio da praça, assiste à evolução dos brincantes. O povo se via e se identificava nas manifestações que expressavam suas raízes culturais. Enquanto ocorriam as apresentações, o povo ocupava toda a extensão da praça e suas adjacências, sentado nas barracas, passeando na praça, jogando, praticando tiro ao alvo, rodando nos carrosséis. O clima festivo, em sintonia com a fé no santo padroeiro, preparava e reforçava a expectativa de todos, para, em algumas horas, no período da tarde, ver a chegada do pau da bandeira na cidade. Como num incremento de ansiedade, o próprio locutor intercalava as apresentações fazendo referência sobre o peso e o tamanho do mastro a ser deslocado nos ombros dos devotos, da mata até a cidade (SILVA, 2013, p. 222)\*\*.

As descrições constantes em alguns dos jornais cearenses e na memória de quem pode presenciar o desenvolvimento da festa por anos consecutivos, evocando lembranças ou apenas anotando suas impressões daquilo que presenciaram, destacam a diversidade de grupos, de cores e de sons que configuram o tom festivo da cidade. A presença de tantas cores e a diversidade implementada pela multiplicidade de formas de expressão que caracterizam o dia do carregamento não é algo espontâneo, embora em outros tempos tenha sido, motivado, então, exclusivamente pela vontade e necessidade dos membros dos grupos culturais em expressar sua fé e devoção ao santo padroeiro. A presença de tais grupos no dia do carregamento, conferindo diversidade e outras temporalidades à cidade, refere-se a um dos elementos da festa, concebido e organizado pelo poder público, com vistas a se tornar um dos principais atrativos para o crescente número de turistas que deveriam chegar à cidade a fim de acompanhar o cortejo.

Maria Gorete Pereira Amorim Lima, que durante muito tempo trabalhou na organização da festa, lidando diretamente com os “grupos folclóricos”, teceu algumas considerações sobre a maneira como desenvolvia o seu trabalho, enquanto representante do poder público municipal, junto aos referidos grupos. As palavras de Gorete Pereira se referiam à preparação dos grupos e todo o apoio prestado

\*Maria Gorete Pereira Amorim Lima. Entrevista concedida a Eliane Pereira dos Santos. Barbalha (CE), 09 abr. 2003.

\*\*PRACIANO, Ivonildo. Festa de Santo Antônio tem o mesmo cheiro de terra. *O Povo*. Fortaleza, 02 jun. 1993, p. 6B.

8. Fé e cachaça dão força aos devotos de Santo Antônio. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 01 jun. 1988, p. 9.

9. O “Parque da Cidade Tasso Jereissati” foi construído em 1991. Essa obra ocorreu no decurso da administração municipal do Prefeito Rommel Feijó de Sá. O intuito de se construir o Parque da Cidade se deu uma vez que o espaço destinado às atividades dos festejos de Santo Antônio, em Barbalha, limitava-se basicamente à praça Engenheiro Dória e adjacências. Mediante o crescente número de turistas e interessados em participar dos diferentes momentos da festa, o tradicional espaço tornou-se cada vez mais limitado. O parque tem área estipulada em aproximadamente 10 hectares.

10 Ao longo do século XIX, algumas epidemias devastaram a população de distintas localidades do Ceará – Variola, Febre Amarela, Cólera, entre outras. Em 1862, por exemplo, inúmeras fontes documentais – jornais, Relatórios dos Presidentes da Província, ofícios das Câmaras Municipais e do Governo da Província – permitem-nos perceber a gravidade da epidemia de Cólera que atingiu o Ceará. Os relatos sobre as vítimas da doença eram frequentes e também sobre a fuga de famílias inteiras que, percebendo o elevado índice de mortalidade nos locais e proximidades onde viviam, decidiam rumar em direção a outros espaços, que consideravam mais pela não incidência dos efeitos epidêmicos da doença.

pelo poder público, a fim de que a participação de tais grupos, ao longo da festa, ocorresse da melhor maneira possível:

Antes disso, a gente procura os grupos, né? Que procura saber o que eles tão precisando pra que eles venham participar do cortejo. Aí esse trabalho a gente tá fazendo agora, a gente procurando eles pra saber o que, qual grupo vai tá disponível pra vim participar do cortejo da Festa de Santo Antônio, o que eles estão precisando, né? Aí tem toda essa preparação, a gente procurar, eles dizem o que tá precisando, eles vêm aqui trazem orçamentos, aí a gente vai, faz a cotação de preços e, e compra toda a indumentária, leva pra eles, lá eles mandam confeccionar, a prefeitura entra com todo aquele recurso de é, é quem faz a compra no caso, né? E aí a nossa parte é de entregar esse material e eles se encarregam do resto<sup>8</sup>.

No transcorrer das manifestações dos grupos, os olhares forasteiros de turistas e jornalistas entusiasmados se aglutinam para ver e para registrar os melhores momentos de cada folguedo. A cidade, que já inteiramente se encontra enfeitada – bandeirinhas coloridas, cartazes, bonecos gigantes, barracas de comidas típicas e de artesanatos locais – por ocasião dos festejos dedicados a Santo Antônio, ganha outros contornos, movimentos e cores a partir do desenvolvimento de tais expressões que se espraiam e se movimentam pelas ruas de Barbalha, nas proximidades da Igreja Matriz, conforme já mencionamos.

Decorridas algumas horas, os grupos se organizam a fim de dar início ao desfile pela cidade. Antes de seguirem desfilando por Barbalha, os integrantes dos grupos adentram a igreja matriz onde, pontualmente às 9 horas da manhã, ocorre uma missa, abrindo os festejos de Santo Antônio, e deverá se prolongar até às 11 horas. A missa “tem uma estética de show. O colorido dentro da Igreja é significativo. As quadrilhas e todos os outros festejantes tomam de assalto a parte interna da matriz para ouvir os cantadores e emboladores”<sup>9</sup>. Ao longo da missa, os fiéis presentes são convocados ao ofertório e levam produtos agrícolas típicos da região:

#### MISSA POPULAR

Foi assim que uma senhora tradicionalista rotulou a missa celebrada pelo padre Danielle, acompanhada por um coro que castigou na música de protesto, puxada a sanfona e violão. Tendo ainda a participação do cantor Pedro Bandeira no agradecimento das oferendas. Bandeira, com aquela desenvoltura que o caracteriza, ocupou o lugar do padre no altar e soltou as rimas. Apoiando no refrão “deste meu Brasil caboclo de mãe preta e pai João”, respondido com entusiasmo pela moçada “pra frente”. Produtos agrícolas, queijo e rapadura, enfeitavam a mesa das oferendas. Muito milho para a canjica do padre, aliás um apreciador do produto. Este ano, porque o inverno foi bom, os doadores carregaram na oferta<sup>10</sup>.

Concluída a missa, seguem os referidos grupos – penitentes, banda de pífaros, lapinhas, maneiro pau, reisados, dentre outros – reunidos em um desfile, percorrendo as principais ruas de Barbalha, até chegar ao Parque da Cidade<sup>11</sup>. É relevante mencionar que o desfile não se restringe aos citados grupos; além deles, seguem desfilando por Barbalha algumas das autoridades políticas do município.

<sup>11</sup> Fabiano Livônio Sampaio foi prefeito de Barbalha entre os anos de 1973 e 1977.

Os citados grupos, que passaram a receber subsídios do Poder Municipal barbalhense, a fim de que pudessem melhor se apresentar durante a festa – como “roupas, merenda, transporte e um cachê” (SILVA, 2011) –, conforme fizemos verificar, tiveram que se adaptar à nova realidade. Se antes não havia qualquer interesse ou apoio algum para que tais grupos pudessem se manifestar, a partir da década de 1970, o poder público tornou-se elemento imprescindível no processo de valorização dos folguedos, implicando, com o tempo, algumas alterações na maneira como viriam a se apresentar os mencionados grupos; a princípio por ocasião da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, mas posteriormente nos distintos eventos nos quais se solicitou a presença de um grupo ou outro.

Simone Pereira da Silva desenvolveu pesquisa em que analisou a participação do grupo de Reisado de Congo durante a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha. Enfatiza Simone Pereira que a encenação popular, com a proximidade do poder municipal incorporando essa e outras práticas culturais aos festejos dedicados ao santo padroeiro da cidade, passou a sofrer algumas mudanças importantes. Um primeiro ponto destacado pela autora alude ao fato de que os brincantes do grupo de Reisado passaram a não mais pedir, como sempre o fizeram, contribuições financeiras ao público presente, quando de suas apresentações. Outro ponto destacado pela autora observa que os valores oferecidos pelos contratantes tornaram-se um critério analisado e decisivo na avaliação quanto à possibilidade referente à realização de novas apresentações a serem empreendidas pelo grupo. Segundo Simone Pereira, houve, portanto, uma mudança na estrutura do folguedo: “Hoje, o que interessa é promover um espetáculo curto e dramático, que seja fácil de atrair e, ao mesmo tempo, de dispersar o público-alvo”. Há que se observar que, durante a encenação do Reisado, uma vez que o tempo disponível para as apresentações passou a ser mais curto, alguns dos personagens, que eram comuns e necessários nas apresentações que os grupos realizavam em outros tempos, foram sofrendo um processo de marginalização, afetando em algumas ocasiões, o “sentido das encenações por parte dos brincantes” (PAZ, 2013).

A influência do Poder Municipal, suscitando mudanças nas manifestações culturais populares de Barbalha, conforme já fizemos verificar, não se deu apenas com o Reisado de Congo. Os penitentes da “Irmandades da Cruz” de Barbalha, por exemplo, que também desfilam no dia do carregamento do pau da bandeira de Santo Antônio, passaram por acentuadas modificações. O ritual de penitência foi concebido para

ocorrer secretamente; um grupo de “padres e leigos reuniam-se nas proximidades das capelas ou em locais desertos [...] tendo como principal propósito o pedido de perdão a Deus pelos pecados, já que se acreditava que a epidemia de Cólera Morbo<sup>12</sup> era resultado dos pecados cometidos pelo povo” (PAZ, 2013, p. 165).

A partir da década de 70, com o início do desfile das manifestações culturais de Barbalha, os penitentes – que originalmente ritualizavam de forma secreta, de modo tal que era comum que um penitente apenas fosse identificado quando de sua morte na medida em que deveria trajar vestimentas específicas e também por haver um ritual apropriado durante o velório do penitente que morrera (PAZ, 2013, p. 165) – passaram, então, a se apresentar em público e também a receber por suas distintas apresentações.

O desfile dos grupos folclóricos, portanto, foi uma das mudanças instituídas pela Prefeitura Municipal de Barbalha, a partir de 1973. A lógica era incentivar, “resgatando e preservando” as manifestações de tais grupos, promovendo a visibilidade da festa, de maneira a atrair o maior número de visitantes à cidade (ALEXANDRE; SOUZA; BEZERRA, 2013). O Prefeito Fabriano Livônio Sampaio<sup>13</sup>, idealizador do desfile de folguedos durante a festa, conforme menciona Océlio Teixeira, pretendeu dar uma nova roupagem ao evento, “transformando-a num evento turístico-religioso” (SOUZA, 2000, p. 50).

A iniciativa do Prefeito Fabriano Livônio Sampaio fundamentou-se em acordo ao propósito político do governo militar que administrava o país no período, ou seja, “fomentar um sentimento nacionalista fundado na valorização do que era considerado como tradição e como cultura popular”. A perspectiva cultural delineada pelo Estado brasileiro no decurso do período militar, menciona Alexandre Barbalho referindo-se à crise política por que passou o governo a partir da segunda metade da década de 1970, suscitou uma série de ações que visavam apresentar o regime de maneira tal que não se restringisse sua imagem tão somente a uma conhecida e desgastada face coercitiva. Nesse sentido, o governo militar intensificou o estímulo a ações culturais, vinculando essas ações a um certo “controle do poder nacional”.

Antonio Glauber Alves Oliveira afirma que, após as mudanças que ocorreram na festa, a partir dos primeiros anos da década de 1970, os papéis desempenhados pela Igreja e pela Prefeitura, na organização dos festejos, também sofreram alterações. A Igreja e a Prefeitura passaram a coordenar momentos distintos da festa. Coube à Igreja, portanto, “a organização dos eventos ligados tão somente ao sagrado, como as missas, os novenários e as procissões, além de leilões”. Já a Prefeitura se tornou responsável pela logística referente ao carregamento e ao desfile de folguedos, como também por licenciar, fiscalizar e fomentar a parte comercial do evento, de maneira a garantir algum retorno financeiro, já que os

investimentos empreendidos pela administração pública municipal, anualmente, a fim de que a festa fosse realizada, tornaram-se crescentes.

Além de maiores recursos designados pela prefeitura, houve certo esforço de mobilização dos brincantes dos grupos culturais “tradicionalistas” de Barbalha. A ideia, portanto, era fomentar as manifestações que já existiam e mobilizar os grupos escolares de Barbalha, para que pudessem ir atrás de outras formas de manifestações culturais, a fim de que pudessem ser incluídas como parte da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio que, a partir de então, ganharia outra dimensão, tornando-se um evento de grandes proporções, apto a receber milhares de interessados e curiosos que deveriam contribuir para o crescimento dos números ligados à atividade turística em Barbalha.

O próprio Prefeito Fabriano Livônio Sampaio foi às escolas, a fim de solicitar o apoio dos estudantes, que teriam se empenhado de tal maneira que, inclusive, chegaram a prejudicar o bom andamento e o cotidiano das aulas nas escolas comprometidas com os propósitos de transformação da festa. A inserção de cada um dos grupos na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, deu-se a partir da realização de uma gincana escolar, envolvendo os colégios Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima, que empreendiam disputa visando a catalogar o maior número de manifestações culturais populares existentes no município de Barbalha (CARDOSO, 2013).

Portanto, a partir dos anos 1970 aos dias atuais, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, passou por grandes transformações, que a tornaram, cada vez mais, um “espetáculo de consumo”, em vez de um “espetáculo de devoção”, como o foi desde a sua concepção e como decerto se consolidou tal manifestação ao longo do tempo. A crescente participação da administração municipal na organização da festa é um elemento a se levar em consideração, quando das discussões acerca das implementações e mudanças por que passou a festa dedicada a Santo Antônio de Pádua, no município de Barbalha.

Conforme uma grande parte da festa foi sendo organizada pela Prefeitura Municipal da cidade, Antonio Glauber Alves Oliveira tece considerações acerca de dois pontos que passaram a nortear a relação das sucessivas administrações municipais com a festa, em Barbalha. O primeiro ponto refere-se à busca por se assegurar o retorno dos investimentos municipais feitos, de maneira a permitir que a festa ocorresse sem representar prejuízo financeiro ao município; o segundo ponto abordado pelo autor alude à associação que se buscou fazer entre a suntuosidade e expressividade da referida festa e o desempenho amplo da administração municipal vigente. Portanto, cada novo prefeito de Barbalha, desde a década de 1970, buscou empreender mudanças na festa, de maneira a demarcar a relevância de sua administração (OLIVEIRA, 1999, p. 133).

A “folclorização” do dia do carregamento, portanto, não foi a única mudança realizada em torno da programação referente ao festejo de Santo Antônio, em Barbalha. Outras ações, portanto, foram concebidas, com vistas a possibilitar que a referida festa ganhasse maior notoriedade e expressividade. Além das atrações regionais, foram contratados artistas reconhecidos nacionalmente, a fim de que pudessem compor as atividades programadas da festa, atraindo, dessa forma, o interesse de grande público, que se deslocaria das cidades próximas a Barbalha, ou até mesmo de cidades um pouco mais distantes, incrementando o fluxo turístico ao município, durante o período festivo. Em 1990, por exemplo, na programação da festa, constavam *shows* de Nando Cordel, Luís Fidelis, Waldick Soriano e o puxador de samba da escola Império Serrano Belo X; em 1992, participaram da festa o artista Belchior, os Irmãos Aniceto, Cid Guerreiro, dentre outros; em 1993, Fagner, Ednardo, Baby Consuelo, Luiz Melodia, Tom Zé, Waldonys, entre outros cantores que marcaram a presença ao longo do evento.

Ademais, também foram contratados artistas reconhecidos, com vistas a gravar e compor músicas, tendo a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio como tema central. Océlio Teixeira (SOUZA, 2000, p. 60) menciona que Luiz Gonzaga gravou a música “A festa de Santo Antônio”, que a cada ano, por ocasião da festa, ouve-se com muita frequência, como se fosse um hino da cidade e da festa:

A festa de Santo Antônio  
Em Barbalha é de primeira  
A cidade toda corre  
Pra ver o pau da bandeira

Olha quanta alegria, que beleza  
A multidão faz fileira, hoje é dia  
Vamos buscar o pau da bandeira  
Todo mundo vai a pé  
A cachaça na carroça  
Só num bebe quem num quer

Só se houve o comentário  
Lá na igreja do Rosário  
Que a moça pra ser feliz  
Reza-se lá na matriz

Meu Santo Antônio casamenteiro  
Meu padroeiro, esperei o ano inteiro.

O historiador ainda menciona que o Quinteto Violado gravou uma música tecendo referências às três festas do Nordeste e inclui a festa de Santo Antônio, além da de Campina Grande e a de Caruaru. Também faz menção Océlio Teixeira à gravação de “Verdes Canaviais”, por Alcimar Monteiro. A gravação de tais canções visava dar maior visibilidade e repercussão à festa, contribuindo então para que convergisse a Barbalha o maior número de público possível, em face à notoriedade que ia ganhando a festa no decorrer dos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira; SOUZA, Océlio Teixeira; BEZERRA, Sandra Nancy Freire. Festa de Santo Antônio de Barbalha: Patrimônio de fé, devoção e carnavalização. In: SOARES, Igor de. Menezes; SILVA, Itala Byanca Morais da. (Org.). *Sentidos de devoção: festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: IPHAN, 2013.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que “não é sério”*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARDOSO, Antônio Igor Dantas. *(In)visibilidade de espaços festivos: A centralidade da Festa de Santo Antônio e as manifestações periféricas de Barbalha, Ceará*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

CARIRY, Rosemberg. Festa do Pau da Bandeira de Barbalha. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Itala Byanca Morais da. *Sentidos de Devoção: Festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: IPHAN, 2013.

CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MARTINS, William de Souza. Festas. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PAZ, Renata Marinho; SILVA, Simone Pereira da. Nos bastidores da Festa: o reisado de Congo e a dinâmica das relações entre os grupos e os poderes públicos na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha. In: SOARES, Igor de. Menezes; SILVA, Itala Byanca Morais da. (Org.). *Sentidos de devoção: festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: IPHAN, 2013.

SILVA, Josier Ferreira da. Santo Antônio de Barbalha: memórias de festa e fé. In: SOARES, Igor de. Menezes; SILVA, Itala Byanca Morais da. (Org.). *Sentidos de devoção: festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: IPHAN, 2013.

SILVA, Simone Pereira da. *Os Sentidos da Festa: (Re)Significações Simbólicas dos brincantes*

do Reisado de Congo em Barbalha – CE (1960-1970). 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SOUZA, Océlio Teixeira de. *A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): Entre o controle e a autonomia (1928-1998)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio e Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

# DO QUINTAL PARA O FESTIVAL, UM PATRIMÔNIO QUE SE REVELA. AÇÕES DE INVENTÁRIO E SALVAGUARDA A PARTIR DE UM PROGRAMA CULTURAL

## RESUMO

Este texto pretende dar visibilidade às ações consolidadas de inventário e salvaguarda a partir de um programa cultural realizado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, reverberando em ações e planos de patrimonialização municipais e estaduais, um processo complexo e contínuo de salvaguarda, respeito, sensibilização e fomento dos bens culturais imateriais, e que contemplam as comunidades caipiras, caiçaras, tropeiras e quilombolas, oriundas de duzentas cidades do Estado de São Paulo.

## PALAVRAS-CHAVE

Salvaguarda; Festival; Programa; Cultura.



## **AUTOR**

**DIEGO DIONÍSIO ▶**

Jornalista, Assessor de Comunicação na empresa Revelando São Paulo, Presidente da Comissão Paulista de Folclore na empresa Comissão Paulista de Folclore e Assessor de Comunicação na empresa Abaçáí Cultura e Arte. Técnico em Inventário e Registro pela Crespial- Cátedra da Unesco.

# DO QUINTAL PARA O FESTIVAL, UM PATRIMÔNIO QUE SE REVELA. AÇÕES DE INVENTÁRIO E SALVAGUARDA A PARTIR DE UM PROGRAMA CULTURAL

## O FESTIVAL

A partir da década de 50, com a aceleração de sua industrialização, o Estado de São Paulo passou a ser conhecido por seu viés progressista, a terra do dinheiro que abriga a terceira maior cidade do mundo. Foram muitas e profundas as transformações em um curtíssimo tempo. Modernizou-se. Para cá afluíram brasileiros de várias procedências e o cosmopolitismo passou a marcar várias regiões no Estado.

Passou-se a difundir Brasil afora, através dos modelos culturais de certos segmentos urbanos e de consumo identificados, a partir de então, como cultura de São Paulo, não importando a sua procedência.

Assim, uma única faceta de São Paulo é divulgada: a do progresso, da geração de bens, e do corre-corre, insistentemente evidenciada e explorada<sup>1</sup>.

O que muitos não sabem é que, ao lado deste São Paulo moderno, altamente industrializado e cosmopolita, persiste e resiste um outro, rural e bucólico.

São Paulo tem vários bens culturais imateriais vivos. Os festejos, as congadas, batuques, império do Divino, cavalaria, fandango, folias de reis continuam e permeiam o Estado de São Paulo durante todo ano, guardando uma identidade cultural multifacetada.

O programa “Revelando São Paulo”, idealizado e produzido pela Abaçai Cultura e Arte, volta-se para este universo cultural, possibilitando um grande encontro de

1. Toninho Macedo – Texto “São Paulo que ninguém conhece”.  
Publicação do catálogo do Festival  
“Revelando São Paulo”, 1997.

manifestações artísticas e rituais presentes em quase todo o Estado e que poucos conheciam. Com o objetivo de revelar o que não se via, o festival tem como proposta difundir a diversidade da cultura tradicional do Estado, estimulando paulistas e paulistanos a conhecer sua própria história, contada por meio de suas tradições populares, na pluralidade da mesa paulista, assim como o artesanato, a música, o folclore e as danças tradicionais de várias regiões.

Com essa ideia de revelar o que ficava à sombra, o festival da Cultura Paulista Tradicional, em 1997, reuniu na capital paulista, 50 municípios com seus bens culturais imateriais para mostrar um “São Paulo” que poucos conheciam. A amostragem foi organizada pelos setores fixos de artesanato, culinária, palco interno e externo para os folguedos ou grupos folclóricos/rituais oriundos de vários municípios, além dos cortejos pelas ruas e espaços tematizados, como rancho tropeiro.

Participaram nesta primeira edição as famílias tradicionais caiçaras do Vale do Ribeira, o famoso Zé Pereira do Carnaval de Rua de Iguape, o ofício de fazer o café caipira torrado, socado e feito no fogão a lenha da região do Vale do Paraíba, as comunidades de jongo da região do alto Tietê, dentre outros.

Com sua reverberação ao longo dos anos, com o interesse dos municípios em participar deste programa, várias ações de salvaguarda começavam a ser experimentadas e colocadas em prática. Sendo eles um inventário a partir de um mapeamento do patrimônio imaterial, os marcos legais, os registros e a divulgação dos bens culturais, além de outras ferramentas de patrimonialização que serão descritos com mais detalhes a seguir.

## **O REVELAR – A SALVAGUARDA A PARTIR DE UM NOVO OLHAR**

Anterior à Convenção para a Salvaguarda Cultural do Patrimônio Imaterial da Unesco de 2003, este programa criado pelo professor e pesquisador Toninho Macedo, há 17 anos, caminhava para ações de proteção e difusão dos bens do Estado, num processo complexo e contínuo de salvaguarda, respeito, sensibilização e fomento, para estes bens que ficavam à margem e à sombra da sociedade. Sendo este patrimônio:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu

ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Num contraponto à equivocada ideia de que “nossa identidade está se perdendo, músicas, danças e lendas têm sido diluídas através do tempo”, o programa “Revelando São Paulo” volta-se inicialmente ao mapeamento, à documentação e à divulgação deste universo, com uma tão grande quantidade de manifestações de cultura tradicional, com respeitável diversidade e distribuição em todo Estado de São Paulo.

A partir do “Revelando São Paulo”, pessoas comuns, muitas delas, até então ridicularizadas pela família e/ou pela comunidade, passaram a produzir seus ofícios, fazeres e saberes que até então ficavam em suas casas e quintais, agora, são convidadas como agentes portadores de nossa identidade cultural, para um programa/festival que coloca a “luz” sobre elas.

Os resultados dessas ações programáticas são reconhecidos e se fazem notar no grande encontro das manifestações no “Revelando São Paulo”, que leva em conta a dinâmica interna e funcional das festas, dos fatos culturais, buscando-se refletir, tanto quanto possível, sua contextualização, revelando o universo de vida, trabalho e rituais das comunidades. Nele, os “artistas”, os “sujeitos das ações”, são os congadeiros, moçambiqueiros, foliões do Divino e de Santos Reis, São Gonçaleiros e catireiros, violeiros, romeiros, cavalarianos e artesãos de várias procedências do Estado, em parcerias estabelecidas com as prefeituras.

Atualmente, com a parceria dos gestores culturais dos municípios viabilizando o transporte dos grupos e uma parte subsidiada pela produção do “Revelando São Paulo”, o festival passa a ser uma referência de encontro cultural das manifestações, gerando uma procura e adesão para participação no festival. De 1997 até 2011, passaram pelo programa 752 grupos de manifestações rituais e artísticas categorizadas como visto no Gráfico 01.

Do maior ou menor número quantitativo de expressões, o programa “Revelando São Paulo” sempre contemplou a diversidade e também o processo de participação destes grupos no festival. E, com a trajetória da pesquisa e das edições do festival, foi possível apontar uma presença significativa de folias de reis como vemos no Gráfico 01.

No artesanato, na culinária, nos folguedos, e outras expressões de cultura tradicional, o programa tem estimulado a participação anual de cerca 300 municípios de todas as regiões do Estado de São Paulo, como pode ser visto na Tabela 01.

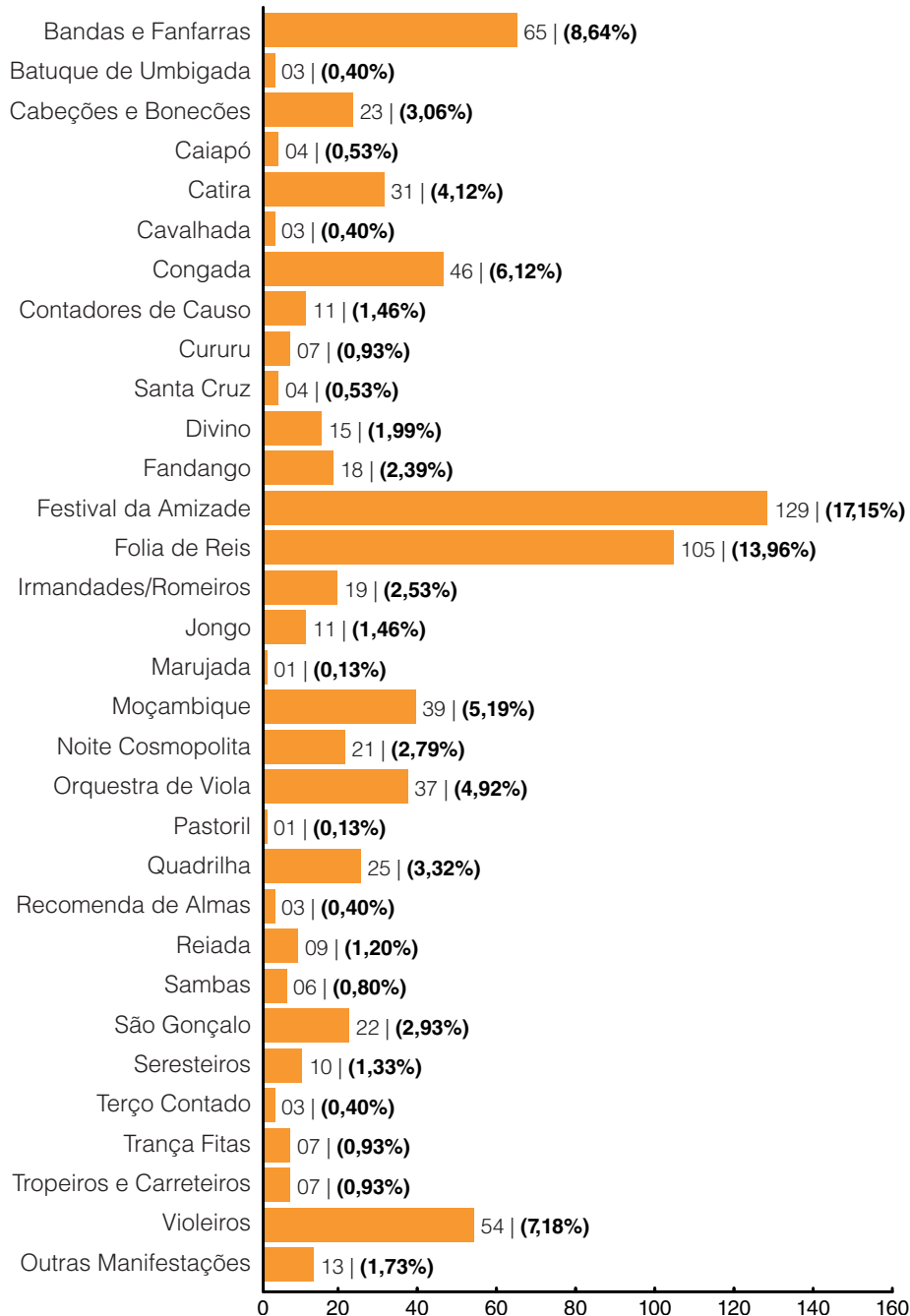
A programação permanente do festival, nos setores de artesanato e culinária também contempla um número significativo de detentores dos saberes e fazeres.

[Tabela 01]

<b>ALGUNS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO FESTIVAL “REVELANDO SÃO PAULO”</b>				
Américo Brasiliense	Cândido Mota	Itanhaém	Ourinhos	Santa Fé dos Sul
Angatuba	Capão Bonito	Itaoca	Palmital	Santa Lúcia
Anhumas	Capela do Alto	Itapeçerica da Serra	Paraguaçu Paulista	Santa Maria da Serra
Aparecida	Caraguatatuba	Itapetininga	Paraibuna	Santana do Parnaíba
Apiáí	Carapicuíba	Itapeva	Pariquera-Açu	Santo André
Araçatuba	Catanduva	Itapira	Paulo de Faria	Santos
Araçoiaba da Serra	Charqueada	Itararé	Peruíbe	São Bento do Sapucaí
Araraquara	Cotia	Itatiba	Piedade	S. Bernardo do Campo
Areias	Cruzeiro	Jaboticabal	Pindamonhangaba	S. Caetano do Sul
Arujá	Cubatão	Jacareí	Piquete	S. João da Boa Vista
Assis	Diadema	Jacupiranga	Piracaia	São José dos Campos
Atibaia	Dois Córregos	Jambeiro	Piracicaba	São Luiz do Paraitinga
Avai	Dracena	Jandira	Pirapora do Bom Jesus	São Manuel
Avaré	Duartina	Jarinu	Pirassununga	São Miguel Arcanjo
Bananal	Eldorado	Joanópolis	Poloni	São Miguel Paulista
Barão de Antonina	Embu das Artes	Jundiaí	Potim	São Paulo
Bariri	Fartura	Juquiá	Praia Grande	São Pedro
Barra Bonita	Ferraz de Vasconcelos	Lagoinha	Presidente Epitácio	São Roque
Barra do Chapéu	Garça	Laranjal Paulista	Presidente Prudente	São Sebastião
Barra do Turvo	Getulina	Lorena	Presidente Venceslau	São Simão
Barueri	Guapiara	Mairinque	Redenção da Serra	Silveiras
Bauru	Guarani D'Oeste	Mairiporã	Regente Feijó	Socorro
Biritiba Mirim	Guararapes	Marília	Registro	Sorocaba
Bom Jesus dos Perdões	Guararema	Matão	Ribeira	Sumaré
Bom Sucesso de Itararé	Guaratinguetá	Miracatu	Ribeirão Branco	Suzano
Boraceia	Guarujá	Mogi das Cruzes	Ribeirão Corrente	Taguaí
Bragança Paulista	Guarulhos	Monte Alegre do Sul	Ribeirão Grande	Tarumã
Brotas	Hortolândia	Monteiro Lobato	Ribeirão Pires	Taubaté
Buri	Iacanga	Motuca	Rincão	Torrinha
Cabreúva	Ibiúna	Natividade da Serra	Rio Claro	Tremembé
Caçapava	Iepê	Nazaré Paulista	Salesópolis	Ubatuba
Cajamar	Iguape	Nuporanga	Salto	Vargem
Cajati	Ilha Comprida	Olímpia	Salto de Pirapora	Grande
Campinas	Ilha Solteira	Orlândia	Santa Barbara D'Oeste	Paulista
Campos do Jordão	Indaiatuba	Osasco	Santa Branca	Vera Cruz
Cananeia	Iporanga	Oscar Bressane	Santa Cruz das Palmeiras	Votorantim

[Gráfico 01]

### Tipos de Manifestações dentro do Revelando São Paulo



**Tabela 01:** Lista de alguns dos municípios que já participaram do Festival "Revelando São Paulo". Fonte: Elaborado pelo autor.

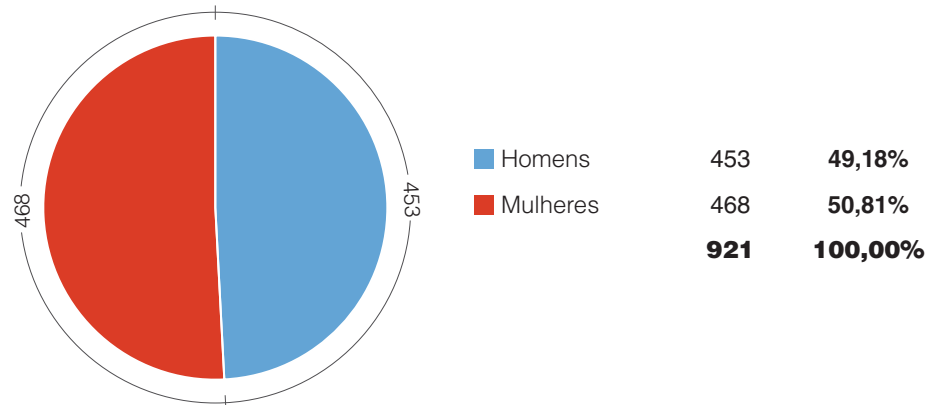
**Gráfico 01:** Tipos de manifestações rituais e artísticas que estiveram presentes no Festival "Revelando São Paulo", de 1997 a 2011. Fonte: Elaborado pelo autor.

Na edição da capital, em 2012, participaram 453 homens e 468 mulheres, filhos, netos e bisnetos de tropeiros, caipiras, caçaras e piraquaras. O Gráfico 02 também mostra que é bem equilibrada a participação quanto ao gênero.

A promoção do Patrimônio Cultural Imaterial ou a conscientização a respeito dos

[Gráfico 02]

### Participação por gênero



mesmos podem gerar benefícios financeiros e/ou de outra natureza para as comunidades envolvidas. Sua participação no Festival “Revelando São Paulo” beneficiou em: ações de promulgação e transmissão de saberes; melhoria do bem-estar deles com a comunidade; maior respeito e compreensão a partir do reduto familiar e progresso no desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas; o interesse dos mais jovens pelas práticas tradicionais e no seu ambiente social e natural.

## O MAPA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE SÃO PAULO

Para a UNESCO, uma das potencialidades dos inventários do patrimônio imaterial é a sensibilização do público sobre o valor desta dimensão do patrimônio, ao mesmo tempo em que deve contribuir para o fortalecimento das identidades individuais e coletivas, bem como promover a criatividade, o respeito pela diversidade e autoestima de seus produtores. O programa “Revelando São Paulo” tem colaborado com essa potencialidade de forma especial, atrações da difusão expressada pela adesão do público, bem como da marca de 1 milhão de visitantes,

**Gráfico 02:** Participação por gênero no Festival “Revelando São Paulo”. Fonte: Elaborado pelo autor.

a participação da metade do Estado de São Paulo.

O levantamento das informações que integram este inventário teve início numa trajetória contínua de 30 anos, realizado pelo pesquisador Toninho Macedo e tem prosseguimento com as reuniões e visitas de prefeitos e secretários de cultura na sede da Abaçai Cultura e Arte, estimulando-os a promover e reconhecer os bens imateriais e buscando construir o “Mapa do Patrimônio Imaterial” de maneira conjunta, presencial, participativa e documentada ouvindo os produtores, os grupos, a comunidade.

Alinhado com os discursos da proteção destes bens culturais e embasados no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, em 2000 o pesquisador Toninho Macedo criou a metodologia classificativa do Mapa do Patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo, baseada no referido artigo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para sua realização e estruturação, levou em conta a divisão do estado de São Paulo em 13 regiões administrativas. Com ícones idealizados a partir de elementos simbólicos, contém informações sobre as manifestações e as respectivas ocorrências em cada município. O agrupamento tem como classificação:

- » **Folgedos:** Folia de Reis, Encontro de Congos, Moçambique, Pastoril, Pastorinha, Reisado, Caiapó, Cavalhadas;
- » **Danças:** Jongo, Batuque, Samba Lenço, Samba de Bumbo, Fandango de Tamanca, Catira, Fandango de Chilenas, São Gonçalo, Ciranda Dança de Pares, Dança de Fitas, Dança de Santa Cruz, Chiba;
- » **Músicas:** Violas, Marimbas, Cururus;
- » **Romarias:** Centro de Peregrinações Recomenda de Almas, Romarias, Cavalarias;

- » **Festas e Festivais:** Festa do Divino, Encontro de Batelões, Procissões nas Águas, Corpos Christi e Encontro de Folia de Reis;
- » **Artesanato:** Trançados, Cerâmica, Figueiras;
- » **Cortejos:** Boneções, Cabeções, Entradas, Cortejos Carnavalescos, Zé Pereira e Boizinhos;
- » **Outros:** Paixão de Cristo, Bom Jesus, São Benedito, Folia do Divino, Cosme e Damião, Pesca Artesanal;

O mapeamento pode ser visto no Mapa 01.

Pioneiro no Brasil, este mapeamento tem possibilitado encaminhar políticas, ações e planos para salvaguarda no Estado de São Paulo, o que garante a gestão patrimonial das manifestações existentes.

## **DO RIO AO OCEANO — O REGISTRO E A DIVULGAÇÃO**

O “Revelando São Paulo”, como programa cultural, assume os compromissos de inclusão social e contribuição para a formulação de políticas públicas que permitam a permanência deste patrimônio num futuro próximo.

Uma das ferramentas que possibilita este futuro é a patrimonialização por meio da identificação dos bens registrados nos formatos audiovisual, fotográfico e textual. O Festival “Revelando São Paulo”, além de revelar, dedica-se também a este processo desde sua primeira edição com uma etnografia polifônica, reconhecendo o protagonismo das vozes dos sujeitos, como construtores de sua própria cultura.

Presentemente, os registros sonoros e visuais captados em alta qualidade técnica por equipes especializadas, durante as várias edições, são convertidos em documentos etnográficos de enorme valia, e complementam o registro escrito e apontado no Mapa do Patrimônio Imaterial visto acima. Ao mesmo tempo, este tipo de documentação retorna a seus detentores parte importante do processo de salvaguarda, à medida que constitui o processo de revalorização dos mesmos. Este registro documental se dá pelas seguintes maneiras:

- 1) Edição: são registradas fonograficamente cerca de 100 horas com todos os grupos que passam pelo palco, sem edição. No acervo da Abaçai Cultura e Arte, encontram-se aproximadamente 2.000 mil horas de gravações de folias de reis, congos, moçambiques, rezas e danças para São

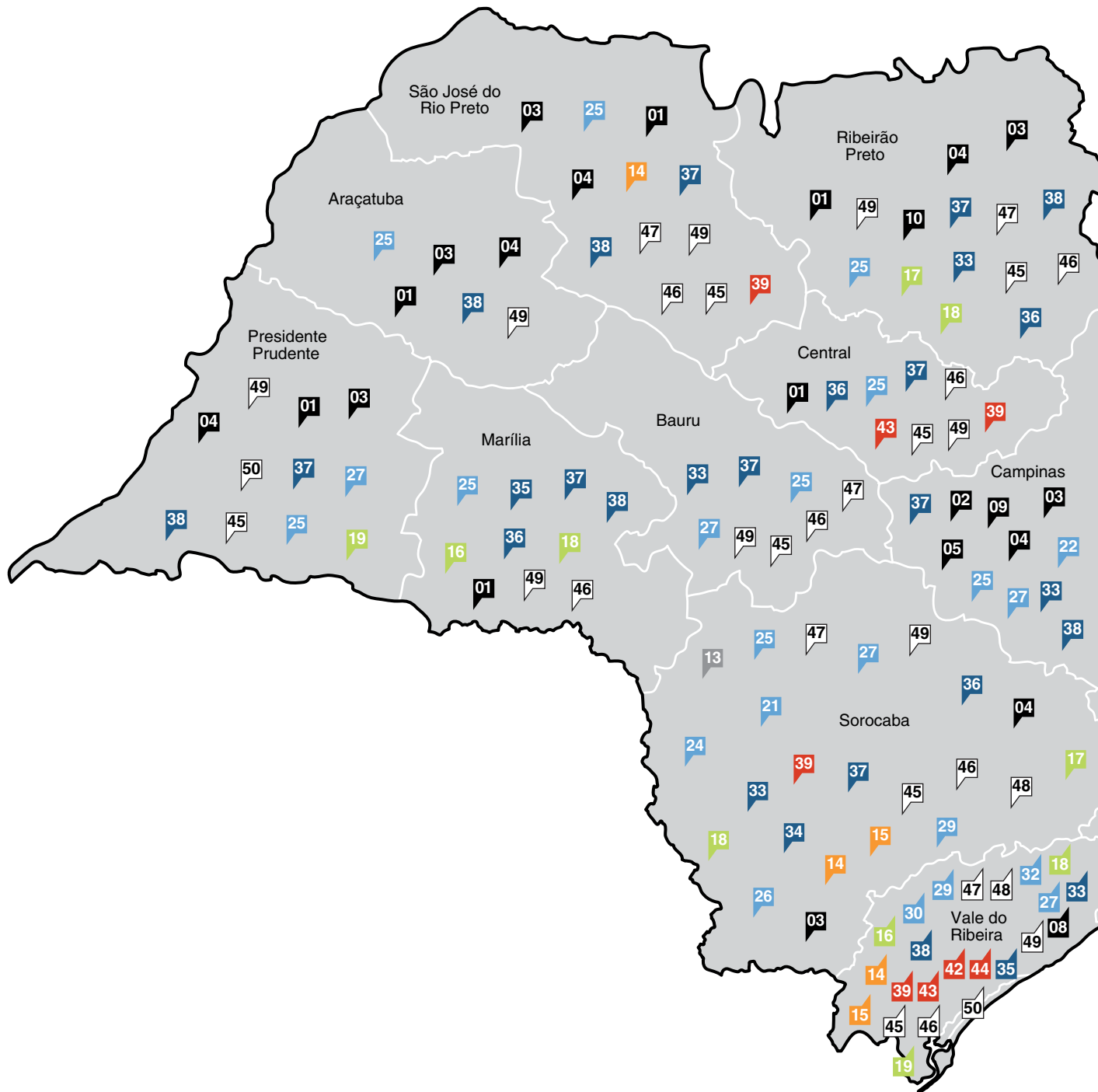
Gonçalo, jongo, batuque, catira e outras manifestações que participaram das edições do “Revelando São Paulo” na capital, nas cidades de Franca, Ilha Solteira, Atibaia, Bauru, São José dos Campos e Iguape.

- 2) Registro fotográfico: conta com a cobertura contratada para o festival de um profissional com um olhar especializado em patrimônio cultural imaterial, resultando, de cada edição, 1500 fotos, com os fazeres e saberes dos bens culturais que participam deste programa.
- 3) Audiovisual: é trabalhada a oralidade e a memória dos grupos, das comunidades ou pessoas, mostrando a partir do olhar de quem produz o ofício e as manifestações culturais. A pesca, a produção da farinha, a catira, o jongo, a culinária, o artesanato, as festas de reis, a dança de Santa Cruz e o fandango são alguns bens imateriais documentados. Foram produzidos nove documentais, contemplando diversos temas dos universos da cultura caipira, caiçara e piracuara, quilombola e indígena, dentro do festival, e três registros sobre manifestações culturais nos municípios.

Outro tópico importante para a salvaguarda também acontece pela divulgação realizada no festival. A assessoria de comunicação, devidamente instruída nos conceitos do patrimônio cultural imaterial, busca trabalhar uma divulgação conceitual e respeitosa evitando a banalização e espetacularização da informação.

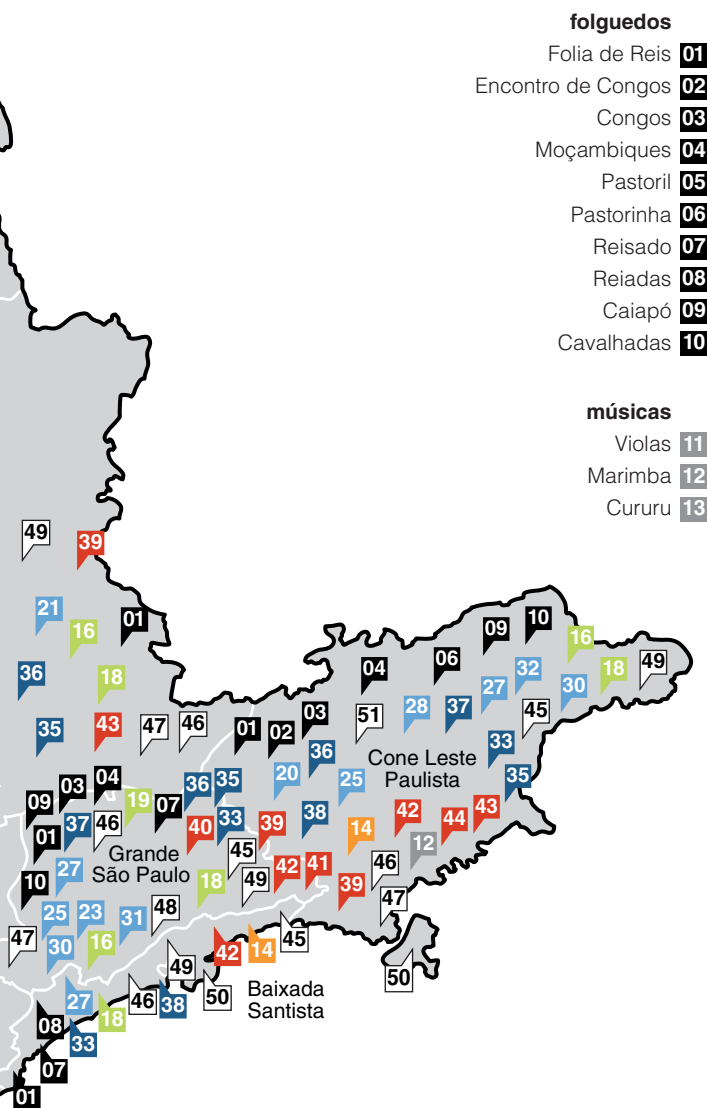
Num processo gradual, nos últimos dez anos, o festival vem ganhando cada vez mais espaço nos veículos de comunicação. O resultado disto é a reverberação de grande parte dos mestres, grupos e comunidades que passam a ser vistos, ouvidos e admirados. Entre as principais ações da divulgação do “Revelando São Paulo”, destacamos como salvaguarda:

- 4) A publicação de mídia espontânea, que resulta, por ano, em 434 pautas e matérias sobre este grande universo dos bens culturais e imateriais, realizadas em todas as quatro edições do “Revelando São Paulo”, em veículos impressos, *on-line*, revista e rádio;
- 5) A parceria institucional da Rede Globo, que entende e compartilha a importância de proteger, fomentar e divulgar esses patrimônios imateriais, oferecendo ao festival 40 chamadas de divulgação e pauta em todo jornalismo;
- 6) A divulgação nas redes sociais que conta com um público de mais de 10 mil seguidores que acompanham as ações do festival e a divulgação dos grupos, artesanato e culinária durante todo ano.
- 7) No contexto contemporâneo, das tecnologias da informação e



[Mapa 01]

## Mapa do patrimônio imaterial de São Paulo



**Mapa 01:** Mapa do Patrimônio Imaterial de São Paulo. Todos os direitos reservados a Toninho Macedo. Editado por Eugênio Moreira.

2. A capilaridade é um conceito trabalhado pelo pesquisador Toninho Macedo que a partir de ações em vários pontos, lugares e ou cidades que acontece com um único conceito e formato.

3. A lei de número 14.607, criada pelo vereador Juscelino Gadelha no ano de 2005, visa à realização do festival, sempre no fim de semana após o feriado de 7 de setembro.

comunicação, o festival é transmitido *on-line* de toda a programação, o que possibilita uma propagação global, reduzindo o tempo e a distância entre os povos, projetando as apresentações dos grupos e das comunidades tradicionais. A geração deste conteúdo transmitido pela TV Revelando difunde a informação sobre o patrimônio imaterial, promovendo o conhecimento sobre a diversidade cultural, o que reforça a identidade, fomentando os diálogos dos saberes e fazeres, permitindo que afluam as vozes das comunidades e dos portadores destes patrimônios.

## MARCOS LEGAIS

À medida que o programa “Revelando São Paulo” se consolida como um programa cultural de divulgação, fomento e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, do Estado de São Paulo, novas demandas e ações transversais foram ganhando espaço no festival.

Inicialmente a salvaguarda se dava pelas ações dentro do festival com a confluência das cidades, projetando no festival os bens culturais imateriais. Nos últimos 5 anos, o festival vem trabalhando o refluxo destas ações de salvaguarda em cada município, num processo capilar<sup>2</sup>, possibilitando os seguintes marcos:

- 1) O primeiro deles é uma lei que oficializa a realização do “Revelando São Paulo” na capital<sup>3</sup>, colocando o Festival no Calendário Oficial de Eventos da Cidade. Esta lei reconhece a importância do fomento e divulgação do patrimônio cultural imaterial a partir do festival. As cidades de Iguape e São José dos Campos e Atibaia, que também sediam o programa, também oficializaram por lei a realização deste encontro.
- 2) Em 2008, o programa “Revelando São Paulo”, em parceria com a Comissão Nacional de Folclore e o Ministério da Cultura, realizou o VI Seminário de Ações Integradas no Folclore, estimulando pesquisadores e gestores a pensar em marcos legais e ações de salvaguarda.
- 3) Em 2009, o programa “Revelando São Paulo” é citado pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – como o principal programa de Patrimônio Cultural imaterial do Estado de São Paulo. Com essa aproximação, a Abaçai Cultura e Arte é convidada a apresentar os estudos para o processo de patrimonialização. Em 2012, foram

aprovados os Reinados de Congos e está em processo a Mesa Paulista.

- 4) Respalhada no artigo 13 da Convenção de 2003, foi criada uma lei municipal de reconhecimento e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, assim otimizando tempo e dividindo responsabilidades com os municípios de reconhecer, preservar seus bens culturais, garantir a identificação, registro e fomento. Hoje, essa rede conta com 16 municípios com a lei implantada e outros 23 em andamento. Entre as experiências compartilhadas, destacamos: a viabilização do Giro de Folia de Reis em área de preservação ambiental; a inclusão de grupos de catira, cururu e violeiros nas programações culturais da cidade; a viabilização de produção de bonecos gigantes e o carnaval tradicional de rua; a liberação de verba pública na compra de instrumentos musicais, tecidos e transporte para festejos e festivais; a proteção de espaços rituais.

Outras ações de salvaguarda acontecem no festival “Revelando São Paulo”, pois, como as manifestações são dinâmicas e vivas, a cada edição, o Festival trabalha em novas formas de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial e que, numa outra oportunidade, será dada continuidade à exposição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: *Website oficial Palácio do Planalto*. [online]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

UNESCO. *Textos base - Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Trad. Romeu de Sousa Ramos [Brasília] Representação da UNESCO no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/>>



# COLETIVO ATISSAR: CAMINHOS SOBRE UMA POLÍTICA CULTURAL

## RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de muitas políticas de cultura apoiadas e desenvolvidas pela Sociedade Civil, pelos Governos e pelo Setor Privado. Este trabalho aponta para uma reflexão sobre as Políticas Culturais a partir do panorama nacional e do entorno organizacional local do Coletivo Atissar. O Grupo tem como base de ação a cidade de Zabelê, na microrregião do Cariri paraibano do Nordeste brasileiro. Suas práticas são orientadas pela horizontalidade das relações humanas e pelo compartilhamento de informações e ideias, tendo nas atividades culturais locais, nas relações entre os seus membros e na apresentação de suas ações os meios pelos quais agenciam, gerenciam e produzem cultura. O que se tem aqui é um estudo de caso no qual se poderão perceber formas de Gestão Cultural interligadas tanto a antigas quanto a novas condutas de vida coletiva, ante a sociedade informacional que se apresenta como definidora de nossa época.

## PALAVRAS-CHAVE

Gestão Cultural; Política Pública; Gestão Social; Colaborativo.



**AUTOR:**

**ROMÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO ▶**

Graduado em Educação Artística (Habilitação em Música) pela Universidade Federal da Paraíba (1995), especialista em Gestão e Produção Cultural pela Universidade Federal de Campina Grande (2014) e mestre em Música (Habilitação em Etnomusicologia) pela Universidade Federal da Bahia (1998) e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Faz parte do grupo de pesquisa do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB) e é Sócio/Conselho Fiscal da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ).

# COLETIVO ATISSAR: CAMINHOS SOBRE UMA POLÍTICA CULTURAL

As políticas culturais que envolvem as atividades de gestão, produção e agenciamento da cultura têm passado por mudanças diversas, principalmente quando se referem a questões relacionadas às Leis de Estado que as referenciam formalmente junto à sociedade. Neste meio tempo, têm surgido pequenos fragmentos sociais que possibilitam uma ressignificação do papel colaborativo diante desta nova sociedade informacional que vigora no final do século XX. Instituições diversas da sociedade civil – cujo papel é o fortalecimento das sociabilidades locais, da memória social, das formações individuais a partir do domínio dos diversos códigos de linguagens presentes na história da humanidade – têm sido formadas como modo de repensar uma sociedade paradoxal que tem seus membros agrupados para fortalecer uma prática e um pensamento reducionistas e, portanto, superficial.

Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. O fundamentalismo religioso – cristão, islâmico, judeu, hindu e até budista (o que parece uma contradição de termo) – provavelmente é a maior força de segurança pessoal e mobilização coletiva nestes tempos conturbados (CASTELLS, 2008, p. 41).

Em outubro de 2002, foi criada, no Cariri paraibano, a Associação Cultural de Zabelê, que, com a ação dos seus membros, impulsionou a criação, em 2003, da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Zabelê e de um Coletivo, formado pela junção de alguns membros das duas primeiras instituições. Em 2007, o Coletivo passa a fazer parte do Estatuto da ASCUZA, como órgão consultivo e deliberativo da Associação, e em 2012, com a inserção do mesmo

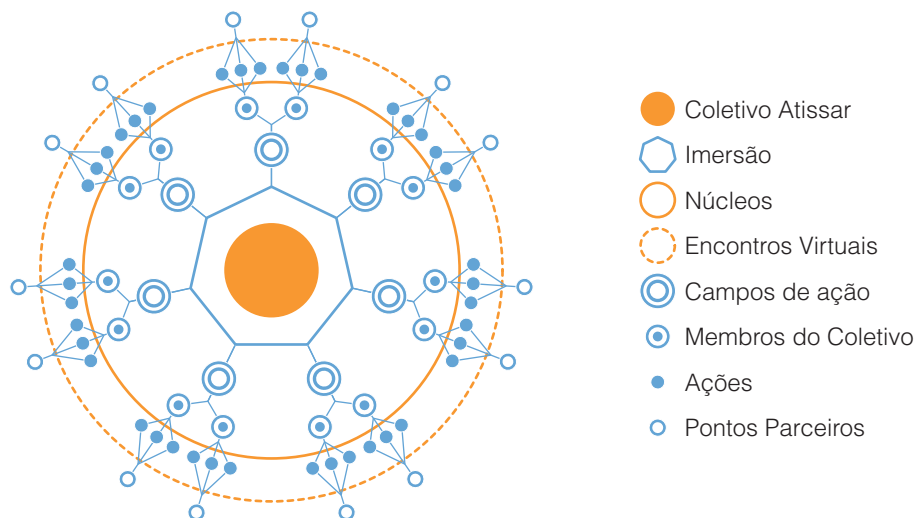
1. A ortografia correta seria “atiçar”, mas os membros do Coletivo acharam por bem tirar o “ç” e acrescentar o “ss”, como forma de evitar problemas de pronúncia e grafia na internet.

no Movimento Fora do Eixo, passa a ser chamado Coletivo Atissar<sup>1</sup>. A seguir é apresentado o Organograma do Coletivo, que é utilizado como meio figurativo para compreensão da estrutura organizacional do grupo.

Na estrutura do organograma pode ser percebida uma inter-relação entre cada item, que indica uma proposta colaborativa entre os envolvidos. É importante salientar, que essa figura deve ser observada do centro para as bordas, irradiando ações e pessoas a partir de um centro coletivo, além do que a proposta pode proporcionar relações muito mais planas entre os envolvidos.

Entenda-se, então, o significado dos itens expostos da seguinte forma: *Coletivo Atissar* é a peça chave na força matriz e motriz do fazer política voltada para a cultura em Zabelê; *Imersão* consiste de uma reunião anual em tempo integral, que o Coletivo realiza, em média, em três dias e meio, num espaço fora da cidade de Zabelê, para nivelamento das ações individuais, análise da realização das ações do ano que passou vivenciado e planejamento do ano a ser vivenciado; *Núcleos* são subgrupos do Atissar, os quais estão situados na cidade de Zabelê, Campina Grande e João Pessoa; *Encontros Presenciais e Virtuais* ocorrem com a utilização de ferramentas como o Google Groups, o Google Drive, o Dropbox, o Facebook, o Youtube, o Hangout e o Skype, para efetivação de encontros; *Campo de Ação* está ligado ao que os membros do Coletivo colocam no seu Planejamento com o nome de metas ou projetos; *Membros do Coletivo* são as pessoas que fazem parte do coletivo e o representam individualmente; **Ações** são as estratégias utilizadas para

[Gráfico 01]  
**Organograma Atissar**



**Gráfico 01:** Estrutura Organizacional do Coletivo Atissar.  
Fonte: Elaborado pelo autor.  
Editado por Eugênio Moreira

se chegar aos **Pontos Parceiros; Pontos Parceiros e Ações** ocorrem com centenas de ofícios, projetos, cartas, convites e documentos diversos feitos em nome da ASCUZA ou da Secretaria de Cultura e Turismo de Zabelê, para inúmeras instituições ou indivíduos que potencialmente poderiam ser Parceiros (apoiadores, patrocinadores ou colaboradores) dos campos de ação do Atissar<sup>2</sup>.

2. Para maiores informações sobre o modelo organizacional do Coletivo Atissar ver: NASCIMENTO (2014).

O que se pretende aqui é apresentar os caminhos percorridos para se chegar a uma política cultural, cujos princípios norteadores foram o movimento de produção e gestão cultural, e as atividades de formação humana e de transformação social. Todas se retroalimentando, levando a proposta de formação de jovens e adultos, que tinham pouco acesso a uma infinidade de conhecimentos existentes.

O que dizer de uma sociedade que, com exceção dos idosos, tem gerações construídas a partir de um modelo político assistencialista, em que quase sempre a vida das pessoas é decidida por um pequeno grupo e a comunidade quase não discute as questões das políticas sociais da região, tampouco do país e do mundo?

A gestão de cultura em Zabelê nasce num contexto sociopolítico em que muitas das instituições da sociedade civil da região são utilizadas para o favorecimento político de grupos específicos, para a captação de recursos advindos do poder executivo e de instituições internacionais, ou mesmo para o benefício econômico de famílias ou de indivíduos, mas sempre privilegiando uns em detrimentos de outros. A nova proposta de trabalho colaborativo foi a de andar na contramão dessa tendência.

Uma das características do privilégio e de todas as posições privilegiadas é aniquilar a mente e o coração dos homens. O homem privilegiado, seja prática ou economicamente, é um homem que tem o coração e a mente corrompidos. Esta é uma lei social que não admite exceções, tão aplicável a nações, quanto a classes, corporações e indivíduos (BAKUNIN, 1981, p. 287).

A ideia foi a de “redesenhar” o destino dos jovens, colocando-os em práticas que os deixassem o mais distante possível deste contexto. A estratégia utilizada para a diluição deste modelo político-social oligárquico e assistencialista, o qual consiste na manutenção de privilegiados e que existe há muitas décadas dentro das populações do semiárido nordestino, foi o movimento contrário a tudo isso, contrário a toda uma política social em que as pessoas com menor poder aquisitivo aprendem na família, na escola e na igreja que o certo é ouvir e nunca responder, nunca demonstrar suas opiniões.

A presença de um Coletivo Cultural que se posicionou fortemente diante de inúmeras situações contrárias a uma prática cultural compartilhada faz com que sejam

3. Zabelê é uma ave brasileira da família dos tinamídeos, com nome científico de *Crypturellus noctivagus zabelê*. Mede entre 33 e 36 cm. Habita principalmente as matas de Minas Gerais e do Nordeste do Brasil.

4. Em 31 de julho de 2013, foi criada a primeira Fábrica Zabelê Confecções de Roupas, formalmente constituída.

5. Ver SILVA, Almir Cléydison Joaquim da. & SILVA, Beatriz Batinga e. A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE ZABELÊ-PB. Monografia apresentada à disciplina de Economia Paraibana do Curso de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa-PB, 2013.

6. A partir da importância da própria história de Zabelê, bem como da nova gestão de cultura, que surgiu no início dos anos 2000, muitos olhares de escritores passaram a se voltar para Zabelê, entre os quais podemos citar: MORAES, Carla Gisele Macedo S. M.; SILVA, Luciano de Souza e. (2012); SEVERINO, José Roberto. VENERA; José Isaías. (2010); CHAVES, Marrara Xavier; SILVA, Almir Cléydison Joaquim da. (2012); RIETVIELD, João Jorge. (1999); SOUSA, Ronildo Cabral. (2009); PAES, Daniella Lira Nogueira. (2013); AZEVEDO, Lizziane. (2013); BARTABURU, Xavier. (2007).

observados os detalhes da formação ambiental e social dentro das quais o Coletivo Atissar foi gerado. Zabelê<sup>3</sup> é um município com práticas ainda ancestrais nas divisões das atividades social, econômica e política. Com o surgimento recente de trabalhadores no segmento privado, tendo os seus direitos respeitados a partir da lei vigente<sup>4</sup>, o município mais parece uma sociedade pós-feudal, que, após passar por um “portal mágico”, reapareceu em uma sociedade de economia globalizante e informacional.

Localiza-se em um espaço cravado numa das regiões mais secas do Semiárido brasileiro, na microrregião do Cariri Ocidental paraibano, com uma pluviosidade média de 581mm/ano e com uma população de pouco mais de dois mil habitantes numa área de 109km<sup>2</sup>, a 324km da capital paraibana<sup>5</sup>.

Nesta região, a manifestação cultural majoritária está interligada à cultura de massa que trata da “homogeneização da informação, veiculada pelos meios de massa, em uma faixa repertorial que é nivelada para um receptor médio abstrato” (SANTAELLA, 2007, p. 124), e sempre ligada aos gigantes de eventos da grande mídia, que tem sido uma grande “pedra no sapato” para gestores e produtores culturais comprometidos com uma política pública eficaz, mais diversificada culturalmente.

Nesse universo de produção massiva, o consumidor, ou público-espectador, responsável direta ou indiretamente pela contratação pública ou privada de muitos setores da cultura, passa a ter poucas opções na cena de formação humana a partir da cultura. Muitas vezes, não encontrando na cultura de massa quaisquer elementos que possibilitem um fortalecimento das comunidades com os seus espaços sociais.

Paradoxalmente, apesar da entrada avassaladora da cultura de massa em espaços antes desprovidos de tal linguagem, dando a municípios como Zabelê características sociais híbridas, ora de identidade local ora de identidade massiva, muitos aspectos interioranos ainda podem ser percebidos no dia a dia da população, os quais foram fundamentais para a ação coletiva realizada entre os anos de 2001 até os dias atuais.

Esta potencialidade orgânica de agremiação de pessoas trouxe o entendimento de que era necessário algo mais, para que o processo colaborativo com vistas à efetivação de uma política cultural fosse realizado solidamente, como: 1) a presença de pessoas abertas para ações colaborativas dentro do universo da cultura; 2) espaços físicos e virtuais para aglutinação coletiva; 3) produtos culturais passíveis de produzir ganho monetário, advindos de doações, prêmios ou cachês; e 4) um poder público governamental que dialogasse e disponibilizasse um mínimo de recursos financeiros e humanos para a geração de atividades para a sociedade civil. Todas essas características locais ajudaram para que fosse estabelecido um conjunto de ações fundamentais para Zabelê ser um dos principais municípios fomentadores de cultura no Estado da Paraíba<sup>6</sup>.

Os resultados alcançados pela gestão de cultura em Zabelê têm possibilitado uma discussão mais ampla sobre o associativismo. Por meio dele, é possível fortalecer as ações culturais colaborativas já desenvolvidas no local em suas diversas áreas, como: *políticas públicas, responsabilidade e mobilização social*, com atividades de formação humana e técnica, trabalho colaborativo, intercâmbio cultural, fortalecimento e manutenção das memórias coletivas, utilização dos ciberespaços, articulação entre produtores e gestores culturais e formação de plateia; *ações educativas*, através de cursos nas áreas de interatividade social na *web*, audiovisual, antropologia e datilografia; *planejamento de atividades, integração de saberes*, numa geração de ambientes de mútuo aprendizado; *patrimônio imaterial*, em atividades de fomento junto ao Reisado de Zabelê, ao artesanato e aos trabalhos desenvolvidos pela cantora Sandra Belê; *patrimônio material*, nas atividades de manutenção junto ao conjunto arquitetônico da Fazenda Santa Clara, construção do século XIX; práticas em *projetos*, como Novos Palcos e Plateias, Realiza Cultura, exposições, audiovisual e Gestão de Lazer; e *comunicação*, com estímulo à informação das atividades desenvolvidas, através das ações intra e intergrupais.

Com as interações entre setores, feitas muitas vezes sem saber onde se encontravam os representantes do governo, da sociedade civil ou mesmo de grupos culturais envolvidos, percebeu-se que a descentralização de ideias, condutas e decisões era fundamental. Caminhar de forma colaborativa, isto é, contrariamente à ordem estabelecida por uma sociedade herdeira da relação vertical, tão presente antes mesmo do seu início em formas de governo, nas religiões, nas escolas e relações familiares, como atesta Woodcock:

À medida que as nações começaram a se formar, no fim da Idade Média, o ataque contra a descentralização começou a ser dirigido não apenas pelos monarcas e ditadores que criaram nações altamente organizadas como a França dos Bourbon e a Inglaterra de Cromwell, mas também pela Igreja e especialmente pelas ordens monásticas mais poderosas, que em suas sedes estabeleciam regras de comportamento uniformes e uma contabilidade rígida sobre os atos dos seres humanos que antecipava o ataque iminente às liberdades e à independência regionais e, na prática, determinava a extinção do sistema de ajuda mútua (WOODCOCK, 1981, p. 312).

Então, como fazer com que pessoas, outrora crianças sem vozes, tornem-se jovens e adultos senhores de si, com responsabilidade social e como protagonistas da história da qual fazem parte? Portanto, o movimento contrário foi justamente fazer com que as pessoas falassem e expusessem suas opiniões e condutas, de modo que todos retirassem dessas posturas um novo aprendizado, o que suscitaria novas propostas para o coletivo. Desta maneira, forma-se uma estratégia singular, em que se trabalha uma gestão colaborativa com normas próprias para a perpetuação do grupo, dentro de uma proposta libertadora, como bem atesta Bakunin:

A liberdade do homem consiste, exatamente, no fato de que ele obedeça às leis naturais porque ele próprio as tenha reconhecido como tal, não porque lhe tenham sido impostas por qualquer espécie de meios ou vontade extrínseca, seja ela divina ou humana, coletiva ou individual (BAKUNIN, 1981, p. 286).

Além do que, o processo de informatização em que vive a humanidade, com a grande velocidade tanto na produção de conhecimentos quanto na aquisição de novas formas de consumo – principalmente depois da Revolução Industrial na Europa – não permite que as pessoas encontrem apenas na organização familiar, nas instituições de ensino ou nos espaços religiosos o necessário para a aglutinação social numa perspectiva criativa. Novas formas de agregar pessoas são inventadas.

A família, tal como existia na antiguidade, tendo como base uma origem comum, está em desintegração. Mas, como o homem não consegue viver sozinho, começa a surgir uma série de elementos que vão dar origem a novos grupos sociais, integrados por pessoas que vivem no mesmo lugar, têm interesses comuns e perseguem os mesmos objetivos. E o desenvolvimento desses novos grupos só poderá ser apressado quando ocorrer algum tipo de mudança capaz de provocar o aumento da dependência mútua ou um maior sentimento de igualdade entre os membros das comunidades (KROPOTKIN, 1981, p. 337-338).

Em Zabelê, algumas pessoas viram na cultura um importante referencial para desenvolver práticas coletivas rumo ao desenvolvimento cognitivo dos envolvidos com o processo associativista. Com a pressão advinda das ações que agregavam, valorizavam e davam sentido aos aspectos sociais e culturais de Zabelê, o poder público local e alguns indivíduos que compunham a sociedade civil passaram a participar do diálogo e das ações voltadas para a cultura, dando início a uma série de discussões para que as ações pretendidas fossem otimizadas.

Diante disso, é bom lembrar que aspectos sociais e culturais locais sempre são bem aceitos, principalmente quando a própria comunidade é protagonista do processo na qual está inserida. E ainda: para “que um grupo se forme, é necessário que haja uma *razão para estar juntos, objetivos* para os quais este grupo se dirige e *ações* que organizem e justifiquem a convivência.” (DÓRIA, 2002, p. 20, *grifos nossos*).

Os gestores, produtores e agentes culturais têm que sair dos envoltórios sociais que lhes são peculiares e habitar outros espaços sociais, em que sejam vivenciados outros tipos culturais, diferentes dos que lhes são habituais. Desse modo, eles precisam ter, cada vez mais, um número maior de armas em punho, que sejam fundamentais na busca de ações geradoras de soluções para as políticas voltadas para a cultura.

As principais armas são as tecnologias do século XX e XXI, que proporcionam a capacidade de grande velocidade de deslocamento, tanto físico quanto virtual. E mais ainda: proporcionam a capacidade de ubiquidade (“eu ajo aqui e lá ao mesmo

tempo”, duas espacialidades para um mesmo ser), de conexões múltiplas e relações nômades (“nós estamos transitando por diversas realidades sociais”).

Três ações, ligadas intrinsecamente aos processos de comunicações, foram essenciais para o processo inicial da gestão cultural em Zabelê:

- 1) O concurso do logotipo da ASCUZA, que teve como participantes crianças, adolescentes e jovens da comunidade, inclusive os próprios organizadores do concurso, sendo a escolha feita por dois profissionais da cidade paraibana de Campina Grande<sup>7</sup>. Foi o início fundamental para a construção da identidade visual do Coletivo. Evidentemente que muito focada, neste início, no fortalecimento de uma organização da sociedade civil<sup>8</sup> voltada exclusivamente para a cultura, o que até então inexistia naquela microrregião. A marca recebeu poucas modificações, apenas ligadas ao aprimoramento dos traços.
- 2) A formatação e a diagramação de todo o material de expediente utilizado para a inscrição dos sócios e para os documentos formais da ASCUZA. Neste caso, a identidade visual passa a ser apresentada a partir, principalmente, da redação e do envio de ofícios, cartas e convites, com a aplicação do logotipo da imagem anterior a pessoas estratégicas para o fortalecimento dos associados.
- 3) A exposição “Rumo à Cor da Terra”, que apresentou, para a comunidade de Zabelê e alguns formadores de opinião da cidade de Campina Grande/PB, principalmente nas áreas da comunicação, o papel da Associação na Região. A exposição do foto-documentarista Antônio Ronaldo<sup>9</sup> compunha-se de retratos do Reisado de Zabelê, de pessoas da comunidade nas suas atividades diversas e de aspectos que envolveram o meio ambiente local.

7. O designer Sérgio Melo e o jornalista e poeta Carlos Perê.

8. No momento em que a ASCUZA foi criada, existiam, nos municípios de Zabelê, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Monteiro, cinco associações, com CNPJ distintos, voltadas exclusivamente para o artesanato, principalmente da Renda Renascença. O objetivo dessas associações, somado aos seus objetivos focados com o artesanato, fez com que as pessoas de Zabelê dessem início a uma nova organização cultural.

9. O Sr. Antônio Ronaldo esteve fazendo os primeiros ensaios fotográficos do Reisado de Zabelê a partir de janeiro de 2002, quando o jornal *Correio da Paraíba* enviou uma equipe para fazer um documentário sobre o grupo que, havia seis meses, retomara suas atividades.

[Imagem 01]

**logotipo mais antigo**



**logotipo mais recente**



**Imagem 01:** Logotipo da Associação Cultural de Zabelê. Fonte: Acervo da Associação Cultural de Zabelê.

Assim como o da ASCUZA, outros logotipos já tinham sido criados, como o da Prefeitura Municipal de Zabelê, ou passaram a existir, como o do Reisado, do Coletivo Atissar e de eventos como o Realiza Cultura e o Novos Palcos e Plateias. Outros setores da Gestão Governamental e Social também passaram a solicitar logos à *designer* do Coletivo.

Pode-se notar que a imagem, enquanto elemento de (auto) reconhecimento das instituições em Zabelê, foi o ponto fundamental para haver, por parte da comunidade, o empoderamento de um trabalho organizado voltado para a cultura, além do que, proporcionou um melhor registro cognitivo da presença do Coletivo na comunidade por parte dela mesma e também dos seus próprios membros.

É evidente que o ponto fundamental para que todos se aglutinassem em torno de ideias coletivas foi a série de reuniões ocorridas ao longo desses anos de trabalho coletivo, que, dependendo dos eventos nos quais os colaboradores estavam envolvidos, chegavam a acontecer duas vezes ao dia. Quintaneiro lembra que

[...] as ideias que congregam os homens devem ser periodicamente revivificadas, a fim de que não se debilitem. Isso acontece nos momentos em que os homens se aproximam por meio de relações frequentes, movimentos coletivos, evoluções, enfim, de reforço exuberante da vida social [...] (QUINTANEIRO, 1995, p. 23).

Acerca das relações interpessoais, a proposta do Coletivo Atissar é a preocupação com o bem-estar do outro. Essa estratégia de convivência proporcionou um ganho compartilhado sem muitas perdas na individualidade, e isto, por mais óbvio que parecesse, não era percebido na mentalidade dos zabeleenses. Ao que tudo indica, também em grande parte da população brasileira, que insiste em chegar aos fins sem cuidar dos personagens e caminhos.

É preciso desfazer algumas posturas verticais, muito comuns no modelo piramidal da sociedade, e propor algo que equilibre num mesmo peso o conhecimento, a prática social e a vivência individual. Isto é, a percepção hierárquica absoluta tem que ser banida num pensamento colaborativo. Esse foi um forte desafio tanto para mobilização dos membros do próprio Coletivo, quanto para a relação destes com a estrutura do Governo Municipal, através de sua Secretaria de Cultura e Turismo, que propõe tradicionalmente uma relação hierárquica entre os seus representantes.

Os Artigos 53 e 54 do Código Civil (CC – L-010.406-2002 – Capítulo II, Das Associações) corroboram a afirmação do parágrafo anterior, ao apresentar o seguinte texto:

*Art. 53.* Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

*Art. 54.* Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;  
(Alterado pela L-011.127-2005)

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; (Acrescentado pela L-011.127-2005)

Em se tratando da formalização de uma associação, isto é, com o ganho de um número de inscrição – o CNPJ –, parece que existe um campo aberto para a formação do estatuto, não implicando que a associação tenha que funcionar partindo de uma ideia centralizadora por parte dos seus diretores, pois apenas informa sobre a necessidade de se formar uma “gestão administrativa”. Além do que, conforme o Código Civil: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. No entanto existem princípios universais em que a burocracia estatal e de mercado, que lida muito mais no âmbito econômico do que no social, não deixa evidente aqui, pois, no cotidiano de relações com os diversos setores administrativos, as associações culturais brasileiras devem se adequar à Lei da Sociedade Anônima ou Limitada, isto é, adequar-se a uma normativa que deixa claro que cada organização deverá ter, para representá-la, um órgão composto de, no mínimo, um Presidente (ou Diretor) e um Tesoureiro, com seus respectivos suplentes.

Então, o que fazer com um estatuto que tem, na hierarquia, um modelo a ser seguido, com uma diretoria executiva composta de Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro, levando, deste modo, a uma postura centralizadora entre os seus sócios? A solução: os membros da ASCUZA mantiveram a estrutura formal para as negociações externas (bancos, governos, instituições da sociedade civil e outros modelos institucionais que partilham esta formação) e, para as decisões internas, formaram um grupo de pessoas ávidas por novos conhecimentos e ações colaborativas e que tinham igual poder de decisão.

Pessoas que são parte de um grupo que possuem em comum “ideias, sentimentos e ocupações” são atraídas umas em direção às outras,

procuram-se, entram em relação, associam-se e acabam por constituir um grupo especial do qual vem a desprender-se uma vida moral, um sentimento do todo (QUINTANEIRO, 1995, p. 44).

Mas, e se todos tiverem que tomar mais de uma decisão e ocorrerem discordâncias entre os seus membros? O pensamento do grupo foi o de realizar discussões exaustivas, até que predomine ou ao menos se indique o melhor para todos.

Quando se vivencia uma proposta de decisões coletivas, os apontamentos que se referem ao bem-estar individual sobre o da coletividade não são aceitos, buscando-se dissolvê-lo na discussão. Evidentemente, o alinhamento de informações é algo constante em processos como esses, e quem está com a informação tem o dever de partilhá-la com os demais, de modo que todos, ou quase todos, consigam acompanhar o desenvolvimento das ações coletivas.

Partindo da relação entre Gestão Pública e Gestão Social, o Coletivo, a partir da articulação entre seus membros, conseguiu aprovar diversos projetos, formar parcerias e obter prêmios junto a instituições públicas e mistas, ora utilizando-se do CNPJ do Governo Municipal, ora do CNPJ da ASCUZA. O Prêmio ao Reisado de Zabelê pelo Programa Culturas Populares do Ministério da Cultura, edição “100 anos de Mazzaropi”, em 2013, e a escolha da ASCUZA como ganhadora do Prêmio Nacional Rodrigo Melo Franco de Andrade, 27ª Edição, realização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que visa premiar as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, são bons exemplos das conquistas deste Coletivo.

Antes de somar as habilidades para chegar a objetivos únicos, o Coletivo teve que formar pessoas capazes e hábeis, com tecnologias e com algum pensamento crítico. A preparação de cada um dos seus membros no que diz respeito ao domínio da língua portuguesa e de todo um vocabulário necessário para a execução de projetos e produção de documentos diversos relacionados à cultura tem proporcionado um aproveitamento bastante visível dos espaços e dos movimentos que a sociedade disponibiliza dentro da política cultural. Mais do que a capacitação dos envolvidos, precisou-se tornar os seus membros respeitados e admirados por muitos, tanto em Zabelê quanto em outros locais externos a este município, a partir de ações e conhecimentos específicos adquiridos pela participação colaborativa em trabalhos muitas vezes cansativos, mas acima de tudo regados por muita afetividade.

Isso quer dizer que as relações são geradas a partir do compartilhamento de ações, de ideias e da colaboração do indivíduo para o coletivo, promovendo neste último um retorno orgânico para com o indivíduo, a partir das próprias dinâmicas sociais estabelecidas entre os envolvidos. O que se tem é a construção e a consolidação da prática e do pensamento coletivos, com vistas à ação de uma cadeia produtiva através de atitudes colaborativas voltadas para a cultura, de modo a formar

humanos aptos a compreender e a agir diante dos inúmeros setores da sociedade, a partir de uma lógica sociocultural.

Tudo isso faz com que as pessoas redesenhem os seus destinos, trabalhando práticas socioculturais colaborativas que as mantêm o mais distante possível do universo oligárquico e assistencialista a que tantos modelos de gestão pública aderiram, ao longo da formação do Nordeste brasileiro.

O que ocorreu em Zabelê foi a formação de um grupo que conseguiu criar maneiras próprias de articulação para uma gestão e produção cultural dentro de um município com poucas possibilidades de crescimento. A falta de agentes culturais, públicos ou da sociedade civil, foram os primeiros grandes entraves, mas isso foi visto como um campo aberto para a atuação do Grupo.

A utilização do audiovisual, seja correlacionado à fotografia, às apresentações musicais, aos vídeos documentários, aos videoclipes ou às matérias de jornais e revistas, principalmente da cantora Sandra Belê e do folguedo do Reisado de Zabelê, têm sido o carro-chefe para se atingir tanto a opinião pública local quanto a opinião pública externa a Zabelê. O fato de a mídia, mais precisamente a do audiovisual, possuir uma linguagem comunicável a um grande contingente social, com diferentes microuniversos, faz dela uma “instituição” de maior amplitude comunicacional na contemporaneidade. O que não implica dizer que seus usuários sejam eficazes na reelaboração das informações adquiridas. “Embora cresça o número de indivíduos com acesso às redes telemáticas, é pequeno o percentual daqueles que podem usá-las como instrumento de promoção social, econômica e intelectual.” (RUDIGER, 2007, p. 85).

Os membros do Atissar têm encontrado no viver compartilhado formas de agregar mais conhecimentos às suas formações individuais. Ao serem também produtores de vídeo, eles passam a utilizar a linguagem adquirida como um modo de domínio e, então, grande parte do que o Coletivo produz está registrado em audiovisual, proporcionando-lhe desse modo um sem-fim de conexões com o mundo através da rede mundial de computadores. É – se é possível assim dizer – uma “venda” constante de produtos e sensações culturais através do uso do audiovisual, bem ao modo do que diz Castells (2008, p. 40): “As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela”.

Concomitante a um movimento cultural que já ocorria em Zabelê desde o início dos anos 2000, o Brasil também estava dando os primeiros passos para uma política clara de gestão voltada para a cultura, tendo este quadro mudado bastante a partir das Conferências de Cultura realizadas no último decênio. No entanto, quando se trata do setor público, as políticas públicas voltadas para a cultura ainda não se efetivaram enquanto política de Estado, apenas de Governo. Quando se trata do setor privado, as políticas são sempre dependentes dos editais que as próprias

10. No primeiro semestre de 2015, a Prefeitura Municipal de Zabelê disponibilizou para a Secretaria de Cultura e Turismo três cargos efetivos (um superior e dois médios) para comporem o concurso público municipal.

empresas desenvolvem. Já o setor social sempre fica dependente dos governos ou empresas privadas, tentando insistentemente se apropriar de recursos de curto prazo para a manutenção de suas ações. A gestão cultural de Zabelê ficou nesse entremeio, ora partindo de uma narrativa de governo, ora de uma narrativa de sociedade civil e ora pensando suas ações a partir da lógica financeira, porém sempre em busca dos mesmos objetivos de desenvolver um campo de ação que proporcionasse a realização do planejamento desenvolvido pelo Coletivo.

A ação construída de maior ênfase dentro deste novo cenário político nacional foi a aprovação da lei de criação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, instituído pela Emenda Constitucional de nº 71, de 29 de novembro de 2012, que acrescentou o art. 216A à Constituição Federal de 1988.

O SNC propõe um pacto federativo entre as três instâncias: federal, estadual e municipal, estabelecendo mecanismos de gestão e responsabilidades compartilhadas. O trabalho conjunto garante um melhor aproveitamento dos investimentos em cultura, não deixando de lado a autonomia de cada ente nas escolhas e prioridades para o desenvolvimento de suas políticas de cultura (BRASIL (A), 2013, p. 12).

Esta lei é um bom indicativo de que já se caminhou bastante nas políticas culturais do Brasil. No entanto, muito mais se tem por fazer. O Brasil é um país em que, quase sempre, as leis vêm antes que as ações. O que tem que ser feito é nivelar ambos os lados.

É possível que o Coletivo Atissar avance bastante na implantação, junto com a sociedade zabeleense, do Sistema Municipal de Cultura (SMC), devido ao alto grau de percepção e formação de sua gestão cultural, sem a necessidade de repetir modelos estratégicos existentes em outras localidades.

Copiar o resultado de outra cidade tem, ademais, o péssimo efeito de não construir o próprio processo: não estabelece uma governança compartilhada entre o público, o privado e a sociedade civil; não constrói laços colaborativos entre os agentes criativos; leva uma cidade a achar que o reflexo no espelho da outra é seu e, via de regra, ainda incorre em custos vultosos de consultoria e projetos arquitetônicos de grande magnitude. Enfim, em vez de aprender a pescar, ao se copiar a solução dos outros, compra-se um peixe que, além de tudo, pode ser muito indigesto (MARCO e REIS, 2009, p. 206).

Em Zabelê, a gestão já avançou na Criação de um Órgão Gestor, na realização de duas Conferências de Cultura, no cadastramento de seus cidadãos dentro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e na criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – SMPC. Avançando, neste momento, para a realização do Plano Municipal de Cultura e criação do Fundo Municipal de Cultura<sup>10</sup>.

Enfim, o fator crucial para a manutenção do Coletivo é a ligação que os membros devem ter entre si, conseguida através de encontros presenciais (festas, conferências, reuniões, passeios, participação nos projetos individuais) e contatos virtuais para nivelamento de ações e comunicações diversas, tanto sobre ações individuais quanto coletivas. O problema, neste caso, é a saída de muitos para estudar e exercer suas profissões fora do município. Isto faz com que seja criada novamente uma série de ações para que os membros possam se manter conectados, independentemente da distância física que os separa. Como bem lembra Almir Joaquim (21 anos),

Antes nós lutávamos pelo processo virtual e hoje estamos lutando pelo processo presencial. Temos que pensar em que atividades cada um de nós deve se encaixar. Devemos pensar algo específico para os meninos de Zabelê. Com o grupo espalhado, devemos melhorar nossas estratégias e pensar o que o Coletivo fará em termos de atividades. É necessário pensar nossa reconfiguração a partir da distribuição geográfica do Coletivo (29 de junho de 2014, Reunião de Nivelamento na cidade de Campina Grande-PB).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Lizziane (editora). Novos Palcos e Plateias. *Revista de Literatura e Arte Boca Escancarada*. Monteiro, v. 1. n. 1, jan./abr. 2013.

BAKUNIN, Michael. O Que é Autoridade? In: WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

BRASIL (A). Ministério da Educação e Cultura – MINC. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MINC. 2012.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide Venancio Majer. vol. I. 11ª. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAVES, Marrara Xavier; SILVA, Almir Cléydison Joaquim da. *Os Desafios da Economia Criativa com o audiovisual na Associação Cultural de Zabelê (Ascuzza)*. Projeto de pesquisa apresentado à disciplina de Metodologia do Trabalho Científico do Curso de Economia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB como requisito à obtenção de nota referente à terceira avaliação, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria Meriane Vieira Rocha. João Pessoa, 2012.

DÓRIA, Roberto (Org.). *ONG: espaço de convivência*. 3ª. ed. São Paulo: CENPEC, 2002.

KROPOTKIN, Peter. O Crime do Mundo Livre. In: WOODCOCK, George (Introdução e Seleção). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

- MARCO, Kátia de; REIS, Ana Carla Fonseca (Orgs.). *Economia da cultura: ideias e vivências*/Rio de Janeiro: Publit, 2009.
- MORAES, Carla Gisele Macedo S. M.; SILVA, Luciano de Souza e. *Relatório Técnico de Vistoria ao Patrimônio Cultural de Zabelê/PB*. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência da Paraíba, Divisão Técnica, 2012, 253 p.
- NASCIMENTO, Romério Humberto Zeferino. *Zabelê: caminhos e conquistas de uma política cultural que surge*. 2014. 110 f. Monografia (Especialização em Gestão e Produção Cultural) – Unidade de Arte e Mídia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Disponível em <<http://www.4shared.com/web/preview/pdf/Zxja1fHrba>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- PAES, Daniella Lira Nogueira. Sob os signos das boiadas: da pesquisa à Educação Patrimonial. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. João Pessoa: IPHAN, 2013, (Caderno Temático, 3).
- QUINTANEIRO, Tânia et al. *Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- RIETVIELD, João Jorge. Zabelê. In: *Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro*. João Pessoa: Imprell, 1999, p. 195-211.
- RUDIGER, Francisco. *Introdução às teorias da cibercultura: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SANTAELLA, Lucia. *Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SEVERINO, José Roberto; VENERA, José Isaías. *Brasil Memória em Rede: um novo jeito de conhecer o país*. São Paulo: Museu da Pessoa; Itajaí, SCÇ Editora Asa Aberta, 2010.
- SILVA, Almir Cléydison Joaquim da; SILVA, Beatriz Batinga e. *A Organização Socioeconômica no Município de Zabelê – PB*. 2013. 42 f. Monografia (disciplina de Economia Paraibana do curso de Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- SOUSA, Ronildo Cabral. *O Reisado de Zabelê: histórias, sujeitos e cânticos*. 2009. 21 f. Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência da Disciplina Redação Científica, semestre 2008.2, sob a orientação do Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves.
- WOODCOCK, George (Introdução e Seleção). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. 2ª. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

# A FALA DOS PASSINHOS ERRANTES: A INFÂNCIA MENSAGEIRA

## RESUMO

Este artigo trata dos lugares de pertencimento através do relato de um processo de observação sobre o projeto “Meu Morro, Meu Olhar”, projeto de leitura, ocupação e intervenção urbana, realizado por estudantes de uma escola pública de ensino fundamental, em um bairro da periferia de Belo Horizonte. Os estudantes registram, através de fotografias, cenas do cotidiano do entorno da escola colhidas através de derivas e errâncias pelas ruas do bairro. Fotografias caligrafadas e aplicadas em formato gigante com a técnica do lambe-lambe. A partir da observação desta produção-intervenção abrem-se novas possibilidades de ocupação do espaço público no qual o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o *aluno infante* recupera parte do seu ser que parecia perdido.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidade Educadora; Território Educativo; Educação Integral.



**AUTOR:**

**ANA BEATRIZ GOULART DE FARIA ▶**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), atualmente é mestranda no Curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora do Grupo Ambiente-Educação / Proarq /FAU UFRJ e do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído NAPPLAC/FAUUSP. Atua no campo de formação, pesquisa e produção de espaços educativos escolares e urbanos.

# A FALA DOS PASSINHOS ERRANTES: A INFÂNCIA MENSAGEIRA

## DE ONDE ESTOU FALANDO

...na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de tentar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade (SANTOS, 1996a, p. 86).

Este artigo trata da relação entre infância e cidade, mediada pela escola. Ou seja, acionada pelos *infantes-sem-fala* ocupando os opacos da cidade (SANTOS, 2001), caligrafando suas leituras de mundo. Grafias que produzem narrativas que tecem novas territorialidades.

E, a partir desta relação, trata da superação dos *tempos de perversidade*, e de suas *tendências herdadas*, aparentemente insuperáveis. Trata da produção de novos *objetos-situações*, que apontam para a liberação dos homens e das mulheres, meninos e meninas, e de outros modos de produzir territórios através de *mecanismos de nova solidariedade*, que apontam para um futuro diferente e melhor, anunciados na epígrafe.

O local da conversa: Morro do Papagaio, Belo Horizonte, recepcionados pelos alunos do ensino fundamental de uma escola pública e municipal de período integral. E o motivo da conversa: discutir sobre como esta escola vem ocupando os espaços do bairro através do projeto *Meu Morro, Meu Olhar*. Este é um projeto de leitura, ocupação e intervenção urbana, onde os estudantes registram, através de fotografias, cenas do cotidiano do entorno da escola, colhidas através de derivas e errâncias pelas

ruas do bairro (CERTEAU, 1996). Fotografam e caligrafam essas imagens em formato gigante que são aplicadas aos muros com a técnica do lambe-lambe.

## A INFÂNCIA E A CIDADE: OS LIMITES

Há algum tempo, tínhamos medo do bosque. Era o bosque do lobo, do urso, da escuridão. Era o lugar onde podíamos nos perder. Quando nossos avós nos contavam as fábulas, o bosque era o lugar preferido para esconder os inimigos, os medos, as angústias. E, ao contrário, em casa e nas ruas da cidade nos sentíamos seguros. Ali era nosso mundo, domínio. Mas, nos últimos 20 ou 30 anos tudo mudou! A cidade se tornou perigosa e agressiva, perigosa. E, de outro lado, o bosque, o “verde”, a “natureza” aparecem como a última ou única possibilidade de realização do sonho, de harmonia, de felicidade... A cidade perdeu seu lugar de grande centro de encontro, de trocas. Hoje, a separação e especialização dos lugares e das competências segrega e exclui. A cidade se tornou hostil para os próprios cidadãos, perdeu sua magia, seu encanto, seu poder de encantar (TONUCCI, 2005, p. 5).

E perdendo seu poder de encantar, as cidades estão morrendo, não em sentido metafórico, mas real, e os cidadãos estão vivendo pior com o passar do tempo. Essa é uma trágica novidade. Na história conhecida, a humanidade sempre melhorou suas condições. Mas hoje, pela primeira vez, a geração que virá depois de nós terá uma expectativa de vida menor que a nossa. Isso significa dizer que nós, adultos, perdemos o sentido do dever, do limite, da dívida em relação às gerações que virão (TONUCCI, 2008, p. 5).

Dentre os hostilizados pela cidade estão *os infantes*.

(...)

Aqui um parêntese para um esclarecimento sobre minha abordagem de infância neste artigo. E o faço a partir da definição de *infância* apresentada pelo filósofo Walter Kohan (2003): *Não associaremos infância a crianças. Não atenderemos a idades. Não pressuporemos uma temporalidade linear.* Os infantes, aqui, são os estudantes do ensino fundamental, ou seja, pessoas de 6 a 14 anos, mas também são seus monitores, professores, e também os moradores do bairro. Ou seja, pessoas de todas as idades. Pois *infância é a condição de ser afetado que nos acompanha a vida toda... A ausência de voz, infância, não é uma falta, uma carência do ser humano. Ela é condição. Não há como abandonar a infância, não há ser humano inteiramente adulto... Asseveraremos a infância como símbolo da afirmação*, afirmação de uma presença por

sobre antiga ausência: ausência de fala, de lugar, *figura do novo, espaço de liberdade*. A infância como pura possibilidade, como o início do possível, como potencial, como potência. *A infância será uma metáfora da criação do pensamento; uma imagem de ruptura, de descontinuidade, de quebra do normal e do estabelecido... Uma ruptura radical com a repetição do mesmo.* (Grifos meus).

1. Tradução da autora.

Mas não temos tratado a infância no que tem de potente, e sim a partir de suas faltas, de sua pureza, debilidade, precariedade, fragilidade, inferioridade. Então tratamos os *infantes* como seres em permanente situação de perigo e, ao mesmo tempo, como seres perigosos. Estão por nós proibidos de frequentar as ruas e em nome de protegê-los de uma falsa pureza os aquartelamos em casa ou na escola, e os submetemos a toques de recolher permanentes, com a intenção de protegê-los dos perigos da rua, ao mesmo tempo protegemos esta mesma rua das doses extras de confusão e alegria que os *infantes* estão sempre prontos a causar.

E negando a eles e a elas o direito à cidade, negamos à cidade o direito de manter ativa a sua própria infância, que é a diabólica inocência da qual é feita e que a mantém viva (DELGADO, 2007, p. 266).

De um lado optou-se por limpar a rua deste pequeno povo indócil, que foi por muito tempo aceito, com certo bom grado, mas sem querer eliminá-lo e que, mais tarde, tornou-se suspeito, inquietante e condenado. Mas, de outro lado, ao mesmo tempo, decidiram separar a criança (*os infantes*) destes adultos perigosos, retirando-a das ruas (ARIÈS, 1993, p. 233)<sup>1</sup>.

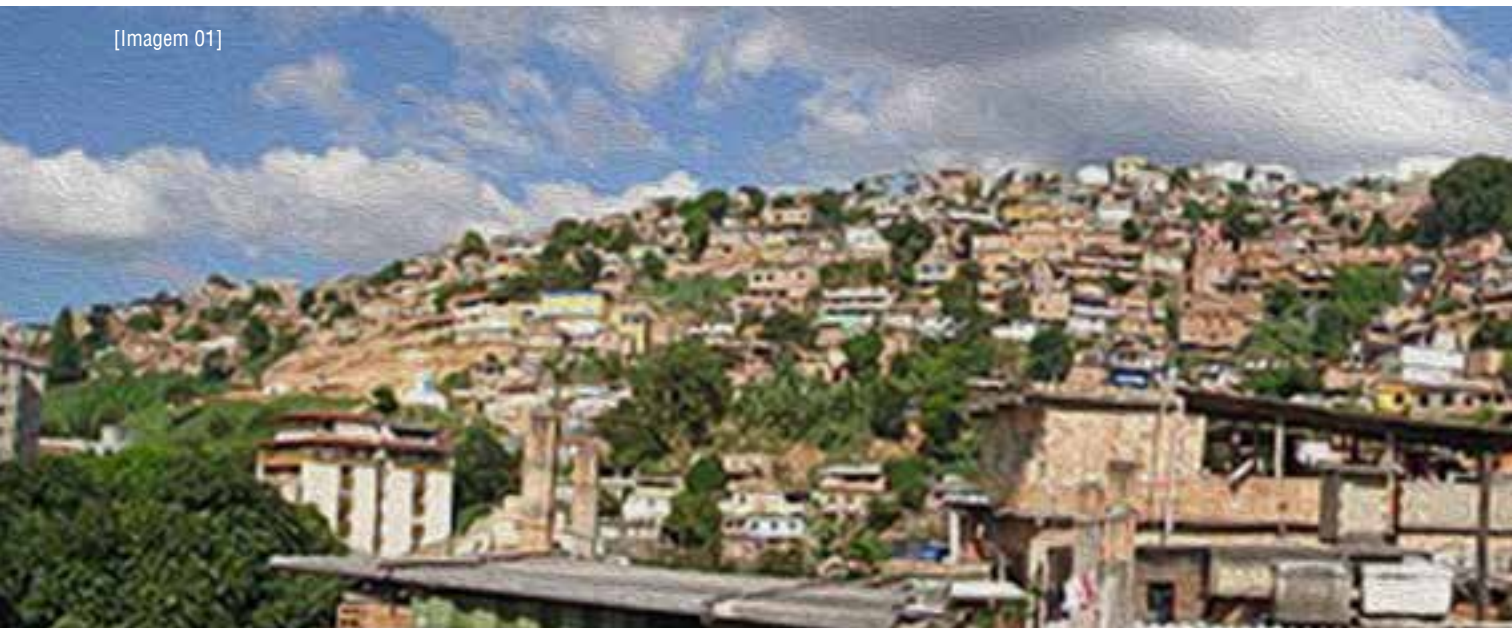
Então a cidade se converteu no bosque de nossos contos: lugar do medo, do perigo. E nela, a infância e seus habitantes, desde sua invenção moderna como continente segregado e isento, surgem condenados a uma marginalização generalizada. *Infantes*, sem voz, sem lugar, sem direitos.

Nós adultos nos apoderamos dos espaços dos *infantes* e os transformamos em instrumentos de dominação. Organizamos e distribuímos estes espaços, cada vez mais reduzidos – *redução cultural, redução de áreas, redução de material...* –, *voltados para a produção de adultos domesticados, obedientes, disciplinados, destituídos de vontade própria e temerosos de indagações* (LIMA, 1989, p. 10).

Neste contexto, a escola é peça chave, pois, ainda que tenha nascido sob a matriz do panóptico, com a função de docilizar e controlar os corpos *infantes*, ela abre perspectivas para a inversão das tendências herdadas. Como nos lembra Mayumi Souza Lima (1989, p. 101), a escola é o que *resta como uma das únicas e últimas possibilidades de reconquista dos espaços públicos e populares que as crianças e jovens perderam na cidade capitalista e industrial*.

Mas no *causo* aqui narrado, este potencial se dá a partir da escola, em direção à rua, saltando-lhe o muro, trazendo boas novas.

[Imagem 01]



**Imagem 01:** Morro do Papagaio, Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte (MG).

## **A INFÂNCIA E A CIDADE: OS POSSÍVEIS**

O Programa Escola Integrada foi criado em 2006 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG, através da implantação da Educação em Tempo Integral.

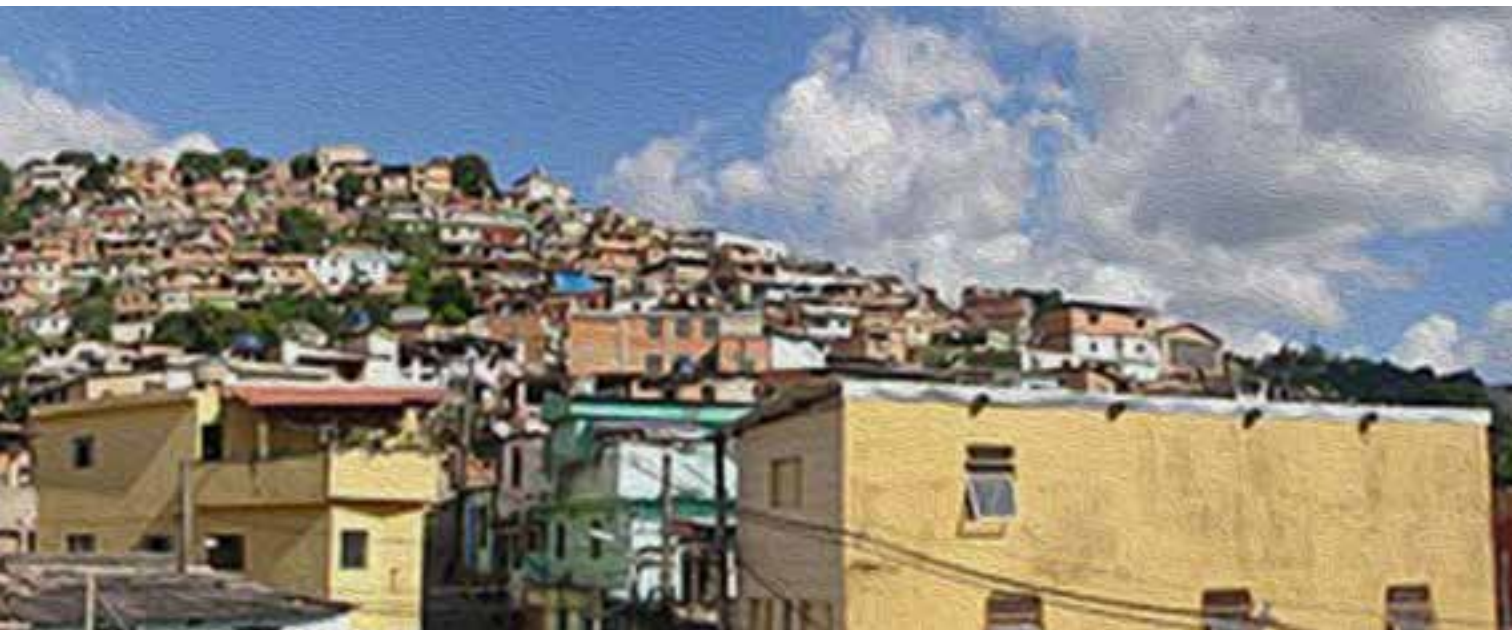
O tema da educação integral volta ao debate público depois de alguns anos, com uma visível valorização de políticas sociais que combinam a oferta do ensino básico regular com serviços das políticas públicas de cultura, assistência social, meio ambiente, ciência e tecnologia, bem como com ações desenvolvidas por organizações sociais. No Brasil o tema da escola em tempo integral tem sido associado à experiência da Escola-Parque de Anísio Teixeira e aos Centros Integrados de Educação Pública, os Cieps de Darci Ribeiro. Contudo, na atualidade, esse debate ganha novos matizes. Destaca-se a visão integral de educação defendida por Paulo Freire, uma visão popular e transformadora, associada à escola cidadã e à cidade educadora.

Nessa perspectiva, todas as políticas públicas, quer do âmbito social, quer do urbano, são chamadas a uma gestão social comprometida com a educação cidadã.

O conceito de cidade educadora, que orienta algumas experiências dessa ordem, centra-se na ideia de que as cidades exercem funções pedagógicas que vão além das suas tradicionais tarefas econômicas, sociais e políticas.

Nessa proposta, a educação não se restringe à escola, alia-se ao desenvolvimento do potencial educativo das mais diversas instituições da comunidade.

O que se propõe é enxergar a educação para além da escola, articulando diversos atores



e instituições locais na construção de redes que se co-responsabilizem pela educação das crianças e dos jovens. Sob essa ótica, as cidades emergem com importância crescente na construção de novas formas de sociabilidade e interação, com seus múltiplos espaços de conhecimento e múltiplas oportunidades de aprendizagem, na construção de uma pedagogia do lugar, uma pedagogia das cidades.

Hoje mais do que nunca as cidades grandes ou pequenas dispõem de incontáveis possibilidades educacionais. De uma forma ou de outra, elas possuem em si mesmas elementos importantes para uma formação integral. A cidade educadora é um sistema complexo, em constante evolução e pode ter expressões diversas, porém sempre dará prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população (Carta das Cidades Educadoras, Declaração de Barcelona, 1990).

O Programa Escola Integrada (PEI)<sup>2</sup> tem como parte de seus objetivos colocar em prática essas propostas nas escolas onde foi implantado. Trata-se da ampliação da política pedagógica do município, que pressupõe o redimensionamento da proposta curricular da escola, o que exige um tempo maior de efetivo trabalho escolar necessário à formação integral dos alunos. É uma política de continuidade que amplia as condições para que crianças e adolescentes matriculados em escolas da Rede Municipal desenvolvam seu potencial, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de competências individuais, sociais, produtivas e cognitivas. Entende-se que, integrando-se a esse conjunto de possibilidades, estejam incorporadas e refletidas as melhorias na aprendizagem e no nível de escolaridade dos alunos e, como consequência, seu sucesso pessoal e escolar.

2. Este programa foi criado em 2006. O estudo de caso apresentado neste artigo se deu em 2011.

Na Escola Integrada, a jornada do aluno é de nove horas diárias, sendo quatro horas e meia com os docentes, no horário regulamentar, e o restante com oficinas oferecidas por universitários e agentes culturais das comunidades.

O PEI efetiva-se na busca de tessituras entre o conhecimento sistematizado (científico, técnico, artístico e cultural) e a diversidade de saberes inscritos na vida ativa dos sujeitos sociais. Assim, afirma-se na oportunidade dada a esses sujeitos de constituírem suas experiências formativas que, ao incorporar diferentes formas e conteúdos de saberes, supera a marca fragmentada e disciplinar do conhecimento para abrigar a complexidade do mundo por eles vivido.

As oficinas e cursos acontecem em espaços próximos das escolas exigindo, assim, que as crianças e adolescentes se desloquem para esses lugares. Esses tempos de mobilidade, assim como os de alimentação e atividades de relaxamento, ganham contornos de aprendizagem, são momentos de formação. É a hora em que, com a proximidade dos sujeitos, passa a ser possível um diálogo mais espontâneo, envolvendo trocas, numa relação de interação entre estudantes e monitores, monitores e agentes, agentes e estudantes.

Educar, nessa perspectiva, significa a possibilidade de entender e participar das decisões da sociedade, utilizando o lugar onde se vive, a escola, o bairro, a vizinhança, como parceiros para o desenvolvimento pessoal e escolar dos sujeitos.

Ao articular cultura, esporte, assistência social, saúde, alimentação, segurança no trânsito e programas de transferência de renda, bem como questões relativas à habitação e as condições de existência, o PEI envolve todas as secretarias municipais, instituições de ensino superior, órgãos responsáveis pelo trânsito, pela limpeza, por obras e pelo meio ambiente.

ONGs, lideranças locais, comerciantes e empresários também compõem a rede de atores responsáveis pela formação integral de crianças e adolescentes vistos como *sujeitos aprendentes* de uma cidade com potencialidades educadoras. Desta forma, os estudantes do programa têm-se apropriado de outras dimensões formativas: identidade, sensibilidade, estética, memória, experimentação. Participam de atividades que, para além da ampliação de seu repertório cultural, trazem possibilidades de uma nova relação com os conhecimentos escolares.

Os novos tempos exigem formações diferenciadas, diversificadas, com o uso de diferentes linguagens e diferentes formatos metodológicos. Nesse contexto, diferentes atores, antes invisíveis, também passam a fazer parte dos processos de escolarização e se transformam em educadores. Assim, a Escola Integrada é uma escola aberta ao novo, aberta a novas experiências, uma escola que concebe o papel de educar como um processo amplo e abrangente que extrapola os muros da

**Imagem 02:** Estudantes do *Meu Morro, Meu Olhar*, atuando no Morro do Papagaio, BH/MG.





escola e os tradicionais conteúdos e/ou áreas do currículo escolar. Nesse sentido, o próprio ambiente social é uma escola e assim deve ser considerado pelos sujeitos que se enxergam como aprendizes permanentes da vida.

A comunidade em torno também aprende a se envolver com esse processo e em cada espaço, em cada canto da vida social, os sujeitos se unem numa enorme rede de aprendizes e educadores, que vivem, usufruem, interagem, integram, correspondem, tiram conclusões, ensinam e cuidam.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos nesse contexto, quero aqui destacar o projeto *Meu Morro, Meu Olhar*, que surgiu da vontade de mostrar às crianças do Programa Escola Integrada, moradoras do Aglomerado Santa Lúcia, outra forma de expressão artística, diferente das que elas já conheciam, como o desenho e a pintura.

Para isso houve a necessidade de ensiná-las a reeducar o olhar em relação à comunidade onde funciona a Escola Municipal Ulysses Guimarães, localizada no bairro São Pedro, nas imediações do Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A ideia de fazer o projeto surgiu de quando uma professora bolsista do PEI, Aline Guerra, voluntária no projeto, descobriu que a escola dispunha de treze câmeras fotográficas analógicas novas. Esboçou o projeto, conversou com a coordenadora do PEI na Escola Ulysses Guimarães, Ana Paula Pego Fernandes, e então pensou que as crianças pudessem ter aulas de fotografia, com o foco nas artes plásticas, registrando sua comunidade e seu dia-a-dia.

Outra questão era reeducar o olhar das crianças, para que pudessem ver sua comunidade com outros olhos e para que fizessem um registro daquilo que lhes parecesse interessante. Assim, os alunos faziam uma análise de seus conceitos em relação à fotografia e mudariam de meros receptores de conteúdos para indivíduos críticos e produtores de imagens. Entenderiam que fazer fotografia não é apenas apertar o disparador: é preciso haver sensibilidade, registrando um momento único, singular.

Entenderiam que o fotógrafo recria o mundo externo por meio da realidade estética.

Com o projeto esboçado, o fotógrafo profissional voluntário, Jorge Quintão Jr. foi convidado a dar aulas de fotografia para as crianças, duas vezes por semana, junto com a professora bolsista Aline. O grupo de alunos foi composto por crianças com idades entre 11 e 13 anos e, então, partiu-se para a execução do Projeto. Inicialmente eram 17 alunos participantes e na segunda etapa a turma foi reduzida para 14 alunos.

Dentre os objetivos do projeto, um é utilizar a imagem fotográfica no direcionamento dos olhares dos alunos para outra forma de expressão artística, diferente daquelas que eles já conhecem, como o desenho e a pintura. Além disso, por meio do



processo fotográfico, pretende desenvolver a atenção das crianças para seu meio, de forma a valorizar seu ambiente e sua comunidade. E também possibilitar que as crianças produzam seu próprio material fotográfico para, a partir dele, montar exposições a fim de levar a sua expressão artística a outros meios, diferentes dos que frequentam e em que vivem.

As fotos aqui apresentadas fazem parte do acervo do grupo e retratam pessoas do aglomerado Santa Lúcia, do entorno da Escola Ulisses Guimarães, assim como os

**Imagem 03:** Estudantes do *Meu Morro, Meu Olhar*, atuando no Morro do Papagaio, BH/MG.



[Imagem 03]

próprios estudantes e os moradores do lugar. Os componentes do grupo decidiram fotografar as pessoas, pois para eles, segundo suas próprias palavras, *as pessoas são o que o território tem de melhor*. E decidiram aplicar as imagens em formato gigante para *valorizar essa riqueza*.

## ENUNCIÇÕES PEDESTRES: FABRICANTES DO MUNDO

Ah! a rua. Só falam de tirar as crianças da rua.  
Para sempre? Eu sonho com as ruas cheias delas.  
É perigosa, dizem: violência, drogas...  
E nós adultos, quem nos livrará do perigo urbano?  
De quem eram as ruas? Da polícia e dos bandidos?  
Vejo por outro ângulo: um dia devolver as ruas às crianças,  
ou devolver as crianças às ruas; ficariam, ambas, muito alegres.(Paulo Freire)

Sim! A infância está de volta às ruas, tornando-as mais belas. Meninos e meninas num trança-trança para cima e para baixo pelas ruas, a elas devolvidos, ficando mais felizes, como há tempos queria o educador Paulo Freire, contrariando os avisos de perigo. Dessa forma este projeto *aponta para um futuro diferente e melhor*, como quis Milton Santos, ao *quebrar com o normal, com o estabelecido*, de acordo com Walter Kohan, potencializando a infância da qual falamos, dando fala aos *infantes* através da experiência, da oportunidade e do direito a experimentar e transformar a cidade.

Se a perda de sentido e a desumanização da cidade e da vida estão diretamente relacionados com a perda da experiência, à pobreza da experiência, à ausência do espaço da experiência (KOHAN, 2005: 240), seu retorno abre possibilidade de humanização e ressignificação da vida na cidade e da cidade como lugar.

Milton Santos nos ensina que *o espaço é formado por um conjunto indissociável de objetos e ações* (1996, p. 51) e que *as ações estão cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem*, das infâncias, e *do lugar* (1996, p. 65). Assim sendo, a prática da cidade pelos *infantes* reaproxima as pessoas dos lugares, trazendo de volta a possibilidade da experiência e, com ela, o sentido e a qualidade do lugar, da cidade, humanizando o que havia se tornado artificial, estranho.

A captura das imagens da/na cidade pelos estudantes lhes proporciona escapar ao totalitarismo da racionalidade, através de uma ação transformadora, desfuncionalizando-as para, em seguida, refuncionalizá-las (SANTOS, 1996a, p. 109).

A cidade como lugar instável e surpreendedor aciona a consciência, substituindo a alienação, onde os praticantes *recuperam parte do seu ser que parecia perdida* (SANTOS, 1996, p. 263).

Dessa forma, os estudantes do Morro do Papagaio anunciam o retorno às práticas, estabelecendo uma relação de *uma inquietante familiaridade com a cidade, tecendo e enunciando novos territórios*. Pois *o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua* (CERTEAU, 1996, p. 175-177).

Estas novas práticas de ocupação dos espaços urbanos pela escola, na perspectiva da Educação Integral e da Cidade Educadora proposta pelo PEI em Belo Horizonte<sup>3</sup>, incentivando a ocupação dos espaços urbanos pelos estudantes, estão operando a inversão de um registro simbólico há tempos consolidado: este de que a cidade é malvada e perversa, para outro onde a cidade pode ser também amiga, acolhedora, educadora. Ações que operam sobre o espaço cotidiano *como uma fabulosa máquina de desestabilização e nega qualquer coisa que possa parecer com uma estruturação sólida dos lugares e das conexões entre eles* (DELGADO, 2007, p. 267).

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. Assim, Charlie Chaplin multiplica as possibilidades de sua brincadeira: faz outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixavam para seu uso. Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial (CERTEAU, 1996, p. 178).

E transformando uma coisa em outra já aponta no horizonte *o tempo dos homens lentos*, previsto por Milton Santos (1996, p. 260). Infantes lentos que, ao ocupar os espaços opacos, enfrentam a racionalidade hegemônica, desregulando-a através da produção de contra-racionalidades, de contra-usos do espaço (LEITE, 2007, p. 215).

São ações criadoras de possibilidades: não apenas por subverter os usos esperados de um espaço regulado – a rua proibida para os infantes –, como de possibilitar que o espaço resultante das estratégias hegemônicas seja cindido, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam.

Transformar um muro em local de exposição é inverter a função do muro, que deixa de ser um dispositivo de impedimento (do olhar e do corpo) para uma tática

3. Importante destacar que o Ministério de Educação, desde 2007, criou um programa similar ao da Escola Integrada. É o programa Mais Educação, através do qual, atualmente, 32 mil escolas públicas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio, localizadas em 3.450 municípios, atendem aproximadamente 5.160.000 estudantes em todos os Estados da União. Sua proposta metodológica incentiva que os estudantes, monitores e professores usem os espaços do entorno da escola como extensão da mesma. Para mais informações consultar site do MEC: <http://portal.mec.gov.br/>

(CERTEAU, 1996) de revelação, de desvelamento. Os excluídos, irracionais, pobres e lentos vão iluminando os opacos da cidade, desregulando a lógica hegemônica (SANTOS, 1996, p. 245), tecendo lugares, reconfigurando os espaços.

*Sim! Os infantes errantes estão criando mecanismos de reversão das tendências herdadas do modo de produção precedente, produzindo novos objetos geográficos, que abrem possibilidades de superação da aparente inevitabilidade da “contrafinalidade” própria à matéria inerte. Objetos dotados de finalidade em consonância com o novo modo, e destinados, sobretudo, a ajudar a liberação do homem e não a sua dominação* (SANTOS, 2009, p. 82). (Grifos meus).

*São procedimentos populares, cotidianos, que jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. Procedimentos que criam outros modos de fazer, pelos quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural* (CERTEAU, 1996, p. 41) (Grifos meus).

## REVERBERAÇÕES: OUTROS MODOS DE PENSAR E DE PRODUZIR TERRITÓRIOS

Esta *insurreição do uso*, onde o uso ganha presença e permite apropriações (SEABRA, 1996, p. 84-85), forjada pelas novas práticas dos estudantes pela cidade exige conceitos generosos o suficiente para darem conta das dualidades no que elas têm de complementar, sem que seja preciso anular uma ou outra parte, mas que mantenha o conflito vivo e não exclua a indisciplina e o imprevisto; exige conceitos híbridos, transformadores, nômades, que revelem multiplicidades, incongruências, concomitâncias, sobreposições. Conceitos que, por sua própria formulação, além de explicar, nos permite atuar no território.

Nunca é demais lembrar que o pressuposto básico de que o território, no sentido relacional com que trabalhamos, não é simplesmente uma “coisa” que se possui ou forma que se constrói, mas, sobretudo, uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais significamos e “funcionalizamos” o espaço (HAESBAERT, 2007, p. 350).

E quais conceitos e teorias dão conta destas relações?

Boaventura Souza Santos (2003, p. 19) nos dá pistas para esta redefinição, ao dizer que *estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica*. E esclarece que *as condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta*. Para que possamos construir esta outra ordem, a ordem emergente, precisaremos reinventar nossas palavras, nossos conceitos, nossas definições. Novos

conceitos que superem as dualidades tão familiares e óbvias que até pouco tempo considerávamos insubstituíveis (ou ainda consideramos), tais como natureza / cultura, natural / artificial, vivo / inanimado, mente / matéria, observador / observado, objetivo / subjetivo, coletivo / individual, animal / pessoa (SANTOS, 2003. p. 64). E outros pares condicionados e condicionantes do pensar e produzir lugares como forma / função, forma / conteúdo, fundo / forma, cheios / vazios, dentro / fora. Libertando-nos das grandes narrativas que a tudo querem homogeneizar, abriremos espaço para a auto-construção e para a diferença, exigências dos tempos atuais.

Retomando Milton Santos (1996, p. 81) e lembrando que o espaço é resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações,

não nos serve mais trabalhar com conceitos puros, que herdamos da modernidade. Não temos necessidade de amarrar nossas teorizações a duas formas puras: de um lado, o objeto, e de outro, o sujeito-sociedade, já que natureza e sociedade não são mais os termos explicativos, mas ao contrário, requerem uma explicação conjunta. Já que a natureza concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor outro modo de ver a realidade, oposto a este trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos.

Estamos vivendo um transito paradigmático frente a uma redefinição do que deve ser a escola, a educação e o que queremos que seja a cidade (BOSCH, 2008). Se a escola e a cidade estão como estão é porque nós as fizemos assim. E se as fizemos assim podemos fazê-las de outra maneira (HARVEY *in* BOSCH, 2008. p. 49).

É esta a mensagem que as crianças estão nos passando na fala de seus passinhos errantes: podemos fazer de outros modos. Ou seja, a despeito de sermos o que somos, também podemos desejar ser outra coisa (SANTOS, 2008, p. 114).

A partir da observação desta produção-intervenção abrem-se possibilidades de novos territórios e o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento.

Neste processo *os estudantes infantes*, agora com voz, falantes, descobrem outros modos de falar, de dizer, de enunciar outros territórios, através da criação de mecanismos de *insurreição do uso, de reversão das tendências herdadas*. No espaço, vão sendo gestadas novas territorialidades. Multiterritorialidades que podem ser

o embrião de reterritorializações comprometidas com a reconstrução reflexiva que acredita e luta constantemente por uma sociedade mais justa e igualitária. Aí os territórios não seriam mais instrumentos de alienação, segregação, opressão e insegurança, mas espaços estimuladores, ao mesmo tempo, da diversidade e da igualdade sociais (HAESBAERT, 2007: 370).

As falas dos passinhos errantes e de suas resultantes leituras e intervenções configuram-se como uma nova *episteme*, dialógica e aberta neste processo de produção de *multiterritórios*. *Multiterritórios* produzidos por horizontalidades em que os lugares vão se *refortalecendo horizontalmente, reconstruindo-se, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo* (SANTOS, 1996, p. 228).

E, a partir destas horizontalidades, que podemos ver surgir nos entornos das escolas do PEI em Belo Horizonte, vai-se dando a formação do que Milton Santos chamou de espaços do aproximativo (1996a, p. 83), imbuídos de uma solidariedade orgânica, cujo conjunto vai sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. São espaços de vocação solidária que resistem à homogeneização, resistem como espaços banais, permanentemente reconstituídos por novas definições.

Há quem classifique as horizontalidades de irracionais pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica. Mas somente a partir de tais irracionalidades é possível a ampliação da consciência. Para Santos (2008, p. 109-111), trata-se de contra-racionalidades, isto é, *formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantém nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização*, características da racionalidade hegemônica e alienante, típica do que o autor chama de verticalidades. *Verticalidades implacáveis, racionais*.

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista, e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 1996, p. 227).

O que Santos (2011, p. 306) chamou de *solidariedade orgânica* é resultante de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar. Solidariedade que é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado.

O que os alunos da Ulisses Guimarães estão fazendo no entorno da escola é a produção destas solidariedades através da horizontalização insubordinada das verticalidades, domando os fluxos e vertigens racionalizantes, tombando-os no chão, fortalecendo o passo lento, medida básica da apropriação.

Em seu último livro, Milton Santos (2008, p. 112) nos convidava a imaginar um cenário, na época utópico, no qual o comportamento do espaço de fluxos se subordinaria, como suposição, não mais ao dinheiro, mas tornar-se-ia subordinado à realização plena da vida. Cenário onde os fluxos seriam controlados pelas ações de

produção de espaço banal e que seria um lugar para a realização plena das pessoas.

4. Ver nota anterior.

Hoje podemos ver algo similar em BH e em muitas outras cidades que adotaram Programas de Educação Integral similares ao PEI ou ao *Mais Educação*<sup>4</sup>. O futuro chegou, porém

Nós não sabemos muito bem ainda o que fazer com esse mundo novo porque não descobrimos as formas de pensar esse mundo novo a partir de nós próprios (SANTOS apud TENDLER, 2006).

Num certo sentido nós, que somos também infantes, estamos aprendendo a falar (KOHAN, 2003, p. 245) e construir linguagens próprias para explicar esse mundo novo.

Cabe agora saber como daremos conta das novidades, já que elas não cabem mais na velha fórmula forma-função, pois os lugares passam a servir para outras coisas, a significar outras coisas, uma vez que o caminhante atualiza as proibições e as possibilidades dos lugares. As descola, inventa outras (CERTEAU, 1996, p. 178). *Os praticantes das cidades atualizam os sentidos que dormem na intencionalidade das pranchetas e dos projetos de ordenação política e cultural dos territórios urbanos* (CARRANO, 2003, p. 24). E então aquela *enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura, de repente é sacudida por uma força que desafia os cálculos* (CERTEAU, 1996, p. 191).

Há que se inventar novos cálculos, novas regras. Que dêem conta da surpresa, do imprevisto. Ingredientes que ficaram fora da equação da modernidade.

Talvez arquitetos,urbanistas,educadores, pesquisadores e gestores precisemos aprender a apreender a instabilidade para depois, a partir desta experiência, reaprendermos a projetar e construir espaços que sejam estáveis e que acolham a instabilidade, sem que por isso se sintam por ela ameaçados.

Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendente será o individuo, e tanto mais eficaz será a operação da descoberta... na produção da nova história (SANTOS, 1996, p. 264).

Um reaprender que adote a *infância* como parâmetro dos projetos de arquitetura e urbanismo, como a arquiteta Mayumi Souza Lima (1989, p. 102) há muito já propos:

Os espaços da cidade, como as praças e, principalmente, as ruas dos bairros da periferia, poderiam ser pensados para uso prioritário das crianças e das famílias e secundário para os carros, tal qual como ocorre nos calçadões centrais. A possibilidade de proibição dos carros é aventada quando o interesse é comercial. **Por que não atender o interesse das crianças?** (Grifos meus).



[Imagem 04]

E bem antes dela Mario de Andrade, em 1935, havia proposto que os meninos e meninas fossem os parâmetros para a organização dos espaços urbanos. No Departamento de Cultura em São Paulo, o poeta administrador colocava a criança no coração da reconfiguração urbana, como elemento disciplinador e racionalizador da metrópole. Para ele a organização do espaço urbano deveria ser tomado na perspectiva de ser um laboratório experimental da humanização da brasilidade, onde a infância não seria completamente infância sem o seu entorno e os crescimentos da criança e da cidade se equivaleriam e estariam harmonizados um no outro (FREITAS, 2001, p. 264-265).

Trouxemos aqui algumas vozes que nos inspiram a falar, nos provocam a pensar e repensar. Observar os estudantes e seus modos de produzir lugares a partir da escola exige que nós, praticantes da pesquisa-ação, alarguemos o nosso olhar, a nossa compreensão, conforme nos provoca Miguel Arroyo (2011, p. 341) quando nos diz que *quando os espaços são reconfigurados, os estudos do espaço são pressionados a se redefinirem*.

É nesta direção que estamos indo em nossa pesquisa-ação que segue, em busca de uma escola mais integrada com seu entorno, expandido a pedagogia e educando a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *Essais de Mémoire*. 1943-1983. Paris: Éditions Du Seuil, 1983.
- ARROYO, Miguel. *Currículo, Território em Disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Programa Escola Integrada. 2008.
- BOSCH, Eulália (Org.). *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*. Barcelona: Santillana, 2008.



CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DELGADO, Manuel. *Sociedades Movedizas*. Pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. História da Infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mario de Andrade. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2001, p. 251-268.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do “fim” os territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOHAN, Walter. *Infância entre Educação e Filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEFÈBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade*: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

MACEDO, Neusa Maria Santos; EVARISTO, Macaé Maria; GODOY, Madalena Ferrari; RIBEIRO, Tadeu Rodrigo. A experiência da escola integrada de Belo Horizonte (MG). In: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da Educação Integral no Brasil*. Direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 413-424.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Técnica Espaço Tempo. *Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, pp.71-86.

TENDLER, Silvio. *Encontro com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá*. Caliban Produções Cinematográficas. Brasília, 2006.

TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Quando as crianças dizem chega!* Porto Alegre: Artmed, 2008.

Site: Informações sobre o projeto *Meu Morro, Meu Olhar*: <http://www.morrodopapagaio.org.br/> Acesso em: julho de 2012.

# CIDADE EDUCADORA: POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LIBERTADORA

## RESUMO

Esse artigo retrata o início da construção do Programa “Cidade Educadora”, que visa à exposição do processo extensionista em gestão participativa do território de Aracati-CE, com base no diálogo entre Educação Patrimonial, Educação Popular e Educação Integral. O planejamento participativo se norteou pela noção de patrimônio, identificado como um potente tema gerador, capaz de abarcar bens materiais e imateriais, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, afetivos, culturais etc., e mobilizar para a ressignificação do papel do cidadão educador no contexto da cidade. Nesse sentido, foram previstos três níveis de atuação no município: comunitário, educacional e da gestão municipal. Essa configuração se alicerçou na mobilização para o planejamento plurianual, que produziu um documento final encaminhado e aprovado pela câmara dos vereadores de Aracati, um curso de formação na rede pública e reuniões com os setores da gestão. O viés participativo contempla um olhar dialógico, reflexivo e vivencial das questões emergentes do território aracatiense, permitindo ao poder público e à população desse município a possibilidade de um salto qualitativo no modo de produzir cidade. Considera-se, portanto, a condição de sujeito histórico dos cidadãos e a perspectiva complexa da construção da cidade, sendo relevante as reflexões desse fazer, em consonância com a dinâmica do território local e as incidências da amplitude global, em uma postura facilitadora das relações intersetoriais, intergeracionais e interterritoriais.

## PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural; Educação Integral; Política Pública.



## **AUTOR:**

**VANESSA LOUISE BATISTA ▶**

Doutora em Psicologia Socioambiental pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo e graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Atuou como pesquisadora e assistente de coordenação do Instituto Brasileiro para Educação Ciência e Cultura – Comissão São Paulo (IBECC – UNESCO – SP). Prestou consultoria ao IPHAN – DF, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial em assessoria à Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento. Atualmente, atua como professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Ceará; coordena o Laboratório de Estudos Sobre a Consciência (LESC – PSI) onde desenvolve ensino, pesquisa e extensão em políticas públicas participativas, intersetoriais e intergeracionais circunscritas em territórios nacionais e regionais.

# CIDADE EDUCADORA: POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LIBERTADORA

Esse artigo retrata o início do processo de construção do Programa Cidade Educadora (em andamento), que tem por finalidade a gestão participativa do território de Aracati – CE, através de um trabalho extensionista com bases no diálogo entre a Educação Patrimonial, Educação Popular e Educação Integral. Tendo em vista o conhecimento popular e a cultura vívida no território, buscou-se criar novos sentidos para o processo gestor da cidade, como também das escolas de ensino básico, propondo estratégias dialógicas através de um método reflexivo e vivencial no desenvolvimento e expansão da consciência dos cidadãos. Para planejar o território, a noção de patrimônio foi um potente tema gerador, capaz de abarcar bens materiais e imateriais, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, afetivos, culturais etc.; assim como foi mobilizador para a ressignificação do papel do educador no contexto da cidade. O programa “Cidade Educadora”, por sua natureza inventiva, prevê a participação popular como base do planejamento estratégico da cidade. Seu caráter participativo requer criação constante. Nessa perspectiva, a cidade está aberta para quem queira entrar no diálogo e se coloca como gestora de um projeto político de futuro: aquele que fortalece a materialização de uma urbanidade viva e sustentável.

Se é sincero o desejo de um futuro compartilhado e/ou a percepção de que sem partilha não haverá futuro, então é necessário colocarem-se na mesa de negociação os desejos as necessidades, os direitos, os deveres, e as dificuldades de cada pessoa/grupo/sociedade, para ir-se decidindo por agendas de trabalhos globais e locais nas quais estejam explicitadas responsabilidades, prazos e prioridades (TASSARA; SORRENTINO, 1999. p. 187).

1. Laboratório de Estudos Sobre a Consciência e Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental, respectivamente, ambos vinculados à Universidade Federal do Ceará.

2. Esse projeto baseou-se, também, no “Paradigma Biocêntrico” (GOIS, 2012). Tal concepção é proveniente das teorizações da Biodança, que definiu inicialmente o “Princípio Biocêntrico” (TORO, apud GOIS, 2012), orientador das atuações, posturas e convivências humanas planetárias.

O Programa Cidade Educadora teve sua estruturação inicial em território cearense a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos Laboratórios de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Ceará (LESC – PSI e LOCUS<sup>1</sup>) inscrita na proposta denominada “Duas Fendas: Patrimônio, Cultura e Consciência Biocêntrica<sup>2</sup>” (MEC/ SESU – Proext, 2013). Reuniu professores dos Departamentos de Fundamentos da Educação e do Departamento de Psicologia, em trabalhos desenvolvidos na cidade de Aracati-CE, a fim de cultivar o florescimento da cultura e consciência Biocêntrica, fomentando o Desenvolvimento Municipal Estratégico, participativo e sustentável, mediante uma Educação Patrimonial Libertadora.

Este trabalho se configurou inicialmente como uma cooperação entre a Universidade e a Cidade, através de projetos de extensão universitária, em fevereiro de 2011, cujos processos de ampliação e desenvolvimento da consciência pessoal e coletiva contribuíram para a conscientização e mobilização em torno das gravíssimas questões decorrentes da crise socioambiental que sobreveio ao território de Canoa Quebrada, na ocasião. Foi neste bairro de Aracati, mais especificamente com a comunidade da Vila do Estevão, onde começou a se desenvolver a atuação comunitária via extensão universitária.

E nesse cenário o gestor maior da Administração Municipal, em 2013, teve contato com a proposta de trabalho do Laboratório de Estudos Sobre a Consciência (LESC – PSI) da UFC, através de sua participação no Fórum Comunitário de Canoa Quebrada e Fórum Aracati Novos Caminhos. Contudo, foi no âmbito da Secretaria de Planejamento e Administração, pelo acordo de efetivar a mobilização comunitária para a construção de um plano de governo, que a parceria com a Prefeitura Municipal se consolidou. Assim, mostrou o interesse legítimo de celebrar parceria com o grupo institucional da UFC na região, muito embora tenha apresentado com clareza as inúmeras dificuldades que a gestão municipal havia de enfrentar para consolidar a proposta entre os setores do governo. Contudo, colocou tal perspectiva como um desafio a ser enfrentado em prol da construção de uma cidade que educa a todos, partindo do próprio grupo gestor.

Em meio à proposta de implementação de um processo técnico social e político solidário de inserção territorial sustentável, entende-se como fundamental a decisão da Prefeitura de Aracati em desenvolver uma Política Pública Participativa na Cidade. Esta relação colaborativa de fomento ao desenvolvimento municipal apoia-se na concepção de uma extensão universitária formadora de técnicos e profissionais, tanto para a prestação de serviços cooperativos de consultoria e assessoria organizacional-comunitária à Gestão da Administração Pública Municipal, quanto para a formação dos servidores e gestores vinculados ao governo. Este modelo de inserção e atuação se refere à natureza educativa da proposta, visando ao favorecimento e à realização de um programa em que Aracati

se faz Cidade Educadora e Patrimônio do Ceará. Tal perspectiva aponta para um complexo de estratégias de promoção da aprendizagem e desenvolvimento municipal, adotando o lema “Aracati, Patrimônio do Ceará: Por uma Cidade Educadora”, e retratando o espírito da cidade, em sua totalidade, potência e identidade, nos cenários regional, estadual, nacional e internacional<sup>3</sup>.

O trabalho, assim, foi construído conjuntamente à Secretaria de Administração e Planejamento, identificando o primeiro passo a ser dado: a mobilização comunitária para a produção participativa do Plano Plurianual (2014/2017). Desenvolvido durante os meses de maio, junho e julho de 2013, através dos *Encontros Comunitários da Cidade* e do *Encontro Municipal das Comunidades*, possibilitou a formulação da Lei nº 069/2013 que regulamenta a integração entre as funções de planejamento e orçamento, através da compatibilidade entre três instrumentos legais básicos: o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Paralela a essa frente de atuação, outra se configurou através de um processo formativo destinado aos educadores da rede pública de ensino, denominada *Formação Permanente em Educação Patrimonial por uma Cidade Educadora*. Esta visa operar a integração entre o plano macrogenético de desenvolvimento da identidade municipal, e o plano microgenético de integração da identidade pessoal, em suas expressões individuais e coletivas, criando campo propício para a elaboração colaborativa de um planejamento estratégico da cidade.

Para abarcar a totalidade do processo de integração e desenvolvimento da identidade municipal, a Equipe LESC – PSI junto à Prefeitura de Aracati identificaram a necessidade de se encaminhar um procedimento licitatório capaz de selecionar uma proposta de atuação técnico-profissional suplementar ao grupo universitário, a fim de adentrar o universo governamental e comunitário e gerar informações mais aprofundadas acerca da realidade aracatiense e dos procedimentos gestionários que respondam à condição urbana como um todo.

Em função do contato prévio que a equipe LESC – PSI possuía com a realidade da cidade e, também, mediante a solicitação da Secretaria de Administração e Planejamento para melhor concretização dos objetivos participativos da governança municipal; definiram-se três frentes de compreensão e atuação estratégica para deflagrar o programa na cidade: Poder social e participação comunitária; Integração e desenvolvimento organizacional na gestão municipal; e Formação Permanente em Educação Patrimonial por uma Cidade Educadora.

Essa perspectiva de atuação visa atingir a complexidade da vida na cidade através da implantação de espaços e canais participativos para mobilização permanente das localidades, microrregiões e distritos, favorecendo a capilaridade da gestão participativa da política pública (controle social) e a potenciação dos recursos e

3. As escalas tratadas dessa maneira refletem a necessidade compreensiva que deve imbuir as ações localizadas nos diversos âmbitos da cidade. Qualquer que seja a atuação, por menor que ela seja, devem-se considerar tais dimensões e contemplá-las metodologicamente para que seja possível semear a cidadania planetária.

iniciativas comunitárias de melhoria (poder social). Para tanto, foi importante a identificação de necessidades, desafios, prioridades e potenciais de desenvolvimento em cada localidade e a abertura para o diálogo com a gestão municipal.

Por outro lado, seria fundamental o processo de integração e desenvolvimento organizacional constante e contínua junto às equipes da gestão municipal, produzindo relações setoriais mais engajadas e diálogos intersetoriais mais consistentes, estimulando a conexão e a vinculação da gestão consigo mesma, com seus sonhos, valores, princípios, desafios, potenciais, e com seu projeto para a cidade. Além disso, a integração entre o desenvolvimento organizacional da gestão deveria caminhar ao encontro das iniciativas de desenvolvimento comunitário.

A frente de atuação voltada ao contexto educacional se deu através da “Formação Permanente em Educação Patrimonial por uma Cidade Educadora”, reunindo educadores de 25 escolas do município. A intenção é formar educadores da rede pública de ensino para atuarem no território, em conjunto com alunos e familiares, moradores da comunidade em que a escola se inscreve; facilitar diálogos entre as dimensões de vinculação presentes na realidade escolar: professores, alunos, familiares e gestores.

Essa configuração metodológica propõe o envolvimento de todos os segmentos do município, apontando para uma dinâmica participativa de restabelecimento da vida pública na cidade com parâmetros reflexivos, poéticos e sustentáveis; construindo coletivamente referências teórico-metodológicas acerca de processos participativos de planejamento urbano e construção de vidas comunitárias emancipadoras.

Tais ações visaram gerar fóruns dialógicos para facilitar a produção de políticas públicas educativas para o município de Aracati; a construção participativa do plano de efetivação da educação integral no município; encontros de jovens e crianças para construir um plano para o futuro da cidade, aprofundando a noção do que sejam as relações comunitárias capazes de gerar condições de sustentar as perspectivas dos iniciados em educar-se enquanto educam outros a viver uma cidade sustentável e educadora.

A escola, nesse contexto, torna-se espaço facilitador e gestor de cidadania e lócus da urbanidade, o que exige a reflexão contínua acerca da vida cotidiana e das necessidades lógicas e vivenciais que esta demanda à produção do conhecimento científico. Nesse sentido, previu-se o fomento dos núcleos de cidadania imbuídos de perspectivas de ensino, pesquisa e extensão na Educação Básica, além da facilitação do diálogo e desenvolvimento de ações junto aos técnicos e servidores do poder público municipal: comissão Intersetorial, conselhos e comitês.

A perspectiva de se construir um processo efetivamente participativo de governança se apoiou na estruturação de um plano político de reconhecimento dos sentimentos das comunidades em seus lugares de vida, suas relações Interterritoriais e Intergeracionais, além de identificar formas de articulação sócio comunitária para planejar e vivenciar os processos políticos da cidade. A decisão da Secretaria de Administração e Planejamento, em consonância com o Prefeito da cidade, em desenvolver a mobilização para os fóruns de diálogo popular acerca da cidade, legitimou a Equipe LESC – PSI para facilitar os encontros sob a base de uma Educação Patrimonial Libertadora. O Plano Plurianual Participativo, desenvolvido para os 4 anos de gestão municipal (2014 a 2017), envolveu 1800 pessoas através do chamamento público (carro de som, rádio e TV locais) para os Encontros Comunitários da Cidade (ECC) e Encontros Municipais das Comunidades (EMC).

O município de Aracati foi ordenado em onze territórios, de modo que cada qual aglutinou de 5 a 12 bairros da cidade. Organizaram-se os momentos participativos denominados “Encontros Comunitários da Cidade” e “Encontro Municipal das Comunidades” os quais compuseram as 05 etapas, cada qual com objetivos específicos diferentes e complementares entre si, de modo que as produções coletivas foram se somando e se integrando progressivamente ao longo das 4 fases – duas em âmbitos territoriais e duas municipais. E a quinta fase como um momento de devolutiva para a população acerca do trabalho realizado durante todo o processo e seu resultado: o documento final do Plano Plurianual de Aracati e as atividades efetivadas durante a primeira etapa de mandato dessa gestão.

Na Fase 1, as atividades adotaram a tônica preparatória e reflexiva para a *mobilização* comunitária e o *planejamento participativo* em prol do patrimônio coletivo, das riquezas e valores locais, sejam materiais ou imateriais. Em contato com seus afetos e significados sobre sua comunidade, os moradores expressaram seu pensamento como sujeitos comunitários na “Roda da Comunidade”, refletindo o pensamento coletivo de cada território e localidade, além de identificar pessoas mobilizadoras para participarem de um “Comitê de Moradores Mobilizadores”. Este comitê, destinado a ajudar sua comunidade a se planejar estrategicamente, teve como missão divulgar o processo participativo iniciado e agregar mais pessoas para a Fase 2, que ocorreu ainda em âmbito territorial.

Na Fase 2, as comunidades novamente se encontraram em Roda<sup>4</sup>, a partir das sínteses apresentadas sobre as compreensões produzidas pelas Rodas das Comunidades na Fase 1, cada um, novamente na Roda de sua comunidade, expõe o que sente e percebe como necessário, suas reivindicações históricas, insuficiências, problemas, desafios, sonhos, desejos, para mudança positiva do seu cotidiano.

Essas pautas foram elencadas e priorizadas seguindo três critérios: a urgência, a abrangência populacional e o que se refere ao patrimônio local, mediante a

4. Símbolo e gesto que trazem a imagem e a força da união, da integração, da solidariedade, da partilha, do diálogo, do respeito, do pensamento e da expressão da consciência coletiva sobre temas geradores. Estar em roda é uma prática fundante da implementação de uma democracia urbana, pois tal configuração socioespacial dilui a imagem de soberania monárquica e aristocrática, gerando a noção da legitimidade da potência popular na construção de uma cidade educadora.

apresentação de três questões geradoras: o que é patrimônio? O que é urgente? E o que atinge o maior número de pessoas? Com tal base, as rodas foram orientadas a ordenarem as prioridades apontando-as dialogicamente. Em seguida, solicitou-se a cada roda que apresentasse duas pessoas, além das mobilizadoras identificadas na Fase 1, para efetuarem um papel integrador, de modo que pudessem participar da Fase 3, junto das outras comunidades do território de participação.

Na Fase 3, primeiro “Encontro Municipal das Comunidades”, apresentaram-se 74 comunidades que, acessando o espírito da região, reconheceram-se como parte ampliada de um todo ainda maior – integrantes dos territórios desse município. Verificou-se vários pontos de identificação intercomunitários, evidenciados como necessidades e caminhos de melhoria prioritários para o conjunto identificado daquelas comunidades.

A Fase 4 trouxe a ênfase no encontro entre a comunidade e o corpo técnico da gestão de cada política setorial, o responsável por cada pasta do setor administrativo, que já maneje e tenha experiência com a elaboração técnica do PPA, com sua estrutura, códigos, lógica, linguagem específica. As pessoas mobilizadoras, integradoras e articuladoras tiveram a oportunidade de acompanhar face a face o trabalho e o posicionamento da equipe de técnicos da prefeitura, sob as prioridades apresentadas pelas comunidades para a elaboração do PPA e contribuíram com ele, por intermédio do Círculo de Cultura de “Método de Processo” (CAVALCANTE, 2007). Durante essa etapa do trabalho, jovens formados em um projeto denominado Rádio Patrimônio desenvolveram entrevistas com os secretários e moradores de diversas comunidades para desenvolver um *spot* difundido via internet.

Vale ressaltar que o processo foi realizado na perspectiva da democracia direta, em que as pessoas indicadas pelos grupos não faziam o papel de representantes comunitários, mas sim exerciam a função de mobilizar, integrar e articular. Os Encontros Comunitários da Cidade e os Encontros Municipais das Comunidades foram abertos para toda população, sendo divulgados em rede televisiva, radiofônica, em carros de som pelas ruas das cidades, cartazes afixados em lugares estratégicos e de uso público, como também através das comunicações feitas pelos agentes comunitários de saúde em visitas domiciliares.

A Fase 5, referente ao momento em que o documento final do PPA e o Relatório de Ações da gestão seriam socializados e compartilhados com os moradores presentes em um Encontro Municipal das Comunidades, a fim de que estivessem cientes do documento enviado à Câmara Legislativa Municipal para feitura da lei. Juntamente a ele, haveria a entrega às comunidades do relatório técnico social, elaborado pela equipe facilitadora do processo participativo, devidamente protocolado, com as informações geradas pelas comunidades. Infelizmente essa etapa não ocorreu, devido à incompreensão da Prefeitura sobre a necessidade dessa devolutiva à comunidade.

A partir desse processo, a população definiu suas prioridades e orientou a gestão na construção da LEI nº. 069/2013, que regulamenta a integração entre as funções de planejamento e orçamento através da compatibilidade entre três instrumentos legais básicos: o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em virtude do seu nível de relevância e grau de significância para o desenvolvimento estratégico e sustentável da cidade, a elaboração do Plano Plurianual foi realizada através de métodos facilitadores da participação popular. Essa atuação visa trabalhar a genealogia do patrimônio cultural da cidade como um processo de descoberta e criação – um jeito inovador de despertar-se para a produção de uma cultura humanizada e viva.

Durante os encontros junto à população foram abordados muitos temas geradores que levantassem demandas populares e permitissem reflexões sobre seus posicionamentos frente ao desenvolvimento da cidade. Foram abordados temas como planejamento, mobilização, vida comunitária entre outros.

Quando o tema gerador foi “Patrimônio”, o entendimento dos moradores, além de contemplar a compreensão estipulada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, ainda trouxe outros sentidos para o termo. Nessa busca de compreensão sobre os temas que são caros para o desenvolvimento da Cidade Educadora considerando o saber e o viver popular, a riqueza de informações se abriu de modo intenso e plural.

A noção do conceito institucionalizado está presente e bem aplicado por alguns dos cidadãos, muito embora alguns deles tenham uma vaga noção acerca disso. Esse fato é muito compreensível, tendo em vista o pouco acesso que alguns deles têm às informações governamentais e legais. Ainda assim, mostram-se cientes das terminologias e do valor que estes possuem para o município e a sua comunidade. Nesse contexto, mencionam as danças, a culinária local, as festas tradicionais, os museus, as casas de farinha, os engenhos, as lagoas, os monumentos históricos, os casarões e também o conhecimento popular, como um saber do povo.

Ao se aprofundar nesse saber é que se revela a beleza do entendimento desse tema gerador, quando atribuem sentidos diversos ao que consideram “Patrimônio”. Ao partir da perspectiva individual, o grupo de jovens que participou do processo identificou um espaço relevante em seu cotidiano: a Escola. Essa consideração é também importante para a concretização do programa Cidade Educadora, visto que esse equipamento urbano é o instrumento central da ação mobilizadora e enraizadora do processo. Comentam, ainda na primeira pessoa, sobre a sua cultura, sua arte, seu trabalho, seus sentimentos de alegria, honestidade, competência, amor e companheirismo; o carinho e o respeito, a coragem e a paz.

Sob o ponto de vista mais coletivo, em que os grupos e comunidades são contemplados pelo olhar do morador, as nuances caminham para uma configuração do bem público e da vida conjunta. Assim, denotam os espaços físicos pela importância coletiva que possuem na configuração da cidade, por abrigarem suas crenças, serem destinados ao cuidado com a saúde do povo, um lugar de aprendizagem e acolhimento para os jovens e as crianças (Escola) ou, ainda, um “canto” que identifique seu território, como a praia para os pescadores. Colocam em foco as histórias dos antepassados, contadas pelos mais velhos, as relações de companheirismo e os afetos que delas brotam e se enraízam, tornando a convivência um patrimônio a ser preservado. Indicam também as suas produções e a natureza como as árvores, as matas, a carnaúba, o caju, a macaxeira o feijão, o milho, o coqueiro e a cajarana – produtos típicos da região. Indicam, também, as associações de moradores e agricultores.

A gama de entendimentos inclui um modo de compreender o “Patrimônio” imbricado às ações coletivas e que intentam um processo humanitário de vida na cidade. Aqui, o termo patrimônio evidencia-se em pronunciamentos referentes às condições em que se alicerçam uma participação social efetiva; e revigora (no saber popular) o que é relevante quando se trata de agir em prol do patrimônio local. Assim, o entendimento sobre a ação que preserva o valor cultural e a identidade do povo da cidade demonstra qual posicionamento é cabível para a construção de um futuro sustentável.

A construção de uma cidade pautada no conceito de patrimônio deve supor a coletividade e realização de um processo educativo que identifique e valorize os aspectos culturais da identidade local. Esses lugares de participação precisam ser ressignificados em um processo educador, pois não se trata apenas de comparecer e gerar uma quantidade elevada de pessoas para que se desenvolva tal dimensão da vida pública; precisa haver sentido para quem participa e compromisso coletivo com a manutenção da soberania do grupo gestado e formado nos momentos de convivência para o planejamento conjunto das propostas para a cidade.

É importante reconhecer a Cultura em vigor na cidade contemporânea como uma composição de símbolos originários das práticas e concepções sobre a vida no mundo. Ainda que se pense que o modo rural de organização territorial é baseado na rusticidade e nas ausências de conforto e regalias, há algo de ideológico nesse entendimento, visto que a compreensão profunda e diversa apresentada advém da eminência da ruralidade presente no cotidiano desses cidadãos. Sem contar que, não sabendo exatamente as formas institucionalizadas de atribuição de valores às coisas e fenômenos (naturais ou sociais), possuem a criatividade e a inventividade necessárias para a construção poética do futuro.

Que cidade queremos? Eis a questão que deve ser posta a todos os moradores de Aracati, pois a responsabilidade da valorização identitária de um povo deve ser

algo partilhado em acordos explícitos de solidariedade e parceria. Desse modo é que a Gestão Municipal tem um papel educativo na forma de gerir o município: Administrar com o povo é fomentar os saberes em prol de um planejamento estratégico na direção da sociedade urbana – aquela capaz de ser compartilhada por todos. Assim, a cidade se torna um real e verdadeiro bem comum, digna de ser considerada Patrimônio de um povo!

No tocante à “Formação Permanente em Educação Patrimonial por uma Cidade Educadora”, tal ação foi considerada pela equipe extensionista como a matriz de um processo de desenvolvimento do Programa Cidade Educadora, estruturado a partir dos trabalhos de Educação Patrimonial “Duas Fendas: Patrimônio, Cultura e Consciência Biocêntrica” (PROEXT, 2013-MEC/SESU/UFC).

Reconhecendo a escola como o equipamento público mais imerso e melhor distribuído nos territórios municipais, compreende-se que o movimento para gestar uma política propositiva de uma Cidade Educadora deveria estar intrinsecamente atrelado à reformulação da política educacional do município, pois somente transformando o entendimento sobre a educação e os espaços educadores é que podemos pensar na cidade como território educativo de si, tanto para quem nela habita quanto para quem a visita.

A Educação Patrimonial, vista a partir da compreensão de Patrimônio Cultural indicada na Carta de Nova Olinda (2009), abrange as diferentes perspectivas de entendimento e preservação do patrimônio, que vão além dos espaços físicos da cidade, para sua população e cultura. Nessa proposta educativa pelo patrimônio, enfatizamos também a valorização e o cuidado com o educador, tanto no seu papel na cidade quanto no seu conhecimento.

A formação teve como principais bases teórico-metodológicas a Educação Libertadora (FREIRE, 2011) e a Educação Biocêntrica (CAVALCANTE, 2007). A partir dessas bases, estruturamos o curso em 15 encontros presenciais, além de atividades a serem desenvolvidas nas próprias escolas com as respectivas equipes de docentes e de estudantes, momento nomeado como “prazer de casa”. No desenvolver de cada aula do curso, utilizamo-nos de variados recursos da Educação Biocêntrica, pautando sempre o cuidado com o educador a partir das vivências e do diálogo amoroso, sempre valorizando o saber que os educadores já traziam e o seu próprio conhecimento sobre a educação e o município de Aracati.

Os módulos foram formulados conforme descritos a seguir:

- 1) Território e identidade: Educação Libertadora - a) Reconhecimento do papel do educador para a construção de uma cidade sustentável; b) Mapeamento participativo: Espaço de vida, patrimônio, educação e cidade;

- 2) Políticas Públicas e projetos na escola: a) Trabalho a mais ou oportunidade de transformação? b) Aprofundamento e reconhecimento da escola como um engenho de política pública participativa e de valorização da cultura local;
- 3) A escola como espaço para o encontro: a) A escola como espaço de toda a comunidade; b) Facilitação do diálogo escola, comunidade e gestão participativa; c) Núcleo transdisciplinar de estudos avançados, considerando a identidade local e suas nuances culturais como ponto de partida para as ações de pesquisa e extensão na escola básica.

Nesses temas, abordados em encontros quinzenais desenvolvidos em dois períodos (manhã e tarde), propunha-se a convivência entre professores e coordenadores pedagógicos de 25 escolas da cidade. As atividades vivenciais e dialógicas preparavam o grupo para um aprofundamento reflexivo acerca de sua postura como educador e das possibilidades de se construir um novo caminho de acesso. Os 40 educadores iniciavam os trabalhos no grande grupo e, quando os temas eram delimitados, estes se organizavam em pequenos grupos para facilitar o diálogo e a troca de saberes. Busca-se trabalhar o lugar do educador como quem inspira a criação do saber e produz afetuosamente a troca do conhecimento.

A cada encontro propôs-se uma atividade que fomentasse o vínculo dos jovens e crianças com suas famílias, a fim de gerar um entendimento sobre a vida comunitária nos diversos territórios da cidade. Essas práticas de pesquisa auxiliaram no processo de mapear as características da população e permitiram a reflexão acerca das dificuldades enfrentadas pelos educadores, assim como os sentimentos frente à relação com as famílias dos estudantes. Esse método tem como base a aproximação do professor à realidade do aluno, como também do aluno aos seus familiares e vizinhos, a fim de gerar um sentido para o conhecimento a partir do vivido. Assim, o conhecimento se produz mediante a realidade dos jovens e das crianças e a escola passa a ser um espaço de reflexão sobre a cultura local e a vida de cada um e de todos. Essa ação do Programa Cidade Educadora é ponto fundamental para a mudança cultural de que a cidade necessita, a fim de rumar na direção de um novo modelo urbano.

No decorrer das atividades, foram evidenciando aqueles professores que realmente se comprometeram com a proposta e, apesar das dificuldades enfrentadas, insistiram e realizaram inúmeros trabalhos em suas escolas e comunidades, voltados à valorização dos patrimônios culturais das comunidades em que se inserem. O comprometimento daqueles que se identificaram com a proposta foi tamanho, que levou à formação de uma comissão para um encontro com o prefeito, a fim de sensibilizá-lo a respaldar as perspectivas construídas nesse curso de forma participativa e conjunta.

Vale ressaltar, ainda, que as ações e transformações da realidade urbana têm dimensões de compreensão e execução: há o que está ao alcance das mãos do indivíduo, da família, da comunidade, do território; há o que diz respeito às execuções dos técnicos da gestão, dos gestores de cada setor e outras que só o prefeito poderá solucionar. Contudo, há questões que estão sob o domínio do governo estadual e outras do federal. E outras que dizem respeito ao projeto político mundial.

A compreensão dessas dimensões é extremamente necessária para todos os municípios, mas, como essas informações ainda não estão claramente difundidas, tudo que acontece no território da cidade acaba resvalando na gestão municipal, em função das posturas gestonárias paternalistas e populacionais de subserviência.

Para gerir democraticamente é preciso aprender que a liberdade é uma construção conjunta e própria da vida coletiva. Exige aproximação dos modos de governo, assim como legitimação dos diferentes níveis de solução dos problemas [sempre] identificados e apontados como passíveis de solução pelos “poderosos”. Tal compreensão escamoteia o poder popular, a potência de soluções que podem surgir da vida comunitária. Portanto, o gestor que pretender viver a liberdade na cidade em que governa precisará se dedicar a construir fóruns de diálogos e educar a si, ao grupo gestor e à comunidade a gerar política coletiva e, assim, ver emergir o cidadão de fato.

A cidadania não é um processo natural, por isso há um caminho educativo que precisa ser aberto e trilhado conjuntamente. Por um lado a população precisa perceber o quanto pode construir sua cidade em seu cotidiano, com a simplicidade de sua existência e, por outro, a gestão deve conceber sua condição de aprendiz e de facilitadora de um caminho inovador de construção cidadã. É preciso atrelar a igualdade política de direitos à produtividade da cidade, concebendo as diferentes formas de ser e se fazer cidadão.

Ser livre é saber conviver e construir coletividades comprometidas entre si, respeitadas às diferenças socioculturais e econômicas, cuidadosas com a vida das plantas e animais, com a beleza das praças, ruas e avenidas, com clareza das condições que podem oferecer e, principalmente, saber valorizar e preservar o que há de comum a todos.

Em uma cidade educadora deve-se considerar a amplitude da vida cidadina como o grande patrimônio manifesto em suas formas materiais e imateriais; além de educar todos de acordo com o que há de legítimo na cultura local, refletindo e questionando seu processo e sua tônica libertária. Portanto, ser cidadão desse lugar é ser um educador, pois todos têm o que aprender; muitas vezes mais do que ensinar. E a aprendizagem conjunta é, sem sombra de dúvida, a melhor maneira de construir um território livre

e potente. A questão principal desse modelo político proposto pela postura educadora é: de que modo pode-se gerir um município a ponto de favorecer e facilitar as relações intergeracionais e interterritoriais? Eis o grande desafio na construção dos programas, projetos e ações inerentes ao plano de uma Política Educadora que intente evidenciar o Patrimônio Cultural como mediador da socialização em territórios sustentáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cecília Pescatore. *Quem sou eu?* O processo de identidade de uma jovem adolescente. 2. ed. Taubaté: Cabral Editora, 1997.

ALVES, Rubem. *Conversas sobre educação*. Campinas: Verus Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARTHES, Roland. *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos – Cursos e seminários no Collège de France, 1976/1977*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BATISTA, Vanessa Louise. *Pelas beiras da cidade: a intervenção psicossocial como antecedente necessário ao planejamento urbano participativo*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUBER, Martin. *Sobre Comunidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1987.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAVALCANTE, Ruth. et al. *Educação Biocêntrica: Um Movimento de Construção Dialógica*. 4ª. ed. Fortaleza: CDH, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: moderna, 1995.

ESPINOSA, Baruch. *Baruch de Espinosa*. 3ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Fonseca, Maria Cecília Londres; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1997.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia clínico-comunitária. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LE Goff, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Revista do Patrimônio*. (Org.). Márcia Chuva. Brasília, vol. 34, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos: EDUSP, 1978.

RAYMOND, Williams. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco A. Filgueiras. (Orgs.). *Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: ANPUR, 1992.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SORRENTINO, Marcos; TASSARA, Eda. Terezinha de Oliveira. Educando para o desenvolvimento sustentável. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: CEPAM, 1999.

TASSARA, Eda. Terezinha de Oliveira. *Urbanidade e periurbanidade(s)*. Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativas no campo socioambiental*. DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.



# DES(LOCAR) AULAS DE HISTÓRIA E MIRAR O PATRIMÔNIO NA CIDADE

## RESUMO

Este texto foi elaborado para o IX Seminário do Patrimônio, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza em outubro de 2019. Deriva de experiências de pesquisa e ensino na disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, que compõe a matriz curricular do Curso de Licenciatura em História na UFRGS. Discute a forma da aula de História que se desloca para diferentes lugares da cidade, com ênfase no patrimônio consagrado ou não pelo Estado. Considera-se relevante pensar a potência de um ensino orientado pela cultura, refletindo sobre a especificidade da educação patrimonial realizada na escola ou, mais especificamente, pelos professores e professoras de História. O contexto dessa reflexão são as aulas-vivências ocorridas em diferentes espaços da cidade de Porto Alegre.

## PALAVRAS-CHAVE

Aulas de História; Cidade; Patrimônio.



## AUTOR

CARMEM ZELI DE VARGAS GIL ▶

Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) e Doutorado em Educação pela UFRGS (2009). Estágio pós-doutoral na UBA/Argentina, com auxílio CAPES (2015). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na área de Ensino de História. Participa do Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Grupo de pesquisa do LHISTE UFRGS. Professora no Mestrado Profissional em Ensino de História. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: jovens, Educação, Patrimônio e ensino de História.”

# DES(LOCAR) AULAS DE HISTÓRIA E MIRAR OPATRIMÔNIO NA CIDADE

## SOBRE DUNAS E CATEDRAIS...

Este texto, elaborado para uma mesa de diálogo no IX Seminário do Patrimônio Cultural de Fortaleza em outubro de 2019, tem por objetivo indicar algumas reflexões sobre a especificidade da abordagem do patrimônio cultural em aulas de História. Considera-se relevante pensar a potência de um ensino orientado pela cultura. O contexto dessa reflexão são as aulas-vivências<sup>1</sup> ocorridas em diferentes espaços da cidade, no âmbito das atividades de ensino e pesquisa no Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Educação da UFRGS.

Inicialmente, as reflexões sobre concepções de patrimônio e educação buscam inspiração no livro *Esperando não se sabe o quê - Sobre o ofício de professor*, de Jorge Larrosa. Nesse livro, ele mostra o professor em exercício preparando aulas, cursos, conversando com seus alunos e alunas. A terceira parte do livro (*De incidências e coincidências*), consiste em um conjunto de conversas que ocorreram ao longo de quatro meses de cursos e conferências em países da América Latina no final de 2017. Apresenta o retrato de um professor conversando com outros professores sobre o que significa ser professor. Um desses países é o Brasil. Trago aqui uma passagem sua pelo Maranhão.

Em um dia sem compromissos, antes de uma reunião da ANPEd, Larrosa decidiu ir até o município de Raposa, no Maranhão. No barco, em uma enseada, ele viu um espetáculo desolador: um turismo predatório, no qual as pessoas pareciam querer devorar, consumir, desfrutar daquele patrimônio natural como

1. A proposta da disciplina é fazer conexões entre ensino de História e Educação Patrimonial em diferentes instituições culturais (museus, arquivos, memoriais, arquivos escolares, etc.). Envolve encontros presenciais com todas os estagiários, estudos individuais para o planejamento de ações educativas, encontros individuais ou em pequenos grupos para orientações, escrita de um artigo problematizando algum aspecto da experiência e aulas-vivências em diferentes espaços da cidade de Porto Alegre.

uma mercadoria ou um brinquedo. Na mesma tarde, de volta a São Luís, ele vivenciou outra cena: um grupo de estudantes sobre as escadas da catedral, brincando, correndo, tirando fotos. Entretanto, quando entraram na igreja, tudo mudou: o professor os fez sentar, ficar em silêncio, pediu que desligassem os celulares e começou a falar sobre as pinturas e contar histórias sobre aquele patrimônio. A partir desse momento, os meninos e as meninas se tornaram alunos, e a catedral deixou de ser um templo ou um espaço turístico que poderia ser devorado e tornou-se matéria de estudo. Seu uso religioso, lúdico ou turístico foi suspenso; o gesto do professor estabeleceu a distância e, de alguma forma, a fez falar. A Igreja foi posta à disposição de todos, e o professor passou a orientar a atenção para dar voz ao que estava diante dos olhos de todos. Segundo Larrosa, talvez, se a enseada ou as dunas tivessem recebido a visita de um professor com seus alunos, os rios e as formações de areia tivessem sido tratados de outro modo, já não como matéria de desfrute, mas como objeto de estudo; disposto não para o consumo, mas para a reflexão.

A escola permite, assim, que o patrimônio seja conhecido de outra maneira, com o reconhecimento do que se sabe, mas também do que não se sabe. Os alunos podiam, assim, dizer que conheciam a Catedral, mas que não sabiam certas coisas sobre ela. Por isso, Larrosa fala da sala de aula, que alguns denunciam como separada do mundo “real”. Ele a concebe como uma “espécie de tímpano que deixa algo fora, mas, sem dúvida, é sensível às suas vibrações. [...] como uma lona cheia de buracos, como um muro perfurado por onde [...]” (p.335) diria é possível entrar o sol.

Recorro a essa cena de Larrosa para pensar a relação entre a escola e o patrimônio, entendendo que lá, no espaço das quatro paredes – lugar do ofício dos professores – o patrimônio é colocado a distância das pretensões das políticas de preservação para tornar-se matéria de estudo. Neste caso, no contexto das aulas de História, o patrimônio se oferece muito mais por seu valor de símbolo cultural do que seu valor identitário. Exatamente por isso, sua abordagem necessita se distanciar da estratégia teórico-metodológica focada no tripé conhecer-valorizar-preservar. Mais do que a valorização de um patrimônio consagrado pelo Estado, o que se quer é o debate das memórias, explicitando as escolhas, atribuições de valor e relações de poder implicadas no seu processo de seleção. Para isso, este texto apresenta algumas reflexões sobre aulas de História pelas ruas da cidade, deslocada das quatro paredes. A cidade é percorrida, observada, interrogada, permitindo a discussão do patrimônio e da educação patrimonial.

## **SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA**

A relação entre educação e patrimônio acompanhou as políticas públicas preservacionistas desde sua formulação na década de 1930. Inicialmente entendida como acessória às demais iniciativas, ela chega aos anos 2000 com um debate mais forte em prol de ações dialógicas e participativas.

Cabe perguntar qual a especificidade da educação patrimonial realizada na escola ou, mais especificamente, pelos professores de História. Primeiro, é importante anunciar o que estamos compreendendo aqui como EP. Se pensarmos na educação como possibilidade de construção crítica do conhecimento, a partir da cultura, e o patrimônio como a relação entre bens e pessoas, contextualizado no espaço, no tempo e na cultura, a educação patrimonial pode ser concebida como o desenho teórico-metodológico de propostas interessadas na dignidade das pessoas, nas histórias silenciadas, nas memórias dos sujeitos subalternizados, na vida, enfim, e não somente nos objetos, nos monumentos, no conjunto arquitetônico, nas coleções. Há, neste pressuposto, uma decisão política que orienta as escolhas pedagógicas: quais lugares da cidade permitem estudar uma História o mais plural possível? Como abordar o patrimônio como referência cultural? Como debater os bens culturais de forma a considerar os diferentes sujeitos envolvidos nos processos de uso, apropriação e constituição? Que temas do currículo de História permitem interrogar os patrimônios e construir o pensamento histórico dos alunos? Começamos indicando alguns estudos que explicitam considerações sobre a proposição de educar com o patrimônio.

Na Espanha, Merillas (2003) fala da educação patrimonial como disciplina para a qual propõe técnicas e procedimentos aplicáveis tanto no âmbito formal como não formal de educação. Assim, entende que o patrimônio cultural pode ser concebido como conteúdo em si mesmo.

No Brasil, Sônia Rampim Florêncio (2014), ao referir-se às práticas do IPHAN em educação patrimonial, indica dois grupos: as mais tradicionais, que tomam a educação como prática informativa e foram desenvolvidas no fim do processo de patrimonialização, e aquelas transversais a todas as ações de identificação, preservação e valorização. Decorrente do aprofundamento do debate sobre a educação patrimonial no Brasil em 2014, a CEDUC propõe que a Educação Patrimonial:

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do

2. O Programa Mais Educação consiste em uma estratégia do Governo Federal para ampliar a jornada escolar. Foi instituído pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 e pelo Decreto Nº 7.083/2010 (Brasil, 2010), como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujos eixos organizacionais são: a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola pública (jornada escolar), a reorganização das dinâmicas curriculares das instituições de ensino diante das prerrogativas de ampliação do tempo e do espaço escolar e a retomada da perspectiva pedagógica da educação integral. No atual governo (2018-2021), foi transformado no Programa Novo Mais Educação, restrito a melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 3º ao 9º anos do ensino fundamental das escolas da rede pública.

conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19)

A proposição da CEDUC indica o intuito de promover, a partir da Política Nacional de Patrimônio Cultural, uma educação patrimonial que considere não só os discursos de valorização técnica, mas também a posição e a participação dos grupos sociais, compreendendo, portanto, o patrimônio como referência cultural. A CEDUC implementou, na Política Nacional de Educação Patrimonial, os *Macroprocessos Institucionais*, estruturados em três eixos: a) inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal, b) gestão compartilhada das ações educativas e c) instituição de marcos programáticos no campo da EP. Observe, aqui, o intuito de reafirmar o patrimônio no conteúdo escolar e indicar para a educação patrimonial uma estratégia de trabalho na escola. Tal proposição é reforçada quando observamos outras iniciativas dos governos Lula e Dilma:

- O Programa Mais Educação<sup>2</sup> inseriu a educação patrimonial como opção no Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, possibilitando que os estudantes realizassem inventários dos patrimônios locais nos territórios onde a escola estivesse inserida. Essa inserção foi uma mudança política significativa para as relações entre educação escolar e patrimônio cultural.
- O Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE) buscou a promoção da diversidade cultural na educação formal, potencializando os processos de ensino e aprendizado por meio da democratização do acesso à cultura e da integração de práticas criativas à educação integral. A resolução FNDE nº30/2012 descreve com mais detalhes a inserção do Patrimônio Cultural no Programa: “[...] fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas” (FNDE, 2012, s/p). O Art. 4º da Resolução apresenta nove eixos temáticos que os Planos de Atividade Cultural da Escola deverão considerar. Entre eles:

[...] educação patrimonial - patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social: atividades participativas de formação cultural e aprendizado que promovam vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e identidade cultural dos variados segmentos da população brasileira, como os monumentos e obras de arte, os modos de vida, as festas, as comidas, as danças, as brincadeiras, as palavras e expressões, saberes e fazeres da cultura brasileira, podendo incluir produção de materiais didáticos, realização de oficinas de transmissão de saberes tradicionais, pesquisas em arquivos e locais referenciais

para a história e a identidade local, regional e nacional, dentre outras atividades. (FNDE, 2012, s/p)

Pode-se afirmar que tínhamos um conjunto de ações governamentais que incentivavam a abordagem da Educação Patrimonial no âmbito da Educação Básica, geralmente na forma de programas que, ao ampliar a jornada escolar, procuravam diversificar as atividades e integrar educação e cultura. Porém, nem sempre essas atividades – de fundamental importância –, ocorrem como parte da aula, e isso também ocorre devido às características dos programas. Portanto, o que se quer pensar aqui é a especificidade da educação patrimonial realizada nas aulas de História, considerando que os professores não são difusores de conhecimentos e valores patrimoniais – ou, como aponta Samira Chahin (2019, p.153), “professores não são propagadores de certificações patrimoniais”. Para ela:

[...] trata-se de perceber a formação de professores como intenção de organizar um processo de reflexão, coletiva e individual, por meio do qual seja possível oportunizar-lhes um espaço para debates acerca dos significados do patrimônio cultural, visto como um legado institucionalizado mas, principalmente, como conjunto de características culturais próprias de qualquer grupo social. (CHAHIN, 2019, p.153)

No caso específico dos professores de História, em alguns casos, a educação patrimonial é resumida às visitas aos centros históricos urbanos, reafirmando “a historiografia oficial das cidades e relacionada aos bens culturais, sem considerar os usos sociais do tecido urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais” (TOLENTINO, 2016, p.44). Na formação de professores, é necessário, portanto, o contato com a produção do campo do patrimônio de forma a que o professor tenha conhecimento sobre as discussões teóricas que tornam o debate cada vez mais complexo e, assim, não reproduza, nas atividades pedagógicas, a exaltação dos monumentos oficiais. Mas isso não pode se sobrepôr aos conhecimentos disciplinares. Em outras palavras, a responsabilidade do professor é ensinar História, e não somente divulgar o patrimônio a partir de ações pontuais de EP. Se à História cabe debater as memórias, em algumas situações, os professores deveriam contrariar os discursos oficiais, e não reafirmá-los – dialogar sem reproduzir!

Em um estudo recente (Gil e Pacievitch, 2019) que analisa dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História (2015-2017) que têm a educação patrimonial como foco de estudo, observou-se que é recorrente uma concepção de educação patrimonial informativa, cujas ações têm por objetivo a imposição de valores aos alunos, público das atividades. Mais do que conhecer para preservar, cabe ao ensino de História o debate das escolhas patrimoniais, sendo necessário deixar de reproduzir o discurso dos primeiros anos de atuação do SPHAN (hoje

IPHAN), quando Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade falavam da necessidade de educar a população para evitar a destruição do patrimônio nacional.

No ensino de História, poderíamos imaginar uma educação patrimonial que possibilite ampliar as fontes documentais ao permitir que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares e monumentos sejam problematizados em sua historicidade. Além de ensinar histórias com “novas fontes”, a educação patrimonial possibilita associar o currículo às diferentes leituras da cidade. Trata-se, portanto, de ensinar e aprender História no encontro sociocultural, onde cultura e educação são mobilizadas para construir aulas impregnadas de afetividade e atribuições de sentido que correlacionam pautas históricas e identitárias.

No Ensino Fundamental, o patrimônio é uma possibilidade de abordar o passado do meio local, conhecer vestígios do passado local e nacional a fim de estabelecer relações de causalidade, importante na construção do pensamento e da compreensão histórica. As visitas de estudo *in loco* e virtuais a locais com valor patrimonial são estratégias interessantes de interpretação de fontes patrimoniais que implicam uma observação direta e em contexto dos bens culturais. Reafirmamos que tais estratégias não têm a intenção de somente promover a preservação e valorização do patrimônio. Para além da valorização-preservação, o contato direto dos alunos com as fontes patrimoniais precisa contribuir para a compreensão histórica contextualizada e o desenvolvimento do pensamento histórico. Assim, mais do que a promoção e valorização do patrimônio nas aulas, nosso compromisso é ensinar História. A formação de tais valores é decorrência.

Na sequência do texto, discute-se experiências com aulas na/com e pela cidade, de forma que a História ensinada possa contribuir para leituras plurais do urbano.

## **SOBRE AULAS-VIVÊNCIAS COM O PATRIMÔNIO**

Qual a forma de uma *aula*? A aula tem forma? Recorro a George Deem, um artista norte-americano que marcou sua obra com a forma da aula, utilizando em suas obras objetos clássicos que, de imediato, caracterizam uma sala de aula. Trata-se de um conjunto de 36 pinturas publicadas em seu livro *Art School – An homage to the masters* (“Escola de Arte - homenagem aos mestres”). Nesse livro, o artista apresenta pinturas de salas de aula junto a obras de reconhecidos mestres da pintura. George Deem (1932-2008) é conhecido por reimaginar obras icônicas em um contexto contemporâneo. Ele olha para artistas como Velázquez e Vermeer e reconfigura suas imagens através de uma técnica própria, denominada de “colagem temporal”.

Assim, ao “citar” o trabalho de outros pintores, Deem nos convida a pensar nas obras originais, o que nos permite avaliar a representação que temos delas.

Na sua obra, *Hoosier School*, o artista pinta as carteiras escolares ao ar livre “citando” Theodore Clement Steele. Em nota, ele diz:

In the summer of 1987 I was a visitor at Bennington College in Vermont where there was a summer school in session. Looking at *The Hoosier Group: 5 American Painters*, a book published by Henry and Jane Eckert, I had the idea of painting school desks in rows out of doors on a summer day. I made this watercolor quoting two paintings by T.C. Steele, his *June Idyll*, 1887, and his *Summer Days at Vernon*, 1892. Back in my studio in New York, I then made the oil painting *Hoosier School*, now in a private collection in Evansville. (George Deem, New York, August 1998).<sup>3</sup>

Em suas 36 obras, o artista desloca a sala de aula ao apresentá-la, geralmente sem paredes e, com isso, nos inspira a pensar a sala de aula como um espaço móvel, sempre em deslocamento, fora do enquadramento das quatro paredes. Uma sala de aula aberta ao devaneio, ao estranhamento, à diversidade cultural que a conforma. Gerir essa aula hoje é fazer girar – girar para subverter forma e conteúdo em um planejamento que aguça a curiosidade para o lá fora-vivo-e-cirandeiro e, por isso, pode tencionar o aqui-dentro-funcional-e-enquadrado. Mas não é oposição, é mistura(ção).

Sandra de Oliveira, a partir dos resultados do projeto de pesquisa *Histórias de Sucesso Pedagógico: outros olhares para o ensino e a aprendizagem na escola*, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, reafirma a importância das aulas na cidade. Segundo ela:

No projeto em questão perguntamos aos alunos e alunas do Ensino Médio (14 a 16 anos) e Ensino Fundamental (6 a 13 anos), de dez escolas públicas da cidade de Londrina, como aprendem melhor, e, dentre as mais de oito centenas de respostas recebidas, averiguamos como as saídas da sala de aula deixam marcas positivas e significativas quanto ao conteúdo aprendido, dentre outros aspectos. [...] As crianças e jovens, ao escreverem sobre essas ações, elaboram relações entre o que estudam na escola, o que identificam nos lugares visitados e, muitas vezes, em algo do trajeto, concretizando a aprendizagem por meio das generalizações e aplicação dos conceitos [...]. (OLIVEIRA, 2014, p.124)

Outra reflexão relevante é da pesquisadora argentina Silvia Alderoqui (2003, p.157) que fala da cidade como observatório e laboratório de cidadania. “Si como se ha dicho la política es una pedagogía y a su vez, la ciudad es política, podemos considerar a cualquier estrategia urbana como un proyecto educativo”.

3. No verão de 1987, eu era visitante no Bennington College, em Vermont, onde havia uma escola de verão em sessão. Olhando para *The Hoosier Group: 5 American Painters*, um livro publicado por Henry e Jane Eckert, tive a ideia de pintar as carteiras das escolas em fileiras ao ar livre num dia de verão. Eu fiz esta aquarela citando duas pinturas de T. C. Steele, seu *Idílio de junho de 1887* e seus *Dias de Verão em Vernon*, 1892. De volta ao meu estúdio em Nova York, fiz a *Hoosier School*, pintura a óleo, agora em uma coleção particular em Evansville.” (George Deem, Nova York, agosto de 1998, (Tradução da autora). Disponível em: <http://georgedeem.org/works/view/Hoosier-School-1987-01-01>. Acesso em 22/10/2019.

4. Texto disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gob.cl/dinamicas/DocAdjunto\\_1388.pdf](http://www.patrimoniocultural.gob.cl/dinamicas/DocAdjunto_1388.pdf). Acesso em outubro de 2019.

Em relação à escola Alderoqui indica a importância dos *paseios pedagógicos* (2012, p.15), visto que “La ciudad es a la vez un contenido (se aprende sobre la ciudad), un medio o contexto (se aprende en la ciudad), y un agente (se aprende de la ciudad)” (p.2003, p.160).

Inspirada em George Deem e nas autoras citadas, experimentei, juntamente com a professora com a qual compartilho a disciplina – Caroline Pacievitch –, a criação de aulas-vivências na cidade para discutir o patrimônio e fazer educação patrimonial como interpretação. Trata-se de uma sala de aula sem forma definida, cuja cidade seria seu palco, tal como anuncia Alderoqui quando se refere a “propuestas Buenos Aires en la escuela”, organizadas para que aos alunos pudessem observar e aprender com a cidade. O programa *Buenos Aires en la escuela* organizava suas ações cruzando quatro aspectos: “los alumnos como ciudadanos, viajeros, herederos y espectadores”. Segundo a autora, a proposta era que os estudantes pudessem:

[...] recuperar el espacio en movimiento de las esquinas, los textos en las fachadas, las texturas de las veredas, los olores de cada estación del año, los tiempos de oficios y herramientas, la humedad después o antes de la lluvia, las intranquilidades y sueños de los habitantes, los juegos y aventuras en las plazas... (ALDEROQUI<sup>4</sup>)

Tanto o programa *Buenos Aires en la escuela* quanto as *aulas-vivências* são estratégias metodológicas que integram educação, cultura e cidade nas atividades escolares de forma que os estudantes tenham a possibilidade de criar vínculos com os sujeitos das instituições urbanas. Espera-se, com isso, que eles tenham a oportunidade de atuar na cidade, estabelecer relações que ampliar sua participação na solução e no debate dos problemas urbanos. Assim, as aulas-vivências não têm somente o objetivo de observar e interrogar os patrimônios da cidade, podendo desdobrar-se na participação dos estudantes na própria vida da cidade ao conhecerem mais os desafios e possibilidades das instituições, associações, espaços de memórias e diversos lugares de histórias.

Obviamente, nosso objetivo primeiro é questionar a visão do patrimônio centrada nos elementos monumentais e, assim, ensinar histórias de sujeitos silenciados e subalternizados, visto que, tal como anuncia Tolentino (2018), as visitas aos ditos “centros históricos” se configuram, às vezes, em uma confirmação de uma História elitista, militarista, branca e machista. Acrescentaria aqui, também, a necessidade de romper com uma determinada compreensão do patrimônio como mero recurso, ferramenta para ensinar História, ou, ainda, um meio para a preservação e valorização dos bens culturais.

## MAS O QUE SÃO AS AULAS-VIVÊNCIAS?

Antes de mais nada, é necessário reafirmar que não se trata de uma saída do espaço escolar ou universitário para conhecer e receber informações sobre determinados patrimônios. Trata-se de ensinar e aprender História na/com e pela cidade: caminhar, observar, olhar, ouvir, perceber, perguntar, sentir, imaginar, registrar, relacionar, compreender, interpretar e construir narrativas situadas e implicadas na diversidade cultural. A percepção se torna um elemento importante na aprendizagem com a cidade e, como descrito por Walter Benjamin, podemos aguçar nossa percepção e imaginar como poderíamos conhecer os patrimônios da cidade com nossos alunos: um *flâneur* por Paris, como um observador que vive, sente e se relaciona com a cidade, muito além dos que apenas a reverenciam. Perder-se em Berlim para apreender a cidade, visto que “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (p.73). Tal como o leitor de Benjamin é convidado a perder-se nos labirintos da cidade e da memória, nas aulas-vivências buscamos perceber fragmentos da cidade, estranhar o conhecido e questionar suas contradições e escolhas patrimoniais. Benjamin nos inspira para converter a cidade em lugar de observação, de ruptura e de perguntas, entrelaçando os conhecimentos sobre o patrimônio da cidade e as experiências individuais dos alunos construídas a partir do encontro com os patrimônios.

Outro aspecto a se destacar diz respeito à relação professor-aluno que se estabelece ao caminhar pela cidade-aula. Implica considerar os desafios e as potencialidades de aprender História num processo em que essa relação não está restrita a uma sala fechada, mas envolve a cidade, o entorno da escola, um beco, um bairro, um monumento, uma rua, uma praça, uma sala de museu... Corpos (in)disciplinados dispersos, em círculos, sentados em muros, caminhando, observando e conversando sobre História. Mas talvez podemos imaginar que as aprendizagens advindas desse processo também podem ocorrer em uma sala de aula convencional se pensarmos em tudo que se pode fazer nesse espaço mediado pela cultura digital, levando os alunos para ver patrimônios de qualquer parte do mundo. Portanto, nada é de um jeito somente. Certo é que essas aulas na cidade rejeitam a continuidade que caracteriza a narrativa do passado em algumas das aulas de História. No texto *A Infância em Berlim*, Walter Benjamin explicita sua rejeição pela continuidade ao construir passagens autônomas de sua infância em uma estrutura sem cronologia.

Esta foi nossa intenção ao propor a aula-vivência<sup>5</sup> *Tempos e espaços de Porto Alegre em seus becos e grafites*, a partir da pergunta: como perceber a cidade fora dos marcos de pedra e cal? Os objetivos foram: refletir sobre patrimônio e cidade, conversando sobre determinados lugares do centro de Porto Alegre a fim de evidenciar histórias pouco abordadas no currículo da História escolar; incentivar os alunos e alunas a

5. Esta aula foi planejada e efetivada em conjunto com a professora Caroline Pacievitch, que também atua na disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, no Curso de Licenciatura em História da UFRGS.

6. Marcus Gorga, artista de Porto Alegre. KOEHLE, Ana Luiza Goulart. Os Becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. JÚNIOR, José Luis Abalos. Doutorando em Antropologia Social (UFRGS), compõe a equipe técnica e de pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS), assim como do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGAS/UFRGS).

criarem percursos na cidade, fazendo aula de História fora da aula convencional; e ampliar a abordagem do patrimônio cultural, percebendo a cidade fora dos marcos tradicionais que configuram o patrimônio consagrado. Para nos acompanhar nessa aula-vivência pela cidade, tivemos três convidados<sup>6</sup>: Ana Luiza, José Luiz e Marcus Gorga. A partir das pesquisas e práticas de um grafiteiro e dois pesquisadores, buscávamos perceber a cidade “invisível”, os lugares de exclusão social em diferentes tempos. Tínhamos em mão indícios textuais e imagéticos, um mapa do roteiro, um plano da aula e orientações para observar/conversar/refletir/perceber.

O percurso nos possibilitou olhar mais de perto os mesmos prédios, o mesmo Centro e, com outras informações, ampliar a percepção de uma cidade tantas vezes percorrida. Conversar com Marcus possibilitou compreender a relação do artista com a cidade: por que os grafites de Porto Alegre se concentram também nos antigos becos da cidade? Como a cidade é apropriada pelos artistas de rua? Como ser artista de rua em uma cidade que não tem mais o incentivo do poder público para essas práticas de expressão urbana? Ao mesmo tempo, tentamos imaginar a cidade de Porto Alegre na década de 1920, remodelada pelo anseio de ser moderna – ruas largas ocupavam os espaços das ruelas e becos, os vestígios do passado colonial eram apagados em nome de outra concepção de cidade, as reformas urbanas transformavam os “lugares malditos da cidade” (PESAVENTO, 1999), os becos cediam lugar a prédios e avenidas. Assim, ouvir histórias sobre as sociabilidades que marcavam os becos e os homens e mulheres que habitavam a cidade em outros tempos foi revelador para pensar a oferta educativa da cidade e renovar o olhar do professor em formação.

Foto: Aula nos Becos de POA.  
Acervo da Disciplina/2018.



Nosso percurso incluiu observar os locais onde estavam os antigos os famosos becos de Porto Alegre. Entre esses, escolhemos o Beco do Oitavo, atual rua André da Rocha, que era conhecido pelas atividades ilícitas (o jogo e os crimes); o Beco do Jacques, atual rua 24 de Maio, que recebeu este nome devido ao escrivão Jacques que ali morava; o Beco do Rosário, hoje rua Otávio Rocha, que recebeu o nome pela proximidade à Igreja do Rosário; e o Muro da Mauá, local com grande quantidade de intervenções de arte urbana e, também, um lugar-chave para a construção da memória da cidade. Outra parada foi no Espaço Galeria Céu Aberto, localizado na Vila Formiga, que fica nas ruínas do antigo Alto da Bronze, nas escadarias da rua João Manoel. Nesse local, há uma série de intervenções artísticas que tiveram a curadoria de um coletivo que trabalha com as Hortas Comunitárias do Centro Histórico de Porto Alegre.

Ao planejar aulas fora da sala convencional, estamos também expostos ao inesperado. Eis que, quase no final da aula, Ana Luiza<sup>7</sup> nos apontou, sem muita ênfase, uma escultura, quase invisível, apertada entre dois prédios no centro de Porto Alegre. Ela pergunta: “alguém reconhece? Onde fica?” Trata-se do remador negro, uma escultura colocada em um dos prédios da Praça da Alfândega, no



Centro de Porto Alegre, onde hoje é a Inspetoria da Receita Federal. No lado oposto do prédio, tem-se uma alegoria clássica – o Atlante. Terminamos nossa aula com uma inquietação, uma boa questão para investigar: a presença dessa escultura que contraria o padrão das alegorias colocadas nos prédios do Centro de Porto Alegre no início do século XX. A escultura *O Remador Negro* com traços negros está lá, à espera de novas interrogações.

7. Pesquisadora que nos acompanhava no percurso e realizou sua dissertação sobre o tema da aula. KOEHLE, Ana Luiza Goulart. Os Becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS.

Foto: Acervo da disciplina. O Remador Negro. Prédio da Inspetoria da Receita Federal de POA/RS. 2018.

A realização de atividades de pesquisa com o patrimônio na cidade permite introduzir, de forma apropriada ao currículo, a educação patrimonial compreendida como uma das possibilidades para interpretar o patrimônio cultural. Por isso, as aulas-vivências partem de uma problemática ou um texto como inspiração e podem terminar com uma questão aberta a percursos de pesquisa. A proposição de organizar as aulas na cidade a partir de uma pergunta tem relação com o que anuncia Alderoqui:

Las explicaciones no están en los muros, ni en los pavimentos, sino en las relaciones que se establecen y que permiten organizar lo que observamos otorgándole un sentido a los objetos materiales (calles, edificios, lugares), de este modo... es el conocimiento el que permite simplificar la complejidad de lo real.” (ALDEROQUI, 2001, p.39)

Aos poucos, nas aulas-vivências, fomos escolhendo dar mais atenção ao patrimônio ligado às manifestações afro-brasileiras. Com isso, as aulas se deslocaram para espaços como Africanamente, Clube Floresta Aurora, Mocambo, Odomodê, Territórios Negros e, também, os museus. As leituras se diversificaram com textos de mulheres autoras, latinos e pesquisas fora do eixo Rio-São Paulo (Marcelo Nascimento, Canclini, Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Vera Maria Candau e, mais recentemente, a dissertação de João Paulo Pereira do Amaral, “Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial”, concluída em 2015, no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural).

Foto: Acervo da disciplina. Aula no Africanamente Escola de Capoeira Angola em POA/RS. 2018.



Trata-se de pensar a cidade como aula ou, como anuncia Sonia Miranda:

A cidade se constitui como uma possibilidade de observação dos procedimentos de monumentalização [...] Se por um lado há aquilo que é preservado pelas escolhas quanto ao lembrar e guardar, por outro há o que é descartado pelas escolhas de esquecimento (MIRANDA, 2013, p.68).

Eleger, portanto, esses espaços para as aulas e não outros é uma decisão pedagógica e, acima de tudo, uma escolha política.

## **PARA SEGUIR PENSANDO**

As aulas-vivências na cidade desenvolvidas na formação inicial dos professores de História têm foco na educação patrimonial. Trata-se de uma experiência que derruba alguns muros e coloca o futuro professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem, que vão além da sala de aula convencional. Esse movimento dos cursos de formação inicial representa também o entendimento de que é preciso dialogar com o professor em formação, não somente sobre teorias e métodos de ensino e aprendizagem, mas sobre sua formação cultural.

Nem sempre os professores são assíduos frequentadores das instituições culturais de forma comprometida e crítica. As aulas na cidade são um convite para cultivar a curiosidade e construir demandas de arte, memória e história – uma demanda a ser construída, sobretudo, quando percebemos que o contato com o patrimônio é na linha da falta: “falta pertencimento”, “falta interesse”, falta identificação”, “falta cuidar do patrimônio” e, nesse cenário, a educação patrimonial é a ação redentora que irá despertar todos para a valorização dos patrimônios nacionais. Não é essa a educação patrimonial que pretendemos produzir!

Quando aproximamos educação patrimonial e ensino de História é fundamental problematizar a ideia de transmissão de conteúdos sobre os bens patrimoniais. Se concebemos que se trata de um processo educativo, então o foco são as pessoas e as relações com os bens patrimoniais. É relevante reconhecer o componente sensível do diálogo da História com a cidade e saber que aprende-se a “ler a cidade e seus patrimônios”, o que demanda abordar os bens culturais a partir de um tema/problema em contato direto com estes. Após formular a pergunta, define-se quais lugares são relevantes para discutir a pergunta formulada. Que método de abordagem é adequado? Um roteiro de questões durante a aula-vivência? Um dossiê documental estudado antes da aula? Uma pesquisa sobre os lugares antes da aula? A que materiais se pode recorrer? Fontes literárias? Imagens? Jornais? Depoimentos?

E, por fim, o que podemos dizer sobre as aulas-vivências para ensinar História? Observando os professores em formação durante essas aulas na cidade e, também, acompanhando seus planejamentos e atuações nas atividades de educação patrimonial na disciplina de Estágio, percebe-se que o desafio é grande para dar conta da empreitada de planejar tais ações. Se as aulas são à noite, as dificuldades aumentam; nem sempre as escolas têm condições de oferecer a infraestrutura necessária para esse tipo de aula e, na universidade, não é fácil sensibilizar os licenciandos de que as aulas de História podem ser fora das quatro paredes, acostumados que estão às aulas magistrais ou às exposições contínuas dos mestres após a leitura de textos pelos alunos. Mas há perspectivas nesse cenário: o contato com os patrimônios da cidade impulsiona o valor da vida cotidiana no estudo da História; os futuros professores conseguem planejar ações de educação patrimonial baseadas na mediação participativa, construída a partir de uma questão-problema. Tal perspectiva rompe com a ideia de visita informativa a museus, arquivos, exposições... Percebe-se que, na sua maioria, os estagiários estabelecem relações entre os patrimônios e os conteúdos da História escolar e, com isso, têm avançado na compreensão do patrimônio como documento/monumento no ensino de História. Queremos seguir formando professores comprometidos com o debate das escolhas patrimoniais, produzindo aulas altamente plurais, engajadas no movimento de crítica à colonialidade do patrimônio e do ensino da História.

## REFERÊNCIAS

ALDEROQUI, Silvia. *Pensar el patrimonio en la escuela*. Disponível em: [http://www.dibam.cl/dinamicas/DocAdjunto\\_1388.pdf](http://www.dibam.cl/dinamicas/DocAdjunto_1388.pdf)

\_\_\_\_\_. Paseos urbanos: el arte de caminar como práctica pedagógica. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. *La ciudad: un territorio que educa*. CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 153-176, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. *Enseñar a pensar la ciudad* In: ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei. *Ciudad y ciudadanos. Aportes para la enseñanza del mundo urbano*, Buenos Aires: Piados, 2001.

BENJAMIN. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras escolhidas II*. Rua de mão única. 5. ed. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 71-142.

CHAHIN, Samira. Diálogos numa corda bamba: sobre a formação continuada de professores. *Revista CPC*, 14 (27esp), 2019, 149-164.

DEEM, George e McMANUS, Irene. *Art School – An homage to the masters*. Published by Thames and Hudson Ltd, 2005.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no profhistória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Vol. 26, nº1 (Ago/2019).

FLORÊNCIO, Sônia Rampimet *et al.* *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em [portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240](http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240) Acesso em 20 julho . 2019.

LARROSA, Jorge. *Esperando não se sabe o quê: Sobre o ofício de professor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MERILLAS, Olaia Fontal. *Estirando hasta dar la Vuelta al Concepto de Patrimonio*. In *La Educación Patrimonial: Del Patrimonio a las Personas*, Gijón: Ediciones Trea, 2013, pp.9-12.

\_\_\_\_\_. *La educación patrimonial: teoría y práctica en el aula, el museo e Internet*. Gijón: Trea, 2003.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Da sala de aula para a rua ou da rua para a sala de aula? Os movimentos inesperados da vida na cidade e a relação com o saber escolar. *Revista História Hoje*, vol. 3, nº 6. p. 121-137 - 2014

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. *Revista Brasileira de História*, 1999, vol. 19, no 37, p.195-216.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal. *Sillogés – v.1, n.1, jan./jul. 2018*.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra e OLIVEIRA, Emanuel. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*, João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

LEFÈBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

MACEDO, Neusa Maria Santos; EVARISTO, Macaé Maria; GODOY, Madalena Ferrari; RIBEIRO, Tadeu Rodrigo. A experiência da escola integrada de Belo Horizonte (MG). In: MOLL, Jaqueline *et al.* *Caminhos da Educação Integral no Brasil*. Direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 413-424.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, pp.71-86.

TENDLER, Silvio. *Encontro com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá*. Caliban Produções Cinematográficas. Brasília, 2006.

TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Quando as crianças dizem chega!* Porto Alegre: Artmed, 2008.

Site: Informações sobre o projeto *Meu Morro, Meu Olhar*: <http://www.morrodopapagaio.org.br/> Acesso em: julho de 2012.

# MODERNIDADE E PATRIMÔNIO NA ARQUITETURA BRASILEIRA: LUCIO COSTA E LINA BO BARDI

## RESUMO

O presente artigo possibilita uma análise em relação às edificações de Lucio Costa, pai da arquitetura Moderna, e Lina Bo Bardi, arquiteta italiana que adota o Brasil como sua nação. As reflexões presentes no texto giram em torno da junção do moderno e do popular e aplicação destes na arquitetura brasileira. Busca-se demonstrar no trabalho, dando como exemplo algumas construções de ambos arquitetos, a possibilidade do uso de elementos modernos dentro da cultura brasileira, de uma forma linear ou até mesmo oposta. Ressalta a importância de se entender e aplicar a alteridade dentro da arquitetura e as referências à cultura popular brasileira nas edificações nacionais.

## PALAVRAS-CHAVE

Aulas de História; Cidade; Patrimônio.



## AUTOR

**GUILHERME TEIXEIRA WISNIK ▶**

Guilherme Wisnik (1972) é professor Livre-Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Colunista do jornal Folha de S. Paulo (2006-07 e 2016), e autor de livros como Lucio Costa (Cosac Naify, 2001), Caetano Veloso (Publifolha, 2005), Estado crítico: à deriva nas cidades (Publifolha, 2009), Oscar Niemeyer (Folha de S. Paulo, 2013), Espaço em obra: cidade, arte, arquitetura (Edições Sesc SP, 2018, com Julio Mariutti) e Dentro do nevoeiro: arte, arquitetura e tecnologia contemporâneas (Ubu, 2018). Editou o volume 54 da revista espanhola 2G (2010) sobre a obra de Vilanova Artigas, e publicou ensaios em diversos livros e revistas, tais como Artforum, Architectural Design, Domus, Arquitectura Viva, AV Monografías, 2G, Rassegna, Arch +, Baumeister, JA – Jornal Arquitectos, Urban China, Plot e Monolito. É membro da APCA – Associação Paulista de Críticos de Arte. Foi curador do projeto de Arte Pública Margem (Itaú Cultural, 2008-10), das exposições Cildo Meireles: rio e ar (Itaú Cultural, 2011), Paulo Mendes da Rocha: a natureza como projeto (Museu Vale, 2012), Pedra no céu: arte e a arquitetura de Paulo Mendes da Rocha (Museu Brasileiro da Escultura, 2017, com Cauê Alves), São Paulo: três ensaios visuais (Instituto Moreira Salles, 2017), Ocupação Paulo Mendes da Rocha (Itaú Cultural, 2018) e Infinito vão: 90 anos de arquitetura brasileira (Casa da Arquitectura de Portugal, 2018, com Fernando Serapião). Foi o Curador Geral da 10ª Bienal de Arquitetura de São Paulo (Instituto de Arquitetos do Brasil, 2013). Recebeu o prêmio “Destaque 2018” da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) em 2019.

# MODERNIDADE E PATRIMÔNIO NA ARQUITETURA BRASILEIRA: LÚCIO COSTA E LINA BO BARDI

## LÚCIO COSTA E O VERNÁCULO

Não bastasse o fato de Lúcio Costa ser o “pai” da arquitetura moderna brasileira, ele é também uma figura central na definição das normas e diretrizes de preservação do patrimônio histórico entre nós. Nesse sentido, a simultaneidade entre os projetos para o Ministério da Educação e Saúde (1936), ponta de lança da instauração de uma modernidade cultural de bases internacionais, e para o Museu das Missões, no sul do País (1937), ligado ao estudo metuculoso do patrimônio histórico nacional, é exemplo nítido de uma grande abertura de leque intelectual. Apesar da radical diferença de natureza entre os dois programas, de escala, e, conseqüentemente, de formalização final entre ambos os edifícios, Ministério e Museu guardam semelhanças essenciais. A edificação do Museu realiza como princípio a ideia de “pavilhão”: um segmento exemplar de algo que se prolonga segundo um motivo que é a sua própria repetição. Projetado para conter as peças escultóricas encontradas no sítio arqueológico das missões jesuíticas na América do Sul, o museu foi concebido como um “simple abrigo”. Reproduzindo a organização do espaço e a modulação construtiva da casa indígena missioneira, recupera o passeio alpendrado contínuo que cercava toda a antiga praça, e faz referência, no desenho da casa do zelador do museu, ao “cotiguaçu”, claustro que abrigava as viúvas e órfãos da comunidade.

Utilizando-se de elementos remanescentes das ruínas e refazendo o madeiramento e o telhado à maneira antiga, o projeto de Lúcio Costa acrescentou o vidro como vedação nas faces norte e sul do pavilhão, de maneira a incorporar, pela transparência, a ruína da catedral ao fundo como um cenário latente para as peças escultóricas em exposição. O sentido de independência em relação a um contextualismo rígido fica explícito e belamente tensionado no contraste entre

as faces de vidro do museu e as paredes cegas de pedra bruta que guardam a intimidade da casa do zelador, tratados como uma construção única. Contudo, além do aspecto de explicitação da compatibilidade entre o antigo e o moderno, há, fundamentalmente, nesse projeto, uma dimensão demonstrativa através da qual um simples abrigo é capaz de recriar todo o ambiente urbano, pois sua implantação demarca, em relação à posição da catedral, a dimensão exata da antiga praça central do povoado, dando sentido tátil ao imenso descampado que cerca as ruínas. Nesse sentido procede de maneira análoga, porém inversa, ao que realiza no caso do Ministério. Enquanto na vastidão do pampa gaúcho logra solidificar a sensação etérea do terreiro a partir do vazio, na densidade construída da malha urbana do centro do Rio de Janeiro abre uma inusitada praça, vazando dois sólidos e recuando o bloco principal em relação ao alinhamento da quadra. Em ambos os casos o projeto do edifício contém uma possibilidade expansiva que o ultrapassa em sua existência isolada, gerando um corpo de relações espaciais que exponencia sua força discursiva.

O entendimento das características construtivas e dos repertórios formais que no Brasil se difundiram define, no caso de Lúcio Costa, o raciocínio moderno sobre a base vernacular como o principal instrumento de projeto. Sua maneira particular de combinar as variadas referências estabelece um campo de possibilidades dentro do qual é legítimo justapor extensos panos de vidro e quebra-sóis industriais a treliçados de madeira ou blocos cerâmicos, num entrosamento que flagra a gênese das formas como produto de diversas trocas culturais.

No conjunto de edifícios que projetou para o Parque Guinle (1943-48), no Rio de Janeiro, tal pensamento se rebate. Ali, construindo para a alta burguesia, adotou um partido francamente moderno, mas procurou reviver, em novo contexto, uma característica da casa tradicional brasileira: as duas varandas, a social e a caseira. Contudo, tal emprego não realiza uma simples alusão formal ao passado, mas busca a reposição de um modelo criado por uma sociabilidade na qual o estar e a cozinha de alguma maneira se misturam no centro da casa. Nessa disposição, as duas varandas – um jardim de inverno contíguo à sala de estar, e um cômodo sem destino específico, ligado aos quartos e ao serviço –, definem uma leve separação de usos, não de natureza, mas de ânimo: uma mais formal, outra mais à vontade.

Nos casos do Park Hotel São Clemente (1944), em Nova Friburgo, e dos edifícios do Parque Guinle, essa ordem de especulações, que transita através do moderno e do vernacular, aparece, de maneiras opostas, realizada com grande mestria. Nestes últimos, os vínculos com o racionalismo definem imediatamente o partido do projeto: lâminas horizontais sobre pilotis, organizadas internamente segundo uma grande variedade de plantas, cujas fachadas estão, ora protegidas por quebra-sóis, ora inteiramente envidraçadas. Tal vinculação estabelece claras correspondências

em relação a outros exemplos contemporâneos, tanto nacionais como estrangeiros. Exemplo disso é a semelhança existente entre o tratamento da fachada do fundo dos edifícios Bristol e Caledônia, no Parque Guinle, bem como a configuração dos seus térreos e o número de pavimentos dos blocos. Ainda, a solução de recuar os ambientes da face principal atrás de uma galeria-*loggia*, é uma solução corbusiana, próxima à da varanda na Unidade de Habitação de Marselha, de 1947. Contudo, a grande novidade do projeto de Costa apareceu na maneira de resguardar essas *loggias*, recurso que lhe permitiu implantar os edifícios com orientação térmica desfavorável, visando manter a integridade do parque e garantir a melhor vista do mesmo. Assim, diferentemente do exemplo francês, dissolveu a possibilidade de uma clara leitura das unidades através da fachada, tornando o conjunto paradoxalmente leve e matérico.

O cobogó, bloco cerâmico vazado, de origem artesanal<sup>1</sup>, desempenha função similar ao *brise-soleil* industrial, resguardando e sombreando o ambiente, mas permitindo uma comunicação sutil com o exterior. No caso, a associação de ambos garante uma curiosa coesão ao conjunto, dando-lhe uma unidade problemática. Como resultado final, a riqueza decorativa linear não aparece como um capricho dissonante, mas uma espantosa trama de cheios e vazios, que se integra na ortogonalidade rigorosa dos prismas e dilui a função de vedado atribuída à fachada. Sua aparição figura a possibilidade ideal de uma edificação inteiramente vazada, desmaterializada, pois tem o ar como matéria constituinte.

Já no projeto do Park Hotel São Clemente, cuja concepção rústica procurou harmonizar o edifício com a paisagem circundante, Lúcio Costa utilizou toras roliças de madeira local como pilares e vigas. Expondo suas ideias acerca da semelhança lógica entre as estruturas de madeira e as de concreto armado, ele procura demonstrar que a espacialidade não é atributo necessário do material ou das técnicas utilizadas. Assim, através de contrastes muito bem dosados, emprega, com madeira, pedra e tijolo, um sistema modular racional e equilibrado, sob rigorosa simetria. O resultado é um raro êxito na obtenção das conquistas espaciais modernas, como a estrutura independente, as amplas superfícies de vidro, protegidas ora por persianas ora por quebra-sóis, e um terraço em balanço, aberto para a melhor vista e orientação solar.

Há no projeto a sobreposição de uma aparência vernacular a uma base moderna, pois a liberdade de organização de sua planta em relação à estrutura e aos vedos no térreo, permitindo uma interpenetrabilidade entre os espaços internos e externos, parece dissonante em relação à dominância estática da varanda no piso superior, emoldurada por um gradil de treliça e salientes beirais. Contudo, a ordem de questões colocadas pelo projeto avança em relação à simples cisão dual. Pois, mais do que expor uma tensão entre o moderno e o tradicional, o edifício explicita

1. Cobogó, combogó, combogê, nome que se dá, principalmente no Norte do Brasil, ao tijolo furado ou ao elemento vazado feito de cimento. Parece filiar-se aos tijolos perfurados de origem norte-africana. Cf. Corona & Lemos, Dicionário de Arquitetura Brasileira. São Paulo: Edart, 1972.

2. Lina Bo Bardi, *Tempos de grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994, p. 11.

sintaticamente uma subdivisão funcional tripartida, podendo ser pensado como a justaposição de três corpos: um principal, de alvenaria caiada, onde estão os quartos, outro, secundário, de madeira aparente, cujo telhado inclina-se em direção oposta, contendo a galeria de circulação íntima, e um terceiro, de pedra, contíguo ao segundo, que abriga a circulação vertical.

Essa clara referencialidade assume um sentido de explicitação das diferentes massas volumétricas, equivalentes a usos distintos do espaço. Contudo, não toma partido das propriedades inerentes aos materiais, como se essas estivessem atreladas ao uso, mas apenas aproveita a diversidade das técnicas construtivas locais para dissolver o volume. Assim, a rigorosa distinção funcional, que no Hotel retoma princípios já desenvolvidos no Museu das Missões, aponta para procedimentos como os que seriam formulados por Louis Kahn, para quem a separação qualitativa dos espaços resulta em uma hierarquização que acentua a autonomia dos blocos funcionais. Portanto, no projeto do Park Hotel São Clemente – que é, nesse sentido, uma bela síntese do raciocínio projetual de Lúcio Costa –, o recurso moderno à metalinguagem visa dissolver a ilusão universalista que relega técnicas e formas vernaculares a um falso anacronismo romântico.

## LINA BO BARDI E O POPULAR

Lina Bo Bardi saiu da Europa no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, em 1946, deixando para trás uma civilização burguesa corroída e decadente. No Brasil, ao contrário, encontrou uma cultura mais africana e oriental do que ocidental, segundo suas palavras, um lugar “rico de seiva popular”.<sup>2</sup> Para a arquiteta italiana, que abraçou o Brasil como sua “pátria de escolha”, a vitalidade da cultura popular do Nordeste revelou-se a grande arma de autenticidade do País no processo geral de modernização.

Com efeito, em que pese o seu encanto imediato pelo Brasil – e em especial pelo nordeste do País –, Lina Bo Bardi trazia na bagagem uma formação claramente europeia, composta em linhas gerais tanto pela adesão ao racionalismo da arquitetura e do *design* modernos, por um lado, quanto pela vertente crítica e criativa do neorrealismo italiano, e por toda a abertura para a valorização do artesanato através das influências de figuras como Antonio Gramsci, Gió Ponti e Giuseppe Pagano, por outro. Trata-se, como se vê, de uma combinação interessantíssima de elementos que, na Itália, permitiram por exemplo o surgimento posterior da chamada Arte Povera. Mas o que acontece quando essa mesma combinação de elementos culturais tão nitidamente europeus encontra realidades diversas

e em grande medida alheias a ela, tal como o caso do Brasil? Essa é uma percepção surpreendentemente, e que volta agora para o público europeu como um inesperado presente – em um misto de encantamento e choque –, no exato momento em que a Europa tem de se haver com uma revisão crítica do seu passado recente. No momento histórico em que o continente europeu tem que reconhecer sua “africanização” crescente, assim como os Estados Unidos sua “latinização” inegável, a compreensão da alteridade torna-se uma questão de sobrevivência. Não é mais possível manter-se aferrado a antigas identidades. E, nesse caso, o exemplo de Lina é crucial.

Ao mesmo tempo, a aceleração do processo de globalização recoloca desde um outro ponto de vista a questão da identidade cultural. Como não associar a crise financeira recente aos exageros perdulários da “arquitetura espetacular” feita pelo chamado *star system*, caracterizada pela total falta de restrições técnicas, formais e orçamentárias? Nesse sentido, o retorno atual ao compromisso ético-constructivo do Movimento Moderno se associa à revalorização de certas culturas locais, donde uma recuperação não-nostálgica da permanência de elementos vernaculares como uma atitude de retaguarda em relação ao nivelamento cultural trazido pela globalização.

Voltada cada vez mais, ao longo da sua vida, para a valorização e recriação da arte popular, Lina Bo Bardi introduziu de modo precoce e sincrético a visão antropológica na atividade arquitetônica, daí o fato de ter despertado a admiração de um arquiteto como Aldo Van Eyck. Refiro-me aqui à sua disposição para interpretar a realidade a partir de suas diferenças e misturas, sabendo extrair significados positivos da pluralidade rugosa das coisas. Foi armada desse ponto de vista que Lina Bo Bardi pôde fazer a ponte entre artesanato e desenho industrial, tornando-se uma arquiteta-pensadora, *designer*, cenógrafa, colecionadora de peças de arte popular, criadora de exposições para crianças, diretora de museu, e inventora de um programa originalíssimo e ainda hoje paradigmático para um centro cultural: o Sesc Pompeia.

Projetado em 1977, e inaugurado em 1982, o Sesc Pompeia é a sua obra-prima, e certamente um dos edifícios mais bem-sucedidos no Brasil sob o ângulo de vista da relação simbiótica entre espacialidade e uso. Centro cultural e esportivo, foi pensado de fato como uma “cidadela da liberdade”, na expressão da arquiteta. Aliás, foi iniciativa da própria Lina a sugestão ao Sesc de que se reformasse aquele conjunto de edifícios industriais abandonados no bairro da Pompeia – uma antiga fábrica de tambores –, em vez de se construir um edifício novo. Com isso, pode-se dizer que ela inaugurou uma tendência muito forte, hoje, de reciclagem de edifícios industriais voltando-os para usos culturais, tal como ocorrido depois com o Musée d’Orsay, em Paris; a Tate Modern, em Londres, e em tantos outros exemplos pelo mundo.

Praticamente coincidindo com a volta da democracia no País, o Sesc Pompeia prefigura o fim dos chamados “anos de chumbo” no Brasil, criando uma rua interna que prolonga o espaço público no interior do complexo de edifícios, articulando-os. E quem entra no Sesc para fazer esporte, por exemplo, atravessa essa “rua” sendo atraído pelas exposições diversas ali presentes, interessando-se, possivelmente, por elas. No galpão principal, um lago raso em forma ameboide, e batizado por ela de “Rio São Francisco”, atravessa boa parte do espaço, estabelecendo uma relação lúdica fundante para o lugar. Tendo já introjetado em seu raciocínio a dimensão funcionalista da arquitetura, Lina Bo Bardi concentra sua potência imaginativa na esfera lúdica, que assume para ela um sentido eminentemente construtivo. Pois Lina não projeta espaços determinados por leis internas ao desenho, como se desejasse controlar todas as variáveis desencadeadas por ele, e sim ambientes abertos ao condicionamento intersubjetivo dos usuários, contaminando-os, portanto, com as interferências da realidade, e configurando-os como arcabouços infraestruturais voltados ao imprevisto. Com isso, pode-se dizer que a enorme originalidade da sua arquitetura – e que é, também, o fundamento da sua extrema atualidade reside em uma permanente e inusual abertura para o outro, para a diferença, raciocinando como uma artista imersa no território informe e sempre movediço da cultura.

# A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL — PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI.

## RESUMO

Ao longo da história das políticas para a preservação do patrimônio cultural um fator importante que deve ser observado para a efetividade da salvaguarda do patrimônio cultural tem sido a qualidade da participação social nos processos de patrimonialização. A participação social é uma condição fundamental para a eficácia e efetividade da política pública, e é variável, conjuntural e contextual. A participação de segmentos sociais em relação ao Estado pode ser dar de forma mais ou menos subalterna e passiva, ou, então, simétrica e ativa; com maior ou menor grau de conflito e equidade. A ideia de educação patrimonial, em um sentido amplo, pode ser um fundamento interessante para processos assim, dentro de um Estado democrático e plural, no sentido de promover metodologias para políticas participativas de valorização da diversidade cultural, inclusão social e diálogo intercultural na formulação das políticas. Nesse sentido, o artigo traz um breve histórico do campo formal da educação patrimonial no país, de modo a contribuir para a fixação na memória social, da efetiva possibilidade que se abre neste século para a implementação da proposta da inclusão social e inclusão epistêmica como eixos da política de salvaguarda do patrimônio cultural.

## PALAVRAS-CHAVE

Aulas de História; Cidade; Patrimônio.



## AUTOR

LETÍCIA C.R.VIANNA ▶

Letícia C.R. Vianna é doutora em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1999. Acumulou experiência de pesquisa e política pública em antropologia urbana, cultura de massa, cultura popular, folclore, arte popular, patrimônio cultural; e tem livros e artigos publicados sobre esses temas. Trabalhou no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPAHN), coordenando projetos de pesquisa etnográfica, inventários culturais e salvaguarda do patrimônio imaterial; projetos de apoio à comunidades artesanais; exposições e o Curso livre de Folclore e Cultura Popular de 2001 a 2006. Tem trabalhado como consultora da Unesco, desde 2009 à atualidade, em diferentes projetos de pesquisa e gestão de política cultural: no Iphan (no DF e SC), na Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e no Museu Nacional da UFRJ. Desde 2014 aos dias presentes é pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB/ CNPq). De 2018 a 2022 foi membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal ( CONDEPAC/DF), como representante da sociedade Civil.

# A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL — PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI.

Este artigo traz algumas considerações sobre “ações efetivas para a salvaguarda do patrimônio cultural – com ênfase no imaterial”; tema que me foi dado para tratar em mesa no *IX Seminário do Patrimônio – Gestão do Patrimônio e Cidades Inteligentes*, realizado em Fortaleza em outubro de 2019. Agradeço à Secretaria de Cultura de Fortaleza e ao Iphan o convite para palestrar e a oportunidade de publicar a síntese de minha fala.

Ao longo história das políticas para a preservação do patrimônio cultural um fator importante deve ser observado para a efetividade da salvaguarda do patrimônio cultural tem sido a *qualidade* da participação social nos processos de patrimonialização. A *participação social* é uma condição fundamental para a política pública assim como é posto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, a qualidade dessa participação é variável, conjuntural e contextual. A participação de segmentos sociais na relação com o Estado pode ser dar de forma mais ou menos subalterna e passiva; ou, então, mais simétrica e ativa. E sempre se dá com maior ou menor grau de conflito e de possibilidade de se alcançar equidade.

Para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, o primeiro ponto a destacar é a necessidade de desnaturalizar o patrimônio cultural. Patrimônio cultural não existe em si, mas é fruto de um tipo de relação estabelecida entre a sociedade e o Estado patrimonialista-burocrático-moderno. Todas as sociedades humanas têm seus tesouros e referências culturais - que são os signos de suas identidades – e modos próprios de salvaguardá-los; mas o entendimento “cartorial” de inventário, instrução de processo, inscrição em livros próprios e geração de direitos e obrigações entre partes não é um *universal cultural*. O patrimônio cultural é

estabelecido na relação do Estado moderno com a Sociedade, e essa relação é variável historicamente.

O segundo ponto a destacar é que podemos perceber dois paradigmas sob os quais essa relação tem se dado no contexto brasileiro: o etnocêntrico/ eurocêntrico/ colonialista e o relativista/ nacionalista/ modernista e/ou regionalista. Estou falando em tipos ideais de tendências nos discursos patrimonialistas da cultura – os quais facilitam a percepção da mudança histórica e da complexidade e densidade da realidade. A perspectiva etnocêntrica é mais enfatizada quanto o Estado explicita feições autoritárias. É bom lembrar que política para o patrimônio cultural no Brasil nasce sob um Estado autoritário e evolui para um Estado democrático – mas, ainda, não plural. O terceiro paradigma, que chamo de “pluralismo” é, ao meu ver, fundamental para efetividade da salvaguarda do patrimônio cultural. Esta terceira perspectiva é embrionária em nosso País.

E um terceiro ponto a observar é que a *educação patrimonial* é um campo da política pública de salvaguarda potencialmente fértil para o exercício da participação social e diálogo entre Estado e segmentos sociais, para muito além da dimensão escolar. A educação patrimonial é uma relação que se estabelece em processos formais, não formais e informais, tanto por meio da transmissão de tradições pelas próprias comunidades; ou por meio de leis, programas, métodos e instrumentos pedagógicos, cinema, teatro, literatura, música... e também propaganda no âmbito da cultura oficial.

Observamos que até os anos 1980, na história das políticas culturais no Brasil, as culturas populares foram apropriadas e editadas pela narrativa oficial como *folclore*, e postas à parte da preservação do patrimônio cultural nacional; por outro lado as comunidades desenvolveram seus próprios mecanismos de salvaguardar suas tradições ditas folclore. E hoje, no Século XXI, contrariando as teses apocalípticas formuladas no século passado de inexorável homogeneização cultural, podemos observar extrema riqueza de tradições preservadas por meio de processos não-formais de *educação patrimonial*. Essas tradições foram mantidas com os recursos e motivações próprias de cada comunidade; e, em muitos casos, com um mínimo apoio oficial – apoio que, muitas vezes e paradoxalmente, se tornou um complicador, um preço alto a pagar pelas comunidades em relação à autonomia na manutenção da integridade cosmológica – que acaba gerando tensão com os interesses do Estado e do mercado sobre determinadas expressões culturais.

O autoritarismo e o eurocentrismo orientam o início da relação Estado/sociedade para a proteção do patrimônio cultural no Brasil. Em 1937 é instituída uma política para definir, legitimar um identidade nacional. Esta configuração etnocêntrica vai se alterando nos últimos 40 anos, e a perspectiva relativista vai se consolidando como o paradigma da política de Estado para o patrimônio. E a

*qualidade* da participação social neste processo histórico vai mudando, tendendo a ser mais democrática, considerando a diversidade cultural como patrimônio e as comunidades tradicionais como parceiras do Estado na gestão desse patrimônio. Essa qualidade de participação é produzida e/ou alcançada por meio do que podemos chamar de processos educativos, pedagógicos derivados de conflitos e de resistência cultural e social – que doravante chamarei de processos formais, informais e não formais de *educação patrimonial*.

Em uma perspectiva crítica à *antropofagia modernista* – que orientou a perspectiva oficial tanto na “defesa do folclore” como na “proteção do patrimônio” ao longo do século vinte – podemos aqui trazer o conceito de *canibalização cultural* de José Jorge de Carvalho (2010) para descrever a relação do Estado e do mercado (hegemonicamente branco e eurocêntrico) com os povos e comunidades de matrizes africanas e indígenas, nos processos de apropriação de suas tradições como signos de identidade nacional e bens de consumo. A questão crucial na crítica é o fato de que a perspectiva modernista proporciona a apropriação cultural sem que aconteça a contrapartida da inclusão social. Não há equidade na relação. Mesmo que a perspectiva seja relativista e os segmentos populares participem na definição e salvaguarda do que é patrimonializado. A apropriação cultural seletiva dá prestígio às tradições populares no âmbito da cultura oficial e de massa, projeta o Brasil como detentor de imensa diversidade cultural; mas não há a inclusão social dos segmentos e comunidades detentoras dos saberes tradicionais nos patamares de prestígio e poder nas estruturas do Estado e do mercado.

Assim, no século vinte a política para o patrimônio cultural evoluiu de uma perspectiva eurocêntrica para uma perspectiva relativista, na qual as culturas tradicionais de matrizes indígenas e africanas entram no rol do que potencialmente pode ser patrimonializado. E a diversidade cultural é a base da definição da identidade nacional; bem como o diálogo com os detentores dos saberes com o Estado passa a ser considerado na formulação das políticas. E vamos avançando, mesmo que lentamente, para além do consentimento informado e repartição de benefícios para uma participação de qualidade mais inclusiva na formulação e gestão da política pública. Em última instância, ao longo da história, o Estado se apropria – mesmo que de modo mais “democrático” – dos tesouros culturais dos povos e dos segmentos sociais para a construção de identidade nacional, sem espelhar ou refletir as identidades dos diversos segmentos formadores da nação.

O reconhecimento da diversidade cultural e o diálogo com a sociedade não são suficientes para a efetividade da salvaguarda do patrimônio cultural, pois não há simetria real entre as partes, espelhamento do Estado e Nação. Os meios de alcance desta efetividade vão se completando quando a inclusão destes segmentos de detentores começa a se dar por meio de políticas afirmativas no ensino superior,

na pesquisa, nos postos de trabalho no interior do Estado. No século vinte e um, por meio de ações afirmativas de reparação, inclusão epistêmica e de cotas raciais, os segmentos negros e indígenas começam a ter o acesso ampliado, pela letra da lei, ao ensino de suas tradições no ensino formal ( Leis 10.639 e 11.645 ), ao acesso ao ensino superior( Lei 12.711) e postos no serviço público ( Lei 12.990). Esse conjunto de leis ampliam as possibilidade de acesso as áreas do conhecimento acadêmico relativas ao patrimônio cultural, e aos espaços de gestão pública nos órgãos afetos a salvaguarda. Isto é, segmentos detentores das riquezas culturais passam a participar cada vez mais da produção científica e estrutura do Estado no que diz respeito à proteção de seu patrimônio, não apenas como cidadãos, mas como agentes do Estado.

A perspectiva ideal é a inovação e ampliação do conhecimento e a capacidade de manejo e articulação dos instrumentos oficiais formais e os comunitários não formais para a proteção dos tesouros culturais – um processo de *educação patrimonial* crucial que se dá sobretudo dentro do próprio Estado! O Estado tende a educar a sociedade acerca do patrimônio, e a história mostra momentos e possibilidades de a sociedade educar o Estado sobre suas referências. A política para o patrimônio cultural pode ter algum *glamour*, mas não é sempre idílica e harmoniosa – se faz com algum grau de conflito. E a ideia de *educação patrimonial* de mão dupla (o Estado e os segmentos sociais se educam mutuamente a cerca da proteção das referências culturais ) pode ser um fundamento interessante para processos em um o Estado democrático, no sentido de promover metodologias para políticas de valorização da diversidade cultural, inclusão social e diálogo intercultural na formulação das políticas. Nesse sentido, apresento um breve histórico do campo formal da *educação patrimonial* no país, de modo a contribuir para a fixação na memória social da efetiva possibilidade que se abre neste século para a implementação da proposta da *inclusão social e inclusão epistêmica* como eixos da política de salvaguarda do patrimônio cultural.

\*

A perspectiva de *educação patrimonial* que é enunciada aqui é elástica, compreende processos pedagógicos que não são, necessariamente, chamados formalmente de *educação patrimonial*. O que proponho como conceito de *educação patrimonial* é fundamentado na ideia de processo de educação onde não há distinção entre educador e educando, e Estado e sociedade se educam mutuamente em interação ou encontros singulares e permanentes em torno de valores culturais e identidades sociais. O conceito é concebido e proposto como uma espécie de eixo estruturante para a efetividade da política pública participativa para a salvaguarda do patrimônio cultural, pois tem o potencial de mobilizar continuamente *poderes públicos e segmentos da sociedade* em processos de diálogo, ampliação do conhecimento, participação e colaboração na proteção e gestão do patrimônio cultural.

Idealmente *educação patrimonial* é uma instância da política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural onde poderes públicos e sociedade civil interagem e ensinam-se mutuamente sobre suas referências, em pleno exercício dos preceitos constitucionais do direito à ciência, à cultura, à diversidade cultural e ao patrimônio cultural. O conceito é uma *hipótese* essencialmente prospectiva; visa ou sugere o desenvolvimento de processos participativos e dialógicos entre poderes públicos e sociedade como meio para a efetividade da política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural. Traz o princípio do Encontro de Saberes (CARVALHO e FLOREZ, 2018) para a gestão da política de Estado: isto é, inclusão e diversidade epistêmica no ensino, pesquisa, formulação e gestão da política pública.

\*

Tendo em vista que *educação patrimonial* se realiza potencialmente de diversas maneiras no tempo e no espaço, a partir de diferentes modelos e métodos, é muito importante que se tenha sempre em conta a quais paradigmas históricos e sociais os modelos de *educação patrimonial* respondem. Em estudo sobre experiências de educação patrimonial na Europa e América Latina (VIANNA, 2018), foi possível observar duas tendências distintas de formulação de educação patrimonial, vinculadas às conjunturas históricas nos dois continentes. Nos países europeus os movimentos de atualização de identidades e histórias sociais são seculares e hoje aparecem articulados à proposição programática de superação de conflitos contemporâneos e homogeneização cultural. Por um lado, no sentido de superar os traumas causados pela barbaridade das duas grandes guerras no continente, e a barbaridade de ações terroristas e xenófobas contemporâneas. A *educação patrimonial* formal é voltada para o respeito à diferença e cultura da paz no continente. Por outro lado, é um instrumento de salvaguarda da diversidade cultural frente à cultura globalizada de massa. O patrimônio cultural é entendido como recurso econômico; e a tendência nas experiências europeias de *educação patrimonial formal* contemporânea, é o estímulo à participação social junto com poderes públicos na gestão sustentável do patrimônio cultural, de modo à promoção, não só do conhecimento, mas da democracia a partir da valorização de culturas, geração de emprego e renda em função do patrimônio local.

Já nos países formados a partir dos processos de colonização europeia, depois de suas independências, nas realidades pós-coloniais, foi desencadeado um franco processo de valorização do multiculturalismo e relativização do legado europeu na construção de identidades nacionais recentes e diferentes. Nesse sentido, nesses países – sobretudo os latino-americanos, os processos de *educação patrimonial* tendem, hoje, à participação social, afirmação e reconhecimento de identidades de grupos até então invisíveis na cultura oficial (de paradigma colonialista); e a

consequente afirmação de direitos culturais e sociais ao conjunto da sociedade. Nessa perspectiva patrimônio cultural é um recurso de cidadania ( para o Estado reconhecer e respeitar as diferenças sócio culturais); e a *educação patrimonial* , um meio de interlocução entre sociedade e Estado, para, primeiro, um reconhecimento mútuo, definição de identidades e direitos socioculturais; e em um segundo movimento, construir gestão participativa do patrimônio cultural dos grupos e comunidades e da nação. Diferente, um tanto, mas não contrária à perspectiva corrente na Europa – de patrimônio enquanto recurso econômico potencial e da *educação patrimonial* como meio de gestão compartilhada desde recurso com vistas ao uso-fruto coletivo.

Na América Latina, de modo geral, há forte herança cultural dos povos originários e africanos, além, obviamente, do patrimônio dos povos europeus colonizadores – principalmente espanhóis e portugueses. O campo do patrimônio é tenso e denso. Por muito tempo, até as últimas décadas do século XX, as elites dominantes, de ascendência europeia e perspectiva eurocêntrica, definiam o que se enquadrava como patrimônio cultural; e, nestas definições, as expressões de matrizes **não** europeias ficavam excluídas. É importante lembrar, sempre, que a exclusão não se deu apenas no âmbito da política patrimonial, mas em todas as esferas da política pública; sendo o racismo e a exploração de classe os fatores determinantes da exclusão e desigualdade.

Néstor G. Canclini (1989) e Guillermo Bonfil (2004), pensadores mexicanos pioneiros na construção da perspectiva pós-colonial para o continente e, sobretudo para o México, bem observaram o quanto o discurso patrimonial serviu para a construção de identidades nacionais com base em modelos hegemônicos e homogeneizantes fundados na ideologia ocidental eurocêntrica. Observam que, quando convém aos governos dos países latino-americanos, as expressões populares entram no rol dos bens patrimoniais dos Estados; mas geralmente isso se dá sem que aconteça qualquer benefício aos segmentos da população que as cultivam, pois as expressões populares são descoladas de suas bases sociais – como o carnaval, o samba, em suas formas genéricas. Entretanto, observam os autores, a partir dos anos 1980 o quadro foi se transformando a partir das organizações comunitárias e fortalecimento de identidades. E o patrimônio foi sendo incorporado pelos diferentes segmentos da população dos países, como discurso e recurso de cidadania. A perspectiva pós-colonial em nosso continente, contém uma proposta de *educação patrimonial fundada na resistência cultural e política*, no direito à diferença, o respeito, reconhecimento e valorização da identidade dos povos originários e traficados, e da diversidade cultural como fundamento de identidades nacionais; a solidariedade com vista à eliminação da desigualdade econômica e social. Este projeto está em curso, não obstante a resistência de segmentos das elites dominantes que ainda sustentam a perspectiva eurocêntrica exclusivista e racista.

\*

O Brasil tem sua história fundada no processo colonizador de países europeus no continente americano. Sua geografia humana e cronologia da ocupação do território é conformada por povos originários, colonizadores europeus, povos africanos; e, a partir do século vinte, a chegada de migrantes asiáticos e europeus como ação programática do Estado. Este território é o lócus de florescimento e cultivo de imensa diversidade de tradições culturais. Entretanto, a política oficial para educação e cultura se desenrolou sob a perspectiva eurocêntrica, colonialista, monoepistêmica – subordinando os saberes tradicionais seculares de diferentes matrizes culturais à objetos de estudos, fontes de inspiração para a ciência – *folclore*, *etnoconhecimento* trazido à baila por outros que não os legítimos detentores das tradições. A diversidade foi ignorada enquanto potencial de saberes e expressões relevantes enquanto bens patrimonializáveis. Esta perspectiva perdurou como hegemônica e monolítica até a segunda metade do século 20 - quando, então, começa um movimento paulatino de relativização da perspectiva monoepistêmica na política oficial de educação e cultura – sobretudo por meio do que poderíamos, hoje, chamar de *educação patrimonial*.

Não obstante o termo *educação patrimonial* ter sido apropriado e utilizado sistematicamente no Brasil na década de 1990, desde o início da história da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil - com a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN em 1937- a questão da *educação formal*, de um modo ou de outro, sempre esteve presente como fundamental; não propriamente com a denominação de *educação patrimonial*, mas por meio da formalização de ações pedagógicas de promoção do entendimento sobre o que o Estado entendia como símbolos ou referências de uma cultura nacional. Assim, no início do processo, os parâmetros do que era entendido como patrimônio histórico e artístico nacional foram estabelecidos pelo Estado; refletindo a perspectiva dos segmentos de elite - perspectiva que foi *ensinada* ao povo por meio de projeto educativo oficial.

Embora a perspectiva do *modernismo formulada por Mário de Andrade no seu anteprojeto para o SPHAN, em 1936*, compreender o folclore como importante elemento da identidade nacional a ser incluído no rol do Livro do Tombo Etnográfico, com a efetiva criação do SPHAN, em 1937, as políticas para a salvaguarda do *folclore* e do *patrimônio histórico e artístico* seguiram em paralelo<sup>1</sup>. Mas a ideia de que o folclore fosse elemento fundamental para a constituição da identidade nacional não foi abandonada no âmbito das políticas de Estado. O Movimento Folclórico foi se consolidando e ampliando a capilaridade territorial nos estados e município, mobilizando pesquisadores e educadores locais afetos ao tema. E em 1947, 10 anos depois da criação do SPHAN, foi criada a primeira

1. Embora tenha sido a mesma pessoa, Mario de Andrade, um importante formulador das políticas oficiais de salvaguarda do folclore e para o patrimônio histórico e artístico de modo convergente; as políticas seguiram paralelas.

instituição de base não governamental voltada para o folclore: a Comissão Nacional de Folclore, com a missão da pesquisa e salvaguarda; e organização e suporte às Comissões Estaduais. Em 1958 foi criada a primeira instituição governamental federal voltada para a salvaguarda do folclore: a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB. Hoje a instituição herdeira do legado do SPHAN é o Iphan, e da CDFB é o CNFCP. Havia o entendimento do folclore como tema e recurso a ser explorado no âmbito da educação infantil.

Importante mencionar que, no âmbito internacional, em 1946, logo após o fim da II Guerra, deu-se a criação da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo por meio da educação, a ciência, a cultura. Dentre as preocupações e atividades da instituição, destacam-se a salvaguarda do patrimônio cultural por meio da preservação das identidades culturais e tradições orais. A Unesco é a principal organização internacional que atua promovendo convenções, documentos, programas e projetos com vistas à proteção do patrimônio cultural e valorização de processos diferenciados de educação. E o Brasil, desde o começo, é um dos Estados-Membro.

As perspectivas dos Movimentos *Modernista e Regionalista* pautaram o Estado na Era Vargas, em relação aos temas do patrimônio, folclore e educação. Os idealizadores e dirigentes das políticas educativas entendiam que o *folclore* trazia significativos elementos da identidade nacional a serem incorporado ao ideário da cultura oficial, assim como o que definiam *patrimônio histórico e artístico*. O que era tomado como folclore não era propriamente a cultura popular como encontrada na vida cotidiana do povo, mas uma compilação elaborada a partir de mediação conceitual e estilística de artistas e educadores da cultura oficial. Destaca-se, por exemplo, Villa Lobos, que implementou nas escolas do país o projeto nacional do Canto Orfeônico, cujo método era o *Guia Básico de Educação Musical*, elaborado pelo maestro para ser utilizado pelos professores. No *Guia*, a compilação que compunha o cancionário do folclore brasileiro era referência importante para as composições inspiradas, arranjos e rearranjos oferecidos para o canto coral nas escolas.

Em relação ao *patrimônio histórico e artístico*, propriamente, a perspectiva educativa na política do Sphan/Iphan, desde sua criação, foi a de incentivo aos museus, formação de acervos, exposições; informação sobre tombamento de edificações e sítios de arquitetura religiosa, civil militar e sobre coleções e acervos documentais e de arte; publicações técnicas e informativas ao público em geral sobre a importância do patrimônio reconhecido pela instituição e órgãos do Estado. Uma perspectiva etnocêntrica cívica, *instrutivista*, assim como a dos *folcloristas*, com a diferença de

não considerar as referências dos segmentos populares como relevantes no rol do patrimônio histórico e artístico.

Na Era Vargas nota-se um Estado imbuído da missão de definir e ensinar ao povo quais os signos e expressões da identidade nacional devem ser cultivados e transmitidos como folclore e/ou como patrimônio. Com o governo de JK, a perspectiva *modernista*, de Mário de Andrade e Villa Lobos, perde força frente ao avassalador impulso de *progresso* por meio da industrialização e implementação do mercado e cultura de massa. Era chegada a *modernidade*; ou o futuro se fazia. O passado, o folclore, a memória passaram a concorrer em desvantagem com as obras e sítios modernos e as prospecções para o futuro, no rol dos signos da identidade nacional. Nos anos 60 e 70 o Brasil foi governado por um regime militar ditatorial; e havia a preocupação em consolidar, junto ao povo, uma identidade nacional com base em um passado definido a partir da perspectiva colonialista e de classe, que subtraía as referências históricas e artísticas dos diversos segmentos populares que constituíam a nação reduzindo até mesmo o universo do folclore a um conjunto muito restrito de figuras e situações caricatas .

Em meados da década de 70 do século XX foi sendo retomada, paulatinamente, a perspectiva inicial de Mário de Andrade no anteprojeto para o SPHAN, a qual convergia as dimensões e *referências das culturas populares* – o folclore – com dimensão do patrimônio *histórico e artístico*. O Centro Nacional de Referências Culturais/CNRC foi uma instituição criada em meados dos anos 1970, no âmbito da política federal, desvinculado do Iphan, no sentido de implementar políticas centradas na interlocução das ciências acadêmicas com referências culturais tradicionais populares. Essa interlocução era entendida como movimento propulsor do *desenvolvimento* de uma *civilização brasileira* fundada em *tradições e identidade* própria.

A década de 1980 foi marcada por mudanças paradigmáticas que culminaram na Constituição Federal de 1988, que amplia o escopo do conceito do patrimônio histórico e artístico para *patrimônio cultural material e imaterial*. Ao longo da década os Movimentos Negro e Indígena se fortalecem; e inicia-se efetivamente o processo de educação do Estado para o reconhecimento de referências culturais não eurocentradas. Marcante desses processos de afirmações de identidades são os primeiros tombamentos federais de expressões de matrizes africanas – A Serra da Barriga , em Alagoas, em 1985; e o Terreiro Casa Branca na Bahia, em 1986. O primeiro bem de matriz cultural indígena só foi patrimonializado em 2001 com o advento da regulamentação e aplicação de política para o patrimônio imaterial.

A interface da educação e patrimônio foi ampliada, nesta mesma década, com uma perspectiva que ficou conhecida como *educação popular*, idealizadas por educadores que se tornaram importantes referências no Iphan até os dias de hoje, como Paulo

2. Ver BRANDÃO, 1996. Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Parte-se da relativização do ponto de vista da elite dirigente e o reconhecimento da diversidade cultural no país, a valorização dos pontos de vista acerca das referências indenitárias que vinculam os diferentes segmentos do povo com uma identidade nacional.

Inspirado no CNRC e na perspectiva da *educação popular* o *Projeto Interação* foi iniciado em 1981, no âmbito do MEC. O eixo programático referia-se à interação do processo educativo com as dimensões da vida cotidiana das comunidades – expressivas da diversidade de contextos culturais existentes no país<sup>2</sup>. O objetivo geral era desenvolver ações que proporcionassem às comunidades os meios de participação dos processos de educação formal, de modo que fossem incluídos conteúdos e métodos pedagógicos que refletissem as referências e os valores intrínsecos às especificidades culturais de cada uma. O método básico partia do pressuposto de que ambos os sujeitos do processo (o agente da educação formal e o membro da comunidade) entram com suas bagagens e saem com uma compreensão ampliada a cerca das referências culturais na afirmação da cidadania. O objetivo do projeto era aproximar o vocabulário e temas abordados na escola e o repertório cultural local e regional; contribuindo, assim, para o destaque e a valorização de referências culturais com potencial para serem incorporadas em ações oficiais de patrimonialização.

A expressão *educação patrimonial* não foi abordada no projeto Interação como conceito basilar, sendo que a ideia estruturante ali era a de *referência cultural* e não patrimônio. *Educação patrimonial* era expressão utilizada principalmente no âmbito dos museus, para a estratégia de difusão dirigida de acervos. Dizem os estudiosos da área que o marco para o uso sistemático do conceito foi o *1o Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ. O conceito estava referenciado na ideia de *heritage education*, desenvolvida na Inglaterra, e circunscrevia uma perspectiva de inclusão do patrimônio constituído e declarado pelos poderes públicos – acervos documentais e museais, tombamentos – enquanto instrumentos pedagógicos interdisciplinares. O termo *educação patrimonial* começou a ser utilizado, aqui no Brasil, como campo voltado para monumentos, sítios, museus e arquivos.

Sob esta perspectiva, em 1996 é lançado o *Guia Básico de Educação Patrimonial* elaborado com base nas experiências educativas no Museu Imperial de Petrópolis-RJ. O *Guia* foi, segundo os estudiosos do campo, a primeira sistematização do conceito de *educação patrimonial* em um método. O *Guia* foi, por muito tempo, a principal referência de material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN. Trazia propostas de utilização do patrimônio cultural constituído enquanto instrumento privilegiado para aprendizado interdisciplinar em várias escalas: um objeto, um museu, um sítio. O *Guia* apresenta uma certa linearidade

esquemática de etapas pré-estabelecidas para o processo de aprendizagem do significado do patrimônio abordado; contendo a pressuposição de que o estudante é “analfabeto” cultural ou *ainda* não compreende o sentido do patrimônio e das referências culturais abordadas, mesmo sendo estas referências próprias de seu contexto.

A proposta apresentada, a não ser pela interdisciplinaridade, diferencia-se drasticamente da proposta contida no *Projeto Interação*. Os educandos, sob a perspectiva do Interação, não precisavam ser “alfabetizadas” culturalmente por meio da educação patrimonial, pois eram entendidas como agentes ou sujeitos dos processos educativos, detentoras de sabedoria e percepção apurada sobre os elementos, os valores e o conjunto de suas culturas. A *interação*, assim, proporcionaria um processo educativo que abarca a cultura da comunidade; sendo, por tanto, um processo de mão dupla, ambos os agentes (oficiais e locais) trocam, aprendem e constroem percepções e encaminhamentos para a salvaguarda das referências culturais das comunidades abordadas. O conceito de educação patrimonial contido na proposta do Interação é a base para o conceito de educação patrimonial que proponho aqui como eixo da política de salvaguarda do patrimônio cultural; e a qualidade da participação social assim alcançada pela interação Estado e sociedade me parece proporcionar efetividade na gestão compartilhada do patrimônio identificado.

\*

É interessante lembrar que foi nos anos 1980 que o campo da cultura e o campo da educação se dissociaram no âmbito das políticas públicas. O Ministério da Cultura foi criado em 1985 e as políticas foram sendo implementadas de modo independente, com pouca interlocução e integração com o Ministério da Educação. Essa articulação entre as duas instâncias foi retomada nos primeiros anos do século 21.

O período de transição entre os séculos 20 e 21, no Brasil, apresenta muitas mudanças resultantes das conquistas formais de cidadania trazidas na CF/88 – a qual pode ser considerada o marco inaugural do Estado de Direito; e também de um novo paradigma para a política para o patrimônio – nesse momento definido como patrimônio cultural material e imaterial (e não apenas histórico e artístico). Tais mudanças são observadas sobretudo a partir de 2004, com o advento da Era Lula. Desde então a diversidade cultural ganhou evidência e importância na relação do Estado com a sociedade. Nota-se uma substituição do conceito de *folclore* pelo de *culturas populares* – no plural. Além das instâncias do Estado voltadas para o patrimônio cultural (Iphan) e culturas populares (CNFCP) já existentes, secretarias especiais voltadas para os temas e segmentos sociais emergentes foram criadas tanto no Ministério da Cultura quanto no Ministério

3. Estes programas são inspirados no Programa Tesouros Humanos da Unesco, lançado em 2002. Baseiam-se no reconhecimento do notório saber de mestres dos saberes tradicionais e no apoio em processos de transmissão de tradições.

da Educação, bem como nos órgãos oficiais dos estados e municípios. E inúmeras políticas de identificação, valorização, apoio, fomento e salvaguarda das culturas populares, tradicionais e contemporâneas, foram desenvolvidas, com significativa capilaridade territorial.

Ressalta-se que foi fundamental para o processo amplo de *educação patrimonial* em todos os níveis da educação formal, a inclusão, por força da lei, das cosmologias indígenas e de matrizes africanas – mesmo que ainda de maneira tímida – o que proporciona a quebra da hegemonia eurocêntrica. No âmbito do Ministério da Educação destacam-se as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que substituem consecutivamente o texto do Artigo 26. A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDBEN, qualificando e detalhando o escopo do ensino das histórias dos povos e culturas de matrizes africanas e indígenas no ensino básico e médio. Isto é, ampliam-se os conhecimentos sobre as culturas de tradições não europeias no ensino fundamental e médio – o que demanda uma mudança nas licenciaturas no nível superior. E, no âmbito da cultura, foram desenvolvidas diversas e inúmeras ações formais e informais que cabem no escopo do que estamos chamando de *educação patrimonial*, além das proporcionadas diretamente pelo Iphan e órgãos estaduais e locais de proteção do patrimônio cultural, dentre as quais destacam-se: o Programa Cultura Viva; Prêmios de Culturas Populares; os Programas Mestres da Cultura no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Alagoas<sup>3</sup>; o Projeto Encontro de Saberes de inclusão de mestres e mestras das tradições populares como docentes no ensino superior em universidades públicas, dentre outras ações.

E também as políticas de cotas para não brancos no ensino superior ( Lei 12.711/2012) e no serviço público ( Lei 12.990/2014) – que proporcionaram o fim da hegemonia quase absoluta da elite branca dentro das universidades e órgãos oficiais do Estado – inclusive nos órgãos afetos a salvaguarda do patrimônio cultural.

\*

Em 2004 iniciou-se uma ação programática no IPHAN, no sentido de consolidação de um campo a mais da política pública para o patrimônio e, também, na área acadêmica da educação. Desde então o Iphan tem ampliado consideravelmente as ações e métodos no âmbito da interface entre educação e patrimônio cultural, incorporando também a perspectiva do CNFCP – instituição que foi incorporada ao Iphan em 2004. Muitas ações tem sido desenvolvidas no âmbito do IPHAN por meio de suas superintendências regionais e CNFCP; e uma boa amostra pode ser observada no sítio eletrônico das instituições. No âmbito da interface com o MEC, destacam-se dois programas em torno da educação patrimonial: na educação superior, o Programa de Extensão Universitária – ProExt, que tem

um eixo temático Patrimônio Cultural; e, na educação básica, o Programa Mais Educação que comporta a educação patrimonial na perspectiva da educação integral.

\*

Da Era Vargas ao governo popular instaurado em 2004 o conceito de patrimônio e as políticas para sua proteção e salvaguarda, *incluindo a educação patrimonial*, foram sendo transformadas no sentido da inclusão das referências das várias tradições culturais existentes no território brasileiro. Desde o início do século XX foram proporcionadas políticas inter-setoriais, envolvendo agentes oriundos de áreas e instituições diferentes, que começam a construir políticas integradas. E foram implementadas políticas de cotas no ensino superior e no serviço público – o que proporcionou aos indígenas e afrodescendentes a possibilidade de participar, por dentro do Estado, das políticas públicas afetas ao patrimônio cultural.

Chegamos à segunda década do século vinte com o consenso estabelecido sobre a diversidade cultural ser a base para o entendimento e construção das políticas para o patrimônio cultural nacional, e a participação das bases comunitárias detentoras dos bens patrimonializáveis como meio e fim para a efetividade da salvaguarda. Mas é muito importante ressaltar que, também, tem sido fundamental um processo mais amplo e simétrico de educação patrimonial que é a inclusão, por força da lei, das cosmologias indígenas e de matrizes africanas no ensino formal – quebrando a hegemonia do eurocentrismo; e as políticas de cotas para negros e indígenas no ensino superior e no serviço público – que quebra a hegemonia da elite branca dentro das universidades e órgãos oficiais – inclusive e sobretudo nos órgãos afetos a salvaguarda do patrimônio cultural.

Percorreu-se um longo caminho na direção do que é uma utopia ainda: para além do reconhecimento de uma *sociedade culturalmente diversa* que participa nas políticas do Estado, a configuração de um *Estado plural* – que efetivamente inclua os segmentos sociais e culturalmente diversos dentro de sua estrutura e *modus operandi* no trato como o patrimônio. Entretanto, nesse momento da história, a face autoritária do Estado se mostra mais uma vez potente para solapar as conquistas democráticas alcançadas em quase um século de política.

Nessa conjuntura, sabemos que a política participativa inclusiva é absolutamente possível e fundamental; e assim, é importante que salvaguardemos a história da política e o fluxo de interlocução da sociedade com o Estado fundado no conceito do que estamos chamando aqui de *educação patrimonial*. Ou seja, precisamos da atenção na preservação dos processos participativos e dialógicos entre poderes públicos e segmentos da sociedade; bem como nos processos inclusivos que tragam os diferentes segmentos da sociedade para dentro do Estado, seja como

consultores, conselheiros ou quadros permanentes. Assim, é possível superação de conflitos e de exclusões da diversidade sócio cultural; e o alcance da efetividade da política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, entendido como vetor para a realização da cidadania plena e cultura da paz.

Por muito tempo os arquitetos, historiadores e profissionais de várias áreas do saber acadêmico e que pertencem às elites intelectuais brancas de ideologias eurocêntricas, católicas, ocuparam, hegemonicamente, os postos do Estado na definição de políticas para o patrimônio, a partir de seus valores, etnocêntricos ou relativistas. A história construída pelo conflito gerado na resistência cultural e política por parte dos segmentos subalternizados, proporciona a formulação da tese aqui apresentada de que a efetividade das políticas se dá quando a prática reflete um *conceito de participação social ampliado* na perspectiva do pluralismo no Estado: quando pessoas não brancas, com grande probabilidade de que sejam provenientes de comunidades detentoras de saberes e habilidades relativas à diversidade cultural, também comunguem dos códigos e métodos da política pública, e participem em igualdade como *quadros no interior do Estado - inclusão social*; ao mesmo tempo em que acontece a *inclusão epistêmica*: métodos comunitários seculares de transmissão das tradições sejam incluídos como métodos legítimos e operacionais combinados com os métodos modernos já oficiais de salvaguarda ! Este me parece ser o grande desafio do século vinte e um para o aprimoramento da política de patrimônio cultural.

## BIBLIOGRAFIA

BONFIL, G. (2004). *Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados*. En Florescano, E., *El patrimonio nacional de México*, t. I (pp. 28-56). México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas* In: Brandão C.R. et al. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

CANCLINI, García, Néstor. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1989.

CARVALHO, José Jorge. *Espectacularização e canibalização das culturas populares na América Latina*. Revista Antropológicas, ano 14, vol.21 (1): 39-76, 2010.

CARVALHO, J. J. e Florez, J.F.. *Encuentro de Saberes: Huellas de Memoria Pluriversa y Descolonización de la Universidad Contemporánea*. ARXIUS de CIÈNCIES SOCIALS, v.39,p 143-150, 2018.

FLORÊNCIO S.R. et al. *Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/ DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

SANTOS, M.A.C, *Heitor Villa Lobos*. Coleção Educadores. MEC, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana. 2010.

SOUZA, I.A.N, *Educação Patrimonial nos documentos patrimoniais: Constituição de 1988 e planos de salvaguarda* . In Caderno Temático de Educação Patrimonial 3 - Educação, memórias e identidades. Iphan/Casa do Patrimônio de João Pessoa. 2013

TRAVASSOS, E. *Modernismo e música brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 2000.

VIANNA,L.C.R. *Produto 2 - Olhando em Volta: Educação Patrimonial em Lugares no Mundo*, PRODOC UNESCO - Projeto 914BRZ4020 – Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF. SUPAC -DF, 2018









